

CRISTINA SANDRA PINELLI NOGUEIRA

A QUESTÃO DO PAI PARA O ADOLESCENTE INFRATOR
E OS IMPASSES NA TRANSMISSÃO DO DESEJO

Dissertação apresentada no mestrado em Psicologia –
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas – FAFICH –
Universidade Federal Minas Gerais como requisito parcial
à obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Área de concentração: Estudos Psicanalíticos.

Linha de Pesquisa: Investigações clínicas em psicanálise.

Orientadora: profa. Dra. Cassandra Pereira França

Belo Horizonte

Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG

2006

Dedico essa dissertação

Aos meus pais,
Edméia Pinelli e Benedito Nogueira,
por seu amor e transmissão.

AGRADECIMENTOS

Ao mestrado da psicologia da UFMG, pela oportunidade.

A Cassandra Pereira França, pelo acolhimento do projeto e pela orientação.

Ao Oscar Cirino, pelo rigor e incentivo durante esse percurso.

Ao Jésus Santiago, pelas preciosas indicações e sugestões.

Aos professores do mestrado, especialmente aos que tive a oportunidade de fazer suas disciplinas: Antônio Teixeira, Luís Flávio Souto, Oswaldo França Netto. A Jefferson Machado Pinto, também pelo incentivo e contribuições no exame de qualificação.

Ao professor Cornelius, pela compreensão e ajuda.

Ao Célio Garcia, pelo acolhimento, elaborações e transmissão.

Ao Alessandro Magno da Seção de Ensino da Pós-Graduação, a Beth e a Renata da Secretaria do Mestrado, pela atenção.

Aos meus colegas do mestrado, particularmente às amigas Inês Seabra e Maria de Fátima pela força nos momentos difíceis.

A Maria José Gontijo Salum, a Fernanda Otoni, a Bernadete de Carvalho, a Graciela Bessa, a Ana Lydia Santiago, a Cristina Drumond, Sérgio Campos e Sérgio Laia pela ajuda nessa caminhada.

Aos colegas da Escola Brasileira de Psicanálise pela interlocução e pela transmissão rigorosa. Ao Francisco Goyatá pelo incentivo e esclarecimentos e a Maria Wilma pela amizade.

Ao Antônio Beneti pela supervisão e pela amizade.

Ao Stélio Lage Alves pelo percurso de análise que me possibilitou muitas conquistas importantes.

A Elisa Alvarenga pela escuta e pela sustentação de uma experiência de análise que permitiu essa produção.

A Rosana Mont'Alverne Neto, pela disponibilidade em acolher propostas e idéias que possam melhorar a qualidade do trabalho.

Ao Dr. Tarcísio José Martins da Costa que me incitou à árdua e fascinante tarefa de estudar os textos jurídicos, pela coragem e força.

Aos juízes com quem trabalhei nesses anos, pela possibilidade criada de trabalho em equipe.

Ao Dr. Marcos Flávio Lucas Padúla, pela oportunidade de trabalho.

A Dra. Valéria da Silva Rodrigues pela força, coragem e dedicação à causa da Infância e Juventude.

Ao Dr. José Honório Rezende, pela determinação e capacidade de ouvir.
A Cléa Baeta, pela viabilização desse estudo e pela confiança.

Aos colegas do Juizado da Infância e Juventude de Belo Horizonte, pela colaboração, especialmente os colegas da SAASE pela paciência. A Simone Miriam pela confiança e pelo carinho, a Beba e Aline pela leitura da dissertação e sugestões. Ao Ellerson e a Fabianne pela ajuda com os dados. Ao SAMRE, pelas informações.

Aos parceiros da “rede de medidas sócio-educativas” pela invenção e disponibilidade em enfrentar o que se apresenta como real.

A equipe do programa de Liberdade Assistida, pelas construções ao longo desses anos, e a do programa de Prestação de Serviços à Comunidade pela iniciativa.

A promotoria da Infância e Juventude de Belo Horizonte, pela disponibilidade.

A Marlene, pela correção do texto e contribuições.

Ao TJMG pela oportunidade do trabalho e da produção, ao Dr. André e Dr. Túlio pela confiança.

Agradeço especialmente

Ao meu companheiro, José Ricardo, pela força, pelo amor e companheirismo, que foram imprescindíveis nesse percurso.

Aos meus filhos: Clara, Thadeu, Thiago e Thaís, por existirem na minha vida e terem tornado-a, ainda mais feliz.

Aos meus queridos irmãos, pelo carinho, pela amizade, a Edméia, pela disponibilidade e pela interlocução.

As minhas cunhadas e cunhado pelo apoio e incentivo, a Yara pela transmissão nas aulas de inglês, que foram fundamentais na minha entrada no mestrado.

Aos meus sobrinhos, afilhados, sobrinha-neta e neta pela alegre presença.

Ao meu genro e minha nora, pela gentileza nesse percurso.

A família Máximo Pereira, pelo carinho e incentivo.

A todos meus familiares e amigos, pela paciência. A Dôra Apocalypse pela ajuda com Dostoiévski. A verinha pela amizade fraterna.

A Léia, a Carmita e a Solange que foram fundamentais na ajuda com a família e com o dia a dia. A Carmem, Hilária, Tiana e Maria pelo carinho e apoio com minha mãe.

Enfim, a todos os que contribuíram nessa caminhada.

MATERNIDADE

Carlos Drummond

*Seu desejo não era desejo
corporal.*

*Era desejo de ter filho,
de sentir, de saber que tinha filho,
um só filho que fosse, mas um filho.*

*Procurou, procurou pai para seu filho.
Ninguém se interessava por ser pai.
O filho desejado, concebido
longo tempo na mente, e era tão lindo,
Nasceu do acaso, o pai era o acaso.*

*O acaso nem é pai, isso que importa?
O filho, obra materna,
é sua criação, de mais ninguém.*

*Mas lhe falta um detalhe,
O detalhe do pai.
Então ela é mãe e pai de seu garoto,
A quem, por acaso,
Falta um lobo de orelha, a orelha esquerda.*

Sumário

INTRODUÇÃO	8
CAPÍTULO I - A CRIANÇA DE “OBJETO” A SUJEITO DE DIREITO E DE DESEJO	14
1 - O Estatuto da Criança e do Adolescente	14
1.1 - O Estatuto da Criança e do Adolescente e o ato infracional.....	19
1.2 - A responsabilidade e a imputabilidade.....	21
2 - Contextualização das medidas sócio-educativas e protetivas	24
3 - Possibilidades, particularidades e limites da clínica com o adolescente infrator	29
3.1 - O acompanhamento: uma possibilidade	32
3.2 - As instituições: diferenças e particularidades	34
3.3 - Lei e ficção	36
3.4 - Psicanálise aplicada	38
4 - Algumas considerações	41
CAPÍTULO II - A PSICANÁLISE DIANTE DA DELINQUÊNCIA JUVENIL	43
1 - O enfoque freudiano	44
2 - August Aichorn e a “Juventude Desorientada”	48
2.1 - A clínica de Aichhorn.....	51
2.2 - Sobre o método de tratamento e ponderações sobre o trabalho na instituição	58
3 - Freud: comentários sobre a teoria de Aichorn.....	63
4 - Outras contribuições psicanalíticas da primeira metade do séc. XX.....	66
4.1 - A concepção kleiniana do crime.....	66
4.2 - As contribuições de Winnicott	70
4.3 - Delinquência e perversão - Melitta Schmideberg	75
5 - Contribuições psicanalíticas da segunda metade do século XX	78
5.1 - Comentários sobre os escritos de Jacques Lacan sobre a criminologia	78
5.2 - A delinquência - Maud Mannoni.....	82
6 - Algumas contribuições contemporâneas	85
7 - Breves considerações.....	90
CAPÍTULO III - O COMPLEXO DE ÉDIPO: BREVES INCURSÕES NO TEXTO DE FREUD E DE LACAN.....	92
1 - O Complexo de Castração.....	95
2 - A sexualidade e a ênfase no estágio fálico.....	102
3 - Dostoiévski e a pulsão de morte	105

4 - O Édipo em Lacan a partir do seminário <i>As formações do inconsciente</i>	107
5 - A dissolução do Complexo de Édipo	112
6 - Conclusões parciais	116
CAPÍTULO IV - A TRANSMISSÃO DE UM DESEJO QUE NÃO SEJA ANÔNIMO	119
1 - O caso B.....	119
2 - O romance familiar e a transmissão de um desejo que não seja anônimo.....	127
3 - Dez anos depois... ..	133
CONCLUSÃO	134
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	138
ANEXOS	155
Anexo 1	156
TABELA 1 - Tipos de atos infracionais cometidos por adolescentes de 1999 a 2001 em Belo Horizonte.....	156
TABELA 2 - Tipos de atos infracionais cometidos por adolescentes em 2002, 2004 e 2005 em Belo Horizonte	157
TABELA 3 – Renda Mensal dos familiares dos adolescentes que receberam medida de Liberdade Assistida em Belo Horizonte.....	158
Anexo 2	159
GRÁFICO 1 - Idades dos adolescentes infratores pesquisados.....	159
GRÁFICO 4 - Situação dos pais.....	159
GRÁFICO 5 - A participação do pai na educação do filho	160
Anexo 3	160
GRÁFICO 6 - Medida sócio-educativa aplicada.....	160
GRÁFICO 7 - A incidência de Processos na Justiça Comum.....	161
GRÁFICO 8 - A situação do pai junto ao filho	161
Anexo 4	162
Unidades para cumprimento de medidas restritivas de liberdade em Belo Horizonte.....	162
Anexo 5	164
Número de adolescentes falecidos no período de 1998 a 2005.....	164

INTRODUÇÃO

Vivemos, na contemporaneidade, um fenômeno que emerge de grave violência social e vem se agravando nas últimas décadas: o envolvimento de crianças e adolescentes com a delinquência. Os profissionais (assistentes sociais, psicólogos, sociólogos, advogados e outros) que trabalham com esses jovens deparam-se com uma série de impasses, e a psicanálise é um dos saberes convocados a refletir sobre as formas de subjetivação com as quais nos confrontamos.

Estatísticas recentes do Juizado da Infância e Juventude de Belo Horizonte comprovam o aumento de atos infracionais violentos, praticados por crianças e adolescentes, como, por exemplo, assaltos e homicídios¹, assim como o crescimento considerável do número de processos por uso e tráfico de drogas². No Rio de Janeiro foi registrado, nos últimos anos, um aumento de 250% de atos infracionais cometidos por adolescentes³.

Também temos verificado o fenômeno de mortes de adolescentes o que é impressionante e assustador⁴. Nos últimos anos também, recebemos notícias por outros trabalhos, de jovens assassinados⁵ pelos mais variados motivos, o que é mais um entre os vários motivos que evidenciam a necessidade de nos debruçarmos sobre essas questões.

Segundo Alba Zaluar (2003, p. 210), o processo de redemocratização no Brasil, após o período do governo militar, coincidiu com dramática transformação na “organização transnacional do crime” que afetou, principalmente, as regiões metropolitanas e nelas, as favelas e os bairros populares. A autora faz uma análise dos aspectos políticos e religiosos decorrentes dos índices crescentes de crimes violentos, um fenômeno mundial, dentre os quais destacaremos a entrada das quadrilhas de traficantes de droga. Em algumas cidades, a ocorrência de crimes violentos duplicou, em outras, triplicou, tendo havido um aumento “particularmente do homicídio entre

¹ No anexo I apresentamos tabelas nas quais constam os atos infracionais registrados no Juizado da Infância e Juventude de Belo Horizonte no período de 1996 a 2004. Destacaremos o aumento de atos mais graves como roubos (1996: 13%, 2004: 33,03%), em detrimento do furto (1996: 65,54%, 2004: 29,77%). O tráfico de drogas passou de 1,22% (1996) para 9,39% (2004), o uso de drogas também teve um aumento significativo (1994: 3,38% e 2004: 6,71%), assim como o índice de homicídios e tentativas de homicídios que, se somadas, vão de 1,13% (1996) para 3,17% dos atos infracionais praticados em Belo Horizonte por jovens de menos de 18 anos que deram entrada na referida Instituição. O índice de porte de armas também aumentou, passando de 1,97% em 1996 para 5,01% em 2004.

² Segundo os dados da Sessão de Atendimento ao Adolescente em Situação Especial (SAASE - JIJ-BH) de 1996 a 1999, o crescimento do número de jovens com medida de liberdade assistida foi de mais de 300%.

³ Dados fornecidos pelo Desembargador Alyrio Cavaliere no XVIII Congresso Nacional da Abraminj – *A criança, o adolescente e o novo milênio*, realizado em maio de 2000.

⁴ Os dados do JIJ-BH registraram mais de 400 adolescentes assassinados nos últimos cinco anos. Ver anexo 5.

⁵ O Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública (CRISPE – UFMG) registrou no “1º texto de trabalho-Projeto Controle de Homicídios” um aumento de mais de 100% na taxa de homicídios de 1997 até 2001, principalmente entre jovens com menos de 24 anos. Detectou ainda, que eles eram relacionados aos fenômenos de brigas de gangs, envolvimento dos jovens com o tráfico e a prevalência de homicídios entre jovens que conviveram com quem cometeu o homicídio, além de outros.

homens jovens” (ibid, p. 213). Com essa entrada dos grupos do tráfico na comunidade local e a busca deles de participação nas associações de moradores, muitos jovens moradores desses locais acabaram identificando-se com eles, apoiando-os explicitamente em virtude do processo de marginalização em que os coloca a pobreza.

A partir do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que passou a vigorar em 1990, principalmente psicólogos e assistentes sociais têm sido convocados a trabalhar no acompanhamento de adolescentes em cumprimento das medidas sócio-educativas. Ainda que esses profissionais já atuassem nesse campo há muitos anos, o ECA, sem dúvida, introduziu maior formalidade e sistematicidade a essa prática. Conforme o artigo 151 do ECA:

Compete à equipe interprofissional, dentre outras atribuições que lhe forem reservadas pela legislação local, fornecer subsídios por escrito, mediante laudos, ou verbalmente, na audiência, e bem assim desenvolver trabalhos de aconselhamento, orientação, encaminhamento, prevenção e outros, tudo sob a imediata subordinação à autoridade judiciária, assegurada a livre manifestação do ponto de vista técnico.

No trabalho de acompanhamento de adolescentes em cumprimento de medidas sócio-educativas, principalmente a medida de “Liberdade Assistida⁶”, repete-se o fato de que a maioria não conviveu, nem convive com o pai, vários tiveram seus pais assassinados ou falecidos quando os adolescentes eram ainda crianças. Outros não foram registrados com o nome do pai e nem sequer conseguem falar sobre a própria história. Quando existe a convivência com o pai, este aparece, em geral, como alcoólatra ou como explorador da mãe, exercendo pouco, ou quase nada, a função de provedor. Muitos adolescentes infratores se emocionam ao falar disso: ficam tristes, ou com raiva e, principalmente, ressentem-se dessa ausência.

Uma pesquisa epidemiológica⁷, cuidadosa e inovadora, descrita no livro *Traçando caminhos em uma sociedade violenta* (GONÇALVES, 1999), aponta a ausência da figura paterna⁸ como fator que contribui para a violência e a criminalidade. Constatou-se que as vivências de abandono e rejeição das figuras materna e paterna ficam flagrantes em muitos depoimentos, “em geral relatados com muita tristeza, mas também encobertos por uma máscara de frieza, indiferença ou incômodo em relação ao

⁶ Liberdade Assistida é uma das medidas sócio-educativas que são aplicadas ao jovem que comete ato infracional. É executada pelo programa de Liberdade Assistida da prefeitura de Belo Horizonte em parceria com o Juizado da Infância e Juventude de Belo Horizonte e a Pastoral da Criança e do Adolescente de 1998 a 2005. Este ano vem se construindo a parceria com a Associação Municipal de Assistência Social - AMAS. No primeiro capítulo iremos detalhar o que são as medidas sócio-educativas e sua execução em Belo Horizonte.

⁷ Essa pesquisa foi realizada pela médica Simone de Assis, mestre e doutora em Ciências da Saúde pela Escola Nacional de Saúde Pública da Fundação Oswaldo Cruz e pós-doutora pela Universidade de Cornell - EUA. Trabalha como pesquisadora no Centro Latino-Americano de Estudos sobre Violência e Saúde Jorge Careli (CLAVES).

tema.” (GONÇALVES, 1999, p. 42). Alguns adolescentes chegam, inclusive, a relacionar a entrada para a delinqüência com essas situações. A pesquisa ressalta que 37% dos jovens infratores não tinham contato com o pai. Em vários casos em que ocorreu esse contato, o pai aparecia como violento ou como não cumpridor da função de mantenedor da sobrevivência de sua família. Tal pesquisa conclui que as condições familiares, associadas a outros fatores, não apenas interferiram, mas certamente facilitaram a entrada desses jovens no universo infrator (ibid, p. 63).

A investigação psicossocial também confirma essa tese ao constatar, em pesquisa realizada com adolescentes, que se os pais se separam é comum o distanciamento do pai e até seu desaparecimento⁹. Alguns adolescentes queixam-se da ausência do pai, reclamando da falta de proteção e referência paterna (AFONSO, 1995, p.120). Nas histórias relatadas na pesquisa, o que se constata é a banalização de uma seqüência de abandonos que, começando entre os adultos, acaba trazendo efeitos para a vida da criança, que é transformada em pivô do drama familiar: “Ele começou a dar problemas na escola a partir do momento que meu marido saiu daqui. Até quando meu marido tava dentro de casa ele não dava problema nenhum na escola, não. Sabe por quê? Ele tem meu marido como pai dele, sabe?” (ibid, p. 121).

O ponto de vista jurídico também reforça a idéia de que a ausência do pai, e o decorrente abandono material e/ou psíquico, geram graves conseqüências na estruturação psíquica dos filhos, com repercussões diretas nas relações sociais. O direito tenta remediar a falta gerada pelo abandono material, mas o mais grave é o abandono afetivo e psíquico, a não presença do pai no exercício de suas funções, como aquele que representa a lei, o limite, a segurança e a proteção. Conforme afirma Rodrigo da Cunha Pereira¹⁰, a ausência dessas funções já se apresenta hoje como um “fenômeno social alarmante”, e provavelmente é o que tem gerado as péssimas conseqüências conhecidas por todos nós, como o aumento da delinqüência juvenil, menores de rua, etc. “Mesmo que o pai biológico não adote o filho, ou seja, não assuma a paternidade ou as responsabilidades de pai, é muito importante que esse filho tenha o nome do pai em sua certidão de nascimento.” (PEREIRA, R., 2000, p. 583).

Um livro lançado na França, *Quel Pères? Quel Fils?* (1992), ressalta a posição da autora Evelyne Sullerot, uma socióloga que, embora tivesse estado à frente do movimento feminista de 1965 a 1985, agora defende, com muita ênfase, o princípio de

⁸ Ao longo da dissertação falaremos de figura paterna, referência paterna, lugar do pai, função paterna. Buscaremos nos manter fiéis ao termo que cada autor citado utiliza.

⁹ Pesquisa realizada pela professora Maria Lúcia Afonso (mestrado UFMG - Fafich), em 1041 domicílios onde residisse pelo menos um adolescente com menos de 18 anos. Foi realizada em 1994, na região Leste de Belo Horizonte, a pedido da AMAS, para subsidiar políticas sociais.

que “uma mãe simplesmente não pode substituir o pai”. Ela assinala que há diferentes tipos de pai, mas o pai que é acusado pela mãe das piores coisas, um pai completamente desvalorizado, somente trará prejuízos à educação dos filhos¹¹.

Portanto, essa “ausência” do pai, abordada por diferentes óticas, é uma constante nos casos desses jovens. Os pontos destacados por esses autores encontram-se também na minha experiência clínica, mais precisamente, o lugar do pai na fala e na história de vida desses adolescentes e no discurso da mãe. Isso nos levou a investigar se alguns adolescentes infratores¹² respondem com seus atos a uma insuficiência do pai em transmitir a Lei. Qual a relação da ausência do pai com a saída pelo ato infracional?

Quando convocados a falar do ato infracional, é muito comum que os adolescentes digam não saber o que ocorreu. Na medida em que vão falando no acompanhamento, significantes sobre o pai vão surgindo: “meu pai tem chegado bêbado, enche o saco de todo mundo, dá vontade de voltar para a rua”. De modo geral, eles falam do pai, ou daquele que poderia fazer um semblante paterno, como alguém que inspira violência, que os maltratou de maneira grave, gerando ódio e impunidade. Não estabelecem uma relação do ato com o pai, porém ela aparece nas entrevistas de acompanhamento. Como por exemplo, eles costumam dizer que os primeiros atos infracionais são dirigidos aos “boys” - aqueles que têm o pai que pode lhes dar “coisas de marca”, o que eles não têm. Podemos dizer, embora estejamos ainda no aspecto fenomenológico da questão, que o pai do adolescente infrator é “o pai que nunca deu nada¹³”.

Minha pergunta partiu dessa questão do pai, brevemente descrita: que leitura poderíamos realizar disso a partir da psicanálise?

Embora seja notória a dificuldade do adolescente com a Lei, para a psicanálise ela se situa muito mais no campo do retorno das questões edípicas do que em desvios de conduta: “É a relação com o Outro da Lei paterna, relação vista como a resposta que um sujeito confere ao real da castração, que caracteriza a contribuição essencial da Psicanálise para a abordagem da adolescência” (SANTIAGO, J., 1998, p. 73-84). É uma passagem não da criança ao adulto, mas de um pensamento a um ato. O despertar da puberdade e seu efeito de excesso pulsional, entendido como um momento em que a

¹⁰ Advogado, prof. de direito da PUC Minas, mestre em direito civil/MG. Autor do livro *Direito de família - uma abordagem psicanalítica*, e outros, é um importante interlocutor da psicanálise no campo do direito.

¹¹ Evelyne Sullerot, entrevista publicada na revista *Veja*, 16/12/1992.

¹² É como passa a ser nomeado o jovem que comete um ato infracional, ou seja, comete um ato que para um adulto é considerado um crime, considerando o Código Penal, ou seja, nossa Lei escrita. Maiores esclarecimentos sobre esse assunto, no que toca ao Direito, serão realizados no capítulo I.

¹³ Fala de muitos adolescentes e de várias mães nas entrevistas de acompanhamento das medidas sócio-educativas – SAASE. (Eles dizem: “nunca deu uma cueca”, ou “nunca deu um litro de leite, se não fosse minha mãe...”).

solução edípica da infância é colocada à prova, favoreceria a resposta do sujeito em ato? É o que buscaremos desenvolver ao longo da dissertação.

Trataremos, no primeiro capítulo desta dissertação, do contexto em que foi criado o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), do tratamento que foi sendo dado à questão da delinquência juvenil pelo texto jurídico até a implementação do ECA. O enfoque estará voltado para o modo como essa Lei considera o adolescente infrator e as medidas sócio-educativas e protetivas. Serão trazidas algumas elaborações sobre o trabalho do técnico na instituição, assim como as possibilidades e limites da prática psicanalítica numa instituição jurídica.

No segundo capítulo abordaremos o tema da delinquência juvenil, seus conceitos gerais em Freud e em outros psicanalistas que trataram do assunto. Merecerão destaques aquelas situações que se relacionam com o tema da dissertação, principalmente August Aichhorn.

A ilegalidade da mãe que se presentifica na sua escolha de engendrar um filho, decidindo se permitirá ou não a incidência do pai, em suas várias instâncias: o pai que registra, que sustenta, que transmite um “nome de família”. É claro que a posição do pai é fundamental, seu consentimento em ser pai daquele filho, mas temos que assinalar também esse poder da mãe em permitir, ou mesmo se posicionar, para que esse homem assuma a paternidade. Essas inscrições têm fortes incidências sobre o sujeito, o que os adolescentes expressam de diversas formas, desde afirmando, com muita mágoa, que “sobreviveram sem ele, que falta faz?”, até confirmando um ódio pelo pai, pela maneira como o pai tratou o próprio adolescente, ou sua mãe, pela “falta de apoio”¹⁴.

Fomos verificando a importância do pai nas instâncias subjetivas, simbólicas e reais: o pai que registra a criança, que ama, que transmite seu nome e parentesco, inserindo-a em um lugar simbólico na cultura; que ajuda a mãe a cuidar da criança, realizando a chamada “paternagem”, conforme traduz Eric Laurent, do professor de psicologia Jean Le Camus, que usa o termo *caregiving* ou *parenting*. Ele ressalta a importância do pai que cria uma criança estando implicado em interações com ela; paternagem inclui os cuidados com o filho que se seguem nas semanas, meses (Apud LAURENT, 2005, p. 103).

Buscando-nos orientarmos pelo diagnóstico estrutural (psicose, neurose e perversão), apesar de estarmos acompanhando a discussão sobre a segunda clínica do

¹⁴ Fala de um adolescente em entrevista para cumprir a medida de Prestação de Serviços à Comunidade, ao falar de sua mágoa do pai em 06/05.

ensino de Lacan¹⁵, estaremos priorizando os casos em que houve a inscrição do Nome-do-Pai. Percebermos em um número significativo de casos com indicadores sérios do diagnóstico de psicose, e reconhecemos a urgência dessa discussão¹⁶, porém iremos refletir a partir de casos com o diagnóstico de neurose. Além do estudo clínico, iremos privilegiar, no capítulo III, alguns textos de Freud e Lacan, os três tempos do Édipo e os processos e impasses vividos pelo menino nesse percurso, obviamente sem a pretensão de esgotar o tema.

Visando a lançar luzes para precisarmos os aspectos teóricos a serem formalizados a partir da leitura da psicanálise, será trabalhada, no capítulo IV, o caso de um adolescente que pode acompanhar no cumprimento da medida de Liberdade Assistida. Embora não vá ser o objeto desta proposta de trabalho, tal estudo poderá contribuir para se pensar as contribuições da psicanálise em uma instituição da Lei, seus limites e suas condições de existência. Estaremos desenvolvendo algumas idéias sobre essa questão, principalmente no item 3 do primeiro capítulo.

Esse recorte teórico busca nos estudos sobre a paternidade, enfatizar a elaboração de Lacan (1969) de que, o que há de irreduzível na sua transmissão é “um desejo que não seja anônimo” e sua interferência nos atos delinqüentes. Ou seja, tentaremos localizar a importância da mãe e do seu discurso sobre o pai na subjetivação desses adolescentes. A pergunta central que esse plano de trabalho se propõe a investigar diz respeito à possibilidade de uma generalização do lugar que o pai ocupa nos casos de adolescentes que cometem atos infracionais. Apesar de considerarmos cada caso na sua singularidade, a pergunta é se não teria havido, em grande parte desses casos, uma transmissão de uma constituição subjetiva, implicando a relação com um desejo que não seja anônimo (LACAN, 1969, p. 371) particularmente do pai.

¹⁵ Podemos fazer uma distinção entre a primeira clínica de Lacan, uma clínica do sujeito, mas também uma clínica do Outro, Lacan produz um retorno às estruturas freudianas. Constrói uma clínica das modalidades do desejo e das estruturas subjetivas. Ao final de seu ensino Lacan revisa suas categorias e uma nova concepção do sintoma inaugura uma clínica dos gozos e os tipos de sintoma são abordados com o suporte topológico da teoria dos nós. Com relação ao Nome-do-Pai, Lacan vai retomar sua conceituação para ressaltar os “nomes-do-pai”, a diferença entre o sintoma e o *sinthome* e o conceito de forclusão na Segunda clínica (MAZZUCA e outros, 2000)

¹⁶ Essa discussão que já vem sendo realizada na rede de medidas sócio-educativas, com várias instituições envolvidas, e muitas dificuldades com os casos.

CAPÍTULO I - A CRIANÇA DE “OBJETO” A SUJEITO DE DIREITO E DE DESEJO

1 - O Estatuto da Criança e do Adolescente

Buscaremos identificar o contexto em que surge o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e explicitar o paradigma do “melhor interesse da criança” que “tem norteado tratados e convenções humanitárias, da mesma forma que tem orientado, em todo o mundo, as decisões nos tribunais” (PEREIRA, T., 1999, p. 1). Nesse percurso, iremos localizar, brevemente, alguns momentos significativos na passagem da criança de objeto a sujeito de direitos¹⁷.

Vale esclarecermos que, para o direito, o sujeito é o destinatário dos bens da vida, é aquele que usufrui as coisas boas que a vida oferece. O objeto é aquilo que propicia esse bem da vida, por exemplo, a casa, o automóvel (CLARET, 1999). Não iremos adentrar a origem do direito ou das leis, mas o nosso interesse é situarmos, em alguns pontos da história, elementos suficientes para desenvolvermos o que nos propusemos.

No direito romano, há três mil anos, para alguém ser sujeito de direito teria que ser um cidadão romano, teria que ser livre do ponto de vista do estado e na sua condição de família. A família era um arcabouço jurídico. Existiam as pessoas de direito próprio e de direito alheio, sendo o *pater familia* o ápice dessa pirâmide chamada família. O homem tinha seus bens, que eram, além dos bens materiais, suas mulheres, seus escravos e seus filhos. O “bem” filho não era figura de linguagem, era, de fato, propriedade do pai, que podia vendê-lo, alugá-lo, ou até mesmo matá-lo. Caso o *pater familia* tivesse alguma dúvida com relação à filiação, suspeitasse de adultério, ou se a criança não estivesse dentro dos critérios de normalidade, ele resolvia o problema matando a criança ao nascer. Foram ocorrendo transformações e o Estado começou a refrear esse poder, criando o “conselho dos próximos”, que era um conselho comunitário. Isso perdurou até o séc. III, sendo que, a partir daí, o Estado como organização social começa a intervir nesse direito do *pater familia*, limitando seu poder.

A origem, porém, da autoridade do Estado sobre o indivíduo e, mais particularmente, sobre a criança se prende ao instituto do *parens patriae*, utilizado na Inglaterra como uma prerrogativa do Rei e do Coro a fim de proteger aqueles que não podiam fazê-lo por conta própria. Essa responsabilidade foi delegada ao chanceler a partir do século XIV. Daniel B. Griffitch define o *parens patriae* como “a autoridade herdada pelo Estado para atuar como guardião de um indivíduo com uma limitação

¹⁷ Passagem do ponto de vista das leis, mas que na prática necessita ser construída a cada caso.

jurídica”. Portanto, com o chanceler atuando como o “guardião supremo”, as Cortes de Chancelaria inglesas assumiram o dever de “proteger todas as crianças, assim como os loucos e débeis, ou seja, todas as pessoas que não tivessem discernimento suficiente para administrar os próprios interesses” (Apud, PEREIRA, T., 2000, p. 2).

No início do século XVIII, essas Cortes fizeram distinção entre as atribuições do *parens patriae* de proteção infantil da de proteção aos loucos. Naquela época, a criança era considerada uma “coisa” pertencente ao seu pai; a preferência de custódia era do pai, sem que pesassem as conseqüências daí decorrentes. Foi somente no século XIX que se iniciou o movimento em que a preferência passou a ser da mãe. Um momento significativo dessa mudança foi, por exemplo, o ano de 1813, quando ocorreu, nos Estados Unidos, o julgamento de um caso em que a corte considerou que a conduta da mulher, que havia cometido adultério, não interferia nos cuidados que ela dispensava às crianças. Aos poucos, foi crescendo uma tendência à valorização dos cuidados da mãe, conseqüência de várias outras circunstâncias como a entrada, cada vez maior, da mulher no mercado de trabalho e de suas reivindicações de direitos iguais¹⁸. Assim, a mãe passou a ser considerada a pessoa ideal para dispensar cuidados e assistência à criança, tendência que foi chamada nos Estados Unidos de *Tender Years Doctrine*.

A proposta da proteção especial para a infância aparece na *Declaração de Genebra* de 1924, onde foi declarada a “necessidade de proclamar à criança uma proteção especial”. A Declaração Universal dos Direitos Humanos das Nações Unidas, de 1948, destaca, para a criança, “o direito a cuidados e assistência especiais”, e a Declaração Universal dos Direitos da Criança, de 1959, determina como seu segundo princípio que:

A criança gozará de proteção especial e disporá de oportunidade e serviços, a serem estabelecidos em lei por outros meios, de modo que possa desenvolver-se física, mental, moral, espiritual e socialmente de forma saudável e normal, assim como em condições de liberdade e dignidade. Ao promulgar leis com esse fim, a consideração fundamental a que se atenderá será o interesse superior da criança (Apud, PEREIRA, T., 2000, p. 4).

Os direitos estabelecidos em Declarações são princípios que não representam obrigações para o Estado. Refletem uma afirmação de caráter moral, não encerrando obrigações específicas. As Convenções contêm regras de procedimento flexíveis e adaptáveis às mais diversas realidades, delineando políticas legislativas a serem

¹⁸ No início deste capítulo, citamos os romanos e o lugar de objeto que as mulheres ocupavam, assim como as crianças. Se fizemos uma leitura histórica, a mulher foi pouco a pouco sendo reconhecida como sujeito, considerando-se as diferenças. O século XX foi o século em que a mulher esteve à frente desse processo, e o século XXI, conforme entendimento do Dr. Geraldo Claret, deve ser o século de consolidação dos direitos das crianças e dos adolescentes.

adotadas pelos Estados-Partes. Estes têm a obrigação de respeitar os direitos reconhecidos nas convenções e de garantir o livre e pleno exercício dos mesmos.

A partir do final do século XX, a maioria dos Estados modificou a orientação ditada pela *Tender Years Doctrine* e assumiu o que eles denominaram de *tie breaker*, teoria segundo a qual todos os fatores são igualmente considerados e, portanto, deve prevalecer uma aplicação neutra do melhor interesse da criança. A 14ª Emenda Constitucional Americana estabeleceu, entre outros direitos, a igualdade entre homens e mulheres, conduzindo a uma modificação na orientação dos tribunais, uma vez que a *Tender Years Doctrine* dava tratamento privilegiado à mãe em prejuízo do genitor da criança. Atualmente permanece a aplicação do princípio do *best interest*, onde se consideram, sobretudo, as necessidades da criança em detrimento dos interesses de seus pais, o que exige, sempre, uma análise do caso concreto.

Após um árduo trabalho de dez anos, que envolveu representantes de 43 países membros da Comissão de Direitos Humanos, foi aprovada a Convenção Internacional dos Direitos da Criança, ratificada pelo Brasil através do decreto 99.710/90, cujo artigo 3.1 dispõe:

Todas as ações relativas às crianças, levadas a efeito por instituições públicas ou privadas de bem-estar social, tribunais, autoridades administrativas ou órgãos legislativos, devem considerar, primordialmente, o interesse maior da criança.

A versão brasileira para a expressão “*the best interest*” é “o interesse maior” (da criança). Entretanto, no Brasil, somente a partir da Constituição de 1988, uma criança filha de uma relação extraconjugal passou a ter direito a uma investigação de paternidade. Até então, o interesse maior era do pai, e a criança continuava a ser objeto do pai. A Constituição fez parte desse movimento internacional, de um movimento global dos costumes que produziu a idéia e o movimento da Doutrina da Proteção Integral. Concluindo esses aspectos mais gerais do interesse maior da criança, podemos perceber que o movimento inicial foi de criar a doutrina de proteção (que foi chamada posteriormente de Doutrina da Situação Irregular) aplicada à criança e ao adolescente e, recentemente a Doutrina de Proteção Integral, o que iremos detalhar um pouco mais.

No Brasil, podemos destacar três correntes “jurídico-doutrinárias” voltadas para a proteção da infância: Doutrina do Direito Penal do Menor, Doutrina Jurídica da Situação Irregular e Doutrina da Proteção Integral. Vejamos quais são as idéias centrais de cada uma delas. Buscaremos, a partir de agora, situar os movimentos ligados, mais particularmente, à questão da delinquência juvenil.

Doutrina do Direito Penal do Menor – concentrada nos Códigos Penais de 1830 e 1890, preocupou-se especialmente com a delinqüência, imputava responsabilidade ao menor em função de seu entendimento quanto à prática de um ato criminoso, baseando a imputabilidade na pesquisa do discernimento. (PEREIRA T., 2000, p. 11). A primeira legislação específica para a infância no Brasil foi o Código de Menores, promulgado em 1927. Esse Código classificava os “menores” em duas categorias: delinqüentes e abandonados. Hoje podemos perceber que a atenção aos “abandonados” acabou operando de forma velada, a controlar o comportamento das crianças e adolescentes de famílias pobres, que não tinham acesso aos mínimos sociais, pois sua conduta, muitas vezes, era considerada inadequada e contrária ao padrão moral vigente. Esse código acabou por padronizar a educação das famílias pobres.

Doutrina Jurídica da Situação Irregular - O movimento pela busca de um regime pedagógico tutelar e não penitenciário¹⁹ gerou nova versão do Código de Menores, em 1979. O Novo Código de Menores adotou a denominação de “menores em situação irregular”. Eram assim considerados aqueles jovens que tivessem menos de 18 anos de idade sem condições essenciais de subsistência, saúde e instrução obrigatória, por falta, ação ou omissão dos pais ou responsáveis; aqueles que fossem vítimas de maus tratos ou castigos imoderados, causados por pais ou responsável; os que estivessem em situações que fossem consideradas perigo moral; enfim os sem assistência ou representação legal por falta eventual dos pais; os menores que revelassem desvio de conduta por grave inadaptação familiar ou comunitária e, por fim, os autores de infrações penais, isto é, crimes ou contravenções.

Essa doutrina foi marcada por uma política assistencialista fundada na proteção do menor abandonado ou infrator. O menor “estava numa situação de desvalimento natural por sua deficiência etária, mental e jurídica, e não tinha capacitação para autodefender-se de fato ou de direito” (MARTINS, 1988, p. 68). O espaço de ação judicial e estatal era absoluto, ficando o destino e a vida da criança e do jovem à mercê da vontade do Juiz.

Segundo Elizabeth T. Rosa, a palavra “menor”, aparecia, no Período Colonial, em alguns documentos para assinalar os limites etários referentes à emancipação

¹⁹ Fica mais claro esse movimento se comparamos o movimento ocorrido na saúde mental. De 1900 a 1910 houve a introdução tanto da psicometria (teste de Binet e Simon) quanto da psiquiatria dinâmica (valorização da história do paciente e de sua infância). De 1910 a 1930 houve a criação de diferentes instituições públicas voltadas para assistência de crianças e delinqüentes, abandonados e retardados. A partir de 1930 estabeleceu-se uma clínica específica da criança com conceitos e métodos próprios e, de 1930 a 1940 passa a ocorrer uma metodização das técnicas psicoterápicas, com a utilização de jogos e influência da psicanálise. O tratamento da criança não busca mais a modificação nos pais, há um inconsciente em questão. Em 1949 surge o hospital colônia de neuropsiquiatria infantil. De 1940 a 1960 surgiram os grandes manicômios, as instituições asilares (CIRINO, O Descaminho...). Em 1979 o movimento da luta anti-manicomial gera o movimento que quebra essa concepção de saúde mental e segregação do doente mental.

paterna ou à definição da época em que o sujeito estava apto a assumir responsabilidades civis e canônicas. Foi na Primeira República, continua ela, que o conceito de minoridade se inaugurou, associado ao conceito de marginalidade em situações de abandono ou de delito. O abandono é visto como prenúncio de delito sendo tratada como caso de polícia. As representações elaboradas em torno da “infância marginal” e da “infância civilizada” persistem em sua longa duração. A elaboração dos códigos reveladores da significação desses dois campos, do marginal e do civilizado, vai estar em estreita relação com o desenvolvimento das cidades e com as alterações das normas de convivência social ocorridas, desde o século XVI, nas sociedades ocidentais (VEIGA e FARIA FILHO, 1999, p. 33).

O jurista Emílio Garcia Mendes²⁰ considera que, pelo menos até a década de 1980, as legislações de menores foram impregnadas pelos princípios da Doutrina da Situação Irregular, praticamente hegemônica na América Latina. Como já foi dito, essa doutrina permitia aos juizes, com competência penal e tutelar, declarar em situação irregular (e, por conseguinte objeto explícito de intervenção estatal) a criança e o adolescente que enfrentassem dificuldades. Assim, crianças e adolescentes abandonados, vítimas de abusos ou maus-tratos e supostos infratores da lei penal, quando pertencentes aos setores mais débeis da sociedade, se constituíram em alvos potenciais dessa definição (CIRINO, 2002, p. 34).

Doutrina Jurídica da Proteção Integral – A partir da Declaração Universal dos Direitos da Criança e do Adolescente (1959), na qual direitos fundamentais, como o direito à vida, à saúde e outros, são promulgados como universais, todas as crianças e adolescentes ganham o *status* de sujeitos de direitos, cabendo ao Estado protetor atuar para garantir essa nova posição.

No Brasil, porém, essa concepção passou a vigorar a partir da Constituição Federal de 1988, embora suas bases tenham se constituído no movimento de mobilização do início da década de 1980, período marcado por um intenso debate sobre os diversos aspectos da infanto-adolescência. De acordo com ela, a população infanto-juvenil deve ser protegida e seus direitos garantidos, em qualquer situação, além de ter reconhecidas prerrogativas idênticas às dos adultos.

No tocante à situação de crianças e adolescentes, foram introduzidos capítulos sobre os seus direitos (art. 227). Esse dispositivo foi complementado com a promulgação da terceira lei específica para a infância e juventude, a Lei 8.069 de 13 de

²⁰ Formado em Direito na Universidade de Buenos Aires, PHD pela Universidade de *Saarland* (Alemanha), com importantes contribuições nessa área. Fundador do Projeto nessa área na Argentina e no Uruguai. Foi coordenador nacional da área de crianças, tem várias obras publicadas.

julho de 1990, o Estatuto da Criança e do Adolescente, que conferiu a esse segmento da sociedade o *status* de cidadão. A proteção com prioridade absoluta é um dever social, não mais obrigação exclusiva da família e do Estado, e as crianças e os adolescentes devem ser protegidos por serem pessoas em condição peculiar de desenvolvimento. Essa concepção da criança como cidadão é, ao mesmo tempo, causa e consequência do processo de mobilização que culmina e se inicia com o ECA, que atribui à criança prioridade absoluta nas políticas sociais.

Outra referência importante são as Regras de Beijjng (Resolução 40.33 da Assembléia Geral da ONU de 29/11/85), que estabeleceram normas mínimas para a administração da Justiça da Infância e Juventude. Da mesma forma, as Diretrizes de Riad para a “prevenção da delinqüência juvenil” e as Regras mínimas das Nações Unidas para a proteção de jovens privados de liberdade foram aprovadas pela Assembléia Geral da ONU de 1990, além de outros documentos internacionais sobre o tema. Esses documentos tiveram seus princípios incorporados ao Estatuto da Criança e do Adolescente. Os dois últimos citados já se relacionam à delinqüência, ao ato infracional, que será melhor detalhado a seguir.

Concluindo, na ordenação jurídica do ECA a discriminação refletida no uso do termo “menor” (das leis anteriores) é anulada pelo reconhecimento da criança e do adolescente como “sujeitos de direitos”²¹, significando que não podem mais ser tratados como objetos passíveis de tutela e de controle por parte da família, do Estado e da sociedade.

A adoção da Doutrina de Proteção Integral significa partilhar do entendimento de que a criança e o adolescente terão assegurados, além dos direitos inerentes a todo ser humano, direitos especiais e pertinentes à fase da vida em que se encontram. Portanto, o adolescente que comete qualquer ato infracional, e que será nosso objeto de estudo, é entendido não apenas como alguém que se encontra em conflito com a lei, mas como um ser em desenvolvimento, merecedor de garantias processuais, de respeito e de dignidade.

1.1 - O Estatuto da Criança e do Adolescente e o ato infracional

Diferentemente da denominação Código, que continha uma idéia de Código Penal, de punição, o conceito de Estatuto liga-se a um direito, um “feixe de direitos” das crianças e dos adolescentes (CLARET, 1999). Dentre esses direitos o ECA define um

²¹ A cada direito corresponde também um dever. Por exemplo, direito à escola, dever de respeitar os professores, colegas, patrimônio, etc. Porém existe um forte imaginário que o ECA “passa a mão na cabeça”, e outros comentários de um imaginário de impunidade, e de que o ECA favorece os jovens de atuarem. Escutamos isso em salas de aulas, dos jovens, de suas mães. Nossa leitura é de que os deveres existem, necessitando serem mais bem explicitados.

tratamento à questão do ato infracional e incorporou a orientação já descrita do “Melhor Interesse da Criança”.

No Estatuto da Criança e do Adolescente, a prática de ato infracional é considerada um crime, pois este se orienta, como toda a sociedade, pelo Código Penal: “Considera-se ato infracional a conduta descrita como crime ou contravenção penal” (ECA - art103). Porém, por serem consideradas “pessoas em desenvolvimento”, e por serem incapazes de exercerem atos da vida civil²², as crianças e os adolescentes devem ser representados por um adulto. Sendo assim, eles são considerados inimputáveis, não podendo ser responsabilizados por seus atos, o que não os absolve, de forma alguma, das suas conseqüências.

As medidas sócio-educativas têm caráter pedagógico, e seu objetivo maior é “reconduzi-lo à nova proposta de vida com sua família e reinseri-lo na sua comunidade” (PEREIRA, T., 2000, p. 55). A forma de responsabilização é o cumprimento das medidas determinadas pela autoridade judicial. Aquelas consideradas crianças perante a lei (até antes de 12 anos) são passíveis de receberem as medidas protetivas²³; quando o ato for praticado por adolescentes (12 - 18 anos) eles podem receber as medidas sócio-educativas²⁴, e também as medidas protetivas cumulativamente²⁵. O jovem em conflito pela prática de atos definidos como infrações penais só se submete a medidas sócio-educativas se o Estado comprovar todos os pressupostos da sua imposição: tipicidade, anti-juricidade e culpabilidade, da mesma forma exigida no caso de adultos (CARVALHO, P., 1997, p. 193). Caso ele não cumpra a medida sócio-educativa aplicada o Juiz poderá aplicar uma medida restritiva de Liberdade se assim o determinar.

Descreveremos, agora, o percurso do adolescente, quando comete um ato infracional. Constatada a infração, a Polícia Militar registra a ocorrência, e emite um boletim (BO), sendo o jovem encaminhado para a delegacia, onde é ouvido pelo delegado²⁶. Esses documentos são encaminhados para a Promotoria da Infância e Juventude, assim como os jovens²⁷; o promotor, após escutá-los, apresenta, ou não,

²² Por exemplo, as crianças e os adolescentes não podem viajar desacompanhados ou sem autorização, celebrar matrimônio ou vender um imóvel.

²³ As medidas protetivas, de acordo com o artigo 101 do ECA, são: encaminhamento aos pais ou responsáveis; orientação, apoio e acompanhamento temporários; matrícula e frequência obrigatórias em estabelecimento oficial de ensino fundamental; inclusão em programa comunitário ou oficial, de auxílio à família, à criança e ao adolescente; requisição de tratamento médico, psicológico ou psiquiátrico, em regime hospitalar ou ambulatorial; inclusão em programa oficial ou comunitário de auxílio, orientação e tratamento a alcoólatras e toxicômanos; abrigo em entidade; colocação em família substituta.

²⁴ As medidas sócio-educativas, de acordo com o artigo 112 do ECA, são: advertência; obrigação de reparar o dano; prestação de serviço à comunidade; liberdade assistida; semi-liberdade; internação em estabelecimento educacional.

²⁵ Por. Ex. ele pode receber uma medida com PSC e também tratamento em razão do uso de droga (101-VI)

²⁶ Se o adolescente não está nas condições já descritas para que possa ser acautelado, poderá ser entregue aos pais ou responsáveis, devendo comparecer na Promotoria da Infância e Juventude e ao JIJ quando intimados.

²⁷ Atualmente esse procedimento ocorre, em Belo Horizonte, no Juizado da Infância e Juventude.

uma “representação”, que é a que vai gerar um processo (já que o Juiz só pode atuar se provocado). Gerado o processo, o juiz vai determinar, a partir da audiência e ouvidos o promotor e o defensor, a “medida” que parecer mais adequada ao adolescente.

A aplicação da medida leva em conta as exigências previstas pelo ECA como a capacidade do adolescente em cumprir a medida, a gravidade do ato e outros elementos, alguns já citados²⁸. Ocorre, também, o caso de o jovem ter que permanecer acautelado até antes da aplicação da medida, caso ele estiver nas seguintes situações: repetidos atos infracionais, descumprimento de medida sócio-educativa, ou ato infracional envolvendo violência (ver art. 121 - ECA) e assim decidir a autoridade judicial. Ele pode permanecer em internação provisória até, no máximo, 45 dias, antes que ele receba sua medida Sócio-Educativa.

De acordo com o ECA, apesar de serem considerados inimputáveis, as crianças e adolescentes devem se responsabilizar pelos seus atos. Para que ele não seja nem somente punido, nem tratado como vítima, é fundamental o conceito de responsabilidade, que podemos pensar como um ordenador valioso nesse trabalho sócio-educativo.

A “medida²⁹” é, portanto, a resposta da justiça ao ato³⁰ da criança e do adolescente. A posição desses jovens a partir daí indica a relação do sujeito com seu desejo e suas responsabilidades. O cumprimento dessa “dosagem” aponta para um movimento, mesmo que inicial, de compromisso com o laço social e uma tentativa de ruptura com o laço infracional. Enfim, o importante é que é nessas idas e vindas nas “medidas”, que a transferência se constitui e que trabalhos possíveis ocorrem, como se verá nos itens sobre a clínica com infratores.

1.2 - A responsabilidade e a inimputabilidade

Responsabilidade é uma idéia complexa que admite várias definições, pois reflete valores que podem diferir no tempo, no espaço, no contexto social e no discurso. Seu conceito se baseia na noção de escolha, essencial para a definição de liberdade na filosofia, onde o termo foi usado em relação à possível incompatibilidade do juízo moral com a liberdade e a necessidade absoluta. O conceito de responsabilidade e o termo apareceram no final do século XVIII, relacionados inicialmente à política. A possibilidade de o sujeito prever os efeitos do próprio comportamento e de corrigi-lo fundamentado nessa previsão (MORELLI, 2001, p. 152).

²⁸ Essa questão traz vários impasses e aspectos que têm sido motivo de grande preocupação por parte dos que lidam com os jovens, principalmente nos casos de psicose: como considerar a capacidade do jovem de cumprir a medida, sem desresponsabilizá-lo do seu ato e, articulado a isso, introduzir e favorecer um tratamento.

²⁹ Uma das definições de medida é proporção, alcance, norma e ordem.

³⁰ Os atos vão ser avaliados e caracterizados ou não como infracionais de acordo com o código penal.

Basicamente ser responsável é sentir-se obrigado a justificar suas ações diante de um fórum, de amigos, de uma comissão disciplinar ou de um tribunal. Além disso, responsabilidade expressa uma garantia, a qualidade ou o atributo e a condição pessoal de ser responsável. Daí decorre que a palavra responsabilidade pode ser usada com vários sentidos: como causa, capacidade, resposta, virtude, tarefa ou obrigação (PEREIRA, T., 2000, p. 71). A responsabilidade enquanto resposta pode ser subdividida em Penal e Civil, e é identificada por Mark Bovens, como responsabilidade passiva³¹. A responsabilidade passiva está enraizada na Ciência Jurídica e se apresenta no âmbito penal ou civil, sendo, de modo geral, estes os seus pressupostos:

Ação ou omissão onde os procedimentos para responsabilizar uma pessoa acontecem em face da ocorrência de um dano ou ofensa de caráter material ou moral. Haverá responsabilidade se houver violações de direitos, denúncias ou acusações. Para isto devem existir normas (criminais, civis) ou valores que não precisam, necessariamente, estar explícitos.

Nexo causal – interligação entre uma ofensa e uma norma e a violação de um bem jurídico que pode consistir em um prejuízo material ou moral. Não se deve confundir nexo de causalidade com imputabilidade, sendo o nexo de causalidade determinado por elementos externos e objetivos. Modernamente, o nexo de causalidade gerador de reparação estabelece a vinculação com um fato e aí está a evolução da responsabilidade no plano subjetivo para um plano objetivo.

Imputabilidade – é determinada por elementos subjetivos e internos e deve ser sempre possível atribuir-se a conduta a uma pessoa ou um grupo delas; é determinada por elementos subjetivos e internos; o agente deve ter tido a possibilidade de agir diferente. A legítima defesa ou a força maior afastam a responsabilidade do agente. Deve ser nítida a sua condição sob o ponto de vista de sanidade mental e a consciência da possibilidade de um dano material ou moral.

Sanções – destacam-se, não só quanto à possibilidade de compensar a vítima, mas sob o ponto de vista preventivo, no sentido de ressaltar a importância das normas que foram violadas. A possibilidade de justificar-se perante um fórum, muitas vezes reflete por si só as sanções. As sanções se apresentam no mundo jurídico das mais variadas formas: indenizações, sanções convencionais, etc.

Tais considerações nos conduzem a um pressuposto básico para definir a responsabilidade do adolescente. Quando debatemos a idéia de responsabilidade passiva, devemos fixar nossas reflexões no conceito de Responsabilidade enquanto

³¹ Mark Bovens. *The Quest for Responsibility: accountability and Citizenship in Complex Organizations*, p. 45-72.

resposta. Ele responde pelos atos praticados, mas sua resposta deve ter características próprias (PEREIRA, T., 2000, p. 73). Buscando conjugar a inimizabilidade e responsabilidade penal juvenil, o art. 228 da Constituição, ao conferir inimizabilidade penal até os dezoito anos, ressaltou a sujeição às normas da legislação especial. “Assim, respondem penalmente face o nítido caráter retributivo e sócio-educativo das respectivas medidas, o que se apresenta altamente pedagógico sob o ângulo dos direitos humanos de vítimas e vitimizadores³²”. As medidas podem ser identificadas como uma “espécie do gênero das penas” cuja resposta, tenha o nome que tiver, protetiva, sócio-educativa, corresponderá sempre à responsabilização pelo ato delituoso. Tais medidas, por serem restritivas de direitos, inclusive de liberdade, consequência da responsabilização, apesar de caráter penal. O grande avanço, afirma Antônio Fernando do Amaral e Silva, será admitir explicitamente a existência da responsabilidade penal juvenil, como categoria jurídica, enfatizando o aspecto pedagógico da resposta como prioritário e dominante.

Emílio Garcia Mendes, jurista que tem vários trabalhos nessa área, destaca o movimento na América Latina de tratamento dado à questão da delinquência juvenil, ora tratando esses jovens como vítimas, ora como criminosos. Considerando esses aspectos e assim caracterizada como Responsabilidade sócio-educativa ou Responsabilidade Penal Juvenil, devemos assumir em definitivo a idéia de que o adolescente que pratica ato infracional não está impune perante a lei brasileira, e que ele responde por seus atos e está sujeito a um processo legal apropriado à sua condição de sujeito em desenvolvimento e em fase de formação.

Reafirmamos, assim, a valiosa consideração da já citada autora, de que “há que se investir, sobretudo, na instrumentalização do Judiciário para a aplicação e acompanhamento das medidas sócio-educativas. Ressalvado seu caráter punitivo, elas devem ser, antes de tudo, pedagógicas, exigindo preparo técnico dos aplicadores, numa mudança definitiva na cultura do atendimento” (PEREIRA, T., p. 75).

Muito mais que uma lei que garante direitos à infância e adolescência, o Estatuto surge como um novo modelo de sociedade, no qual está prevista a participação da sociedade civil que se organiza para deliberar sobre as políticas de atendimento à infância. Mas que também pressupõe um engajamento maior dos membros da magistratura em questões essencialmente sociais, para que, aos poucos, a

³² Antônio Fernando do Amaral e Silva. “O Mito da Inimizabilidade Penal e o Estatuto da Criança e do Adolescente”, trabalho divulgado no site da Associação Brasileira de Magistrados e Promotores de Justiça da Infância e Juventude – ABMP – www.abmp.org.br, 1998.

sociedade brasileira veja com outros olhos a infância que ela mesma produz (BRANCHER, 2000, p. 143).

2 - Contextualização das medidas sócio-educativas e protetivas

Irma Rizzini (1993) focaliza as concepções do menor e da criança subjacentes à atuação do Juízo de Menores desde sua criação, em 1932, até 1941, com a criação do Serviço de Assistência ao Menor - SAM³³, quando ficou consolidada a concepção de menor. Ele passou a ser “estudado, examinado e qualificado”, levando em conta características morais, físicas, sociais, afetivas e intelectuais. Esses exames utilizavam conceitos psicológicos, médicos e pedagógicos que permitiam dar ao diagnóstico um caráter de cientificidade, atribuindo ao menor uma personalidade normal ou patológica (p. 83). De uma classificação moral do menor, passou-se para o entendimento “científico” com o propósito de identificá-lo e enquadrá-lo dentro de um diagnóstico, revelando uma redução positivista do diagnóstico e tratamento. A idéia era de que o primeiro passo para a solução do problema era classificar e conhecer a criança, isto é, estudá-la à vista de recursos técnicos postos ao alcance da administração, para poder decifrá-la e saber se ela é sã, se é doente.

A grande maioria dos casos apresentava algum tipo de anomalia mental ou afetiva, cujas indicações podiam provir de métodos psicológicos ou educacionais, como a psicoterapia, a reeducação moral e o ensino profissional, mas passavam, na maioria das vezes pela “internação em estabelecimento disciplinar” (RIZZINI, p. 88). Nesse período, o uso do termo “psicopata” aparecia em ofícios, como o de Melton Alencar Netto, diretor do laboratório de Biologia Infantil, em ofício ao juiz Sabóia Lima (1939) que afirmava: “Os que possuem um Q.I. abaixo de 40, o seu grau de educabilidade é insignificante o mais conveniente seria interná-los, definitivamente, num asilo ou colônia de psicopatas” (p. 515) (apud, RIZZINI, p. 89).

O exame psicológico objetivava identificar distúrbios psíquicos servindo-se da classificação nosológica, e as crianças e os adolescentes eram rotulados como portadores de distúrbios mentais ou afetivos. Esse diagnóstico era utilizado para justificar a internação em “estabelecimento disciplinar”, que oferecia o “tratamento adequado” a esses tipos de distúrbios. O princípio orientador era o de regenerar e de transformar os delinqüentes em cidadãos úteis à sociedade. Assim, a causa do ato infracional cometido dizia respeito a características individuais do adolescente,

³³ Criado pelo governo Getúlio Vargas assumindo as funções de organizar os serviços de assistência, fazer o estudo e administrar o tratamento aos menores, tendo sido, portanto, essa função retirada da alçada dos juizes, mantendo-se a cargo desses a função de fiscalização (RIZZINI, O elogio do científico, p. 92)

enquanto a família e a sociedade eram isentas de qualquer responsabilidade pela “conduta desviante” do “menor”.

Iniciaremos, aqui, um estudo mais detalhado sobre a prática com adolescente infrator em Belo Horizonte. Esse recorte levará em conta os últimos dez anos e suas transformações.

Até 1994, funcionava como órgão judicial na Infância e Juventude o “Juizado de Menores de Belo Horizonte”. Nessa ocasião foi criado o Juizado da Infância e Juventude de Belo Horizonte (JIJ-BH), seguindo toda a orientação já descrita da criança como sujeito de direitos. O JIJ é uma vara do Tribunal de Justiça de Minas Gerais especializada em trabalhar com crianças e adolescentes, tendo uma atuação ampla que inclui desde a intervenção nos processos judiciais até a fiscalização de entidades como creches, abrigos, regulando, também, os alvarás para shows e autorizações para viagens, entre outros. O setor técnico do Juizado é composto por assistentes sociais, psicólogos que atuam nos casos de adoção, guarda, tutela, em casos de “Providência”, em que a criança ou adolescente esteja em situação de risco, nos casos dos processos por atos infracionais, além de outros. Voltando ao foco principal do nosso trabalho, abordaremos um certo percurso dos profissionais de serviço social e psicologia nessa área.

O serviço social foi criado em junho de 1954, embora, em 1953, já houvesse assistentes sociais trabalhando com jovens “delinqüentes”. Em agosto de 1958, foi criado o Setor de Menor Infrator (SMI). Em maio de 1980, surgiu o Setor de Psicologia e, em agosto de 1982, o Setor de Psiquiatria, com profissionais vinculados à Secretaria do Interior e Justiça. Ao setor técnico competiam estudos de casos encaminhados ao Juizado, tais como: pedidos de internamento, guardas, tutelas, ocorrências envolvendo menores de rua, situação irregular de abandono, maus tratos, casos de infrações cometidas por menores, etc.

O já citado artigo 150 do ECA regulamenta e legitima a inserção da equipe interprofissional no aparato Judiciário, e o artigo 151 preconiza sobre as atribuições dessa equipe: *desenvolver trabalhos de aconselhamento, orientação, encaminhamento, prevenção e outros...* Um dos efeitos dessa regulamentação foi a ampliação da equipe de profissionais do Juizado da Infância e Juventude de Belo Horizonte.

Em 1992, como efeito do ECA, a entrada de profissionais de psicologia e serviço social se intensifica através de concurso público e os profissionais são ligados ao Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Naquela época, a Seção de Atendimento ao adolescente em Situação Especial - SAASE trabalhava com a execução das medidas

em meio aberto e com o acompanhamento da execução das medidas restritivas de liberdade. Nessa ocasião, os jovens que recebiam as medidas sócio-educativas de advertência, Obrigação de reparar o dano, Prestação de Serviços à Comunidade e Liberdade Assistida eram atendidas dentro do Juizado da Infância e Juventude de Belo Horizonte, ou seja, os adolescentes eram acompanhados, no cumprimento das medidas, pelos técnicos judiciários, como será melhor detalhado posteriormente.

A atuação dos profissionais do JIJ com medidas restritivas de liberdade ocorria quando se fazia necessário, tendo sido criado um setor específico posteriormente, a Seção de Acompanhamento de Medidas Restritivas de Liberdade - SAMRE. Citarei alguns projetos que foram implantados para a execução das medidas sócio-educativas e protetivas. Em 1995 não havia unidade de semi-liberdade, havia somente um centro de internação em Sete Lagoas. Todo um projeto pedagógico que antes funcionava na instituição havia sido interrompido e as oficinas, atendimentos e projetos pedagógicos prejudicados pela falta de recursos e investimentos políticos (1995).

Desde então, verificamos uma gradual construção³⁴ em torno do ECA e da concepção de que as ações devem buscar orientar-se pelo “melhor interesse da criança”, conforme já assinalamos. Hoje, funcionam em Belo Horizonte dois centros de internação provisória para meninos, quatro centros de internação para adolescentes com medida sócio-educativa de internação³⁵ e duas casas para o cumprimento da medida de semi-liberdade, também para adolescentes do sexo masculino. Existe uma internação para adolescentes do sexo feminino, que cumpre também, quando necessário, a função de internação provisória. Não poderia deixar de registrar o avanço da qualidade dos atendimentos, dos projetos pedagógicos, do empenho dos profissionais que trabalham nesses centros, e em outros programas nessa área³⁶. Pela extensão do tema principal dessa dissertação, optamos por apenas citar esses projetos e detalhar um pouco mais a execução das medidas sócio-educativas não restritivas de liberdade, para entrarmos no caso que suscitou o tema da dissertação.

Atualmente, psicólogos e assistentes sociais³⁷ trabalham em quatro seções: Seção de Estudos Familiares - SEF; Seção de Orientação e Fiscalização das Entidades

³⁴ Dr. Tarcísio José Martins da Costa esteve como Juiz da infância e Juventude de Belo Horizonte por vários anos, e provocou, com a ajuda dos Juizes auxiliares, promotoria e outros órgãos, o município, a sociedade civil e todos nós, possibilitando a construção de alguns centros de internação (além de outros projetos) que foram assumidos por órgãos públicos e ONGS. Foram passos importantes no avanço nessa implementação das “medidas” proposta pelo ECA, para que possamos construir com cada adolescente a sua “rede”, que favorecerá sua constituição como sujeito e como cidadão.

³⁵ Ver Anexo 4

³⁶ Embora tenhamos ainda muito a avançar.

³⁷ Criado o cargo de “técnico judiciário”, ocupado por assistentes sociais (assistente social judicial) e por psicólogos (psicólogo judiciário), foi necessária a realização de concursos públicos, e esses profissionais vêm trabalhando, não só em Belo Horizonte, mas também em outras cidades de Minas Gerais. Foi elaborado um texto mais explicativo sobre o assunto, que foi encaminhado para publicação ao programa de Liberdade Assistida da PBH.

Sociais - SOFES; Seção de Atendimento ao Adolescente em Situação Especial - SAASE e Seção de Acompanhamento Medidas Restritivas de Liberdade – SAMRE, constituindo o Setor Técnico (SET)³⁸. Em algumas seções, as equipes contam com o trabalho mais direto dos comissários do JIJ (embora, quando determinado pelo juiz, eles atuam em todas as seções).

Iremos nos ater à atuação dos técnicos da SAASE³⁹, local onde trabalho. A função do “técnico judiciário” (psicólogos e assistentes sociais) é de elaboração de estudo técnico, solicitado pelo juiz, antes da aplicação das medidas sócio-educativas e/ou protetivas. A função primordial da Seção é o atendimento às crianças e adolescentes autores de atos infracionais e aos seus familiares, a partir das determinações e solicitações dos juizes, intervindo nos casos, oferecendo sugestões e construindo alternativas. A atuação dos técnicos dessa Seção, após a determinação judicial da medida, dá-se com aqueles jovens que receberam medidas sócio-educativas não restritivas de Liberdade, como Liberdade Assistida (LA⁴⁰) e Prestação de Serviços à Comunidade (PSC), ou medidas protetivas nos processos da vara criminal. Os profissionais acompanham a execução do cumprimento da medida sócio-educativa de Liberdade Assistida⁴¹ e de Prestação de Serviços à Comunidade⁴², realizada hoje pela Secretaria Municipal de Assistência Social - SMAS da prefeitura de Belo Horizonte. O atendimento dos técnicos da SAASE será mais detalhado posteriormente.

O acompanhamento técnico das medidas sócio-educativas de Liberdade Assistida e Prestação de Serviços à Comunidade iniciou-se em 1990, ou seja, a partir da implantação do Estatuto da Criança e do Adolescente. Daquele período até o início da municipalização do cumprimento das medidas de Liberdade Assistida, 1999, o acompanhamento era realizado pelos técnicos do judiciário, nas dependências da instituição. O trabalho consistia em atendimentos individuais e/ou grupais, aos adolescentes e seus pais, de acordo com a exigência do caso; encaminhamentos para cursos, trabalho educativo (com todas as dificuldades e limitações que encontramos ligadas a esses recursos), tratamento de saúde físico-mental, escola, etc. Eram realizadas palestras por profissionais convidados pela SAASE, sobre temas discutidos

³⁸ Em o JIJ dividiu-se em duas varas: civil e infracional, embora funcionem no mesmo local.

³⁹ SAASE – Setor de Atendimento ao Adolescente em Situação Especial. Setor do Juizado da Infância e Juventude de Belo Horizonte, que trabalha principalmente com o acompanhamento da execução das medidas sócio-educativas em meio aberto e outras funções que serão citadas no texto.

⁴⁰ Explicitaremos a seguir maiores informações sobre o início do programa, mas é importante ressaltar que ele vem funcionando a seis anos, considerando a escuta singular de cada sujeito e os aspectos sociais e judiciais de cada caso. Eles ganharam o prêmio sócio-educando em 1999, merecendo, a meu ver, destaque a administração do prefeito, naquela ocasião, Patrus Anannias, que assumiu o que é função do município, a equipe que o acompanhou nesse processo e a coordenação do programa de LA, que vem sustentando um trabalho muito importante para Belo Horizonte.

⁴¹ Situaremos o surgimento desse importante programa, mas gostaríamos de deixar já registrada a sua grande importância nesse processo. A coordenação do programa de LA vem conseguindo manter a orientação da psicanálise na escuta dos casos, associada à busca de reinserção social dos jovens.

^T Programa também muito importante nesse processo, que iniciou em 2005 pela PBH, conforme explicaremos.

pelos adolescentes durante os atendimentos; trabalhava-se com musicoterapia e faziam-se visitas a locais de interesse dos adolescentes. A abordagem e o nível de intervenção dependiam da formação de cada técnico, da indicação e demanda dos casos, assim como das condições de trabalho, limites e possibilidades, no contexto do judiciário.

Tendo em vista o art. 88 do ECA (que versa sobre a municipalização do atendimento), a complexidade dos casos e a busca de parcerias que contemplassem a atenção integral ao adolescente, foi firmado um convênio, em junho de 1998, com a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (SMDS) da Prefeitura de Belo Horizonte, e, desde então, os adolescentes com medida de Liberdade Assistida são atendidos pelos técnicos do respectivo programa, na comunidade onde vivem.

Desde novembro de 2004, também aqueles adolescentes com a medida de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC), que foram atendidos na SAASE nos primeiros anos e, posteriormente, pelo SOFES⁴³, passaram a ser atendidos pelo programa de PSC da PBH. Segundo Maria de Lourdes Trassi, “Municipalizar” não significa “prefeiturizar”, ou seja, transferir toda a responsabilidade quanto à gestão de equipamentos e serviços federais e estaduais instalados no município para a prefeitura, mas, “não significa, também, deixar a cargo da justiça da infância e juventude local – juiz e promotor – a execução do programa”. Ela argumenta, ainda, que a importância dessa instância é porque a função do juiz, quem aplica a justiça, determina a sentença, enquanto articulação de poderes e necessidade de integração no atendimento direto, não justifica a existência de mecanismos de atendimento que estimulem a fragmentação e a sobreposição de programas.

Quando um juiz solicita a intervenção do setor técnico, é necessária uma resposta que indique possibilidades. É interessante responder a partir de uma lacuna, mas é necessário apostar para um saber a ser construído pelos diversos olhares e escutas sobre o real que se apresenta nos casos. Ou seja, é preciso uma construção que considere o singular do caso e articule as propostas de intervenções necessárias que se encontram nos dispositivos jurídicos (audiências, sindicância, atendimento no setor técnico, encaminhamentos) e nos dispositivos do executivo, ou seja, dos programas e serviços com os quais trabalhamos.

Essa orientação (melhor interesse da criança) vem impulsionando a entrada, no aparato judiciário, e no executivo de vários profissionais das áreas humanas e sociais, como já foi dito, e em outros órgãos que trabalham com crianças e adolescentes, de

⁴³ Seção do juizado já citada, que acompanhou os jovens nos últimos anos. No livro *Estatuto da Criança e do Adolescente Comentado* do Dr. Tarcísio José Martins da Costa há uma descrição mais detalhada desse funcionamento.

modo a construir, de forma enriquecedora e promissora, uma “rede⁴⁴” comprometida com a Doutrina de Proteção Integral.

O trabalho com o adolescente infrator busca orientar-se pela lógica da proteção integral, de forma que, a partir do encontro com a lei formal e do cumprimento de uma medida, e o jovem possa não apenas responder pelo que fez e construir/reconstruir suas atitudes, mas também ter consciência de quanto elas podem afetar as pessoas numa sociedade.

Percebemos que a possibilidade de intervenção efetiva deverá levar em conta os aspectos da subjetividade, assim como os aspectos sociais. Esses jovens são vítimas de maus-tratos da família, frutos da devastadora exclusão social feita pelo capitalismo, enfim, da terrível desigualdade da distribuição de renda. Conforme o Desembargador do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, Antonio Fernando do Amaral, “ao analisar as causas da delinqüência juvenil e da crescente violência urbana destaca-se que o fenômeno decorre, principalmente, da injusta distribuição de renda, da miséria e da falência das políticas sociais básicas⁴⁵” (1998, p. 2).

Célio Garcia⁴⁶ propõe aos profissionais do serviço social, da psicologia, da educação como resposta às solicitações dos Juizes das Varas da Infância e Juventude, o trabalho com o real do grupo familiar (Clínica das Transformações Familiares), e não simplesmente tratar a questão como um “problema social”. A proposta é uma aproximação entre a psicanálise e o social, uma psicanálise

trabalhada em nível do que chamamos Clínica do Social, um Social atento ao real do sujeito, ao seu próprio corpo, sujeito incluído na trama - não unicamente materializada, mas de valor e inscrição simbólicas, em estado de ruptura de suas relações baseadas na Lei (GARCIA, p. 16).

3 - Possibilidades, particularidades e limites da clínica com o adolescente infrator

Podemos definir o trabalho dos profissionais da SAASE a partir de dois eixos: o político e o clínico-jurídico-social. O político refere-se à participação conjunta dos técnicos e dos outros órgãos envolvidos, buscando as articulações necessárias e as propostas de projetos. Também nesse eixo, podemos localizar a construção diária com

⁴⁴ Essa idéia de “rede” tem sido muito utilizada em Belo Horizonte no trabalho em torno do caso. Mais uma vez, Célio Garcia inovou, fazendo-nos pensar em “rede das redes”, Ele trata dessa questão em seu livro *Operadores do simbólico*. Também se constitui em Belo Horizonte uma “rede de medidas”, onde se reúnem, mensalmente, representantes das várias instituições ligadas à infância e a medidas sócio-educativas e protetivas. Nessas reuniões, os problemas e impasses vão sendo trabalhados e as soluções construídas e articuladas.

⁴⁵ “O mito da Inimputabilidade Penal e o Estatuto da Criança e do Adolescente”. Trabalho divulgado no site da Associação Brasileira de Magistrados e Promotores de justiça da Infância e Juventude – ABMP (www.abmp.org.com.br)

⁴⁶ Em 1996, alguns profissionais da SAASE buscaram supervisão com Célio Garcia; esse grupo se manteve por vários anos, conforme relatado pelo Dr. Célio no livro *Psicologia jurídica – operadores do simbólico* (2004), p. VII.

cada programa de modo a melhorar, cada vez mais, o fluxo entre as instituições. Exemplo disso são os contatos e articulações com os programas de Liberdade Assistida, de Prestação de Serviços à Comunidade, Serviço de Orientação Sócio-Familiar (SOSF)⁴⁷, dentre outros.

O eixo clínico-jurídico-social tem, como uma de suas diretrizes de atuação, o primeiro atendimento aos jovens, que é realizado na SAASE após a determinação da medida sócio-educativa. Nesse momento, buscamos situá-los com relação à sua medida⁴⁸ e condições de cumprimento, assim como transmitir-lhes a idéia central do ECA e sensibilizá-los para uma mudança. Os enunciados da sentença referem-se aos artigos do código infringido, sendo a lei anunciada em caráter impessoal, seguindo a lógica formal. Para a lógica formal, os enunciados são verdadeiros ou são falsos, não há meio termo. A “modalização da Lei”, expressão cunhada por Célio Garcia (2003, p. 80), é um modo de transmitir ao adolescente infrator a Lei formal, no sentido que diga respeito ao adolescente infrator, que chegue até ele de forma modalizada⁴⁹.

Quando se trata da elaboração de um estudo, acreditamos se, cada vez mais indicado e necessário realizarmos intervenções que favoreçam o surgimento de uma demanda a fim de efetivarmos os encaminhamentos. Por exemplo, se o jovem está, fora da escola, demonstra interesse em voltar, ou ainda, se detectamos um aspecto sério da saúde mental, toxicomania, já buscamos sensibilizá-los e apontar as possibilidades.

Mais do que um escrito ao juiz, o que é também fundamental (o que escrever, como, o que é importante transmitir do caso para auxiliá-lo nas suas decisões), acreditamos que as intervenções do técnico devem visar a implicação das pessoas nas situações, para que repensem, coloquem em palavras e percebam qual a participação de cada um na trama encenada.

A aplicação das medidas de Liberdade Assistida e Prestação de Serviços à Comunidade obedecem ao seguinte percurso: após o atendimento do adolescente e responsáveis, é elaborado um relatório com os dados pessoais, jurídicos e o que foi escutado de importante pelo técnico judiciário. Esse relatório, juntamente com a determinação judicial da medida e o SISCO, é encaminhado ao programa (LA e/ou

⁴⁷ Serviço de Orientação Sócio-Familiar - SOSF é um programa da Secretaria de Assistência Social da PBH e foi criado para atender os casos com a medida protetiva aplicada 101-IV do ECA.

⁴⁸ É interessante trabalhar com o adolescente o “SISCO” (registro dos atos infracionais, medidas aplicadas, situação com as mesmas - se cumpriu, ou não, se encerrou). Um exemplo disso é um jovem que, durante a entrevista, quando percebi que havia atos infracionais seguidos determinado período, perguntei sobre o que havia ocorrido. Ele se espantou e disse que pouco antes dessa série de atos, recebera a notícia de que iria ser pai, ficou desesperado para arrumar dinheiro, mas gastava com drogas, não conseguia levar o dinheiro para a namorada grávida (até então, ele não havia se dado conta, conscientemente dessa relação).

⁴⁹ Célio Garcia esclarece, ainda, que a Lógica Modal se ocupa de expressões tais como possível, impossível, necessário, contingente, (2003, p. 80).

PSC)⁵⁰. A SAASE mantém um acompanhamento da execução da medida, através de relatórios e de encontros periódicos com os técnicos da PBH. A equipe do SAASE intervém agilizando os procedimentos necessários, atendendo os jovens, discutindo os casos com os juízes e promotores, ou seja, mediando e intercedendo nas situações específicas desse campo.

Durante o cumprimento da medida pelo adolescente, sempre que solicitadas pelo técnico dos programas de LA e PSC, são realizadas intervenções junto ao adolescente e seus familiares, visando a relançá-los no *pro-jeto* de vida, favorecendo a “medida” no ponto onde ela corre o risco de ser rompida. Conforme esclarece Célio Garcia, esse *pro-jeto*⁵¹ é um “impulso que nos lança e relança a cada dia em nossa labuta diária. Um *pro-jeto* de vida está isento das representações habituais, tais como as escolhas de profissões de classe média e alta” (GARCIA, 2004, p. 82). A Clínica do Social possibilita a criação das bases para um *pro-jeto* que produza alguma coisa sobre a qual não temos controle absoluto, já que “até certo ponto ele é pensado sem a insistência sobre as identificações encontradas na história de cada um” (ibid, p. 82).

A instituição⁵² é lugar de produção de efeitos que tornem possíveis outras saídas ao adolescente; que ele consiga falar de seu sofrimento, de sua história e, a partir desse movimento, se lançar na busca de outros caminhos que não o da violência. Não se procura um ideal de adaptação que faça cessarem os conflitos, mas algo que possibilite um reposicionamento do sujeito perante as vicissitudes que a vida lhe apresenta (BOA MORTE e et al., 2005).

Podemos nos valer das contribuições de Lacan sobre o sujeito⁵³ evanescente, que pode emergir quando da escuta e marcação de um significante, não para uma “entrada em análise”, como poderia ser em uma instituição de tratamento, mas para que uma interrogação, uma pergunta, possa ser feita que possa ser feita uma pergunta que faça vacilar as posições endurecidas e ensurdecidas que se apresentam nos atos infracionais e nos atos agressivos.

⁵⁰ Os casos são convocados pelos técnicos dos programas. O problema da capacidade de absorção da demanda pelos programas que executam as medidas sócio-educativas é uma questão bastante delicada, pois apesar do esforço das coordenações e dos técnicos das instituições envolvidas nesse trabalho, existem mais jovens do que “vagas” no momento. Porém, essa é uma questão que envolve decisão política, e portanto, outros aspectos que não pretendemos tratar aqui, mas infelizmente, em todas as medidas, algumas vezes o jovem demora a iniciar o cumprimento da medida por não haver vaga.

⁵¹ Termo cunhado por Célio Garcia.

⁵² Podemos pensar aí que “Instituição” poderia ser: judiciária, promotoria, defensoria, programas de execução das medidas sócio-educativas, da saúde, etc. Mas, o trabalho de “acompanhamento” seria de uma delas, principalmente, mesmo que houvesse articulação de rede, ou seja, várias instituições envolvidas.

⁵³ Citarei o exemplo de um caso que cumpria medida de LA. Teve outro processo por porte de drogas e o atendi novamente no JIJ. Quando perguntei ao jovem sobre o que ocorrera, ele inicialmente afirmou que o guarda havia encontrado droga no beco perto de sua casa. Logo depois ele já colocou que não, ela havia sido encontrada dentro de sua casa, e fez um ato falho dizendo “ela estava no meu bolso”. Quando repeti o que ele disse, já que ele não escutou, ele riu e se assustou. Esse é um dos exemplos da emergência do sujeito (referindo-me aí ao ato falho, sonho, chiste, significante).

A medida sócio-educativa é a resposta da Lei ao ato do adolescente, sendo nosso trabalho direcionado para que possa ser dado um tratamento, pelo jovem, ao seu ato através do cumprimento das medidas, uma subjetivação que favoreça a construção de um outro laço social que não o da infração e da violência. Um tratamento simbólico ao real do ato, levando em conta a maneira singular de resposta em cada adolescente. O trabalho do técnico implica uma escuta, uma direção que propicie uma implicação subjetiva do jovem, um desejo de saber... de si, do outro, o surgimento de uma demanda. Conforme enfatiza Carlo Viganó (2003):

a escuta deve-se estender além das palavras enunciadas pelo paciente, deve reconhecer nessas palavras as condições emotivas da enunciação, compará-las com o que a família conta, inseri-las nos acontecimentos da sua realidade infantil, das suas implicações sociais (história de amor e de trabalho, grupo de referência, isolamentos, etc.) (p. 48).

Além disso, a escuta deve registrar as posições subjetivas localizadas na relação com o jovem, assim como suas escansões: agressividade, desaparecimento, excessiva disponibilidade e outros que nós chamamos demanda (VIGANÓ, 2003, p. 48). Esse é, portanto, o objeto psíquico a ser construído, a demanda, esse lugar do Outro. Ele assinala, ainda, que hoje é sempre mais freqüente uma posição “*em eclipse subjetiva*”, uma relação com o Outro mediada pelos objetos de consumo.

3.1 - O acompanhamento: uma possibilidade

A clínica surge como uma aquisição valiosa trazida pela psicologia, pela medicina, pelos que se debruçam sobre o leito (*cline*, do grego *Klevn = cama, leito*) na tentativa de acompanhar aquele que atendemos (GARCIA, 2004, p. 83). É um ensino que se dá a partir do particular do sujeito, não a partir do universal do saber (VIGANÓ, 1999, p. 51).

O desastre da vida pessoal dos jovens infratores faz com que eles cheguem até nós sem o peso das identificações que as famílias criam e carregamos a duras penas, sendo por causa delas que nos sentimos culpados. Tiveram uma trajetória de exposição a situações de risco social e pessoal, com efeitos desastrosos em suas vidas. A ausência do genitor, o desemprego, as condições precárias de sobrevivência atravessam suas vidas, marcadas pela violência e revolta, vividas em situações de desagregação do grupo familiar. A violência é um comportamento, um modo de resolver conflitos e de comunicar, transmitido aos mais jovens (GARCIA, 2004, p. 81).

O acompanhamento é uma situação privilegiada "para uma postura reflexiva, o que assegura ao acompanhamento seu mais claro objetivo" (GARCIA, 2004, p. 80). Acompanhar ou conduzir um *pro-jeto* seria

fazer alguma passagem na tentativa de inserção no registro simbólico, tais como instituições jurídicas, justiça trabalhista, exercício do voto, discussão em grupos de comunidade de base, viabilidade de um discurso político que não seja necessariamente o do bando e da violência (ibid, p. 82),

todas as ocasiões em que houver possibilidade de se fazer laço social. Não se trata de inserção, que pode vir por acréscimo.

Célio Garcia propõe três etapas nesse processo/acompanhamento: a localização do problema, que consiste na identificação do sofrimento do jovem infrator, a passagem da impotência à impossibilidade e a relação com real. A escuta considerada a partir da *polis* permeia todo o processo. O adolescente é desprovido da autonomia obtida pela flexibilidade do eu. "A psicologia tradicional chamaria essa falha de *patologia da autodisciplina* ou da *perda de identidade do eu*, limitando-se a constatar a ruptura para logo em seguida operar uma sutura" (ibid, p. 82). No trabalho de acompanhamento, diferentemente dessa concepção, estaria, na construção do *pro-jeto*, uma concepção que dispensa a tentativa de recuperação do recalcado, e o reposicionamento do sujeito diante das formas de satisfação pulsional.

É preciso que o sujeito construa, a partir de seu ato, uma ficção da qual possa servir-se. Ou seja, borderar o real com significantes sem reduzi-lo a uma interpretação, mas abrindo caminhos para uma construção possível. É uma das possibilidades de pensarmos, através de uma orientação psicanalítica, os efeitos do cumprimento da medida sócio-educativa, do ponto de vista da subjetividade em jogo. É como se acompanhássemos o percurso do jovem do ato infracional ao sintoma, sintoma, aqui, visto como laço social e como questão, pergunta dirigida a um Outro⁵⁴. Por exemplo, um jovem que, próximo do encerramento de medida, começou a falar do ciúme excessivo que sentia da namorada, assim como um outro que falou de suas dúvidas quanto à sua sexualidade.

Entretanto a experiência tem mostrado que não é interessante mantê-los mais tempo na medida em função de, no momento em que poderia ser um início do tratamento propriamente dito, solicitarmos o encerramento da medida do Juiz. Porém,

⁵⁴ O Outro é um conceito complexo formulado por Lacan; gostaríamos de frisar aqui a dimensão do Outro como simbólico, do inconsciente, do campo que não é o do sujeito. Jacques-Alain Miller esclarece que o Outro está desde o começo, "como uma simbolização arcaica da mãe" correlativa ao objeto real. A seguir há uma inversão: o objeto se torna simbólico do dom da mãe e a mãe se torna potência real (MILLER, mai/2005, p. 40). Essa questão será retomada na final do capítulo III da dissertação.

trata-se de intervir valorizando sua produção e indicando possibilidades de endereçamentos. Com o passar dos anos foi criada na SAASE, a frase, “passar do ponto”, que assim se explica: se chegar o momento de encerrar o atendimento e o técnico não o fizer, perde um momento importante e, na maioria das vezes os adolescentes vão parando de comparecer aos encontros. Isso significa que nós também estamos submetidos à Lei, que eles sabem dos critérios do tempo, questionam (ainda bem!), o que nos possibilita trabalhar com os adolescentes sua entrada, e portanto, sua saída. É necessária a atenção aos critérios, o tempo de cada um e o tempo de cada medida, sendo por isso tão importante a construção da medida simbólica. E nessa construção, outro aspecto, já citado, importante no acompanhamento do adolescente infrator, é a responsabilização.

Recorreremos ao escrito de Lacan: “Introdução teórica às funções da psicanálise em criminologia” (1950), onde ele assinala que a função da psicanálise não é desresponsabilizar o criminoso, mas sim favorecer a sua responsabilização:

Mas é porque a verdade que ela busca é a verdade de um sujeito, precisamente, que ela não pode fazer outra coisa senão manter a idéia da responsabilidade, sem a qual a experiência humana não comporta nenhum progresso. (LACAN, 1995, p. 131).

Miller, no texto “Saúde Mental e Ordem Pública” coloca que não há critério mais evidente da perda da saúde mental que aquele manifestado na perturbação da ordem pública, porém não é suficiente esta equivalência. Há perturbações das quais se incubem a polícia, a justiça, ou a saúde mental, sendo a responsabilidade o critério operativo. Se ele é responsável e se pode castigá-lo ou, pelo contrário, ele é irresponsável e se deve curá-lo, divisão não ideal, mas operativa. A saúde mental é uma subcategoria, parte do conjunto da ordem pública (MILLER, 1999, p. 21).

3.2 - As instituições: diferenças e particularidades

Cada instituição tem os seus critérios de atendimento, sua forma de estruturar os serviços, o modo de entrada e saída dos “usuários⁵⁵”. Como está implícito na própria distinção de poderes, as funções do executivo e do judiciário têm estruturas diferentes. Uma instituição de saúde tem os “critérios de alta”, ou transferência de serviços, de acordo com os sintomas, com as necessidades do usuário e muitas outras questões. Em uma instituição de atenção à saúde mental, um tratamento é dado à demanda e aos atos do sujeito (como, por exemplo, nos casos de tentativa de auto-extermínio, uso grave de drogas, etc.). Porém, eles estão no campo circunscrito pela saúde mental, embora se entrecruzem, algumas vezes, com o campo do Direito. Em uma instituição

que privilegia o tratamento do psicótico, os critérios de “alta”, por exemplo, provavelmente serão diferentes de outra de atendimento aos toxicômanos⁵⁶, por exemplo.

Conforme assinalou Célio Garcia (2004) no texto “Lacan e companhia” (p. 328), o lugar que somos levados a ocupar para o jovem infrator, pelo menos inicialmente, é de “suposto poder”, não de “suposto saber”⁵⁷. Devemos intervir desse lugar sem, encarnarmos um saber absoluto, mas atuarmos do lugar em que nos colocam, surpreendendo-os. No Judiciário, trabalhamos o tempo todo com “processos”, cabendo a nós, operadores do simbólico⁵⁸, responder desse lugar da lei, contribuindo para que o jovem possa se endereçar à escola, ao tratamento, ou ao programa de Liberdade Assistida com alguma questão ou demanda formulada. Em outras palavras, que, a partir do processo judicial, um outro processo possa se iniciar: o da produção de um sujeito de desejo, e, via transferência possibilitar a elaboração que uma suposição de saber.

Em uma instituição do judiciário, em um juizado especial, o trabalho do técnico, tal qual descrevemos no início do capítulo, tem o enquadre da determinação judicial da “medida”, seja ela protetiva, ou sócio-educativa. Nesse espaço, cada profissional tem sua liberdade de intervenções. O tempo, a suposição de saber e de poder, o fato da medida ser uma sanção, que se não cumprida a medida, o Juiz pode determinar intimação, busca e apreensão, regressão de medida, são todos os elementos que apontam as particularidades do nosso trabalho.

Percebemos que há uma dificuldade dos adolescentes em responderem pelos seus atos, em perceberem que não tem o direito de fazer o que fizeram. Sabem que não podem fazer porque poderão ficar presos, ou porque “terão que pagar”, mas muito raramente percebem que não têm o direito de causar prejuízo ao outro, ou a si mesmos. Tenho perguntado para vários deles: Por que é proibido roubar, ou cometer outros “atos infracionais”? A maioria diz não saber. Quando se inverte a situação, colocando-os como quem é lesado, eles riem.

Silva (1997), em seu texto “Ato delinqüente e adolescência, vicissitudes de uma travessia”, coloca que na vida em sociedade espera-se que alguma instância produza a efetivação da lei. Já o adolescente “espera que o Outro lhe produza uma marca simbólica, enquanto os outros esperam dele que se conduza de modo a corresponder

⁵⁵ Termo usado para nos referirmos a quem é atendido no Serviço Único de Saúde - SUS.

⁵⁶ Além de cada um deles estarem submetido a diferentes esferas: federal, estadual ou municipal estarão sofrendo interferências de outros locais como o ministério da Saúde, e da equipe do serviço, que também tem seu projeto.

⁵⁷ Exemplo disso é a maneira como vários jovens e seus familiares se referem às “entrevista” com os técnicos. Eles falam “audiência”, mesmo depois de dizermos que a audiência é com o Juiz. É claro, há o lugar, a proximidade com o juiz; sabem dos relatórios, etc.

⁵⁸ GARCIA, Célio – Operadores do simbólico, In: Anais.

aos princípios e valores compartilhados socialmente” (ibid, p. 244). Ela retoma o conceito de Charles Melman⁵⁹, que articula, como um aspecto da delinqüência o acesso ao objeto organizado pela “tomada de objeto, usurpação, pelo rapto” (ibid, p. 245), não pelo simbólico (trocas reguladas por uma lei). Sendo assim o ato delinqüente seria o signo de uma falha de inscrição simbólica que possibilite ao delinqüente seu existir, que remete ao laço do sujeito com a coletividade.

Estaremos trabalhando as teorizações sobre a delinqüência no capítulo II, porém estamos nos referindo à essa autora para articularmos com a possibilidade da clínica como uma forma de “resignificar seu ato”, a partir do qual a lei seria uma alternativa de mediação possibilitando o acesso a um lugar legítimo na economia das trocas, na dimensão simbólica, viabilizadas pela linguagem (SILVA, M., 1997, p. 245). Portanto, para que se produza laço social é necessário o reconhecimento do outro enquanto diferente, heterogêneo. Se o outro é tomado como prolongamento e extensão, esvaziado portanto de seu estatuto, não há laço possível, roubar e matar são atos que se articulam numa mesma série, na qual o que importa é a usurpação. Nesses casos, o objeto e o outro não estão em questão, sendo instrumentos para que o ato da usurpação se realize. nossa extensão e dos objetos. Essa posição desses jovens indica o quanto, hoje, na nossa cultura, a dimensão do outro como alteridade está encoberta, eclipsada, consumida nas relações sociais, onde tomamos o outro como extensão de nós e dos objetos (ibid, p. 248).

É na parceria da psicanálise com o direito que podemos apostar na possibilidade de uma subjetivação, na construção de uma ficção moderadora de gozo (CAZULA, 2003, p. 27). A dimensão simbólica do juiz deverá ser percebida como um “enunciado em nome da lei” (GARCIA, 2004, p. 16) para alguém cuja figura do pai, ausente ou inexistente, deixou falhas. A lei, no seu sentido mais amplo, significa a relação constante e necessária entre os fenômenos, e no sentido jurídico, é a regra escrita, instituída pelo legislador (ibid, p. 4). O tema da lei é amplo⁶⁰ e denso, em razão do que optamos por situar referências mínimas para tratarmos do tema da ficção, que nos interessa nesse tópico.

3.3 - Lei e ficção

A transformação do selvagem em homem foi conseqüência da Lei, fato que criou uma cultura. A interdição do incesto estabelece uma linhagem e com ela uma descendência e uma distância entre os membros de um grupo, dos quais Freud destaca

⁵⁹ Esse conceito será melhor detalhado no capítulo II da dissertação.

⁶⁰ Sobre esse tema, sugerimos o já citado livro do Dr. Célio Garcia (2004), e o livro *Direito de família – uma abordagem psicanalítica* de Rodrigo da Cunha Pereira.

alguns pontos, cuja lógica é baseada no surgimento de um terceiro (GARCIA, 2004, p. 5). Essa operação é a que Freud descobre ao observar seu neto brincando com o carretel: quando o carretel sumia, a criança dizia: "bora" e quando voltava, dizia "voltô", brincadeira que envolve o processo de aceitação da perda do objeto. As histórias contadas e os mitos encontrados nas mais variadas culturas têm a função de propor uma concepção lógica do mundo e, portanto, da lei, tal como nessa cena da criança com o carretel.

A psicanálise, especialmente após Lacan, utiliza a palavra "Lei" para fundamentar e explicar conceitos básicos e essenciais (lei do pai; *nom du père*). Conforme esclarece Rodrigo da Cunha Pereira (2003), vivemos também em constante relação com as leis da natureza, leis físicas e biológicas; leis jurídicas, lei moral, econômica. O avanço do conhecimento implica o avanço ao acesso às leis da natureza. Por exemplo, a física de Einstein complementou, manteve, mas também suplementou algumas "Leis de Newton, que tinha feito o mesmo para com o trabalho de Galileu, e assim por diante. (ibid, 2003, p. 17). Todos os conhecimentos almejam e querem alcançar a lei primeira, ou pelo menos leis imutáveis; procuram a relação constante e necessária entre os fenômenos, ou seja, a própria definição de LEI.

Platão dizia, referindo-se às leis jurídicas, que elas são feitas para anunciar as ordens da razão aos que não podem recebê-la diretamente dela. A lei jurídica vem dizer e expressar a sua razão para possibilitar o viver coletivo. Sendo expressão da razão, de onde vem a razão?

Hans Kelsen⁶¹, em sua obra *Teoria geral das normas*, reformula o conceito de norma fundamental e prescreve que não é a ciência jurídica o criador de normas. Ele acredita que exista uma "norma fundamental" que é fundante do sistema. A norma fundamental autorizadora do sistema positivo nos remete e nos instiga a refletir e a buscar, com ajuda da história, da antropologia e especialmente da psicanálise, "a transcendência da hipótese lógica da norma fundamental de que nos fala Kelsen" (PEREIRA, R., 2003, p. 18)⁶². Em "Totem e Tabu", Freud nos remete a uma lei primeira, a uma lei básica fundamental com as proibições morais e convenções pelas quais nos regemos, e que por sua vez possibilita a existência da lei jurídica e lançar luz sobre a origem obscura o "imperativo categórico". Rodrigo da Cunha Pereira (2003) faz a pergunta se Kelsen com sua "norma fictícia" não estaria se referindo à mesma lei

⁶¹ Kelsen (1881-1973) nasceu em Praga e mudou-se com os pais para Viena. Formou-se em Direito e em 1917 era professor na universidade de Viena, tendo se interessado pela psicanálise. Destacou-se como jurista durante a primeira metade do século XX (ibid, p. 9).

⁶² Conforme o próprio Rodrigo coloca no texto, é uma ousadia citar Kelsen dessa forma, o que repito aqui, mas optamos por fazê-lo por consideramos maior ousadia nem ao menos mencioná-las.

fundamental, que perpassa do desejo e o inconsciente, ou seja, a interdição da lei do pai (ibid, p. 19), proposta que consideramos muito interessante.

Kelsen manteve seu conceito de norma básica como fundamento da lei até 1962, quando declarou que a norma básica não passava de uma ficção (GARCIA, 2004, p. 10). Na modernidade, não se encontrando o fundamento da lei, ou dos Estados em Deus, nem na natureza, apelamos para uma explicação a ser encontrada pela via da história, para a ficção, a qual vem suprir a carência de fundamento (ibid, p. 12). O termo ficção foi teorizado por vários autores do campo do direito e da psicanálise, dos quais citaremos alguns. Para Kelsen a ficção sugere algo equivalente a um mito fundador, um lugar vazio sem referência semântica.

Bentham (1748-1832) usou o termo ficção ao tentar definir o que se deveria entender por busca de felicidade, como os aparelhos lingüísticos articuladores de motivos e desejos. Ele articula o utilitarismo e o suporte oferecido pela linguagem, fazendo da passagem pela linguagem uma etapa indispensável. Sua contribuição toma sentido na medida na medida em que o termo ficção, “enumerava várias entidades todas elas comprometidas com um real difícil de ser nomeado, o que nos faz concluir pelo caráter fictício em se tratando dos objetos em questão, da ordem simbólica” (GARCIA, 2004, p. 12).

A ficção está, portanto do lado do simbólico, sendo utilizada pelos que estudam e trabalham na interface Psicanálise e Direito. Uma resposta da psicanálise para sua significação é que a ficção para psicanálise pode e deve ser vista como uma tentativa de pensar na questão da identidade da criança em face da variedade de figuras parentais; abandonamos a idéia de Deus pai e suas criaturas e entramos numa era de pensamento multipolar, mas não desprovido de uma axiologia (ibid, p. 15).

3.4 - Psicanálise aplicada

Apesar de a histeria continuar sendo a estrutura privilegiada quando falamos de tratamento psicanalítico, assim como a concepção do sintoma, Freud (1918) também se interessou pela utilidade da psicanálise em outras situações, tais como a oferta de tratamento para pessoas sem condições de pagar por ele. Dessa forma, elas poderiam ter acesso a médicos analiticamente preparados, de modo que:

homens que de outra forma sucumbiriam à bebida, mulheres que praticamente sucumbiriam ao seu fardo de privações, crianças para as quais não existe escolha a não ser o embrutecimento ou a neurose podem tornar-se capazes, pela análise, de resistência e de trabalho eficiente. (1972, p 210)

Ele propõe que esse atendimento possa combinar-se com certo apoio material, à maneira do imperador José⁶³, sendo tarefa dos psicanalistas adaptarem a sua técnica às novas condições. Sabendo que o Estado não poderia proporcionar aos pobres o acesso ao tratamento psicanalítico, Freud luta pela criação de instituições de tratamento e associa-se a Anton Von Freund para criar um instituto onde a análise deveria ser acessível ao povo. Embora o projeto não se concretizasse⁶⁴ na Hungria, em Berlim foi criada a primeira clínica ambulatorial voltada para a psicanálise (LAIA, 2003, p. 72).

Outro momento em que Freud fala de uma outra aplicação da psicanálise, mais circunscrita à interface psicanálise e direito - o que hoje talvez equivalesse à psicanálise aplicada - é no texto “A psicanálise e a determinação dos fatos nos processos jurídicos” [1972] (1906), onde ele discute as dificuldades da psicanálise no tribunal, momento em que o sujeito busca esconder a verdade. “O criminoso conhece e oculta esse segredo, enquanto que o histérico não conhece esse segredo, que está oculto para ele mesmo” (ibid, p. 110). O criminoso não cooperará com o trabalho, pois se o fizesse estaria trabalhando contra o seu próprio eu.

No caso do psiconeurótico se trata do complexo sexual reprimido, que precisa ser levado a consciência, porém encontra uma resistência que é inconsciente (ibid, p. 114). Esse segredo pertence a um “complexo” que no caso da psicanálise era o que Freud considerava ser fundamental descobrir, assim como o Juiz precisa descobrir há um material psíquico oculto. Freud vai dizer que as associações através de palavras estímulos, assim como as falhas de memória, os lapsos da língua e da escrita, podem indicar a existência do complexo catexiado de afeto provocando uma reação nomeada de “autotraição psíquica” (ibid, p. 109).

Um outro aspecto que Freud destaca é que os juizes podem ser induzidos à erros em sua investigação, por um neurótico, que embora inocente, reaja como culpado. Assim como pode acontecer de uma criança acusada de uma transgressão negar sua culpa, embora chore como um criminoso desamparado: ela pode não ter cometido a falta de que a acusam, mas terá cometido uma outra que permanece ignorada, e da qual emergiu seu sentimento de culpa (ibid, p. 114).

Alexandre Stevens nos lembra que não é novo o fato de os psicanalistas ocuparem seus lugares no vasto campo da saúde mental, como hospitais psiquiátricos, centros de consultas, instituições infantis⁶⁵. Entende Stevens que, hoje é possível ter

⁶³ O imperador José II, da Áustria (1741–1790), cujos métodos pouco convencionais de filantropia suscitaram muitas lendas (p.211).

⁶⁴ Devido ao falecimento de Anton von Freund

⁶⁵ No que diz respeito às crianças, existiram instituições orientadas pela clínica freudiana, como as de Winnicott na Inglaterra, assim como experiências mais tardias como os de M. Mannoni. Relembramos Aichorn e a instituição da qual

uma idéia da “multiplicidade de psicanalistas na saúde mental” e destaca três pontos que indicam, sem a pretensão de esgotar o tema, algo de novo dessas décadas anteriores. São eles: a tentativa de “enquadrar” a psicanálise nas psicoterapias, a importância de os psicanalistas não reagirem com indiferença às novas formas de sintoma, a necessidade de sua resposta ser ética (ibid, 1999, p. 42).

Os psicanalistas estão sendo chamados a intervir nos mais diversos campos, fato que leva à constatação de que a psicanálise se difunde especialmente por ser aplicada a uma série de situações clínicas e práticas alheias à dimensão propriamente terapêutica. Para a prática lacaniana, quanto mais estamos distantes do divã, tanto mais a psicanálise opera sendo os analistas encontrados na saúde pública, nos serviços educacionais e de reabilitação social e mais próximos estamos do real que invade o cotidiano dos pacientes, real que interessa à psicanálise (COTTET, 2003, apud LAIA, 2003, p. 76). Uma psicanálise aplicada ao grande público, é tão exigente quanto àquela que se processa no espaço privado dos consultórios particulares. Por isso, não devemos tomar a psicanálise aplicada como hierarquicamente inferior à psicanálise pura.

Uma psicanálise pura, digamos assim, só opera se existirem, no mínimo algumas condições: um candidato a analisante com seu sofrimento e demanda, um suposto analista. Os casos que são objetos desse trabalho, na sua maioria, não formulam uma demanda⁶⁶, a não ser se entendermos o ato como demanda, e é o que devemos fazer. Mas para o trabalho é necessário um percurso do ato ao sintoma, ao laço social. Portanto, as condições desses casos trazem aspectos que interferem diretamente na possibilidade de aplicação da psicanálise, o que, no entanto, não a inviabiliza.

O psicanalista é alguém que soube, pelo menos em algumas ocasiões, usar esse intratável da clínica, esse resto, como causa formal de sua experiência. Na prática psicanalítica, trata-se de verificar em que relação colocar a questão e, portanto, a prática para alcançar a saúde (VIGANÓ, 2003, p. 80). A prática de cada um é deduzida de seus atos, nos quais a teoria está previamente instalada, sendo que emoção, regra e versatilidade devem ser recuperadas para uma clínica atual. Na psicanálise, o analista é envolvido e implicado na elaboração do diagnóstico, diferindo de práticas como as da psiquiatria biológica (FUENTES e LIMA, p. 89).

ele foi diretor, a quem dedicaremos uma explicação à parte, no segundo capítulo, devido à importância o trabalho desse autor.

⁶⁶ Gostaria de fazer um paralelo com uma das novas formas de sintoma: a problemática das toxicomanias. Nestas, quando o indivíduo se dirige a uma instituição para tratamento, pode não apresentar demanda de tratamento, já que é “uma nova forma de sintoma”, o atingido é mais o sujeito, diferente dos “atos infracionais” em que há o ato no campo do Outro. A pulsão de morte se dirige e atinge o outro, mesmo que retorne ao sujeito, posteriormente como punição.

O analista, alerta Éric Laurent, tem que passar da posição de analista como especialista da desidentificação à de analista cidadão, um analista crítico, que participa; um analista sensível às formas de segregação, “capaz de entender qual foi a sua função e qual lhe corresponde agora” (LAURENT,1999, p. 13). Um analista deve escutar, mas também saber transmitir o que tem de humanidade, o interesse que tem para todos as particularidades de cada um, transformando-as em algo útil, em instrumento para nós (LAURENT, 1999, p. 15).

4 - Algumas considerações

Na prática, sabemos como é difícil trabalhar com esses jovens, a urgência cotidiana, o risco de vida a que estão sujeitos. O ECA traz os instrumentos: as medidas sócio-educativas e protetivas que já estão moduladas. Em outras palavras, o adolescente é inimputável, mas pode ser responsabilizado através do cumprimento das medidas. Porém, na prática, as intervenções são lentas e difíceis, muito há por ser feito. Nos últimos meses, tenho perguntado para quase todos os jovens que atendo, no plantão, na primeira entrevista, etc., se eles sabem o que é o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA. Conto nos dedos os que souberam dizer que é uma Lei. Isto também não é algo que indica um “desconhecimento” da lei?

Essa lentidão na mudança aumenta as dificuldades para as crianças e os jovens que necessitam de atendimento pelas instituições públicas e repercute mal na sociedade, que passa a acreditar que o causador de tanta confusão (meninos nas ruas, rebeliões nas unidades de internação de infratores, além de outros) é o Estatuto da Criança e do Adolescente (ALTOÉ, 1999).

Constatamos também, que cada nova lei, no momento em que é criada, ou entra em vigor, é um avanço (de certa forma) em relação àquilo que havia anteriormente; porém, o grande problema é o que fazemos a partir do alicerce da lei. Por isso, é necessária maior agilidade para a implementação do que está no paradigma do Melhor Interesse da criança, já que o tempo passa, e muitas dessas crianças se tornam adolescentes e adultos sem terem recebido o mínimo do que está previsto na nossa lei, ou melhor, na verdade não existiram, digamos assim, de fato, como sujeitos de direitos (não tiveram acesso ao mínimo social)⁶⁷, ou como sujeito de desejo que possa dele se valer.

O sujeito, para a psicanálise, não é o cidadão, “o sujeito é uma singularidade que se afirma por ocasião de um acontecimento a quem ele passa a dever fidelidade”

⁶⁷ Há vários anos na SAASE destaca-se a baixa renda familiar (ver anexo 1), mais de 50% dos jovens, são de famílias de 0 a 3 salários mínimos.

(GARCIA, p. 112). O que verificamos, na prática, é que um encontro como o que ocorreu com o contador de histórias Roberto Carlos, relatado no filme “133 Fugas”, é o que propicia a emergência do desejo. Ele havia sido deixado por sua mãe na Febem como em um lugar onde ele iria estudar, ser “alguém na vida”. Porém ela não retornou para buscá-lo e, até antes do encontro dele, aos 13 anos, com uma pedagoga francesa ele era tido como “aquele que não tinha mais jeito”. Fugira da instituição 133 vezes, furtava, não conseguia aprender a ler, além de apresentar outros problemas. No seu relato, é emocionante a descrição que faz daquele encontro do qual resultou a oferta de um lugar, a partir do qual ele retifica sua posição com as pessoas, com o saber, com sua vida. Roberto Carlos conta histórias de uma forma mágica e envolvente e, como ele disse, nessas, ele “matou a mãe várias vezes”, mas não mais passando ao ato de infracionar. Não poderíamos pensar que essa pedagoga transmitiu a ele um “desejo não anônimo”?

É claro que cada caso é um caso e a possibilidade de aplicar-se a psicanálise em uma instituição da Lei depende do psicanalista e do encontro com cada jovem. É possível um trabalho de retificação subjetiva, ou mesmo uma psicanálise, mas as já citadas condições (dos jovens, do trabalho e da instituição) favorecem uma psicanálise aplicada diferente da saúde mental, como explicitamos. Verificaremos, no capítulo seguinte, o que alguns psicanalistas teorizaram sobre a delinquência, sem a pretensão de esgotar o tema. Priorizamos, na leitura, os aspectos ligados ao tratamento e as elaborações dos autores em torno da questão do pai.

CAPÍTULO II - A PSICANÁLISE DIANTE DA DELINQUÊNCIA JUVENIL

A criminologia veio à luz oficialmente no último quarto do século XIX. Recebeu grande influência da obra de Cesare Lombroso (1836-1909), que como darwinista convicto, demonstrou que o criminoso era alguém que havia malogrado na sua humanização. Ele apresenta o estudo de 590 delinquentes e o exame de 383 crânios de criminosos. A partir dos estigmas biológicos, o autor impôs um protótipo do “criminoso nato”, sendo a hereditariedade e a biologia consideradas responsáveis pelas condutas desviantes (CHARLIER, p. 606).

Garofalo (1851-1934) e Enrico Ferri⁶⁸ renunciaram as teses do que hoje se convencionou chamar “escola francesa”, tendo surgido nesse período, os primeiros médicos, sociólogos, legistas e magistrados que contestaram as teorias e métodos de Lombroso. Alexandre Lacassagne e seus colegas formularam a hipótese da influência do meio social. Gabriel Tarde (1843-1904) teorizou sobre a ação do meio ambiente sobre o futuro delinquentes, destacando a importância dos comportamentos apreendidos na conduta futura do indivíduo. Concluindo esse rápido percurso sobre a criminologia, citaremos Durkheim, precursor da sociologia moderna, que frisou a importância decisiva dos fatores sociais na gênese da criminalidade.

Havia uma corrente denunciada pelo marquês de Beccaria, que propusera, no séc. XVIII, uma “economia racional das penas, passível de levar o criminoso a se emendar” (CHARLIER, p. 608). A partir do final do século XIX, início do século XX, os países foram, pouco a pouco, aprovando leis de defesa social que previam justiça específica para crianças e adolescentes, como citamos no capítulo I da dissertação. O estudo da infância e da adolescência delinquentes influenciou os criminologistas na busca de uma verdadeira profilaxia do crime, o que inauguraria uma política de prevenção e tratamento da criminalidade, denominada “defesa social”. Ela divide-se entre os partidários da abolição das medidas penais e carcerárias e os que preconizam uma profunda reforma nos presídios, bem como o estabelecimento de respostas ao crime inspiradas nas conquistas das ciências humanas. O movimento de “nova defesa social” tem uma preocupação de fazer do encarceramento “um período de formação profissional, com vistas a uma plena reinserção do delinquentes” (ibid, p. 609), ressaltando o esforço constante de promover medidas substitutivas do aprisionamento.

Na psicanálise, uma referência histórica fundamental no trabalho com a delinquentes juvenil, citado por Freud e Lacan, como explicitaremos, é o trabalho de August Aichhorn nas primeiras décadas do início do século XX. Aluno de Freud, ele

⁶⁸ Em sua *Sociologie criminelle* [sociologia criminal], 1881.

assumiu a iniciativa inédita, no campo da psicanálise, de dirigir uma instituição para jovens delinquentes em Viena, cujas experiências apresenta em seu livro *Jeunes en souffrance* (1925). Interessa-nos particularmente, a indicação de que jovens que apresentam problemas desviantes e não se tratam de “criminosos”, apresentam uma “carência” com motivos inconscientes (ver 2000, p 11). Aichhorn recorre à psicanálise buscando reconhecer que forças se encontram expressas no comportamento desviante.

Buscaremos tecer comentários sobre a concepção teórica de alguns autores sobre a delinquência e as possibilidades de clínica psicanalítica com esses casos. Elegemos alguns teóricos para a investigação, porém sem a pretensão de esgotar o tema, mas destacar os aspectos mais relevantes para a dissertação.

1 - O enfoque freudiano

Apesar do desejo de Freud de aplicar a teoria analítica aos fatos culturais, poucos textos foram escritos por ele sobre a delinquência, mas com indicações para reflexões importantes.

Freud deixou alguns que abordam a temática da delinquência. Em 1942 [1905/1906] no texto “Tipos psicopáticos no palco”, afirma que o peso da culpa é capaz de tornar psicopata alguém que não era psicopata inicialmente. Ele compara essa identificação com o fenômeno que ocorre no teatro, quando um ator se torna um personagem ou quando aquele que assiste ao espetáculo se emociona com a peça (p. 325). Freud escreveu ainda, nesse mesmo texto, a evolução do que ocorreu com o príncipe Hamlet a partir do funcionamento de uma moção pulsional recalcada em todos, que é o desejo de morte do pai. Esse aspecto aponta o a articulação da criminalidade com o complexo de Édipo (CHARLIER, 2001, p. 614).

Em 1916, em “Alguns tipos de caráter encontrados no trabalho analítico”, texto constituído pelos ensaios “As exceções”, “Os arruinados pelo êxito” e “Criminosos em consequência de um sentimento de culpa”, ele faz indicações preciosas. Neste último ele lança uma luz inteiramente nova sobre os problemas da psicologia do crime (p. 350).

Freud assinala que um médico, quando empreende o tratamento psicanalítico, dirige seu interesse mais para os sintomas - para os impulsos instintuais ocultos por detrás deles e por eles satisfeitos e para o caminho que conduziu dos desejos instintuais aos sintomas - do que para o “caráter” do paciente. Destaca, ainda, que resistências ao tratamento erguidas pelo paciente contra o médico são advindas do “caráter” do paciente. Desde a introdução aos ensaios, a que estamos nos referindo (1916), Freud adianta que os fenômenos neles descritos estarão mais relacionados aos “traços de caráter” do que ao sintoma do paciente.

No ensaio “As exceções”, ele chama a atenção para a importância do amor, que, lado a lado com as exigências da vida, é o grande educador, de modo que é pelo amor daqueles que se encontram mais próximos dele que o ser humano é “induzido a respeitar os ditames da necessidade e a poupar-se do castigo que sobrevém a qualquer infração dos mesmos” (ibid, p.352). Acrescenta que deve haver uma razão específica e não universal para que alguém se comporte como uma exceção, e nos casos que investigou, Freud descobriu uma peculiaridade comum às experiências mais antigas das vidas desses pacientes:

Suas neuroses se ligavam a alguma experiência ou sofrimento a que estiveram sujeitos em sua primeira infância, e em relação aos quais eles próprios sabiam não ter culpa, podendo encará-los como sendo uma desvantagem injusta a eles imposta (ibid, p. 353).

Os privilégios que reclamavam como resultado dessa injustiça e a rebeldia que ela engendrava contribuíram para intensificar os conflitos que levaram à irrupção de sua neurose. Em decorrência disso, essas pessoas teriam dificuldade em consentir o adiamento do prazer, necessário ao tratamento analítico: dizem que já renunciaram o bastante, que têm o direito de serem poupados de quaisquer outras exigências; que não se submeterão mais a qualquer necessidade desagradável, pois são exceções e pretendem continuar assim. Freud explica que cada um de nós gostaria de se considerar uma exceção, mas “precisamente por causa disso, deve haver uma razão específica, e não universalmente presente” para que alguém se proclame como uma exceção e se comporte como tal⁶⁹ (ibid, p. 353).

Nesse primeiro ensaio de Freud, podemos ler a referência que ele faz do amor⁷⁰ como o afeto que contribui para que o sujeito consinta com a lei, respeitando os ditames da necessidade e da lei para não cair na infração (ibid, p. 352). Se ele não conseguir evitar isso, estará cedendo a essa força que o empurra para ser castigado.

No segundo ensaio, “Os arruinados pelo êxito”, Freud destaca a tese segundo a qual as pessoas adoecem como resultado da frustração de uma satisfação real, embora essa não seja a única condição para a constituição de uma neurose. Ele explica que, para que uma neurose seja gerada, deve haver um conflito entre os desejos libidinais de uma pessoa e a parte de sua personalidade que denominamos de eu, que é a expressão do seu instinto de autopreservação e que também abrange os ideais de sua

⁶⁹ Como exemplo, Freud cita dois casos: uma mulher suportou uma perturbação dolorosa, enquanto supunha que era de ordem orgânica, mas quando soube que se tratava de origem congênita, parte de uma herança inata, tornou-se rebelde, e sua atitude rebelde com a vida chegou ao máximo (ibid, p. 353). O outro caso é de um jovem que se acreditava velado por uma providência especial: fora vítima, em sua infância, de uma infecção acidental provocada por sua ama-de-leite, e depois passou toda a sua vida fazendo reivindicações, tais como uma pensão por acidente em função disso.

⁷⁰ Podemos colocar essa observação de Freud como o que iremos articular com as elaborações de Aichhorn e de Winnicott, embora cada um deles tenha conceituado a falta de uma maneira.

personalidade. O conflito ocorre quando a libido tenta seguir caminhos e objetivos que o eu superou, condenou e, portanto, proibiu, e isso a libido só faz se for privada da possibilidade de uma satisfação eu-sintônica ideal. O que parece atordoante, como ressalta Freud, é que as pessoas adoecem precisamente no momento em que um desejo profundamente enraizado e alimentado atinge sua realização, como se elas não fossem capazes de tolerar sua felicidade. Não há dúvidas de que existe uma ligação causal entre seu êxito e o fato de adoecerem (ibid, p. 357).

Ele cita dois casos⁷¹ que, embora diferentes, apresentam concordância no seguinte ponto: a doença seguiu de perto a realização de um desejo e pôs termo a toda a fruição do mesmo. Ou seja, a norma segundo a qual o que conduz à doença é a frustração não é incontestável, mesmo porque deve ser feita uma distinção entre a frustração externa e a interna. Nos casos em que as pessoas adoecem por causa do êxito, a frustração interna atua por si mesma e só surge depois que a frustração externa for substituída pela realização de um desejo. Ele destaca, ainda, que o trabalho analítico demonstra que são as forças da consciência que proíbem o indivíduo de obter a tão almejada vantagem, sendo tarefa difícil “descobrir a essência e a origem dessas tendências julgadoras e punitivas”⁷² (ibid, p. 359).

Outros exemplos são as duas personagens de dois grandes dramaturgos que Freud analisa. A primeira é Lady Macbeth, criada por Shakespeare, que sucumbe após o êxito do assassinato do pai do seu marido, Macbeth, armado por eles para que ela pudesse tornar-se rainha. Porém um sentimento de culpa aparece depois de consumado o ato. Assim como no caso de Rebeca, escrito por Ibsen, que relata a história de uma jovem, filha de uma parteira, que foi criada por seu pai adotivo, o médico Dr. West, para ser uma livre pensadora e desprezar as restrições de uma moral fundamentada na crença religiosa. Após a morte deste, passa a trabalhar em uma casa onde moravam o Sr. Johannes Rosmes, ex-pastor, e sua esposa, Beata, inválida e infecunda (ibid, p. 367). Dominada por uma “paixão selvagem”, Rebeca resolve eliminar a rival e elabora um plano para que ela venha a se matar e obtêm êxito. Porém, um ano depois, quando o Sr. Rosmes pede a ela que seja sua esposa, ela recusa e acaba

⁷¹ Uma jovem “bem-nascida e bem-educada” fugiu de casa e perambulou pelo mundo em busca de aventuras, até travar conhecimento com um pintor, com quem passou a viver. Ela provou ser uma companheira fiel e, após muitos anos de vida em comum, ele estava preparado para torná-la sua esposa legítima, e foi nesse momento que ela começou a desmoronar. Descuidou da casa, imaginou-se perseguida por parentes dele, proibiu o amante do contato social, prejudicou-o em seu trabalho artístico e sucumbiu a uma doença incurável. O outro caso é de um professor universitário, que nutria, havia muitos anos, o desejo de ser o sucessor do mestre que o iniciara nos estudos. Quando esse professor mais antigo se aposentou e ele foi indicado para substituí-lo, começou a hesitar, depreciou seus méritos, declarou-se indigno de preencher o cargo para o qual fora designado, e caiu numa melancolia que o deixou incapaz de exercer qualquer atividade por vários anos.

⁷² Essas forças se relacionam à descoberta e importância que Freud passa a dar à pulsão de morte, a partir do texto “Mais além do princípio do prazer”. Nesse período, Freud reviu suas teorias e propôs novas descrições e formulações da atividade psíquica, introduzindo na Segunda tópica as instâncias do isso, do eu e do supereu. Ele substituiu o dualismo

confessando a trama que envolveu a morte de Beata. Ao mesmo tempo, o irmão de Rebecca, Prior Tuoll revela algo de que ela não tinha idéia: que seu pai adotivo era, na verdade, o seu pai biológico. Essa notícia foi o golpe mais rude que recebeu, pois eles haviam sido amantes. A partir daí ela se entrega inteiramente a seu sentimento de culpa ficando, portanto, sob o domínio do complexo de Édipo, fantasia universal que, no caso de Rebecca, se convertera em realidade (ibid, p. 372).

O que Freud quer destacar quando cita que tanto Lady Macbeth quanto Rebeca sucumbiram ao sentimento de culpa é que as forças da consciência que induzem à doença, em consequência do êxito, se acham intimamente relacionadas com o complexo de Édipo, como talvez ocorra sempre com o nosso sentimento de culpa em geral.

No terceiro ensaio dessa série, Freud chama a atenção para o fato de que, mesmo pessoas que se tornaram muito respeitáveis, o informaram sobre ações proibidas que praticaram no período da puberdade, tais como furtos, fraudes e até incêndio voluntário. A investigação psicanalítica trouxe à luz a descoberta de que tais ações eram praticadas principalmente por serem proibidas e por sua execução acarretar um alívio mental a seu autor, que já sofria de um opressivo sentimento de culpa cuja origem não conhecia. Assim, o sentimento de culpa que já se achava presente antes da “má ação”, era atenuado após a realização da mesma.

Para Freud, a culpa provém do Édipo e constitui uma reação às duas grandes intenções criminosas: a de matar o pai e a de ter relações sexuais com a mãe. Entre criminosos adultos devemos excetuar aqueles que praticam crimes sem qualquer sentimento de culpa, ou que não desenvolveram qualquer inibição moral, ou, em seu conflito com a sociedade, consideram sua ação justificada. Contudo, na maioria dos outros criminosos - aqueles para os quais as medidas punitivas são realmente criadas - tal motivação poderia ser levada em consideração. Ele ressalta que essa questão “poderia lançar luz sobre alguns pontos obscuros da psicologia do criminoso e oferecer punição com uma nova base psicológica” (p. 376).

Nos dois casos em que Freud faz comentários dos personagens, o sentimento de culpa apareceu após o ato criminoso. Ou seja, antes ele não aparecia na consciência. Conforme esclarece Maria José Gontijo Salum (2001, p. 20), a culpabilidade é anterior ao sentimento de culpa. O complexo de Édipo é a conexão do universal da culpabilidade em cada sujeito.

pulsional inicialmente estabelecido (pulsão de conservação e libido) pela oposição irreductível entre uma pulsão de morte e as forças de vida do sujeito.

É interessante que essa teoria dos criminosos em consequência do sentimento de culpa, teve e tem grande importância, sendo reconhecida em outros campos do saber, como o do direito⁷³. Freud vai dizer, também, que, entre os criminosos adultos, devemos “exceção aqueles que praticam crime sem qualquer sentimento de culpa; que ou não desenvolveram quaisquer inibições morais, ou, em seu conflito com a sociedade, consideram sua ação justificada” (FREUD, 1916, p. 376).

No texto “O parecer do perito no caso Halsmann” (1931[1930]), Freud trata do tema da culpa e do parricídio e refere-se a um parecer médico sobre um homem acusado desse crime⁷⁴ (FREUD, 1931, p. 2870). O perito pretendeu fundamentar-se no Complexo de Édipo para estabelecer a culpabilidade e, portanto, a responsabilidade de Halsman. Freud vai dizer que, se demonstrado que Philipp Halsmann assassinara seu pai, haveria fundamentos para introduzir o Complexo de Édipo, “a fim de fornecer um motivo para um ato de outro modo inexplicável. Visto que nenhuma prova desse tipo foi aduzida, a menção do complexo de Édipo possui um efeito desorientador” (ibid, p. 288). Freud mostra que o sentimento de culpa está sempre presente devido ao caráter universal do Complexo de Édipo, não sendo, portanto, argumento para acusá-lo sem prova objetiva.

2 - August Aichorn e a “Juventude Desorientada”⁷⁵”

Nascido em Viena, August Aichorn (1878-1949) era filho de um banqueiro cristão e socialista. Abandonou os estudos de construção mecânica para ser professor primário e consagrar-se à pedagogia e aos problemas da delinqüência infantil e juvenil. Alcançou o posto de professor em uma das escolas graduadas na cidade de Viena em 1898, quando então foram instituídos em Viena “acampamentos para crianças” tendo ele lutado vitoriosamente contra o espírito de institucionalização. A partir daí, passou a dedicar-se à pedagogia e aos problemas de delinqüência infantil e juvenil. Nesse mesmo ano, foi presidente de um conselho recentemente criado, ao qual foi confiada a organização destes acampamentos, assim, ele pôde evitar a entrada do rigorismo disciplinários no sistema educacional. (EISSER, 2006, p. 27). Com um grupo de partidários idealistas organizou uma instituição para jovens delinqüentes, em Ober-Hollabrunn (Áustria) da qual foi diretor em 1918. Em 1920 tornou-se diretor de outra

⁷³ No livro *Criminologia crítica e crítica do direito penal*. Alessandro Baratta vai citar a teoria freudiana do “delito por sentimento de culpa” dentre as “teorias psicanalíticas da criminalidade”.

⁷⁴ Um jovem estudante, Philipp Halsmann, foi conduzido perante um tribunal e acusado de parricídio. O tribunal solicitou o parecer de um perito da faculdade de medicina.

⁷⁵ Esse é o termo que está no texto do Freud “Prefácio a *Juventude Desorientada*, de Aichorn” (1925), vol. XXIV, edição standart.

instituição, antes de trabalhar com a municipalidade da cidade⁷⁶. Após o trabalho notável realizado por Aichhorn, ele foi nomeado presidente da clínica, encarregado da Direção Infantil da Sociedade Psicanalítica Vienense. Chegou a ser um dos mais avançados professores da sociedade, quando os alemães invadiram a Áustria (ibid, p. 129). Conseguiu sobreviver à guerra, apesar do seu filho ter sido preso pelos nazistas e deportado como prisioneiro político (ROUDINESCO E PLON, 1998, p. 9).

Em 1922, formou um pequeno círculo de estudos sobre a delinqüência e em 1925 publicou o livro *Verwahrloste Jugend*⁷⁷, para o qual Freud escreveu o prefácio. Aichhorn era um personagem não conformista, militava pela utilização, por parte dos educadores, da técnica psicanalítica. Aichhorn foi analisado por Paul Federn, aderiu à *Wiener Psychoanalytische Vereinigung* (WPV), e tinha enorme respeito por Freud. Em 1932 Aichhorn, aposentou-se para trabalhar particularmente. Dirigiu, como “psicólogo clínico”, entre 1938 e 1944, a formação psicanalítica do instituto Alemão de Pesquisas Psicológicas e Psicoterapêuticas em Berlim. Participou, com a ajuda de Anna Freud, da reconstrução da WPV e foi nomeado diretor do *International Journey of Psycho-Analysis* (ROUDINESCO, E. e PLON M., 1998, p. 9).

Faremos algumas pontuações sobre o livro *Juventude Desorientada*, suas conceituações e traremos alguns fragmentos de casos citados por Aichhorn. Concluiremos com suas sugestões para o trabalho com esses jovens e os comentários de Freud.

Durante a pesquisa, constatamos a importância atribuída a Aichhorn por vários autores, tais como Winnicott e Lacan, o que nos levou a um interesse maior por sua obra que apresentaremos sucintamente.

A proposta de Aichhorn é a aplicação dos conceitos psicanalíticos fundamentais ao domínio da educação especializada, para que se possa chegar às causas e suprimir as manifestações de *carence*⁷⁸. Não se trata de um desenvolvimento exaustivo concernente às causas e tipos de carência, nem de um “edifício doutrinário referente ao tratamento de crianças carentes”, mas, sobretudo de incitar para o trabalho e suas reflexões (AICHORN, 1983, p. 12). O reconhecimento do jogo de forças, que são expressão do comportamento desviante, proporciona a crença em caminhos suscetíveis de levar o sujeito desviante a integrar-se na sociedade. Sua proposta central, que

⁷⁶ Poderíamos dizer que Aichhorn foi um dos pioneiros a unir a idéia do que seria hoje o movimento da reforma psiquiátrica, conjuntamente com a psicanálise.

⁷⁷ Não tive acesso ao original desse livro, consulte as traduções em francês *Juvenes en souffrance* (Edição do Campo Freudiano – 2000), a versão em inglês *Wayward Youth* (Edição Northwestern University Press Paperback – 1983 - USA) e a versão em espanhol *Juventud desamparada* (Edição Gedisa – 2006 - Barcelona). Na presente dissertação optei por trabalhar mais com o texto em inglês, utilizando alguns termos da tradução para o francês e espanhol.

⁷⁸ A tradução do termo *carence* para o português pode ser “falta, impotência, carência”.

vamos explicitar ao longo do texto, é de que a maior importância é intervir na delinqüência latente, que está em questão nessas forças citadas acima.

Aichhorn entende por carentes não somente jovens criminosos ou desviantes, mas também diferentes tipos de crianças e adolescentes difíceis de educar e neuróticos. Existe entre eles transições graduais, sendo difícil subdividi-los em grupos. É como um ser associal que a criança começa sua existência; ela quer impor a realização dos desejos diretos e primitivos da via pulsional, sem levar em conta, ao mesmo tempo, os desejos e as exigências do seu meio. Um comportamento normal para um bebê é considerado associal ou desviante quando se prolonga além da primeira infância.

Quando certos problemas surgem no curso do desenvolvimento da libido, a criança se mantém associal. Se os desejos pulsionais das crianças somente desaparecem da superfície, eles não são superados, nem elaborados, e restam em segundo plano aguardando o instante favorável que permita alcançar sua satisfação. Aichhorn nomeia esse estado de carência, afirmando, ainda, que existe o estado carencial latente e manifesto, sendo que a passagem do carencial ao manifesto se realiza progressivamente. Não é possível perceber assim que começa o período de transição das manifestações diretas da carência, mas é possível perceber uma fragilidade geral na criança, que somente pais mais sensíveis, podem perceber e procurar ajuda. Aichhorn considerava que o tratamento, nessa fase era indicado com boas perspectivas de sucesso. Podia acontecer, ainda, que o sintoma de carência desaparecesse rapidamente, mas ele pode ter retornado a sua forma latente anterior. É importante também no tratamento. Quando uma recaída é evitada durante o tratamento é importante e indica uma renúncia pulsional e uma mudança de certas atitudes afetivas inconscientes.

O Autor faz um paralelo interessante com os primeiros tempos da humanidade, quando o homem tinha de adquirir certa atitude primitiva em relação à realidade a fim de não sucumbir na luta com as exigências da realidade. O mesmo com as vias psíquicas, que, sobre a pressão das condições da vida, os seres humanos aprendem a transportar os ganhos de prazer, suportar o desprazer e desviar as moções pulsionais imediatas. Quanto mais jovem, menos ele consegue renunciar à realização do desejo de sua vida pulsional e se dobrar às necessidades resultantes da vida na comunidade com o outro (ibid, p. 14).

Aichhorn enfatiza que a criança só aprende pouco a pouco, sob a pressão das experiências reais de desprazer, a admitir as restrições pulsionais e a se conformar com

as exigências da sociedade, tornando-se social. O caminho que a criança deve percorrer para passar do mundo irreal do prazer, próprio à sua infância até chegar ao mundo real dos adultos, é semelhante ao que a humanidade percorreu. Ele é mais ou menos longo em razão dos próprios estádios da civilização, que devem ser percorridos pela criança dentro da classe de maturação que a conduz à idade adulta.

A realização dessa tarefa necessita, além das influências da vida, a influência exercida pelos pais e daquilo que é chamado educação. Podem-se reconhecer duas fases na criança em crescimento: a primeira com um plano de intenção de levar à auto-afirmação primitiva, a segunda, mais tardia, ao serviço de um crescimento integrado à comunidade social⁷⁹. Ele ressalta, porém, que, quando um indivíduo é privado das condições constitucionais necessárias, a educação se choca com um problema insolúvel (ibid, 2000, p. 15).

Aichhorn introduz, a partir daí, a importância da psicanálise na educação especializada e ressalta a influência dos afetos nas reações do ser humano. A emoção se desloca da consciência para o inconsciente, que continua a fazer uma pressão. Por trás dos processos anti-sociais da conduta desviante, existe um jogo de forças que talvez possa ser influenciado por “medidas educativas” (ibid, 2000, p. 16). O educador deve tornar consciente os processos inconscientes que causam o comportamento desviante. A proposta de Aichhorn é de o educador utilizar-se da psicanálise circunscrita aos seus objetivos, o que permitirá uma orientação de pensamento que possibilita uma transmissão a partir da clínica.

2.1 - A clínica de Aichhorn

Apesar de Aichhorn relatar uma série de casos interessantes e importantes no decorrer do livro, optamos por citar resumidamente alguns deles, principalmente os que se relacionam com o tema da dissertação, e que nos impressionaram pela riqueza das situações subliminares às atuações.

Ferdinand era um garoto de 13 anos que veio com sua mãe que pretendia colocá-lo em uma “casa de correção” (ibid, 2000, p. 20). Ele havia roubado dinheiro em casa e fugido para Tulln, só tendo retornado para casa no dia seguinte. Antes desse episódio, ele havia levado sabão, soda cáustica e jornal para sua mãe na lavanderia e voltado para sua casa. Quando ela retornou para casa, afim de preparar o almoço, não o encontrou, e foi perceber depois que Ferdinand havia tirado dinheiro da gaveta da cozinha e do cofre de sua irmã; entretanto ele não pegou o dinheiro do pai, que também estava guardado em lugar que ele sabia. O garoto não voltou para casa à noite, só

tendo retornado no dia seguinte, e quando encontrou com a mãe não falava o que havia ocorrido, sendo a partir daí que ele chegou até Aichhorn.

A mãe relatou que era casada há 15 anos e vivia muito bem com o marido, ambos trabalhavam; além de Ferdinand, eles têm mais uma filha. Com relação ao relacionamento do casal ela disse que não tinham “brigas conjugais”, que as relações em casa eram boas, embora eles não tivessem muito tempo para os filhos, em função do trabalho. Reclamou, entretanto, que seu marido, apesar de ser bom com Ferdinand, deixa-o fazer tudo e não o pune nunca, o que a irrita (ibid, 2000, p. 21). Nesses momentos em que ela fica nervosa, seu marido sai e não retorna durante horas. Ele gosta muito de pescar aos domingos, e geralmente vai pescar em Tulln, passeio que, em geral, Ferdinand acompanha.

É impressionante a perspicácia clínica de Aichhorn, cujas perguntas e maneira de conduzir as entrevistas ensinam-nos como fazer o sujeito falar. Nesse caso, a partir da entrevista individual, esclareceu-se o seguinte: Ferdinand contou que os pais não se entendiam bem (contrariamente ao que a mãe havia relatado) e no último sábado eles tinham brigado; seu pai partiu com o material de pesca para Tulln, voltando no domingo, porém tarde da noite. A mãe de Ferdinand ficou inquieta, imaginando um acidente. A posição do garoto é ambivalente em relação aos pais, oscila entre a reverência⁸⁰ e rejeição; quando a mãe é muito severa, ele vai em direção ao pai, e quando o pai não o leva à Tulln ele vai em direção à mãe. Ferdinand contou ainda que sua mãe estava com raiva dele por causa de um selo que, segundo ele, seu amigo perdeu. Os pais de Ferdinand não acreditaram no que o filho dizia, o que o deixou decepcionado, principalmente com a mãe. Queixou-se da irmã, com quem briga muito. Ela é privilegiada pela mãe, que deu à ela, antes desse episódio um dinheiro para que ela economizasse para consertar seus sapatos.

Após avaliação cuidadosa de outros possíveis sintomas ou doenças psíquicas mais sérias, e de analisar o que escutou do caso, Aichhorn concluiu que se tratava do seguinte: diante da decepção sentida por Ferdinand por sua mãe ter elogiado sua irmã, em detrimento dele, além de dar a ela dinheiro para comprar sapatos, sendo que ele tinha mais necessidade de sapatos novos do que ela (ibid, p. 31), ele encontrou-se em uma situação desagradável, porém não tinha idéia clara da intenção dos seus atos, que só pode ser encontrada no inconsciente. Logo após ver a notícia do desaparecimento de um homem nas montanhas, deve ter pensado se sua mãe se preocuparia com sua desapareição.

⁷⁹ Contamos com a ajuda de Maria Bernadete de Carvalho na tradução do original em francês de August Aichhorn.

⁸⁰ No francês “*inclination*”; no espanhol os termos usados são: *cariño* e *repulsa*.

Aichhorn acredita que, quando nós nos deixamos falar e falamos com as crianças e adolescentes carentes que acompanhamos, não se trata de maneira alguma de um tratamento psíquico. Ele propõe que o educador utilize as indicações e conclusões do jovem, adaptando-as à técnica educativa.

O autor tece uma série de comentários sobre a identificação e conclui que Ferdinand foi para Tulln repetindo o que o pai fazia para escapar de suas preocupações. Trata-se de uma identificação paterna, porém o furto e as cerejas para a mãe indicam a necessidade de aprofundar a questão⁸¹. Aichhorn analisa o sintoma e conclui que, no caso de Ferdinand, a viagem a Tulln representa a solução (AICHORN, 1983, p. 34). Quando Ferdinand estava perto da janela comendo pão com margarina, viu os caroços de cereja na janela e decidiu ir a Tulln. Ele queria revanche, e a identificação com seu pai possibilitou-lhe a imitação. O impulso moral de fazer algo para compensar sua mãe, vítima da revanche, além de ser uma atitude consciente de suavizar a desforra com um gesto de carinho, explica a busca das cerejas.

Esse sintoma difere do sintoma neurótico usual por não provocar o desconforto e desprazer que o caracteriza. É o sofrimento que faz o neurótico despertar de sua doença e se dispor a um tratamento. O fato é que o delinqüente não sofre desconforto com seus sintomas, o que constitui uma das dificuldades para o tratamento analítico (AICHORN, 1983, p. 35).

O ato delinqüente, considerando-se sempre, a especificidade de cada caso é fundado no mesmo mecanismo que se encontra no sintoma neurótico. Porém não basta descobrir as causas da delinqüência, pois, como no caso citado, nada poderia ter sido alcançado com palavras carinhosas ou com punição, que poderiam até agravar os impulsos agressivos. Esse comportamento tem uma natureza compulsiva e não pode ser mudado, exceto alterando-se as forças que o determinam (ibid, 1983 p. 36).

Lembra Aichhorn que cada jovem deve ser recebido sem preconceções e não deve ser visto como uma oportunidade para descobertas psicanalíticas. Recomenda cuidado e observação dos efeitos da terapia passo a passo. O comportamento desviante⁸², ou sintomas da delinqüência, são distintos da delinqüência, como a distinção entre ter uma doença e apresentar sintomas dela. A psicanálise tem mostrado que a hereditariedade não pode explicar tudo, e que as experiências da infância são importantes para o desenvolvimento posterior. Em outras palavras a predisposição à delinqüência não é apenas um produto da carga genética, mas é determinada, também, pelo relacionamento emocional, que são as forças do meio ambiente sobre a criança.

⁸¹ A partir dessa parte do texto estaremos nos referenciando na versão inglesa do livro de Aichhorn.

⁸² No francês o termo usado é *déviant* e em inglês *dissocial*. Optamos por traduzir, no português por "desviante".

Ele explica que não quer dizer que a criança com predisposição se tornará um delinqüente: outros fatores como más companhias e influências da rua interferem em seu percurso.

Através de sua conduta, o delinqüente se expõe continuamente ao perigo da punição, comportamento contrário à demanda da realidade. A delinqüência é manifesta quando ele desenvolve um comportamento desviante. Mas, para encontrar as causas da delinqüência, não se deve procurar somente aquilo que levou o que era latente a se manifestar; é necessário, também, resolver o que criou a delinqüência latente, sem o que nenhuma cura é possível (ibid, p. 41).

Aichhorn relata um outro caso, para contrapor o que seria propriamente a carência do que seria o efeito desencadeado a partir da não elaboração do luto da perda da mãe. O caso é de um jovem que aos 16 anos que tinha ido morar com sua irmã e cunhado após a morte de sua mãe. Sua irmã negligenciou-o, ele acabou vivendo nas ruas e tornou-se um delinqüente (ibid, p. 42). Demonstrava pobreza de idéias e associações, apesar de não ser um problema de inteligência. Era educado, mas tímido e reservado, demonstrando uma ausência de comunicatividade que indicava uma posição passiva natural. Algumas das informações mais importantes do jovem, após um período de meses, foram as seguintes: seu pai era um trabalhador rural e morreu em um hospital, e o jovem lembra-se de sua preocupação por sua mãe ficar sozinha. Tem uma irmã quinze anos mais velha do que ele e perdeu quatro irmãos e irmãs, que não conheceu.

O jovem dormia entre o pai e a mãe desde o nascimento, e sua irmã, no sofá na sala. Após o casamento da irmã, ele estava com 12 anos, mas continuou dormindo na cama dos pais. Quando seu pai morreu, ele ocupou seu lugar na cama e começou a tomar conta de sua mãe (ibid, p. 43). Cuidava da casa, do jantar, além de outros afazeres até que sua mãe faleceu. A primeira vez que o garoto relatou isso, parecia calmo, como se esses acontecimentos não o afetassem. Os detalhes sobre a morte da mãe vieram depois, acompanhados de lágrimas, porém, mesmo assim, sem forte emoção. Ela teve uma morte terrível, caiu em uma máquina e seu corpo foi esmagado. Ele recebeu a notícia, por uma vizinha, sem nenhuma preparação, secamente. Sentiu-se tão mal que desmaiou e, quando acordou, estava com sua irmã e foram para casa juntos. Ficou tão apavorado que a irmã não o deixou ir ao funeral. Ele começou a brincar com seu brinquedo, "jogo do matador" porque não podia chorar, e a mãe sempre gostava quando ele fazia alguma coisa agradável.

Posteriormente, o jovem iniciou vários trabalhos como aprendiz, apresentando dificuldades em neles permanecer. Dizia não saber o que ocorria, por que parava e não conseguia prosseguir. Ele contou que não conseguia se divertir com nada; todo o tempo pensava na sua mãe e, em como ela deve ter ficado deformada depois do acidente. Isso ocorria no trabalho e então ele saía, tendo passado por vários locais. Nessa ocasião ele morava com a irmã e o marido dela.

Durante sua estada na escola, não fez muitos amigos, mas foi se tornando mais comunicativo nos encontros com Aichhorn. Ficava orgulhoso de seu conhecimento sobre o trabalho na fazenda, função para a qual fora destinado. Pouco a pouco, foi se tornando menos esquecido, a depressão foi desaparecendo, apesar de ele continuar lento e de ter poucos amigos. Permaneceu com a equipe de Aichhorn até a instituição ser dissolvida, indo logo após para uma grande fazenda. Não teve mais sinais de delinqüência (ibid, p. 45).

Uma experiência emocional muito forte pode operar como um golpe e ser capaz de lesar os mecanismos psíquicos e gerar um “trauma psíquico” (ibid, p. 46). Aichhorn se recusa a trabalhar esse caso citado, como sendo de delinqüência. Os sintomas apareceram após a morte da mãe e de sua mudança para a casa da irmã. Aichhorn considera que o comportamento desviante surgiu após a morte de sua mãe. A reação do garoto de desmaiar, de ficar muito assustado à noite, de não ir ao funeral e brincar com seu brinquedo não são reações normais para um jovem de 14 anos. Esse garoto sofreu um trauma que resultou em um dano psíquico permanente. Ele confirmou o fato de que esse trauma tem relação com suas fugas do trabalho, pois não podia parar de pensar na sua mãe, em seu estado depois do acidente (ibid, p. 47). Depois ele esqueceu tudo o que se relacionava com sua mãe, o que contribuiu para que seu comportamento piorasse ainda mais.

O episódio traumático, em si, não é suficiente para produzir uma experiência traumática, é mais uma experiência desfavorável somada a uma série de outras, algumas delas vividas na infância. A etiologia é a mesma da neurose traumática, a *vagabundagem*⁸³ parece ter tomado lugar da neurose; talvez ele tenha até escapado de uma melancolia. A identificação com o pai é forte a ponto de ele ocupar o lugar do mesmo na cama do casal após a morte do pai, posição que mostrava a ligação intensa do garoto com sua mãe (ibid, p. 48). O interessante é que Aichhorn teve outras ocasiões de observar que o relacionamento intenso de amor aos pais ou irmãos, muitas vezes, induzia à delinqüência.

⁸³ O termo original em inglês encontrado é *vagrancy*.

Esse afeto normalmente deve começar a perder a intensidade antes da puberdade, pois nesse período os objetos de amor da família devem ser trocados por objetos fora da família. Se a relação de amor for tão forte que tiver provocado uma fixação libidinal, o caminho estará preparado para a neurose ou para a delinquência, como no caso do garoto (ibid, p. 49).

A delinquência é uma saída do normal nos processos psíquicos, sendo por essa razão que a solução do problema da delinquência depende do entendimento do conteúdo psíquico. O comportamento desviante é o resultado de modelos psíquicos perturbados, com acúmulo anormal de afeto (ibid, p. 63). A maneira como o conteúdo da energia psíquica é utilizado determina em que direção o indivíduo vai se desenvolver; se ele será normal psiquicamente, se irá desenvolver uma doença nervosa, ou se tornar desviante.

Um outro caso relatado por Aichhorn refere-se a um jovem de 18 anos, que foi levado pela mãe devido a seu comportamento agressivo na família (ibid, p. 64). A descrição do caso é acompanhada de observações sobre o jovem e suas reações, assim como intervenções preciosas no manejo clínico. Nesse mesmo caso, ele ouviu a mãe, encaminhou o jovem para uma consulta médica e a seguir atendeu-o individualmente.

O jovem concluíra o segundo grau e iria continuar seus estudos, porém esse plano foi interrompido com a morte do pai. Ele queria ser pintor, mas, como não conseguiu os meios para isso, começou a trabalhar como uma espécie de *office-boy* em uma farmácia e, posteriormente, iniciou um trabalho como aprendiz de carpinteiro, onde permaneceu por quase um ano, até descobrir que seu patrão não era um carpinteiro mestre, ou seja, não poderia ter aprendizes. Outras tentativas de profissionalização foram tentadas sem sucesso (ibid, p. 65).

Na família, ele gostava da mãe e da irmã mais nova, mas não gostava da mais velha, que ocupava o lugar de liderança na casa. Na infância, em uma ocasião em que o pai prometeu um livro para aquele filho que recitasse melhor, foi ela quem ganhou, mas ele ficou com tanta raiva que rasgou o livro (ibid, 1983, p. 67). Após esse relato, fala das brincadeiras infantis de “papai e mamãe” vividas com essa irmã mais velha. A mãe do jovem não teve uma vida muito feliz com o marido: apesar de ter-lhe deixado segurança material, ela teve que lutar muito para criar os filhos, e contou muito com a ajuda da filha mais velha (ibid, 1983, p. 68/69).

Aichhorn lembra-nos que não é nosso trabalho promover a paz, nem julgar, mas sim resolver um problema, descobrir a causa do comportamento desviante, entendendo

a situação psíquica que a produziu (ibid, 1983, p. 70). Ele chama a atenção para a constelação familiar. Neste caso, o pai foi sem diplomacia no tratamento com o garoto, desconsiderando seus sentimentos e não o entendendo, além de demonstrar seu favoritismo pela filha mais velha. A harmonia fica comprometida pela inveja e ciúmes que surgem no grupo, mas isso não atrapalha o desenvolvimento da criança se os pais tiverem sensibilidade para lidar com as situações como a descrita. Cada criança briga com seus irmãos para ocupar o mais importante lugar para os pais (ibid, 1983, p. 72).

A ambivalência de sentimentos como o amor e o ódio estão presentes desde a infância, porém não devemos concluir de imediato que a reação de agressividade do jovem adolescente se relacione com o relacionamento da infância que foi recalcado. Aichhorn esclarece que as crianças vivenciam situações na infância, quando descobrem o corpo uns dos outros, buscando repetir a construção da cena sexual entre os pais. Posteriormente, isso adquire uma dimensão de que foi feita alguma coisa errada, e essa experiência é recalcada, podendo gerar uma “fixação” (ibid, p. 75) em que os vínculos não são quebrados, são deslocados. Ele insiste na idéia de que o ódio do jovem pela sua irmã foi sobre-determinado⁸⁴ e lança mão do conceito de puberdade, ressaltando a mudança de objetos de amor que deve ocorrer nessa fase, de substituição dos objetos amados da família por outros fora dela. Aichhorn descarta o favoritismo do pai como uma questão que se relaciona com a saída desviante. Diz ele:

Ele retoma sua proposta lembrando que estabelecer a causa da delinqüência é equivalente a descobrir as condições que induziram à delinqüência latente e assinala que essa é uma parte da sua proposta já cumprida. Um laço erótico inconsciente é uma das condições psíquicas que constroem o mecanismo, bastando somente uma provocação para colocá-lo em movimento, que ele comece a agir⁸⁵.

Ele chama a atenção ainda, para o fato de ele crescer sem a experiência da presença do pai, e tendo ao seu redor somente mulheres (ibid, p. 79). Destaca um dos pontos centrais de sua elaboração do caso, que é o seguinte:

É com esse traço feminino no seu filho que a mãe se ressentiu, e que é a causa do conflito no jovem, quando ele tenta afirmar sua masculinidade. Este conflito que é liberado ou que se manifesta ou aparece em ataques ou explosões repentinas, podemos considerar como o segundo determinante de seu comportamento⁸⁶.

⁸⁴ No texto em inglês está “so determinate” (p. 74)

⁸⁵ *If you recall that establishing the cause of delinquency was found equivalent to discovering the conditions which had led to latent delinquency, you will understand that we have already fulfilled a part of our purpose. An unconscious erotic tie is one of the psychic conditions that build up a mechanism requiring only a provocation to set it in motion (p. 78/79).*

⁸⁶ *It is this feminine streak in her son which the mother resents and which causes the boy conflict when he tries to assert his masculinity. This conflict, which vents itself in outbursts of affect, we may consider the second determinant of his behaviour (Aichhorn, 1983, p. 80).*

Aichhorn entende que o que está em questão é a identificação aos pais e sua separação dos mesmos. Explica que se trata do Complexo de Édipo e busca diferenciar o Complexo de Édipo do Complexo de Édipo invertido. Conclui os comentários sobre esse último caso assinalando que teria havido uma forte identificação com a mãe em prejuízo da identificação paterna (ibid, p. 82). Seu pai morreu justamente quando ele estava finalizando a escola, aos 14 anos. Como ele era o único homem na família, o filho mais velho, ele se viu frente ao dever de ocupar o lugar do pai. Essa falta de sucesso na identificação paterna é claramente o resultado da identificação com a mãe, sendo essa a segunda explicação para sua agressão. Ele não era muito respeitado pela mãe em sua opinião com relação à religião. Todas essas questões mostram que o jovem não apresentava preguiça, mas uma posição desesperada diante de suas experiências desafortunadas e da oposição de sua família (ibid, p. 83).

2.2 - Sobre o método de tratamento e ponderações sobre o trabalho na instituição

Aichhorn tece uma série de considerações muito importantes sobre o método de tratamento, enfatizando a importância de o garoto “passar sem”⁸⁷ (é uma das traduções para *spare*, p. 84) a experiência de falência da identificação paterna (ibid, p. 84). Ele aposta na possibilidade de que essa função de pai na família, por um tempo, passe a ser ocupada pelo educador, possibilitando que o jovem possa melhorar seu relacionamento com a família. Aichhorn acredita que o educador deve estar pronto para agir com a autoridade de um pai. Deve descobrir primeiro, as causas da delinquência, é só então começar a reeducação. Nem sempre é necessário ir tão profundamente quanto no caso citado anteriormente, mas é preciso uma direção que leve em consideração o que está escondido por trás dos atos desviantes. Ele descreve, também, as várias situações e manejos em instituições como a que ele trabalhava com os jovens, alguns, inclusive, lá permaneciam por certo período, como já citamos anteriormente.

Aichhorn relata um outro caso, de um jovem de 17 anos. Não iremos contar o caso, mas assinalar a riqueza de leitura das questões subjetivas sobre o real do grupo familiar (ibid, p. 93-106) e, a importância da transferência evidenciada na frase, dita por esse jovem de 17 anos, e destacada pelo autor: “Se meu pai fosse como você, eu nunca teria feito essas coisas” (ibid, p. 108). A interpretação que Aichhorn tem desse caso é que se tratava de revanche contra o pai. É impressionante seu cuidado com os casos, a criatividade de suas intervenções considerando caso a caso, mas mantendo uma posição ética, que parece ter sido o que gerou comentários de vários autores que

⁸⁷ *be spared further*

serão citados no decorrer desse capítulo, que se referem de um modo amistoso e elogioso ao trabalho realizado por Aichhorn. Mais uma vez, ele chama a atenção, em relação ao citado caso, para o período da puberdade, momento em que a força de repressão ainda estava forte, mas o crescimento repentino da libido tinha aumentado sua agressividade masculina (ibid, p. 115).

Aichhorn define a palavra delinqüência como aquela usada para descrever o relacionamento com pessoas e coisas, o que é variável conforme o que a sociedade aprova no indivíduo (ibid, p. 121). Até que se tenha um esquema do diagnóstico psicanalítico construído da delinqüência, Aichhorn propõe separá-los em dois grupos:

- (1) Casos neuróticos *border-line* com sintomas desviantes.
- (2) Casos desviantes nos quais parte do seu eu se exprime através do comportamento desviante e não mostra traços de neurose.

Aichhorn enfatiza a importância dessa diferença no manejo da transferência e reafirma uma posição: acredita que com seus atos esses jovens peçam por punição, e que quem trabalha com eles tem que responder de um lugar diferente. O sentimento de culpa está presente nesses casos também, mas esse sentimento não emerge do eu, e sim de outra fonte (ibid, p. 123).

Outra observação clínica importante que Aichhorn assinala é que esses jovens desviantes, não buscam ajuda livremente, em geral, vêm trazidos, sob ameaça, e após vários métodos e tentativas terem falhado. Para eles, o analista⁸⁸ é somente outra forma de punição, um inimigo diante de quem eles têm que ficar em guarda. Sendo representantes da sociedade contra a qual os jovens estão em conflito, eles vão se proteger tendo dificuldade em falar, continuando irresponsáveis e teimosos, e não contando a verdade.

Uma recomendação interessante aos analistas é a de não ter pressa em que se estabeleça rapidamente a transferência, demonstrar cordialidade com o jovem, mas sem interesse demasiado nele ou nos fatos que os levaram a estarem lá. Aichhorn percebe a transferência dos jovens como sendo do tipo narcisista, e o risco do amor transformar-se em ódio. Assevera que, muitas vezes, os jovens, quando estão na instituição, dão a impressão de estarem curados muito rapidamente, mas, quando saem, voltam a ter o mesmo comportamento anterior (ibid, p. 139).

⁸⁸ Parece-nos que Aichhorn refere-se aqui principalmente aos educadores, e outros profissionais que trabalhem com os jovens.

Aichhorn considera que é característica do delinqüente possuir pouca capacidade para reprimir os impulsos instintuais e dirigir energia para fora dos alvos primitivos.

Ele é desta maneira incapaz de alcançar o que é considerado pela sociedade como um código de ética normal. A grande maioria das crianças que necessitam de reeducação entra em conflito com a sociedade por causa de suas necessidades não satisfeitas de ternura e amor na infância. Eles carecem de inibições e tem um forte (apesar de fora dos padrões) desejo por afeição⁸⁹.

Pode-se dizer que, na cura do delinqüente, mais do que reprimir, é necessário entender essas pessoas, o que se passa com elas. A cura, nesse caso, é fundamentalmente um problema da libido, sendo o mais importante a transferência, que é o despertar do sentimento do jovem com relação ao seu conselheiro, ou a pessoa que cuida dele (ibid,1983, p. 153). Podemos dizer então, que o autor se refere ao amor de transferência que se torna, ainda mais difícil de ser sustentado nessas circunstâncias citadas. Na convivência diária surgem vários conflitos, mal-humor e outras situações que dificultam a transferência amorosa e, portanto, a emergência da libido.

Aichhorn descobriu que quase sem exceção os casos na instituição provinham de uma situação familiar perturbada, desarmoniosa. Ao que tudo indica a falta de afeição vivida muito cedo no desenvolvimento da criança leva-a, primeiramente, a odiar e, mais tarde, ao comportamento desviante. Aichhorn chama a atenção para a importância do reconhecimento do estado carencial. Porém o que para uma criança pode ser significado como uma experiência carencial, para outra pode não ser assim, já que cada um reage de acordo com suas tendências (ibid, p. 192).

Ele acredita que esse processo é vivenciado, de alguma forma, com o educador que pode ajudá-lo nesse processo de renúncia. O delinqüente é como uma criança que também não é capaz de desistir do prazer imediato em favor de um prazer posterior. Aichhorn entende que o delinqüente “faz e diz coisas que são normais para um período anterior ao desenvolvimento da infância, mas que o faz parecer anormal e não social, porque elas o levam a um conflito com a sociedade⁹⁰”.

A criança tenta saldar a carência⁹¹ (ibid, p. 174) causando pânico em alguém e, mesmo, encontrando prazer nisso. Aichhorn percebeu que os aspectos referentes à transferência com os educadores, inclusive nas situações de raiva e agressão, devem

⁸⁹ *He is thus unable to achieve what is considered by society a normal ethical code. The great majority of children in need of retraining come into conflict with society because of an unsatisfied need for tenderness and love in their childhood...They lack inhibitions and they have a strong, though distorted, craving for affection (ibid, p. 148/149).*

⁹⁰ *does and says things which are normal for an earlier stage of childhood development, but which make him appear abnormal and dissocial because they bring him into conflict with society (AICHHORN,1983, p. 198).*

receber intervenções para que sejam tratadas e modificadas, o que é difícil mas fundamental (ibid, p. 178/179).

Uma outra forma de leitura utilizada pelo autor é a partir dos conceitos de princípio do prazer e princípio da realidade. O aparelho psíquico é forçado a se adaptar à realidade, sendo esse um longo processo de desenvolvimento. O eu recebe informação do inconsciente e formula algum tipo de demanda. Aos poucos, ele vai sendo capaz de se conformar com a demanda da vida, de modificar a relação com o prazer, até mesmo a adiá-lo ou renunciar a ele (ibid, p. 189). O princípio de realidade conduz a criança em crescimento do seu mundo irreal de prazer para a realidade e torna-a capaz de fazer ajustamentos entre esse dois desejos, de prazer e das demandas da vida. Quando a criança é pequena e sua capacidade para os ajustamentos da realidade ainda é fraca, o eu demanda satisfação instintual imediata e é menos hábil em adiar o prazer. Podemos definir os diferentes estágios de acordo com os graus em que predomina o prazer e/ou a realidade. Apesar de o princípio da realidade agir como salvaguarda do eu, ele não exige a renúncia de todo o prazer: atém-se a levar a realidade em consideração e se contentar em adiar o prazer ou em experimentá-lo em menor grau (ibid, p. 191).

Diz, ainda, que um tipo de delinqüente mostra uma sexualidade que não atingiu o padrão normal de desenvolvimento⁹² (ibid, p. 199), enquanto em outros ela é normal precoce ou fora dos padrões ditos normais. Eles são freqüentemente “perversos”⁹³ (ibid, p. 199). Podemos entender o delinqüente como quem teve um distúrbio no desenvolvimento do seu eu. Isso pode ter ocorrido em uma “educação falha (não apropriada)”⁹⁴. Por instantes, as funções mentais ou partes delas permanecem em um estágio anterior à etapa em que deveriam estar. Aichhorn designa esse fenômeno como sendo uma “regressão”. Ele resume: “Delinqüência é a conseqüência de uma inibição no desenvolvimento, ou de uma regressão, que acontece em algum período ao longo do processo, desde a adaptação da realidade primitiva até a adaptação social”⁹⁵ (1983, p. 199).

Aichhorn identifica dois tipos de delinqüência: “delinqüência causada por excesso de amor” e “delinqüência causada por excesso de severidade”. Essas diferenças podem ser estudadas do ponto de vista da relação libidinal infantil uma certa

⁹¹ O termo original é: *to repay deprivation*, que possui outros significados para *repay* – suprir e para *deprivation* - privação, destituição e exclusão.

⁹² O termo original é *under developed*

⁹³ O termo original é *perverse or inverted*

⁹⁴ O termo original é *faulty training*

⁹⁵ *Delinquency is the consequence of an inhibition of development or of a regression, which takes place somewhere along the path from primitive reality adaptation to social adaptation.*

quantidade de frustração é necessária para a adaptação social, porém ela não deve ser nem excessiva, nem deficitária (ibid, p. 182). Uma criança que cresceu com a certeza de ser amada irá estabelecer uma transferência desse tipo com os educadores, e intervenções junto a ela devem ser diferentes das intervenções junto àquelas, que por exemplo cresceram sendo espancadas. Freud retoma essa teorização de Aichhorn no texto “O Mal-Estar na Civilização” (1930). Ele diz que os dois principais métodos patogênicos de criação, rigidez e mimo foram tratados por Aichhorn, no livro *Wayward Youth* (FREUD, 1930, p. 154). Freud cita ainda Franz Alexander, autor que também trata dessa questão. Freud diz ainda que nas crianças delinquentes criadas sem amor, “a tensão entre o eu e o supereu está ausente, e a totalidade de sua agressividade pode ser dirigida para fora”. Uma consciência severa surge da operação conjunta de dois fatores: a frustração do instinto, que desencadeia a agressividade, e a experiência de ser amado.

Em seus relatos clínicos o autor traz elementos do dia-a-dia com esses jovens: brigas entre eles, gozações, relatos de seus envolvimento em roubos, brigas e homicídios, que apontam características de seu comportamento. Porém, o que está em questão é que o comportamento desviante segue uma espécie de voz interior, Aichhorn chama-o de ideal do eu, que o obriga a agir, um imperativo categórico prescreve certas ações e compele outros pensamentos e impulsos (ibid, p. 213). Como esclarece Elisa Alvarenga (2005), nesses momentos das elaborações teóricas da psicanálise, nem mesmo Freud havia feito a distinção entre ideal do eu e supereu.

Aichhorn tece várias considerações sobre as divisões do eu: “eu crítico e eu ativo”⁹⁶ e sua formação, além de enfatizar a importância do eu inconsciente. Retoma a fase em que a criança passa pelo período auto-erótico e começa a perceber os indivíduos em volta dela, dando-lhes interesse, atenção e dirigindo-lhes sua libido. O termo dinâmico é “catexia de objeto” e significa que a criança foi bem-sucedida em desinvestir parte da libido de seu amor próprio para o mundo, ou seja, passa da libido narcísica para a libido objetal. A criança incorpora traços e características da pessoa amada à sua personalidade e quando esse processo se completa é chamado identificação (ibid, p. 216). Ele fala sobre esse processo sem fazer diferenciação entre o eu ideal e o supereu, que considera: “Esta parte do eu dispõe-se contra a parte restante com uma instância crítica, fazendo um papel parecido com aquele que os pais desempenharam anteriormente.”⁹⁷

⁹⁶ Os termos originais em inglês são *critical eu* e *active eu*, os mesmos em espanhol são “*yo crítico* e *yo activo*” (2006, p. 177)

⁹⁷ *This part of the ego sets itself up against the remaining part as a critical faculty, taking a role similar to that which the parents formerly played* (ibid, p. 219)

O desenvolvimento do ideal do eu se efetiva da seguinte forma: o pai e a mãe são amados e reconhecidos como pessoas com autoridade, principalmente o pai. Eles são reais e presentes, o que força a criança a limitar suas satisfações pulsionais pelo medo de perder o afeto. Seu desejo de ser como seu pai leva-a a querer crescer e cumprir essas demandas através da identificação com ele (ibid, p. 220). Explica o Autor que a diferença entre o delinqüente e outras pessoas é o “Ideal-do-eu”, o eu e a relação de um com o outro (ibid, p. 223).

Aichhorn relata mais alguns fragmentos de casos e, entre eles, um que o pai do jovem era alcoolista, tornava-se agressivo sob a influência do álcool, mantinha relações sexuais com a esposa à força, destruía objetos em casa e forçava a família a ir para a casa dos vizinhos em busca de proteção. Ele diz que existem casos de famílias em situação pior, nos quais a delinqüência pode ser explicada através da identificação aos pais. Assim a formação do “ideal do eu” não pode ocorrer, pois o núcleo do “ideal do eu” que, como sabemos, é baseado no primeiro grande objeto de amor, nesses casos, será fraco ou inexistente. O desenvolvimento desses mecanismos é continuamente interrompido e o processo não pode ser concluído (ibid, p. 226).

Nos casos de crianças ilegítimas, ou de crianças que o pai faleceu e elas ficaram sozinhas com a mãe, o ideal do eu “irá carecer das características que mais tarde formarão o imperativo categórico em relação ao eu, a menos que ele as adquira ou mais tarde através da identificação com alguém que assuma a função do pai.”⁹⁸

Aichhorn fala que a puberdade é um período no qual os sentimentos eróticos inconscientes chegam muito perto de surgirem no consciente (ibid, 1983, p. 92). Tal expressão não pode ser permitida e deve ser reprimida. Isso apareceu no caso dirigido ao pai. “Dessa maneira o comportamento não social do garoto se torna compreensível. Ele é análogo ao sintoma neurótico que tem sua motivação nos desejos sexuais inconsciente.”⁹⁹

3 - Freud: comentários sobre a teoria de Aichhorn

O campo de aplicação da psicanálise que mais despertou interesse e esperança, além de atrair colaboradores, foi o de educação. As crianças se tornaram o tema principal da pesquisa psicanalítica e substituíram, assim, em importância, os neuróticos com os quais ela iniciou seus estudos. A criança continua a viver, quase inalterada, no

⁹⁸ *will lack the characteristics which later form the categorical imperative in relation to the ego, unless he acquires these later through identification with someone who takes over the father role (ibid, p. 227)*

⁹⁹ *Thus, the dissocial behaviour of the boy becomes understandable. It is analogous to the neurotic symptom which has its motivation in unconscious sexual wishes. (ibid, p. 92)*

doente, bem como naquele que sonha e do artista; lançou luz sobre as forças motivadoras e tendências da natureza infantil, além de traçar os estádios através dos quais a criança chega à maturidade. Não é de admirar, portanto, o interesse pela psicanálise dos profissionais da área de educação.

Freud (1925) coloca a educação na série das profissões impossíveis – educar, curar e governar, e ele tendo se ocupado principalmente da segunda, não pôde se dedicar muito à educação. No entanto, valorizou a influência da educação junto a delinqüentes juvenis e o trabalho de Aichhorn, assim como a utilização feita por ele da psicanálise, para uma clara compreensão interna (*insight*) da justiça e do modo de agir dos jovens. Destacando o dom de intuição encontrado em Aichhorn, Freud retirou da experiência desse autor duas lições: a primeira é a de que toda pessoa que trabalha com esses jovens, deveria receber uma formação psicanalítica, pois sem esta as crianças permanecerão sendo um problema para ela. Uma formação desse gênero é mais bem sucedida se a própria pessoa se submete a uma análise e a experimenta em si mesma. A segunda lição afirma-se no sentido de que o trabalho da educação não deve ser confundido com a influência psicanalítica e não pode ser substituído por ela. A psicanálise poderá ser convocada pela educação como meio auxiliar de lidar com uma criança, porém não substitui a educação. Uma criança, mesmo que desorientada e delinqüente, ainda não é neurótica.

Freud conclui valorizando, mais uma vez, a experiência analítica daquele que deseja trabalhar com a educação, e deseja poder empregá-la em certos casos. A possibilidade de influência psicanalítica repousa em precondições que podem ser resumidas na situação analítica, ela exige o desenvolvimento de determinadas estruturas psíquicas e de uma atitude específica para com o analista. Onde estas faltam, como no caso dos delinqüentes juvenis e, via de regra, dos criminosos compulsivos, algo diferente da análise tem que ser utilizado, mas mantendo a orientação psicanalítica em seu intuito.

No capítulo VII do “Mal-estar na civilização” (1930), Freud comenta o livro de Aichhorn e o de Franz Alexander *The psychoanalysis of the total personality* (1927). Em ambos é o “pai indevidamente fraco e indulgente” que constitui a causa de as crianças formarem um supereu excessivamente severo, porque, “sob a impressão do amor que recebem, não possuem outro escoadouro para a sua agressividade que não seja voltá-la para dentro” (ibid, p. 154). A tensão entre eu e supereu está ausente nas crianças delinqüentes criadas sem amor, e a totalidade de sua agressividade pode ser dirigida para fora. Uma consciência severa surge da operação conjunta de dois fatores: a frustração da pulsão, que desencadeia a agressividade, e a experiência de ser amado.

O já citado livro de August Aichhorn, *Jeunes en souffrance*¹⁰⁰, pode ser traduzido por “jovens à espera” ou “jovens em sofrimento” (ALVARENGA, p. 38). Como a carta roubada, trata-se de um jovem que não chegou a seu destino. O termo alemão *verwahrloste*, que se aplica tanto a uma criança abandonada quanto a um jardim não cultivado, transmite a idéia de negligência. Conforme Elisa Alvarenga, uma variante desse termo pode ser carência, sendo carentes aqueles jovens que sofreram de uma falta ou de um excesso nas relações precoces com os pais. “uma falta de regulação primária do gozo teria levado a um certo número de manifestações carenciais, tais como a delinqüência, desvios do comportamento e associabilidade” (p. 39).

Aichhorn orientava sua prática pelos princípios da psicanálise, sustentados na transferência e na atenção à singularidade de cada criança ou jovem, o que possibilitava visar a uma mudança subjetiva nesses jovens e acompanhá-la. O sentimento de culpa, nítido no caso do neurótico que apresenta desvios de comportamento, não estaria ausente tampouco no jovem que se encontra em conflito aberto com seu meio. Nesses casos, diz Aichhorn, o sentimento de culpa não vem do eu, mas de alhures, e indica como intervir sobre um tipo do que temos chamado de novos sintomas, “engatando a conversa no ponto que interessa ao jovem em questão” (ALVARENGA, *ibid*, p. 39).

Uma necessidade que permaneceu insatisfeita na infância: haveria uma sede de prazer aumentada, uma forma primitiva de satisfação pulsional, uma ausência de inibição e exigências afetivas, mascaradas mas intensas, gerando como conseqüência o conflito do jovem com a sociedade. O valor e ênfase de Aichhorn são as relações estabelecidas pelos jovens com quem se ocupa deles:

O tipo e a intensidade dos laços libidinais da criança com seus primeiros objetos determinariam a orientação desses laços para toda a vida, o que implica que os sucessos terapêuticos devam a uma influência exercida sobre o destino da libido, através de experiências vividas na transferência (*ibid*, p. 39).

Elisa Alvarenga chama a atenção para o fato de que Aichhorn percebe que considerar o estado carencial somente a partir do princípio do prazer/desprazer é insuficiente, o que o leva a interessar-se pela formação de uma instância crítica no interior do eu, o supereu ou ideal do eu, que Freud formula mais claramente a partir de 1923. No caso dos jovens com comportamentos sociais, o eu e o ideal do eu podem ser normais em sua relação recíproca, divergindo da norma do mundo exterior: por

¹⁰⁰ Tradução em francês.

exemplo, o ideal do eu manda transgredir ou atacar. O eu cai em uma situação de conflito, não se liberta do ideal ao forçá-lo para o inconsciente, e pode ser levado ao desvio e até ao crime, imaginado ou realizado.

Entram aí os criminosos em consequência de um sentimento de culpa freudiano, que se fazem punir para aliviar a culpa, ligando-a a algo atual e real. Os jovens delinquentes “seriam as vítimas de sua própria consciência moral: seriam punidos ao querer se subtrair às exigências estritas demais de seu supereu” (ibid, p. 40). Portanto, tratar-se-ia, para Aichhorn, de uma reeducação destinada à formação do ideal do eu pela integração de novos traços dos quais o educador seria a fonte. A partir daí, o jovem recuperaria as identificações que faltam ou defeituosas, ou liquidaria o que não pôde liquidar a propósito de seu pai, sendo o educador um “pai substituto”, que utiliza a transferência como meio auxiliar fundamental.

Segundo Alvarenga, falta a Aichhorn a distinção entre o supereu e o ideal do eu, que também não era clara para Freud. Nas crianças delinquentes criadas sem amor, a tensão entre o eu e o supereu estaria ausente, sendo a agressividade dirigida para fora. O supereu severo derivaria de dois fatores: a frustração da pulsão, que desencadeia a agressividade, e a experiência de ser amado, que volta a agressividade para dentro e a transfere para o supereu (ibid, p. 41).

4 - Outras contribuições psicanalíticas da primeira metade do séc. XX

4.1 - A concepção kleiniana do crime

Melanie Klein (1882-1960) nasceu em Viena, e 1914 foi o ano de sua leitura do texto de Sigmund Freud “Sobre os sonhos” e do início de sua análise com Sandór Ferenczi. Ela começou a participar das atividades da Sociedade Psicanalítica de Budapeste, da qual se tornou membro em 1919. Deu origem a uma das “grandes correntes do freudismo, o kleinismo” (ROUDINESCO e PLON, p. 431), contribuindo para o desenvolvimento considerável da escola inglesa de psicanálise, criando a psicanálise para crianças e uma nova técnica de tratamento e de análise didática.

Veremos alguns aspectos dos textos “As tendências criminosas em crianças normais” (1927) e “Sobre a criminalidade” (1934), embora não tenhamos a pretensão de esgotar o tema da delinquência em sua obra. No primeiro texto, ela vai partir de suas concepções de Complexo de Édipo e supereu arcaico e explicitar sua concepção do criminoso. Na sua elaboração teórica desde os primórdios da vida psíquica, um processo de clivagem divide o objeto de amor, que é percebido como “bom” ou “mau” objeto. Internalizado, o mau objeto passa a funcionar como um supereu de extrema

severidade. O delinqüente não seria um ser desprovido de supereu, mas um sujeito cujo supereu permaneceu fixado num estágio arcaico de seu desenvolvimento, sendo a ansiedade e o sentimento de culpa que empurram o criminoso para a delinqüência. Ao cometer seu crime, ele tenta fugir da situação edipiana.

Nesse primeiro texto, Melanie Klein retoma a descoberta de Freud segundo a qual podemos encontrar no inconsciente adulto, todos os estágios de seu desenvolvimento infantil inconsciente, com todas as fantasias e tendências reprimidas. Esse mecanismo de repressão é comandado pelas “faculdades críticas do juízo – o supereu. É óbvio que as repressões mais profundas são aquelas dirigidas contra as tendências mais anti-sociais” (KLEIN, 1927, p. 199). Os estágios mais primitivos de canibalismo e tendências assassinas estão em contradição com sua parte civilizada, que é de onde parte a repressão.

Para Klein os resultados obtidos no trabalho analítico com crianças pequenas provam que “podemos encontrar o supereu em funcionamento já no segundo ano de vida” (ibid, p. 199). Nessa idade, a criança já passou pelos estágios mais importantes de seu desenvolvimento psíquico: já passou pelas fixações orais de sugar e de morder. No primeiro ano de vida, também ocorre uma boa parte das “fixações sádico-anais” (ibid, p. 199), prazer oriundo da zona erógena anal e da função excretora, aliado ao prazer da crueldade, do domínio, da posse. No segundo ano de vida, o supereu encontra-se em fase de desenvolvimento, já que seu início, segundo Klein, é provocado pelo Complexo de Édipo, fator mais importante de todo o desenvolvimento da personalidade.

Toda “formação do caráter” deriva do desenvolvimento do Édipo, e todas as dificuldades de caráter, “desde as ligeiramente neuróticas até as criminosas, são determinadas por ele” (KLEIN, p. 200). Segundo ela, podemos detectar a ação de tendências criminosas em toda criança e dar algumas sugestões a respeito do fator que determina se essas tendências se firmarão na personalidade ou não.

Do ponto de vista da Autora, o Complexo de Édipo se instala no final do primeiro ou início do segundo ano de vida, ocasião em que os estágios sádico-oral e sádico-anal estão em pleno funcionamento. Eles se ligam às tendências edipianas e se voltam para os objetos em torno dos quais se desenvolve o Complexo de Édipo. A fantasia de entrar no quarto e matar o pai está presente na análise de todo menino, mesmo numa criança normal, sendo essa uma das várias fantasias primitivas. Klein cita o caso de uma menina, cuja fantasia muito primitiva de morder, cortar, etc., se liga a um poderoso sentimento de culpa. Para se defender dessas tendências condenadas pelo supereu, a criança apela para suas tendências homossexuais, fortalecendo-as e criando o Édipo

invertido. Esse desenvolvimento se manifesta numa forte fixação da menina na mãe e do menino no pai, bastando “dar um passo e chegarmos à situação em que essa relação não pode ser mantida e a criança se distancia de ambos” (ibid, p. 201). Esses são os alicerces de uma personalidade anti-social, pois a relação com o pai e a mãe determina todas as relações para o resto da vida. Outra relação que desempenha papel essencial é a relação com os irmãos e irmãs de ciúmes e ódio. Melanie Klein ressalta que o aprendizado, através da psicanálise, sobre a criança e o adulto mostra que todos os sofrimentos posteriores da vida são, em parte, uma repetição desses sofrimentos iniciais, e que toda criança passa por um sofrimento incalculável nos primeiros anos de vida.

As teorias sexuais formam a base da maioria das fixações sádicas e primitivas, e o saber inconsciente inclui, de forma vaga e confusa, o conhecimento sobre a relação sexual entre os pais e o nascimento das crianças. Devido ao estágio sádico-oral e sádico-anal, a criança entende a relação sexual como uma ação de comer, trocar as fezes e atos sádicos de todos os tipos, que desempenham um papel importante e interferem nos sintomas posteriores. Melanie Klein acredita que essas fantasias, em que o pai estraçalha a mãe, cortando-a em pedaços e outras fantasias, são “postas em prática por criminosos” (ibid, p. 204). Ressalta, ainda, que a maneira como uma criança bem pequena luta contra as suas tendências anti-sociais é impressionante, situação em que se revela sua enorme capacidade de amar e o desejo de fazer sacrifício para ser amada. Ela valoriza a possibilidade de, a partir do trabalho analítico, essas tendências destrutivas serem direcionadas para um trabalho artístico construtivo.

Os pais são a fonte do supereu, na medida em que suas ordens, proibições, são absorvidos pela criança. No entanto, esclarece Klein, ele é formado pelas próprias fantasias sádicas da criança, que são bloqueadas pela repressão. O sentimento de culpa, que também é reprimido, não se torna mais leve, e a criança repete diversas vezes determinadas ações, que exprimem ao mesmo tempo seus desejos e a vontade de ser punida. Esse comportamento encontra seu análogo nas infrações cometidas pelos criminosos, uma compulsão à repetição derivada de várias causas, mas muito influenciada pelo sentimento de culpa que exige uma punição. Ela aponta algumas diferenças entre a criança normal e neurótica, como a intensidade das fixações, a maneira e a época em que essas fixações se ligam às experiências, a severidade e o tipo de desenvolvimento do supereu e a capacidade da criança para suportar a ansiedade e o conflito. Esses são alguns dos fatores mais importantes na determinação de um desenvolvimento normal ou neurótico.

Melanie Klein adota como regra o fato de que toda criança mal comportada é influenciada pelo desejo de ser punida. Nesse caso, ela vai valorizar a possibilidade de a análise propiciar à criança, que sua capacidade para amar possa ser trazida à tona. É exatamente por ser difícil saber se as tendências da criança irão dar num indivíduo normal, neurótico, psicótico ou criminoso que temos que tentar descobrir através da psicanálise, e ainda mais, a criança pode com isso modificar o futuro, dirigindo-o para canais mais adequados (ibid, p. 213).

No segundo texto citado, o de 1934, Melanie Klein retoma a idéia de que “quanto mais teme a retaliação de seus pais como punição pelas fantasias que dirige contra eles, mais a criança apresenta tendências criminosas e anti-sociais”. Não é a “falta de consciência, ou seja, a ausência ou fraqueza do supereu o responsável pelo comportamento de pessoas criminosas e anti-sociais, mas sim a severidade avassaladora do supereu” (ibid, p. 297). Ela explica que a criança pequena alimenta impulsos e fantasias agressivas contra os pais, que depois projeta para eles, desenvolvendo uma imagem distorcida e fantástica das pessoas à sua volta. O mecanismo de introjeção entra em ação ao mesmo tempo, de modo que essas “imagos irreais” são internalizadas e a criança se sente governada por pais cruéis e fantasticamente perigosos – o supereu dentro dela mesma.

No início da fase sádica, a criança se protege do medo que sente de seus objetos violentos, introjetados ou externos, redobrando os ataques feitos contra eles na sua imaginação. Forma-se um círculo vicioso, onde a ansiedade da criança a impele a destruir seus objetos, provocando um aumento da ansiedade, o que, por sua vez, a empurra novamente contra os mesmo objetos. A Autora acredita que “esse circuito vicioso constitui o mecanismo psicológico que parece estar por trás das tendências criminosas e anti-sociais do indivíduo” (ibid, p. 298).

Quando o sadismo e a ansiedade diminuem no curso normal do desenvolvimento, a criança encontra meios sociais mais adequados para dominar sua ansiedade, permitindo-se obter mais apoio contra as imagos fantásticas através da sua relação com os pais reais. As mesmas raízes psicológicas podem desenvolver-se em direção à paranóia, ou à criminalidade, sendo maior no criminoso a tendência a concretizar as fantasias inconscientes na realidade. Ela ressalta, ainda, que as fantasias persecutórias são comuns nos dois casos: “é porque se sente perseguido que o criminoso procura destruir os outros” (ibid, p. 298). Acredita que a ausência de bons sentimentos humanos naturais, que as pessoas supõem nos criminosos, é apenas aparente. “O amor não está ausente nos criminosos, mas sim escondido e enterrado de tal maneira que apenas a análise poderá trazê-lo à tona” (ibid, p. 299). Ela reafirma,

portanto, que a experiência mostra que é possível abordar e curar crianças criminosas ou psicóticas.

4.2 - As contribuições de Winnicott

Donald Winnicott (1896-1971), médico, pediatra e psicanalista inglês, foi enviado a Cambridge aos 13 anos, onde ficou interno da Leys School. Logo se apaixonou pela biologia darwiniana e decidiu estudar medicina. Foi um dos nomes importantes na psiquiatria e psicanálise com crianças e adolescentes, incluindo o trabalho com jovens delinquentes. Foi nomeado psiquiatra Consultor do Plano de Evacuação Governamental, numa área de recepção¹⁰¹ na Inglaterra, onde teve que enfrentar o efeito que a separação, a perda, a destruição e a morte casavam àqueles jovens. Até aquele momento, sua atividade profissional concentrara-se na prática clínica em contextos hospitalares¹⁰² e no exercício clínico privado.

Em seu livro *Privação e delinqüência* (1939), no capítulo “A agressão e suas raízes”, ele afirma que existe no bebê amor e ódio com plena intensidade. De todas as tendências humanas, a agressividade, em especial, é escondida, disfarçada, atribuída a agentes externos, e quando se manifesta é sempre uma tarefa difícil identificar suas origens. Ressalta que “existe em toda criança essa tendência de prazer muscular no movimento, lucrando com a experiência de mover-se e dar de encontro com alguma coisa” (p. 93). Acompanhando essa característica, podemos descrever o desenvolvimento de uma criança se anotarmos a progressão que vai de um simples movimento às ações que exprimem raiva ou os estados que denunciam ódio e controle do ódio, da mesma maneira “como a pancada casual converte-se em machucar com a intenção de machucar e, ao lado disso, poderemos encontrar uma proteção do objeto que é simultaneamente amado e odiado” (ibid, 104). As primeiras pancadas infantis levam a uma descoberta do mundo que não é o eu da criança e ao começo de uma relação com objetos externos. A agressão está sempre ligada ao estabelecimento de uma distinção entre o que é e o que não é o eu. Winnicott considera que a criança demanda muito tempo até que domine as idéias e excitações agressivas e seja capaz de controlá-las sem perder a capacidade de ser agressivo em momentos apropriados, seja ao odiar, seja ao amar. Retomando à frase de Oscar Wilde segundo a qual “Todo homem mata aquilo que ama”, Winnicott alerta para o fato de que, ao lado do amor, deve-se esperar a mágoa (ibid, p.108), pois as crianças “tendem a amar aquilo que

¹⁰¹ Ele supervisionava um trabalho, com outros profissionais, e coordenava alguns lares que recebiam crianças que haviam rompido seus laços, seja porque perderam seus pais na guerra, seja por outro motivo.

¹⁰² Em 1923 foi nomeado médico-assistente no *Paddington Green Children's Hospital*, onde ficou 40 anos e atendeu mais de 60 mil casos (ROUDINESCO, 1998, p. 783)

machucam”, ou seja, machucar faz parte da vida da criança. O desafio é encontrar uma forma de aproveitar essas forças agressivas para a tarefa de viver, amar, brincar e, finalmente trabalhar.

Seguem-se interrogações: “qual é o ponto de origem da agressão?” Como é possível que “um bebê destrua o mundo?” O Autor diferencia essa agressão da agressão natural do desenvolvimento do recém-nascido. A grande maioria das crianças recebe cuidados suficientes nas primeiras fases, para que se realize um determinado grau de integração na personalidade, tornando o perigo da irrupção da destrutividade improvável. Ele esclarece que a “destruição mágica” é normal para as crianças nas primeiras fases de seu desenvolvimento, estando ligada ao fato de que o objeto deixa de ser um fenômeno subjetivo para ser percebido objetivamente. Essa mudança ocorre em gradações sutis que acompanham as mudanças na criança em desenvolvimento, mas caso haja uma participação deficiente da mãe, essas mudanças ocorrerão bruscamente e de maneira imprevisível para a criança. A mãe é quem tornará possível ao filho “reconhecer a existência de um mundo situado fora do seu controle mágico” (ibid, p. 109). Com o processo de maturação da criança, ela será capaz de ser destrutiva, de odiar e gritar, em vez de aniquilar magicamente o mundo.

Numa palestra para magistrados em 1946, transcrita no capítulo “Alguns aspectos psicológicos da delinqüência juvenil”, Winnicott elaborou mais claramente sua hipótese central de que um aspecto da delinqüência se acha ligado à privação da vida familiar (ibid, p. 127). Ressalta a existência de motivos inconscientes nos ladrões, defende a utilização de “métodos psicológicos” na “investigação de casos judiciais” e na “orientação de crianças anti-sociais” e chama a atenção para o risco de “atitudes sentimentalistas em relação ao crime”. No sentimentalismo “existe ódio recalcado ou inconsciente, e esse recalco não é saudável. Mais cedo ou mais tarde, o ódio vem à tona” (ibid, p. 128). O crime produz sentimento de vingança pública, que redundaria em algo perigoso, se não fosse a lei e aqueles que têm por missão implementá-la. “No tribunal, o magistrado, antes de mais nada, expressa os sentimentos de vingança pública e só assim podem ser estabelecidas as bases para um tratamento humano do infrator”. Interessa-nos destacar a ênfase de que nenhum delito pode ser cometido sem que haja um acréscimo de sentimentos inconscientes de vingança pública. Assim sendo, uma das funções da lei é proteger o criminoso dessa vingança inconsciente e cega.

Voltando ao esforço da “compreensão do crime como doença psicológica”, Winnicott afirma que, apesar da amplitude da questão, irá se deter no ponto de “privação da vida familiar” e sua relação com a delinqüência (ibid, p. 128). Nessa

oportunidade, apresenta aspectos centrais de sua teorização que são embasados nas teorias de Melanie Klein. Em uma família comum, os pais assumem responsabilidades e apóiam os bebês no seu desenvolvimento, mas, mesmo a criança normal, com o passar do tempo, colocará

à prova o seu poder de desintegrar, de destruir, assustar, cansar, manobrar, consumir e apropriar-se. Tudo o que leva as pessoas aos tribunais (ou aos manicômios, pouco importa no caso) tem seu equivalente normal na infância, na relação da criança com o seu próprio lar. Se o lar consegue suportar tudo o que a criança pode fazer para desorganizá-lo, ela sossega e vai brincar (ibid, p. 129).

A criança precisa estar consciente de um “quadro de referência” que lhe permite sentir-se livre, brincar, ser uma criança irresponsável. Segundo Winnicott, os estágios iniciais do desenvolvimento estão repletos de conflitos de desintegração potenciais, a realidade externa não está firmemente enraizada e a personalidade ainda não está bem integrada.

A criança no começo da vida tem a necessidade de:

viver um círculo de amor e força (com a conseqüente tolerância) para não sentir um medo excessivo de seus próprios pensamentos e dos produtos de sua imaginação, a fim de progredir em seu desenvolvimento emocional (ibid, p. 130).

Para Winnicott, a criança anti-social é aquela que, não tendo recebido esse apoio da família, recorre à sociedade (em vez de recorrer à família) ou à escola para lhe fornecer a estabilidade de que necessita para transpor os primeiros e essenciais estágios de seu desenvolvimento emocional. Para ele, quando uma criança rouba açúcar está, simbolicamente, procurando a boa mãe, de quem ela tem o direito de tirar toda a doçura que houver. Essa doçura é a da própria criança, que inventou a mãe e a doçura desta a partir tanto da sua própria capacidade para amar, quanto da sua criatividade primária, seja ela qual for (ibid, p. 130). Também procura o pai, que protegerá a mãe de seus ataques contra ela realizados no exercício do amor primitivo. Ou seja, quando a criança rouba fora de casa, ainda procura a mãe, mas procura-a com maior sentimento de frustração e necessitando encontrar, ao mesmo tempo, a autoridade paterna, que colocará um limite para o efeito concreto de seu comportamento impulsivo e para a atuação das idéias que lhe ocorrem, quando está excitada. Esse é um aspecto interessante que dá destaque à “necessidade aguda que a criança tem de encontrar um pai rigoroso, severo, que proteja a mãe, devendo ele também ser amoroso” (p. 131). Para Winnicott, somente quando a figura paterna

rigorosa e forte está em evidência, a criança pode recuperar “seus impulsos primitivos de amor, seu sentimento de culpa e seu desejo de corrigir-se” (ibid, p. 131).

Em sua opinião o comportamento anti-social é como se fosse um sinal de SOS, cujos atos indicam que existe alguma esperança e que a delinqüência deve ser tratada como doença e incluída nos programas da saúde e da educação. Durante a guerra, através do Ministério da Saúde, Winnicott e sua esposa Clare Winnicott tiveram a experiência de alojamentos para crianças evacuadas, para quem buscavam fornecer um “ambiente estável”. Supervisionar o trabalho em cinco lares para crianças que eram “perturbadas demais” para serem colocadas em casas de famílias comuns. Em razão disso, elas não tinham mais para onde ir e garantir os recursos necessários para mantê-las tornou-se a principal preocupação de quem tentava ajudá-los¹⁰³. Winnicott valorizava o “objetivo terapêutico” a ser alcançado e a importância da supervisão dos profissionais que trabalham diretamente com as crianças e jovens.

Winnicott afirma que uma criança anti-social pode parecer bem enquanto está sob forte controle, mas, se lhe for dada liberdade, ela não tardará a sentir a ameaça da loucura. Assim, quando tenta estabelecer o controle proveniente do exterior, ela transgredir as regras da sociedade sem saber o que está fazendo. Para esse autor, os atos desses jovens seriam um apelo por um controle da agressividade, um chamado para a função dos pais, que, se atendidos, lhes possibilitaria ultrapassar uma etapa do desenvolvimento, conforme foi descrito anteriormente (ibid, p. 132).

Winnicott acrescenta que a equipe que trabalhava com os jovens, necessitava, além de oportunidades para discutir o seu trabalho, de alguém que atuasse junto ao “ministério”. No programa a que o autor se refere, essa função era realizada pela assistente social psiquiátrica e pelo psiquiatra, que, por sua vez, necessitavam de uma comissão que pudesse se desenvolver junto com o programa e tirar proveito da experiência. Para ele, um magistrado poderia participar de comissões dessa natureza proveitosamente. A psicoterapia individual é orientada no sentido de tornar a criança capaz de completar seu desenvolvimento emocional, que significa muita coisa, inclusive “o estabelecimento de uma boa capacidade para sentir a realidade de coisas reais, internas e externas, e o estabelecimento da integração da personalidade individual” (ibid, p. 133). Ele reafirma a importância do “background” de suas famílias e a estabilidade do ambiente para que o adulto que advirá dessa criança seja capaz de

¹⁰³ Clare Winnicott trabalhava como assistente social psiquiátrica juntamente com uma equipe. Os membros da equipe que viviam nos “lares” recebiam o impacto da confusão e desespero das crianças e dos problemas de comportamento (Winnicott, p. XII)

enfrentar complicações da vida, como, por exemplo, conviver com uma mãe que é deprimida.

As crianças privadas de vida familiar ou são dotadas com algo pessoal e estável quando são suficientemente jovens para fazer uso disso em alguma medida, ou então nos obrigarão mais tarde a fornecer-lhes estabilidade sob forma de um reformatório ou, como último recurso, das quatro paredes de uma cela de prisão (ibid, p. 134).

Winnicott entende que a tendência anti-social não é um diagnóstico e pode ser encontrada em qualquer idade, num indivíduo normal, neurótico ou psicótico (ibid, p. 138). Uma criança sofre privação quando passam a lhe faltar certas características essenciais da vida familiar, tornando manifesto o “complexo de privação”. Chama nossa atenção, nessa pesquisa, o termo “psicopatia”, usado por alguns autores. Winnicott refere-se a esses casos e conceitua o termo “reincidência” como uma “tendência para repetir crimes”, e avalia que esses casos deveriam ser remetidos pelos tribunais para um instituto correcional ou para “uma prisão” (ibid, p. 139). Ele reafirma a relação direta entre privação emocional, que ocorre tipicamente no período que vai até a idade em que a criança começa a dar os primeiros passos, e a tendência anti-social. Um termo muito interessante é usado pelo autor quando quer dizer que existe uma tendência anti-social: no caso, diz que “houve um desapossamento” (ibid, p.139), e “não uma simples carência”, isto é, ocorreu, “por um período maior do que aquele em que a criança pode manter viva a lembrança da experiência” a perda de algo bom, positivo na experiência da criança¹⁰⁴. Tudo indica que, nesse momento, o eu do bebê ou da criança pequena está em processo de realização da fusão das raízes libidinais e agressivas do Id. Ela testa o ambiente repetidamente em sua capacidade para suportar a agressão, para impedir ou reparar a destruição, para tolerar o incômodo, “para fornecer e preservar o objeto que é procurado e encontrado” (ibid, p. 145). A privação inclui o antes e o depois, “o ponto exato do trauma, a persistência da condição traumática, e também o quase normal e o claramente anormal” (ibid, p. 140).

Winnicott considera que “o tratamento da tendência anti-social não é a psicanálise” (ibid, p. 147), mas aquele que administre uma conduta no sentido de ir ao encontro do momento de esperança e corresponder a ele (ibid, p. 139); e que torne a criança capaz de completar seu desenvolvimento emocional (ibid, p. 133). Em uma resposta a um magistrado, ele diz que o interessante para pensarmos em tratamento é a necessidade de “uma ponte entre o moderno conhecimento psicanalítico, tal como foi exemplificado em seu artigo, e o procedimento e a prática de um tribunal criminal ordinário” (ibid, p. 186).

4.3 - Delinqüência e perversão - Melitta Schmideberg

Melitta Schmideberg (1904-1983), médica e psicanalista, era a filha mais velha de Melanie Klein. Desde os quinze anos, Melitta assistia às reuniões da Sociedade Psicanalítica de Budapeste, tendo sido analisada por sua mãe, e posteriormente por outros analistas de renome. Após uma série de situações na sociedade psicanalítica, ela emigrou para os Estados Unidos, onde se ocupou de adolescentes delinqüentes, produzindo algumas idéias interessantes sobre o tema¹⁰⁵.

Para essa autora certos atos de delinqüência podem ser classificados, parcialmente ou na sua totalidade, como perversões ou fetiches. Segundo ela, os atos agressivos, sejam sexuais ou não, revelam traços neuróticos, conflitos e defesas manifestas do eu, considera não ser possível, portanto, serem provenientes do isso sem qualquer modificação. As perversões podem, então, “co-habitar” com traços neuróticos. A comparação entre neurose e perversão deve ser feita antes ao nível dos sintomas do que das camadas subjacentes. Os sintomas perversos e os sintomas neuróticos fundam-se de maneira massiva sobre uma etiologia similar (p. 39). A mesma via psíquica é percorrida, até uma encruzilhada que oferece duas direções cujos resultados são sintomas de dois tipos, autoplástico (neurótico) e aloplástico (perverso). As neuroses, para Melitta, não são tanto o negativo das perversões, mas sim uma orientação diferente do sintoma. “Num certo sentido, o sintoma neurótico é mais social, enquanto que o sintoma perverso é anti-social. Teremos assim uma forte conexão entre as perversões sexuais e o comportamento delinqüente, por definição, anti-social” (p. 40).

Outro aspecto questionado pela Autora é a possibilidade de associar a delinqüência à perversão, mencionando os três pontos que Freud cita: sobre os atos de tocar e olhar, que se tornam uma perversão quando exclusivamente limitados ao aparelho genital; quando associado a atos nos quais o nojo é ultrapassado (*voyeurs* e observadores das funções de excreção); e quando, em vez de preparar para o objetivo sexual normal, eles o suprimem (ibid, p. 39). Destaca que a grande maioria dos atos de delinqüência não é limitada ao aparelho genital e nem sempre exige que o sentimento de nojo seja ultrapassado (a menos que consideremos como equivalentes da vergonha os sentimentos morais e éticos). Quanto a esse último ponto, a análise de exibicionistas

¹⁰⁴ Ele faz referência ao livro de John Bowlby, *Cuidados maternos e saúde mental*, cuja idéia aparece.

¹⁰⁵ Conforme podemos ler no trabalho apresentado por Melitta Schmideberg no 19º Congresso Internacional de Psicanálise, 24 a 28 de julho de 1955.

revela que a perversão recobre concepções na relação causa e efeito, que podem ser escamoteadas.

Os fetiches e perversões de criminosos conhecidos constituem os fichários de indicação ou do *modus operandi* da polícia (p. 40). Ilustrando tal questão, Melitta relata o caso de “um jovem esquizóide de quinze anos” que foi encaminhado a ela após sua liberação da casa de correção. Ele começou, desde os sete anos de idade, roubando coisas como calcinhas, já tendo sido preso dez vezes. Conforme foi crescendo, os delitos foram aumentando, e, por último, ele roubava caixas de roupas íntimas femininas novas, as quais revendia para poder viver.

As perversões mais freqüentes são habitualmente atos repetitivos definidos que variam pouco seu esquema e contexto. No fetichismo, é nítida a fixação sobre alguns objetos, tais como sapatos, roupas, como no caso citado. Mas as perversões não podem ser estreitamente limitadas a atividades ligadas ao aparelho genital ou diretamente conectadas à sexualidade, embora, à medida que levamos nossas investigações às camadas mais profundas, encontraremos tais conexões. As perversões, segundo ela, são similares ao *acting-out* em análise, sendo da mesma maneira manifestação da superfície e da dinâmica subjacente:

O eu está habitualmente implicado nas manifestações de superfície, com uma consciência plena da atividade, a qual é acompanhada de uma amnésia completa dos acontecimentos passados ou precoces que lhe deram origem (p. 40).

Na análise, é mais fácil encontrar lembranças esquecidas do que os “incidentes traumáticos e vagos dos neuróticos”, o que poderia fazer crer que as perversões são mais fáceis de tratar do que as neuroses.

Não se trata disso, que pode ser verdadeiro, sobretudo em casos benignos. Nestes, “uma análise curta pode revelar-se frutuosa”, como no caso de um rapaz, Alex, que havia sido enviado para Melitta, pelo Tribunal, por exibicionismo num parque diante de um grupo de meninas. Ele tinha vinte e sete anos, se casara havia dois anos, com uma mulher mais alta e mais gorda do que ele. Seu ato de exibicionismo ocorreu pouco tempo depois de ele saber que sua mulher estava grávida. Ele nunca havia cometido um ato anti-social, era um homem “doce, fraco, escrupuloso e dócil”. Alex ficou perturbado com a prisão, tendo dito na primeira entrevista que nunca imaginara que pudesse desrespeitar a lei. Apesar de inicialmente ter negado a intenção de exhibir-se, na segunda entrevista admitiu a versão da jovem, segundo quem ele mostrou-se nu, em ereção e fez gestos obscenos (p. 41).

Alex revelou que sua vida conjugal havia sido um fardo, a mulher dirigia a família e mostrava, com desdém, a fraqueza do marido. Apesar de ter manifestado grande alegria diante da notícia de sua paternidade, ele encontrava-se aterrorizado pelo acontecimento. Narrou durante o tratamento que havia começado a se masturbar um mês após seu casamento, embora dissesse que as relações com a mulher eram satisfatórias. Fantasias conscientes nas quais era infiel à mulher acompanhavam sua atividade masturbatória, apesar de não entender esta compulsão; era um segredo do qual tinha muita vergonha. Ele lembra-se que as relações entre seu pai e sua mãe eram parecidas com as que mantinha com a mulher. Quando estava com cinco ou seis anos, as relações entre os pais se tornaram mais positivas, após o pai ter sido encontrado num quarto com uma empregada. A mãe tornou-se ciumenta e moderou seu comportamento dominador. Alex reconheceu que usara a mesma estratégia do pai, e não negou a conexão entre o delito atual e a lembrança do que acontecera com o pai. Entendeu que seu delito representava uma tentativa de afirmar-se e dar fim à dominação da mulher, como o pai havia feito com a mãe.

Ela vai afirmar que, três anos depois, ele não havia repetido ato exibicionista e que a personalidade do paciente não estava profundamente engajada num esquema anti-social, mas o tratamento, em geral, não avança habitualmente com tanta facilidade.

As perversões inerentes aos comportamentos anti-sociais, como no *acting-out*, denotam uma atividade que implica os outros. O paciente não tem somente que afrontar seus conflitos inconscientes, como no caso dos neuróticos, mas também afrontar as repercussões de seus atos (p. 41).

Estes não se conformam sempre com as expectativas do inconsciente; escapam freqüentemente ao seu controle, sendo esta uma situação encontrada na maioria dos delinqüentes e das personalidades anti-sociais. Existe a dificuldade do estabelecimento da transferência, costuma haver certa dependência em relação ao analista, mas que não deve ser confundida com a transferência. A margem de manobra do analista, de acordo com ela, é pequena no estabelecimento do quadro terapêutico, pelo menos nas fases iniciais do tratamento (p. 41).

Ela ressalta, ainda, que no começo do tratamento a técnica que se pode aplicar consiste “num tratamento do eu ou numa abordagem segundo a psicologia do eu”, com o objetivo de isolar a perversão para, em seguida, tratá-la intensivamente. Recomenda que o analista deve empenhar-se em estabelecer um contato e influenciar o paciente nos problemas da realidade antes de reforçar a transferência, inerente à relação terapêutica. Somente depois que uma certa estabilidade na relação terapêutica estiver garantida, oportunidades de analisar a transferência se apresentarão, e o verdadeiro

trabalho analítico poderá começar. A chave de todo o tratamento para Melitta consiste no reconhecimento dos atos delinquentes enquanto perversões, que podem ser abordados analiticamente, mas somente após uma preparação. Sem esse cuidado, a cura de delinquentes permanecerá sem orientação, sem começo, sem fim e sem objeto de um ponto de vista analítico (p 42).

5 - Contribuições psicanalíticas da segunda metade do século XX

5.1 - Comentários sobre os escritos de Jacques Lacan sobre a criminologia

O texto de Jacques Lacan (1901-1981) “Introdução teórica às funções da psicanálise em criminologia” foi escrito para a XIII Conferência dos Psicanalistas de Língua Francesa (29 de maio de 1950), em colaboração com Michel Cénac. Reflete o momento histórico da concepção crime - castigo e retoma vários autores importantes. Apesar da relevância de vários aspectos e pontos fulcrais, mencionaremos apenas aqueles que têm relação mais estreita com o tema que estamos trabalhando, ou seja, sua elaboração sobre a delinquência e a possibilidade de aplicação da psicanálise na prática clínica.

As equações que foram apontadas por Lacan nesse texto, podem ser utilizadas pelas ciências, especialmente a criminologia com a ressalva de efetuar sua “transformação correta”. Ele é otimista quanto ao diálogo da psicanálise com a criminologia, na medida em que ambas estão incluídas na linguagem (LACAN, 1950, P. 130).

Existe um simbolismo que se inscreve nas estruturas radicais que a linguagem transmite inconscientemente. A repercussão desse simbolismo na psicologia e na conduta do indivíduo, através de efeitos patogênicos, foi o primeiro sobre o qual a experiência psicanalítica se debruçou. Foi partindo desses efeitos que Freud descobriu o sentido do que ele designou como sentimento de culpa. Os dois crimes em duas formas: o Incesto e o Parricídio engendram toda a patogênese do Édipo, ou seja, com a lei e o crime começa o homem (LACAN, 1950, p. 131). Assim, surgiu a noção de supereu, inicialmente fundamentada em efeitos de censura inconsciente que explicavam as estruturas psicopatológicas já identificadas e as anomalias da vida cotidiana, e depois uma “morbidez imensa” que se apresentava na neurose de caráter, nos mecanismos do fracasso e nas impotências sexuais.

A concepção psicanalítica de crimes ou delitos provenientes do supereu, segundo Lacan, indica a necessidade de formular uma crítica ao alcance dessa noção em antropologia e para o conjunto das ciências do homem. Essas condutas se tornam

claras à luz da interpretação edipiana, e sua estrutura patológica está no modo irreal de sua expressão, não na sua estrutura psicopatológica (ibid, p. 133). Há nisso um crime real, embora praticado de forma edipiana, ou seja, movido pelo Édipo, o homem atua no campo social.

As estruturas da sociedade são simbólicas, e “o indivíduo, na medida em que é normal, serve-se delas em condutas reais; na medida em que é psicopata, exprime-as por condutas simbólicas” (ibid, p. 134). A manifestação psicopática pode revelar a estrutura da falha, mas essa estrutura só pode ser tomada por um elemento na exploração do conjunto. Esses efeitos patológicos exprimem uma “deiscência do grupo familiar no seio da sociedade”, que se reduz cada vez mais à sua forma conjugal, tendo como consequência o papel formador progressivamente mais exclusivo que lhe é reservado nas primeiras identificações da criança e na aprendizagem das primeiras disciplinas, o que aumenta o poder captador desse grupo sobre o indivíduo e, ao mesmo tempo, indica um declínio de seu poder social (ibid, p. 134). Em outras sociedades citadas por Lacan¹⁰⁶, os cuidados com a criança, desde o seu nascimento, cabem por direito à irmã de seu pai, num duplo sistema de relações parentais, que se enriquecerão a cada etapa da vida por uma crescente complexidade das relações hierarquizadas (ibid, p. 135). Desse modo a criança não fica tão limitada ao triângulo edípico. Esse triângulo é a redução ao grupo natural de uma formação em que a autoridade reservada ao pai, único traço subsistente de sua estrutura original.

Essa concepção confirma-se pela noção de delinqüência latente a que Aichhorn foi conduzido a partir de suas experiências analíticas com jovens delinqüentes. Essa teoria foi detalhada no início do segundo capítulo, pois é a concepção central do autor (a delinqüência latente).

Lacan chama a atenção para a incapacidade da teoria de distinguir a estrutura desse caráter, enquanto criminogênica, da estrutura da neurose, onde as tensões permanecem latentes nos sintomas. O “caráter neurótico” é o reflexo do isolamento do grupo familiar na conduta individual, cuja posição associal esses casos sempre demonstram, enquanto a neurose exprime suas anomalias estruturais. Destaca o fato de que devemos conceber o crime e o criminoso dentro de sua referência sociológica. Não há sociedade que não comporte uma lei positiva, tradicional ou escrita, de costume ou de direito, nem sociedade em que não apareçam, no grupo, os graus de transgressão que definem o crime. Toda sociedade manifesta “a relação do crime com a lei através de castigos, cuja realização, sejam quais forem suas modalidades, exige um assentimento subjetivo...” (ibid, p. 128). Ou seja, quer o criminoso se constitua, ele

mesmo, o executor da punição que a lei dispõe como preço do crime, quer a sanção prevista por um código penal comporte um processo que exige aparelhos sociais muito diferenciados, “esse assentimento subjetivo é necessário à própria significação da punição” (ibid, p. 128). O assentimento está articulado aos modos de resposta reveladora da problemática do sujeito com a lei. Para a psicanálise, a lei que interessa é aquela que visa ao singular, que institui a particularidade, sendo a isso o que se refere no conceito de assentimento (SALUM, p. 76). Ele não se opera a partir da instauração de qualquer acordo com o campo do Outro; acontece justamente porque o Outro falta.

Consideramos essa preciosa indicação um fator importante no trabalho com o sujeito que está envolvido com um crime. Lacan vai relacioná-la à noção de responsabilidade e o advento correlato de uma “objetivação do crime”. Diz, ainda, que as formas de responsabilização variam de sociedade para sociedade. Portanto a responsabilização é formulada, para cada sujeito, como assentimento subjetivo.

A psicanálise pode colaborar para o advento correlato de uma objetivação do crime, assim como esclarecer as vacilações da noção de responsabilidade, que numa dada sociedade é definida a partir das “crenças mediante as quais essa punição se motiva no indivíduo, assim como as instituições pelas quais ela passa ao ato no grupo” (p. 129). Em sua apreensão dos crimes determinados pelo supereu, a psicanálise tem como efeito irrealizá-los (p. 136). Ela soluciona um dilema da teoria criminológica: ao irrealizar o crime, não desumaniza o criminoso. Dá acesso ao mundo imaginário dos criminosos, que pode ser para ele a porta aberta para o real, pela mola da transferência. Lacan é enfático ao dizer que os casos decorrentes do edipianismo deveriam ser confiados ao analista, sem limitações que possam entravar sua ação. As tensões criminosas incluídas na situação familiar só se tornam patogênicas nas sociedades onde essa própria situação se desintegra (ibid, p. 137).

Lacan esclarece que uma nova síntese dos aparelhos do eu, se reformulam na sucessão das crises-desmame, intrusão, Édipo, puberdade, adolescência, numa forma cada vez mais alienante para as pulsões que ali são frustradas, e cada vez menos ideal para as que ali encontram sua normalização. Essa forma é produzida pelo fenômeno psíquico mais fundamental que a psicanálise descobriu: a identificação (ibid, p. 142). Lacan fala da identificação do sujeito com a imagem especular, “o modelo que ele considera mais significativo, ao mesmo tempo em que o momento mais original da relação fundamentalmente alienante em que o ser do homem se constitui dialeticamente” (ibid, p. 143).

¹⁰⁶ Sociedades matrilineares, como as dos Zuni ou dos Hopi (1950, p. 134).

Cada uma dessas identificações desenvolve uma agressividade que a frustração pulsional é insuficiente para explicar, sendo que essa tensão manifesta a negatividade dialética inscrita nas próprias formas em que se entranham, no homem, as forças de vida e de morte que Freud reconheceu como “pulsão de morte”.

Foi da estrutura desse objeto o papel funcional e a correlação com o delírio em duas formas extremas de homicídio paranóico, o caso “Aimée” e o das “irmãs Papin”. Para Lacan é que esses seriam os crimes do eu, a prevalência do imaginário, de eu especular.

Lacan elogia, mais uma vez, a iniciativa de Aichhorn, lembrando que a forma da psicanálise tem que ser sempre renovada para superar as resistências do grupo. Valoriza a educação, que é uma dialética viva, segundo a qual o educador, através do seu não agir, leva as agressões próprias ao eu a se ligarem para o sujeito, alienando-se em sua relação com o outro, para que ele possa, então, desligá-las através das manobras da análise clássica (ibid, p. 144). Aichhorn tece críticas à ação correcional e a tudo que possa inspirar uma psicologia genética, valorizando o campo da linguagem.

Lacan ressalta que pode haver, entre aqueles que vão a exame criminológico, a correlação de numerosas perversões, mas “ela só pode ser psicanaliticamente avaliada em função da fixação objetal, da estagnação do desenvolvimento, da implicação, na estrutura do eu, dos recalques neuróticos que constituem o caso individual” (ibid, p. 150). O Isso se fundamenta no automatismo de repetição, deduzidos os efeitos do recalco e das identificações do eu. O Isso implica também escolhas fatais manifestas no casamento, na profissão ou na amizade, e que amiúde aparecem no crime como uma revelação das figuras do destino. Mas, adverte Lacan, não nos esqueçamos de que devemos isso a uma função privilegiada, “a do recurso do sujeito ao sujeito, que inscreve nossos deveres na ordem da fraternidade eterna: sua regra é também a regra de toda a ação permitida por nós” (ibid, p. 151).

Lacan responde a algumas perguntas realizadas após a apresentação do texto “Introdução teórica às funções da psicanálise em criminologia”, sendo o resumo das respostas publicado em 2003, sob o título de “Premissas a todo desenvolvimento possível da criminologia” (1950) em *Outros Escritos* (2003). Afirma que nenhum método tornará menos possível eludir a relação dialética que liga o Crime à Lei, na medida em que “essa é normativa (imperativo categórico) e contingente (Lei positiva)”.

A psicanálise amplia o campo das indicações de um tratamento possível do criminoso como tal, evidenciando a existência de crimes que só podem ser compreendidos numa estrutura fechada da subjetividade, que Lacan chama de supereu,

“raiz truncada da consciência moral” (ibid, p. 128), ou, dito de outra maneira, a culpa. Assim sendo, a “cura” não pode ser outra coisa senão uma integração, pelo sujeito, de sua verdadeira responsabilidade. Somente o psicanalista sabe a que se ater na estrutura do eu (ibid, p. 128), e Lacan chama esses criminosos de criminosos do eu, são “as vítimas sem voz de uma crescente evolução das formas diretivas da cultura rumo a relações de coerção cada vez mais externa” (ibid, p. 129). A psicanálise é capaz de libertar a verdade do ato, por saber como revirar as resistências do eu, “comprometendo com ele a responsabilidade do criminoso, através de uma assunção lógica que deverá conduzi-lo à aceitação de um justo castigo” (ibid, p. 129). Somente o Estado, com a lei positiva que sustenta, pode dar ao ato criminoso sua punição. O ato há de ser submetido a julgamento no qual se reflita a estrutura do poder estabelecido. O veredicto ficará entregue ao funcionamento de debates os menos verídicos, donde resulta o reconhecimento do direito do acusado à mentira.

As significações que a psicanálise revela no sujeito culpado não o excluem da comunidade humana; antes, possibilitam um tratamento em que o sujeito não fica alienado em si mesmo. “A responsabilidade por ela restaurada corresponde à esperança, que palpita em todo ser condenado, de se integrar num sentido vivido” (ibid, p. 131), pois a verdade que a psicanálise busca é de um sujeito e sua responsabilidade, sem a qual a experiência humana não comporta nenhum progresso.

5.2 - A delinqüência - Maud Mannoni

Maud Mannoni nasceu no Ceilão, onde passou a primeira infância e veio com a família, morar nos Países Baixos. Estudou psiquiatria em Bruxelas e também fez estudos de criminologia. Teve a influência de Françoise Dolto, que elaborou um método de trabalho com crianças psicóticas. Seguiu esse método de trabalho em suas consultas hospitalares com um grupo de formandos de medicina, com grandes contribuições para a psicanálise infantil. Ela levou a cabo suas elaborações teóricas a partir do ensino de Jacques Lacan.

No livro *A primeira entrevista em psicanálise*, de Maud Mannoni (1965), são apresentados alguns casos que expõem sua concepção sobre a delinqüência. No primeiro dos casos, a interpretação de Mannoni é de que se trata do desvario de um adolescente insatisfeito de poder, assim, enganar seu pai, insatisfeito de ter tão pouca presença paterna¹⁰⁷. No caso, a mãe “não soube introduzir no seu discurso o nome do pai” (p. 48), favorecendo a construção da identificação da criança com uma mãe

¹⁰⁷ Um jovem de 13 anos que “furta e é recusado no exame de admissão à 5ª série” (p. 48). Ela destaca algumas falas do jovem, como “A gente vai assaltando e roubando de brincadeira”, “se um dia eu chegasse a assaltar um banco sem ser preso” e assinala a postura da mãe de camuflar as más ações do filho mais velho.

abandonada. Acredita ela que o “adolescente em perigo moral, o delinqüente foram crianças difíceis em determinado momento” (ibid, p. 48). A crise pode não ser mais que a expressão de um mal-estar no interior da fratria (ciúme, incompreensão) ou de um mal-entendido com os pais. Mal-entendido e mal-estar, se não são compreendidos, podem se acentuar, podem se traduzir em distorções escolares, e depois em comportamentos agressivos. Para Mannoni

... a presença real do pai não é indispensável: o que parece indispensável é a presença do pai no discurso da mãe. Quando o pai não faz a lei para a mãe, quando essa não o estima ou não o respeita suficientemente, sempre encontramos os efeitos disso ao nível da criança, particularmente na de sexo masculino¹⁰⁸ (ibid, p. 48).

Interessa-nos particularmente essa citação porque Mannoni enfatiza a importância do pai no discurso da mãe, aspecto assinalado por Lacan como uma das formas de transmissão da lei do pai. Ou seja, é necessário que o pai faça lei para essa mãe, aspecto decisivo na transmissão materna da lei paterna.

Outro caso clínico citado por Mannoni é de Denis, de 9 anos de idade, que “rouba, põe fogo, destrói os móveis, é expulso de todos os lugares” (p. 51). O casal é desunido e o pai diz ao filho que “as mulheres foram feitas para comer os homens”. A mãe transforma Denis em testemunha da sua infelicidade, “papai nunca quer sair conosco”, colocando a criança entre os dois. Apanhada nesse lugar, ela faz, com palavras de adulto, censuras ora a um, ora a outro. A delinqüência seria a expressão de uma desordem, e somente a psicanálise, segundo ela, poderia ajudar o menino a ter seus desejos próprios não alienados nos desejos dos adultos (ibid, p. 52). Portanto, a maneira como o pai apresenta a mulher e trata a mãe da criança é também estruturante, e podemos ver esse exemplo como algo que se aproxima do que iremos tratar no último capítulo, ou seja, a transmissão de um desejo que não seja anônimo. Nesse caso, além de apresentar a mulher como quem vai “comer” o homem, projeta no filho um ideal de que ele responda a um imperativo, “nunca se case”, do qual ele parece sair, mas através dos atos destrutivos.

Um outro caso é o de Antonie, de 15 anos, que “ateou fogo na fábrica de seu pai”, e inclusive explica que botou fogo como poderia ter se suicidado. Trata-se de um jovem envolvido nos dramas familiares e que, em contato com “um pai que se proclama fracassado”, tornou-se pouco comunicativo, taciturno. Os fracassos escolares acentuaram o caráter depressivo do sujeito. Mannoni chama a atenção para o fato de

¹⁰⁸ Grifo da autora

que ele é inteligente e que há o receio de uma “evolução psicopática”. Encontramos, aqui, novamente, o uso do termo psicopatia, a que mais de um autor faz referência.

As crianças que têm, precocemente, procedimentos associais não são perversas, mas sujeitos cuja evolução é comprometida por uma situação familiar nociva que as impede de resolver corretamente o seu Édipo. A violência é a saída encontrada para escapar do perigo de se tornarem identificados, com o pai ou com a mãe, como vítimas. O que caracteriza esses sujeitos é a rejeição da evolução no sentido do devir do seu sexo, e o que cria distúrbios graves é o caráter patogênico de um dos pais que “comparece para reforçar uma situação real penosa – e introduzir esse algo insustentável que cria na criança um pânico e uma fuga num *acting out*¹⁰⁹ de suicida ou de assassino” (p.52). É porque falha, nesse ponto, toda a referência de identificação, que o sujeito busca, numa ação, um meio de sair de uma angústia, como se, em última análise, ele tivesse necessidade desse “ato brilhante” para fazer intervir esse terceiro, que parece “sempre ter-lhe faltado” (ibid, p. 52). Nesse caso, a consulta psicanalítica pôde formular o seu problema diante de pais até então inconscientes do drama que se representava (ibid, p. 53).

Já Samuel, 15 anos, furtava e provocava a polícia, tendo sido excluído dos estabelecimentos escolares, passando, desde essa época, a portar facas afiadas e a se vestir de mulher (ibid, p. 53). Ele dizia que só gostava de vadios, e que da infância só tinha uma lembrança: “a infância é um embuste”. Relatou que, nas férias com sua mãe, ela levava consigo um amante e, quando seu pai ia vê-los, o amante desaparecia. Recordava-se da zeladora cantando: “Eis o corno subindo”. Ele disse ainda que isso ele jamais perdoou, e que se voltasse a vê-lo algum dia o mataria. De acordo com Mannoni, Samuel sempre foi uma criança “mal-amada, protegida por um pai que não ditava a lei em sua casa”. A delinqüência seria uma manifestação para testemunhar ao mundo a sua condição de mal-amado (p.53).

Para concluir, apresentaremos um dos casos que nos pareceram mais graves. René, 15 anos, foi expulso de vários internatos e clínicas; quebrara as coisas em casa, furtava, batia nos familiares e, se eles deixassem, “botaria fogo na casa”. O pai reagia a esses comportamentos com episódios depressivos; a irmã deixou a família e a madrasta ameaçava divorciar-se do pai dele. O jovem, caçula de três irmãos, ficou órfão de mãe aos 3 anos, tendo sido criado até os 8 por “uma sucessão de empregadas e tias”. Desde essa época ele era uma criança difícil, ninguém queria cuidar dele. Ficou internado dos 9 anos aos 15 anos, quando voltou a conviver com a família. Mannoni

¹⁰⁹ Mannoni define em nota de rodapé da seguinte forma: *Acting out* [passagem ao ato]: conversão em ação de uma expressão verbal que não encontrou meio de formular-se ou de fazer-se ouvir (ibid, p. 52).

ressalta a dificuldade de aplicar a psicanálise nesse caso: a posição de René era de dizer que os psiquiatras o conhecem e, portanto, não iria falar nada. Mannoni sugere como saída uma formação profissional¹¹⁰ para o jovem, e que ele saiba que, se quiser ser ouvido, os profissionais estarão receptivos. Para Mannoni, o jovem necessita de pôr o mundo à prova, de avaliar até onde pode ir o amor do Outro para com ele. Entende que a depressão do pai, o pânico da madrasta, a fuga da irmã, a revolta dos educadores são, de certa forma, a própria expressão da queixa do adolescente: “Vejam o que minha mãe fez comigo, abandonando-me com 3 anos de idade” (ibid, p. 54), de modo que, enquanto houver um Outro a perturbá-lo, ele continuará...

Conclui suas observações sobre a delinqüência dizendo que citou

... toda uma gama de distúrbios que vão desde a dificuldade caracterial simples até a delinqüência caracterizada. Basta, às vezes, um excesso de mal-entendido para transformar um neurótico que pede ajuda num delinqüente que a recusa (ibid, p. 54).

A Autora faz diferença entre a “dificuldade caracterial simples” e a “delinqüência caracterizada”, mas não desenvolve a diferença, apenas assinala. Outro aspecto importante nesse texto é a inclusão do par parental e o entrelaçamento, em alguns casos, com o sintoma da criança: nessa época - 1965 - estava já em discussão uma mudança de concepção da família, do entendimento do sintoma da criança como sendo do sujeito, mas estando entrelaçado com o sintoma dos pais. Lembramos que Lacan escreve o texto em 1967, nas jornadas proferidas sobre esse tema e organizadas por Maud Mannoni, “Alocução sobre as psicoses da criança”. Poucos anos depois, em 1969, ele escreveu o texto “Nota sobre a criança”, que iremos referir no capítulo IV da dissertação.

6 - Algumas contribuições contemporâneas

Charles Melman realizou algumas conferências, do seu seminário regular, em abril de 1987, em Paris. Foram elas sua contribuição às jornadas da *Association Freudienne* sobre “A delinqüência: interrogações psicanalíticas”, que estão publicadas no livro: *Toxicomania, alcoolismo e delinqüência*. Comentaremos alguns pontos teorizados pelo autor.

Para Melman, não há subjetividade que se organize fora do laço social e que se constitua fora da relação com o semelhante, o pequeno outro, como com o grande Outro. Propõe estudar a delinqüência a partir da relação com o objeto original que ela

¹¹⁰ É importante que esses dispositivos tais como a formação profissional em alguns jovens possa funcionar como um espaço que possibilite a resignificação da relação com o Outro, com a responsabilidade. No dia-a-dia com adolescentes

instituí. O que caracteriza a delinqüência é que o acesso ao objeto é organizado pela apreensão, pelo rapto, pela violação, não como acontece no caso dos neuróticos, que organizam o objeto pelo símbolo. O objeto não parece tomar seu preço senão justamente à condição de ser raptado (p. 42).

Melman cita um texto de Lacan onde ele anuncia que as estruturas sociais são simbólicas para os neuróticos, permitindo condutas reais. Pergunta-se em que medida as condutas do delinqüente são simbólicas, tendo um simbolismo que tanto o educador quanto o juiz ou o policial percebem: há alguma coisa que ultrapassa o caráter puramente material do delito e outras forças estão empenhadas nesse movimento. “As condutas do delinqüente são simbólicas de uma falta, e de uma falta essencial, uma vez que é a falta de acesso ao objeto que conta” (ibid, p. 44). Não é uma falta dos objetos que o delinqüente coleciona que está em questão, e sim uma falta de acesso a esse objeto que comanda o gozo, isto é, o falo. É a falta de tomada pela ordem simbólica, na medida em que esta dá acesso a esse objeto essencial que não o deixa com outro recurso que não seja o do rapto, da apreensão violenta, da violação¹¹¹.

Melman considera que não há uma outra maneira de o delinqüente “entrar em relação com o falo, de detê-lo, de possuir dele uma parte, se deseja manter-se na virilidade” (ibid, p. 44). Ele não pode ter acesso ao objeto que conta senão pela violência. Todos os objetos que furta têm valor de equivalentes sexuais, de estigmas da virilidade que viria, enfim, possuir por intermédio deles. Ou seja, a delinqüência é para eles o único acesso à virilidade.

Charles Melman considera, ainda, que “o ato delinqüente não é o feito de um sujeito... mas se executa em um estado crepuscular, com uma sorte de obnubilação da consciência” (ibid, p. 44). Como se, somente após a execução do ato, o sujeito pudesse encontrar um momento de “ex-sistência” ligado à posse e à contemplação do objeto, que ele possui, mas que jamais será satisfatório (ibid, p. 45).

Melman pergunta de que modo esse traço que seria uma falta de introdução à ordem simbólica é suscetível de situar-se. Isso põe em causa a função do Nome-do-Pai, sem que este esteja negado ou forcluído, mas em relação ao qual o sujeito se encontra forcluído, em posição onde não pode ser reconhecido por ele, portanto não pode valer-se de sua filiação, de sua autoridade. As razões pelas quais tal falta pode sobreviver podem ser várias, assim como podem ser de “ordem social”, “quando o pai real, o pai presente na família é demasiadamente desprovido, desmuniado, em falta com relação

infratores, os encaminhamentos para trabalho, cursos de interesse deles, muitas vezes favorece o estabelecimento da transferência.

¹¹¹ Ficamos com a questão, então, se pode haver uma confusão quando Melman fala do falo como objeto, se Lacan vai insistir num significante da falta ao falar do falo.

à referência fálica para poder funcionar como aquele que seria capaz de introduzir seu produto na cadeia simbólica” (ibid, p. 46).

Quando as estruturas da sociedade se tornam reais, o poder é figurado em sua representação real e inclusive policial, o objeto cessa de ser simbólico para tornar-se nada mais que um objeto real. O pai vai estar privado de todas as suas incidências simbólicas para valer somente em sua realidade (ibid, p. 47). Vai encontrar-se desfigurado por representações que serão asseguradas pelas instâncias educativas, correccionais, policiais ou judiciárias. A transferência entre o delinqüente e aqueles que dele se ocupam apresenta uma ambivalência que ilustrará a relação que ele vai travar com o saber dessas instâncias. Pois a exigência natural dessas instâncias é de ter um saber absoluto sobre aqueles com os quais estão lidando (ibid, p. 48). Resta ao sujeito, como única alternativa, a denegação. Melman cita o livro de Reik *A compulsão à confissão*, onde o que aparece nesses casos é a preocupação em preservar sua subjetividade através do único recurso oferecido ao sujeito, a denegação, o “não fui eu”, mas também esse jogo que consiste em se fazer desaparecer na sua subjetividade pelo reconhecimento, e em restituir ao Outro a “integridade de seu saber”.

Constata-se uma falta de lugar para esses sujeitos no Outro, sendo a denegação “vívda como a introdução de uma falta no Outro”. Melman pondera: se a condenação penal se restringir a confirmar o caráter do pai real (ibid, p. 49), já que não se trata de uma pena simbólica, será uma pena real. Ele exemplifica com o fato de alguns desses delinqüentes, não todos, só terem o sentimento de se realizarem como sujeitos quando estão na prisão, “na posição em que são agarrados pelo Outro, nesta apreensão deles mesmos, não mais simbólica, mas real” (ibid, p. 49).

O autor retoma, então, “a causa da delinqüência na falta de reconhecimento simbólico do Nome-do-Pai”. Aquilo que, após Lacan, chamamos de “declínio do Nome-do-Pai”, em nossas estruturas sociais se torna cada vez mais real e menos simbólica. Além disso, o poder das estruturas parece muito mais ligado à manifestação das forças que asseguram um consenso geral que reconheça o caráter simbólico do seu exercício (ibid, p. 49). Hoje, a delinqüência faz parte de nossos costumes e parece ter se tornado o modo mais banal da relação social, parece “estar tecido da forma mais íntima em nossa economia mercante” (ibid, p. 50).

Um outro aspecto sobre o qual ele tece considerações é relativo ao agir: já que isso é característico do delinqüente, ele age. Ele não se detém diante de obstáculos, vai sempre pela via do arrombamento, podendo, portanto, nos ensinar sobre o que é o agir,

sobre a inibição que verificamos no neurótico. Esse movimento¹¹² é uma ação, é um ato? Melman responde que o delinqüente pretenderia que fosse um ato que lhe daria um estatuto subjetivo, que o fundaria, que o legitimaria em sua subjetividade. Mesmo se por esse ato ele devesse engendrar-se, fazer-se ele mesmo. O autor ressalta o “clima de gozo, de excitação erótica muito particular no qual se efetua o delito, o crime” (ibid, p. 51), que, aliás, o cinema se empenha em reproduzir.

O simbólico não é suficiente para tudo. A realização sexual chama o sujeito a engajar-se, a passar à ação, a servir-se do que ele quiser, (ibid, p. 51). Mas, de acordo com ele, nesse caso, não haverá necessidade de a ação ser violenta, pois, de certa forma, é o simbólico, a ordem paterna, que a comanda.

Melman acredita que a relação do delinqüente com seu objeto não é dual, mas se funda na anulação do terceiro paterno, desse pai real, na medida em que, por seu ato, ou sua ação, o reduz à impotência, testemunha-lhe que ali ele nada pode (ibid, p. 52). *Delinquo* quer dizer: faltar com seus deveres; *linquo* é deixar cair, abandonar (ibid, p. 53). O delinqüente entende que alguma coisa no dever com relação a ele não foi cumprida, de modo que sua ação não faz senão responder a essa falta, essa omissão do Outro. O delinqüente terá a tendência de pôr em questão “o conjunto dos mecanismos sociais aos quais atribuirá a responsabilidade desta falta, não sabendo, evidentemente, a quem culpar” (ibid, p. 54).

Melman conclui que o delinqüente é irresponsável, que ele não age de modo algum dentro do que seria responsabilidade do sujeito, em vez disso, de um esforço em vão para fazer com que haja sujeito, um esforço de fazer-se a si mesmo. Está bastante presente no delinqüente a preocupação de se fazer um nome, de se fazer reconhecer.

No mesmo livro citado está publicada uma conferência de Melman¹¹³ sobre a função paterna. Ele ressalta a posição de ambivalência, de amor e ódio, que o Édipo estabelece, em relação ao pai e que nos acompanha em nossa vida cotidiana, para além dessa figura constituída pelo pai. A partir dos sintomas desses jovens, poderíamos dizer que a passagem ao ato seria inevitável, lógica, normal, uma vez que esses jovens se encontram em “estado de carência em relação ao signo que viria fundá-los em sua pertinência sexuada, sua pertinência sexual” (ibid, p. 59). Eles estão incapacitados de reivindicar um pai simbólico, seja ele de origem ou de adoção, e não podem, em hipótese alguma, se atribuir as insígnias deste pai. Portanto, não terão outro recurso senão o de passar ao ato de roubá-las, eles mesmos. Melman acha que os objetos que

¹¹² Essa palavra não foi utilizada pelo autor.

¹¹³ 11 de fevereiro na “*Sapetrière-re*”, no serviço do professor M. Basquin, eles propuseram um extrato relativo à marginalização e à delinqüência (Melman, 1990, p. 57)

o delinqüente furta têm um valor de símbolo, de uma “tomada de posse daquilo que lhes falta” (ibid, p. 59), essa insígnia que não lhes foi transmitida pela filiação simbólica.

Buscando esclarecer um pouco mais a questão do pai, da forma como ele pode operar, Melman busca distinguir

o que é o pai real, o genitor, o que é o pai imaginário, quer dizer, a figura onipotente que é inspirada em um pai qualquer, e em seguida o pai simbólico, cuja tarefa é completamente especial, completamente específica, e que tomei pelo viés da transmissão de uma insígnia, de pertinência e sexual (ibid, p. 60).

O pai é o agente da castração, da renúncia, pela criança, ao objeto que lhe parece ser aquele que deve sustentar seu desejo, satisfazendo-o plenamente. A criança teria que renunciar a esse objeto para poder entrar nesse estado dito adulto e que faz com que, daí em diante, ela tenha acesso à sexualidade ao preço dessa perda. A partir de então, lidamos com uma sexualidade que não é essencialmente feliz (ibid, p. 61).

As “novas formas de sintoma”, tema que Hugo Freda e outros autores vêm desenvolvendo, referem-se, entre outras, às toxicomanias, bulimias e anorexias. Hugo Freda (1999, p.25) trata os atos de delinqüência juvenil como um apelo ao pai, cuja intenção é encontrar essa inscrição no Outro.

Também podem ser incluídas as “atuações”, testemunhas de que essas manifestações não têm a dimensão metafórica do sintoma, sendo, portanto, mais difíceis de ser abordadas pelo tratamento psicanalítico, ou mesmo por outras formas de intervenção. Aproximam-se da dimensão do agir, da resistência ao simbólico. O sintoma se apresenta sob essa nova forma, reveste-se de aspectos perversos e sem a pergunta sob sua origem que aparecia no sintoma. Ao contrário de um sintoma identificado num sujeito dividido entre ideais e pulsões, o que se encontra hoje é um sujeito atrelado a um objeto de gozo. Essa “nova forma de sintoma é tudo que resulta da discriminação, da segregação, da globalização e seus efeitos” (GARCIA, 2004, p. 75).

Jean-Jacques Rassial considera que em cada adolescente delinqüente encontrar-se-ia precocemente uma figura ancestral que duplica a figura do pai, tratando-se não do apagamento do pai, mas da sua multiplicação e portanto da divisão das imagens paternas. O delinqüente, longe de desconhecer a função do pai, interroga-a, dissociando diretamente o pai real, o pai imaginário e o pai simbólico. Argumenta que os jovens delinqüentes projetam nestas figuras paternas - tio, juiz, chefe dos bandos - a dimensão da falha particular do pai, seja ela real, imaginária ou simbólica (RASSIAL, 1999, p.66).

Poderíamos abordar o problema da delinqüência por duas vertentes: a dos discursos que produzem uma forma de laço social que induz ao ato e à identidade delinqüente, e a vertente da caracterização subjetiva do ato e a especificidade do ato delinqüente. A vertente, que destaca a proximidade do ato à pulsão e indica como o ato delinqüente segue o modelo da sexualidade infantil¹¹⁴ (ROSA, 2003). São tentativas de inscrição na ordem simbólica, de participação dos elementos fálicos da ordem social, são simbólicos de uma função subjetiva: falta-lhes uma significação fálica determinada pelo Nome-do-Pai. Esperam que o Outro lhe produza a marca simbólica e buscam as insígnias do pai, tomando posse do que lhes falta.

7 - Breves considerações

Após esse percurso, podemos constatar, uma vez mais, a genialidade de Freud, pois, embora ele tenha escrito poucos textos sobre a delinqüência, estes são preciosos, e o ponto central de cada um deles continuou sendo trabalhado e teorizado por outros autores.

Não são muitos os psicanalistas que se dedicaram ao estudo e ao tratamento da delinqüência, e os que o fizeram, em geral, inclusive Freud, fazem uma ressalva com relação ao tratamento e verificam uma dificuldade clínica com esses casos. A psicanálise, sob sua forma clássica, encontra dificuldades incapaz de tratar o delinqüente. Como por exemplo, supor que ele seja capaz de respeitar um contrato e de não passar ao ato é supor que seu problema já esteja resolvido (CHARLIER, p. 612).

Poderíamos destacar entre essas concepções citadas, quatro eixos das elaborações psicanalíticas sobre a delinqüência. Um primeiro que aponta para algo da ordem de uma falta: de amor (Freud), uma carência (Aichhorn) ou privação-desapossamento (Winnicott); carência em relação ao signo (Melman), ou seja, houve uma subtração no campo do sujeito com graves conseqüências para sua relação com o outro, que para o sujeito tem algo do qual ele foi privado.

O segundo eixo das elaborações refere-se às teorizações sobre o supereu. Inicia-se com Freud, que, no segundo e no terceiro ensaios citados (Alguns tipos de caráter encontrados no trabalho psicanalítico - 1916), considera o sentimento de culpa anterior ao ato. Essa concepção teórica está presente, também, nos textos de Aichhorn e de Melanie Klein, embora ela chamasse a atenção para a formação de um supereu mais arcaico, assim como para as fantasias referentes ao estágio sádico-oral e sádico-anal que são postos por prática em alguns criminosos. Lacan trabalha com a concepção dos crimes determinados pelo supereu e introduz a discussão sobre os crimes do eu.

¹¹⁴ ROSA, Miriam Debieux, O discurso e o ato na produção do laço social: reflexões sobre a delinqüência.

Enfatiza que o psicanalista não desumaniza o criminoso, embora irrealize o crime; aposta na possibilidade do psicanalista atuar nos casos decorrentes do edipianismo. Lacan avança e ainda, nas possibilidades do trabalho da psicanálise com a delinqüência ao destacar a importância da responsabilização e do assentimento subjetivo.

No terceiro eixo, poderíamos incluir as elaborações de Schmeidler sobre a delinqüência com traços de perversão; também podemos incluir as referências esparsas, em alguns dos autores citados, sobre a delinqüência com a psicopatia. O quarto eixo refere-se às elaborações do jovem como respondendo às questões dos pais, da família, como trabalha Maud Mannoni.

Para concluir, faremos dois comentários: é interessante o fato de Freud relacionar a delinqüência ao caráter, não ao sintoma ou estrutura, assim como a dificuldade de vários autores para definir a delinqüência propriamente dita.

Principalmente com a leitura de Aichhorn, concluímos que a relação de forças envolvidas deve ser verificada em cada caso, em cada situação. Essa idéia é a base do conceito de delinqüência latente, indicação preciosa para o trabalho clínico. Fica evidente, no seu livro, sua escuta e seu relato do trabalho com esses jovens, o “real da clínica” demonstrada nos casos, por sinal, parecidos com os dos jovens que nos levaram a estudar esse tema. As intervenções e a precisão com que Aichhorn conseguiu localizar as forças que se encontravam subjacente às atuações dos jovens indicam uma direção fundamental para a clínica.

Aichhorn afirma que o sentimento de culpa está presente nesses jovens, embora, como dissemos, ele não fizesse a diferenciação entre supereu e ideal do eu. Ele ressalta, ainda, em vários casos os impasses dos jovens com a identificação.

Se o sujeito se sente em déficit em relação à exigência de gozo da pulsão, impossível de satisfazer, o sentimento de culpa se apresenta. “Os novos sintomas são paradoxais porque, embora sejam manifestações do imperativo de gozo do supereu, são também manifestações de S1 separados do inconsciente que não se ligam a nada” (ALVARENGA, p. 42).

Como temos buscado demarcar desde o início da dissertação, optamos por trabalhar a questão do pai, delimitando a problemática no menino e os impasses no Édipo, portanto no campo da neurose. Faremos, agora, um breve percurso por esse denso tema.

CAPÍTULO III - O COMPLEXO DE ÉDIPO: BREVES INCURSÕES NO TEXTO DE FREUD E DE LACAN

“não basta procriar para ser pai, é preciso ainda merecer esse título “ (DOSTOIÉVSKI, *Irmãos Karamázovski*, p. 514)

A pergunta “o que é um pai?” levou Freud do pai sedutor ao pai da horda primitiva, passando pelo pai do fantasma que se evidencia em “Uma criança é espancada”, textos que não cessam de afirmar a premência do pai na constituição da realidade psíquica.

Na carta 52 (1896), Freud afirma que o ponto essencial da histeria é o fato de ela resultar da perversão por parte do sedutor (p. 258). Logo depois, no rascunho N ele esboça o os impasses que dizem respeito ao complexo de Édipo, embora sem ainda usar esse termo, mas ele já falava dos impulsos hostis contra os pais (desejo de que eles morram) e considerava-os um elemento integrante da neurose. Esse desejo de morte, no filho, está voltado contra o pai e, na filha, contra a mãe (FREUD, maio de 1897, p. 275). Quatro meses depois, na carta 69, ele vai concluir que o que está em questão na sedução é uma fantasia sexual tendo os pais como tema (FREUD, setembro de 1897, p. 280). Após a morte de seu pai, Freud chegou a sentir-se culpado por, no período em que acreditava nessa sedução, ter desconfiado que ela tivesse ocorrido de fato.

Em outubro de 1897, na carta 71¹¹⁵ o tema do Complexo de Édipo emerge por completo, e ele destaca a paixão do menino pela mãe e o ciúme do pai como um “evento universal do início da infância” (ibid, p.285). Na carta 75, Freud reconhece a sexualidade infantil como um fato normal e universal (1898, p. 234). A morte do pai como um encontro traumático aparece em um caso citado por Freud no livro *Interpretação dos sonhos (1900)*, na seção intitulada “Sonhos sobre a morte de pessoas queridas” (p. 256). A vida do rapaz se tornara quase impossível em virtude da neurose obsessiva. Ele estava impossibilitado de sair à rua porque era torturado pelo medo de matar todas as pessoas que encontrasse. Apesar de ser um homem de moral e educação elevadas, passava os dias preparando seu álibi para a eventualidade de ser acusado de um dos assassinatos cometidos na cidade. A análise que, aliás, levou-o à

¹¹⁵ Correspondência de Freud a Fliess.

recuperação mostrou que a base dessa torturante obsessão era um impulso de assassinar seu pai, que era extremamente severo. Esse impulso se originara numa fase muito anterior de sua infância, mas fora expressado quando ele tinha sete anos. Após a penosa doença e morte do pai, surgiram no paciente, quando estava com 31 anos, as auto-recriminações obsessivas que assumiram a forma de uma fobia transferida para estranhos.

Freud cita novamente esse caso no segundo livro sobre os sonhos (1900), na seção intitulada “Sonhos absurdos – atividade intelectual nos sonhos”, onde ressalta que, por trás das obsessões acompanhadas de completo discernimento, a compulsão era, a princípio a de certificar-se de por onde desaparecera toda e qualquer pessoa com quem ele tivesse deparado; se alguém escapava o seu olhar ficava-lhe a idéia de que talvez o tivesse eliminado (ibid, p. 425). O rapaz cujo caso Freud relata passa a não sair de casa, mas as notícias de assassinatos cometidos lá fora e levadas pelos jornais geravam nele a dúvida de que talvez ele fosse o assassino procurado. A certeza de realmente não ter abandonado sua casa durante semanas protegeu-o dessas acusações por algum tempo, até que um dia veio-lhe à cabeça a possibilidade de que talvez se achasse em estado inconsciente e tivesse deixado a casa. A partir daí, trancou a porta de casa, deixou a chave com a governanta e recomendou que ela não entregasse a chave a ele, mesmo que pedisse¹¹⁶.

Apaixonar-se por um dos pais e odiar o outro é um dos “componentes essenciais do acervo de impulsos psíquicos que se formam nessa época e que é tão importante na determinação dos sintomas da neurose posterior”. Isso se afigura mesmo entre os seres humanos que permanecem normais, porém a diferença é a escala ampliada em que os sentimentos de amor e ódio aparecem (FREUD, 1900, p. 256). Ele cita a lenda do rei Édipo e a tragédia de Sófocles que traz seu nome como uma lenda que confirma essa descoberta.

Édipo, filho de Laio, rei de Tebas, e de Jocasta, foi enjeitado quando criança porque um oráculo advertira Laio de que a criança ainda por nascer seria o assassino de seu próprio pai. Porém a criança foi salva numa corte estrangeira e cresceu como príncipe, até que, em dúvida quanto às suas origens, ele também interrogou o oráculo e foi alertado da predestinação de assassinar seu pai e receber sua mãe em casamento, devendo, portanto, deixar a cidade. Na estrada encontrou o rei Laio e o matou numa

¹¹⁶ Esse caso é interessante, pois há a presença da compulsão e a idéia de cometer assassinato, mas sob a forma de obsessão, com um impedimento claro. Escutamos muito na clínica com adolescentes infratores eles dizerem que “não pensaram”, antes do ato, que são “embalistas” (vão no embalo do outro). Uma grande diferença com esse caso citado por Freud é que há um sintoma e uma inibição, e nos casos, como o de B, que será relatado no capítulo IV, ocorre a realização do ato.

súbita rixa. Em seguida, dirigiu-se a Tebas e decifrou o enigma apresentado pela esfinge que lhe barrava o caminho, tornando-se rei e casando-se com Jocasta. Reinou com paz e honra por muito tempo e teve dois filhos e duas filhas. Porém irrompeu uma peste e os tebanos, consultaram o oráculo, que respondeu que a peste cessaria quando o assassino de Laio tivesse sido expulso do país.

A peça consiste em um processo de revelação - que pode ser comparado ao trabalho de uma psicanálise - de que o próprio Édipo é o assassino de Laio e também o filho do homem assassinado e de Jocasta, a quem desposou. Estarrecido ante seu ato, Édipo cega a si próprio e abandona o lar. “*Edipus Rex*” é o que se conhece por uma tragédia do destino: dirigir nosso primeiro impulso sexual para nossa mãe, e nosso primeiro ódio e primeiro desejo assassino para nosso pai.

Para Freud, *Hamlet* de Shakespeare é outra das grandes criações da poesia trágica que tem a mesma raiz que “*Edipus Rex*”, com a diferença de que nessa última a fantasia infantil imaginária que subjaz ao texto é exposta e realizada como seria num sonho, e em *Hamlet* ela permanece aberta.

Em 1908, Freud nos diz que as crianças se ocupam com a busca e a construção de respostas para o primeiro grande problema da vida: de onde vêm os bebês, questão que os contos e lendas tentam responder. A criança não se satisfaz com as respostas iniciais, sobre essa pergunta e começa a desconfiar dos adultos, suspeita que escondam algo proibido e passa a manter suas investigações posteriores em segredo. Com isso, experimenta um conflito psíquico entre o que quer acreditar e o que acredita que é certo. O conjunto das concepções consideradas boas torna-se o conjunto das concepções dominantes e conscientes, enquanto o outro conjunto das opiniões reprimidas e inconscientes o complexo nuclear de uma neurose, que Freud denominará Complexo de Édipo.

Portanto, as elaborações sobre o pai vão do pai sedutor ao pai da realidade psíquica, que, não sendo suficiente para produzir um sintoma neurótico, continua a funcionar na fantasia inconsciente. Temos o pai da horda, assassinado pelos filhos, e o pai reeditado na figura de Moisés. Essa pergunta *O que é um pai?* percorre a obra de Freud em vários casos clínicos. Em função da delimitação do tema, optamos por percorrer os dois casos clínicos: o do Homem dos Ratos e o do pequeno Hans, além de comentários sobre Dostoiévski. O percurso por esses textos foi norteado pelos conceitos e temas que se referem ao que estamos tratando, ou seja: o Édipo no menino, os impasses no seu percurso.

1 - O Complexo de Castração

É no mesmo texto de 1908, “Sobre as teorias sexuais das crianças”, que Freud faz a primeira menção ao Complexo de Castração e seu exame explícito¹¹⁷ (p. 212), que será retomado no caso Hans.

As teorias infantis são construídas pela criança a partir da diferença entre os sexos. Na primeira das teorias, haveria um “desconhecimento das diferenças entre os sexos, e a criança atribuiria a todos, inclusive às mulheres, a posse de um pênis” (ibid, p. 219). A erogeneização do menino com o pênis, associada à ameaça de castração, provoca um profundo e persistente mal-estar, um horror, já que o órgão mutilado é uma ameaça. A segunda das teorias sexuais que a criança cria é a cloacal, em o bebê se equipara a um excremento. A terceira das teorias sexuais típicas surge nas crianças quando elas testemunham uma relação sexual entre os pais, situação que gera uma concepção sádica do coito.

O que Freud vai percebendo é que as pulsões sexuais se apresentam para a criança de maneira dispersiva e anárquica. No início, ela obtém uma satisfação auto-erótica, de maneira perversa e polimorfa, recorrendo ao prazer do órgão, sem recorrer a um objeto externo. Aos poucos a libido vai se localizando a partir de determinados pólos: oral, anal e genital. Com o advento da fase narcísica, o sujeito poderá recorrer a um objeto externo ou ao esquema de um corpo unificado. O que marca as migrações da libido é seu esvaziamento do corpo, ou seja, o gozo que o sujeito usufrui de seu próprio corpo é interdito e localizado em um objeto exterior (SANTOS, 2005, p. 44). A angústia de castração figura no centro dessa problemática e surge pelo temor da realização das ameaças paternas.

No artigo “Notas sobre um caso de neurose obsessiva” (1909), Freud descreve um caso clínico que se iniciou em outubro de 1907, durou quase um ano e foi encaminhado para publicação em 7 de julho de 1909. Trata-se de um jovem senhor universitário de 29 anos, que procurou Freud para tratamento porque, desde a infância, sofria de obsessões, mas com maior intensidade nos últimos quatro anos. Temia que algo ruim pudesse acontecer às pessoas de quem gostava muito: seu pai e uma dama a quem admirava e com quem já tivera um relacionamento anterior. Além disso, era acometido por impulsos compulsivos, tais como cortar a garganta com uma lâmina. Gastou anos lutando contra essas idéias, tendo tentado vários tratamentos (p.163).

O jovem relatou que a masturbação estivera presente em sua desde seus dezesseis ou dezessete anos, e a primeira vez que teve relações sexuais fora com vinte

e seis. Mantivera relações sexuais regulares com alguém que ele conhecera num sanatório próximo, onde fizera tratamento por hidroterapia.

O que logo apareceu no transcurso das sessões foi a raiz edipiana do conflito. Por volta de cinco ou seis anos de idade, teve experiências de sedução com a governanta de sua casa, cujos genitais ele tocou; depois disso, passou a querer ver o corpo feminino. Aos seis anos já tinha ereções e foi queixar-se disso com sua mãe (ibid, p. 166). Naquela época, percebia que havia alguma conexão entre esses assuntos e a idéia mórbida de que seus pais conheciam seus pensamentos. Havia determinadas moças que lhe agradavam e ele tinha forte desejo de vê-las despidas; contudo, desejando isso, ele tinha um estranho sentimento, como se algo devesse acontecer se pensasse tais coisas: por exemplo, que seu pai deveria morrer, o que o compelia a fazer determinados tipos de coisas para evitar essa morte. Explicou a si mesmo que havia revelado essa curiosidade de ver o corpo feminino em voz alta, sem o saber, e acreditava ser esse fato o começo de sua doença. Esses pensamentos a respeito da morte de seu pai ocuparam sua mente desde idade muito precoce, inclusive deprimindo-o (ibid, p. 167). Mesmo seu pai já tendo falecido quando ele estava com vinte e um anos, esses pensamentos continuavam (ibid, p. 256).

Freud vê nos eventos ocorridos com o jovem no seu sexto ou sétimo ano de idade a doença estabelecida, não seu início. Era uma neurose obsessiva completa, e a criança “estava sob o domínio de um componente do instinto sexual, o desejo de olhar” [escopofilia] (ibid, p. 167). Portanto, sempre que acometido por esse desejo, vinha a sensação de que o pai morreria se ele continuasse a pensar nessas coisas sexuais.

O motivo imediato que levou esse jovem a Freud, contudo, fora os pensamentos obsessivos a que ficou submetido após determinado episódio, o qual passará a relatar com enorme dificuldade. Ele era militar e participava de algumas manobras, estando interessado em mostrar aos seus colegas e superiores o quanto, além de ter aprendido coisas, ele conseguia agüentar. Durante uma parada, perdeu seu *pince-nez* e, para não atrasar a viagem, telegrafou para seu oculista, em Viena, solicitando que lhe fosse enviado outro pelo correio. Nessa mesma parada, sentou-se entre dois oficiais, sendo que um deles “gostava de crueldades” (no grupo de oficiais sempre havia defendido a introdução de castigo corporal) e ele, inclusive, já fora obrigado a discordar desse oficial. Porém, naquela parada, o capitão contou-lhe que havia lido sobre um castigo particularmente horrível: o criminoso fora amarrado, um vaso virado sobre suas nádegas e alguns ratos, colocados dentro do vaso, cavaram caminho no seu ânus.

¹¹⁷ A idéia da ameaça de castração aparece em uma publicação nesse texto, embora tenha havido menção sobre o conceito em *A interpretação do dos sonhos* (1900, vol. V, p. 657).

Naquele momento, atravessou a mente do jovem o pensamento de que aquilo estava acontecendo a uma pessoa que lhe era muito cara a dama a quem nos referimos no início do relato do caso.

Associada a isso, sempre aparecia uma sanção, uma idéia defensiva que ele estava obrigado a adotar a fim de evitar que a fantasia fosse realizada. Tal idéia defensiva ficava mais disparatada ainda quando se referia ao pai do jovem, que, inclusive, já havia falecido. Acabou por tomar forma em sua mente a seguinte sanção: “você deve pagar 3,80 coroas¹¹⁸ ao tenente A”. A partir daí ocorreu uma série de peripécias em torno das tentativas de efetivar essa entrega.

A doença e morte de seu pai muito o atormentaram. Censurou-se por não ter estado presente à hora de sua morte, o que foi intensificado quando a enfermeira contou-lhe que o pai havia chamado por ele nos últimos dias de vida. Por muito tempo não compreendia o fato de seu pai haver morrido, e às vezes, quando escutava uma boa piada, pensava em contá-la a ele. Dezoito meses após a morte do pai, passou a tratar a si próprio como criminoso, chegando a ficar incapacitado de trabalhar. Freud assinala a dimensão do sentimento de culpa, mas seu pertencimento a um “outro contexto (inconsciente) que exige ser buscado” (ibid, p. 179). No trabalho de análise, o paciente foi concluindo, juntamente com Freud, que seu “sentimento pela morte de seu pai” (ibid, p. 189) era a principal fonte da intensidade da sua doença. De fato, Freud observa que um período normal de luto duraria de um a dois anos, mas um luto patológico, como esse, duraria indefinidamente.

Durante o tratamento, o paciente produziu uma série de associações em torno do pai, sendo que algumas delas se relacionavam ao desejo de que ele morresse: por exemplo, aos 12 anos fora apaixonado por uma menina, porém ela não lhe correspondia o afeto, o que o levou a construir a fantasia de que, se seu pai morresse, ela “lhe seria afável” (ibid, p. 182). Anos depois, esteve namorando essa dama¹¹⁹, mas obstáculos financeiros impossibilitavam uma aliança com ela. Ocorreu-lhe, novamente, a idéia de que a morte do pai podia torná-lo suficientemente rico para casar-se com ela.

Partindo dessas e de outras indicações, Freud indagou se havia alguma cena relacionada com masturbação pela qual ele se sentia culpado. O paciente relatou que fora “duramente castigado por seu pai” (ibid, p. 207), o que pôs fim na masturbação, mas deixou atrás de si um “rancor inextinguível pelo seu pai” fixando-o em seu papel de perturbador do gozo sexual do paciente. Em suas associações, outra lembrança de sua infância lhe ocorreu: um episódio entre três e quatro anos, em que o pai a punira de

¹¹⁸ Uma quantia que equivalia, àquela época, a cerca de 3s ou 2d ou 75 centavos – nota de rodapé p. 172.

forma severa, por ter mordido alguém (provavelmente uma babá). Na cena, tomado de terrível raiva, enquanto apanhava, xingava o pai: “sua lâmpada! sua toalha!...” (ibid, p. 208). Seu pai, abalado com tal explosão de fúria, parou de bater-lhe e exclamou: “O menino ou vai ser um grande homem ou um grande criminoso!”, palavras que lhe causaram impressão permanente.

Segundo Freud, a partir desses episódios, é possível compreender a idéia dos ratos, pois seu pai, que apresentava uma conduta irrepreensível, contraíra uma dívida no seu período militar, perdera uma pequena soma de dinheiro, que não lhe pertencia, em um jogo de cartas (ele era um *spielratte*, rato de jogo). Um amigo emprestou-lhe o que precisaria, e depois, apesar de tentar restituir-lhe o dinheiro, não conseguiu encontrá-lo. Portanto, a idéia do castigo com ratos e a fala do capitão de que ele deveria restituir o dinheiro ao tenente A, com certeza, ativaram seus complexos inconscientes e funcionaram como alusão à dívida do pai.

Da mesma forma, o relato do castigo com ratos ativou recordações da infância e deu origem às suas obsessões relativas ao castigo do pai e da dama. Os ratos desencadearam uma série de associações simbólicas, que, a partir de Lacan, podemos entender como efeito do significante: *ratten/rato*, *raten/prestações*, *spielratte/rato de jogo*. Ao visitar o túmulo de seu pai, ele se deparara com um rato e imaginou que o animal roera um pedaço de cadáver, tal como ele mesmo mordera alguém na infância (conforme foi relatado). A história dos ratos, contada pelo capitão cruel, teria acionado a cena da infância, fazendo com que ele tomasse consciência de que ele próprio era o homem-rato. O Inconsciente era o infantil, aquela parte do eu (*self*) que ficou apartada dele na infância, que não participara dos estágios posteriores do seu desenvolvimento, em consequência do que, se tornara reprimida. “Os derivados desse inconsciente reprimido eram os responsáveis pelos pensamentos involuntários que constituíram a sua doença” (FREUD, 1909, p. 181).

Faremos algumas observações sobre um outro aspecto do caso, aquele que Freud considera como a causa precipitadora da doença. A mãe do jovem era de uma família que administrava uma grande empresa industrial e seu pai adquiriu uma posição razoável com o casamento. O jovem ficou sabendo que seu pai cortejara uma humilde jovem sem recursos antes de casar com sua mãe. Quando o paciente estava enamorado da dama, por volta de seus 20 anos, seu pai demonstrara não ser muito favorável ao envolvimento. Algum tempo após a morte de seu pai, a mãe dele disse-lhe que havia discutido com parentes ricos sobre o futuro dele, e que um dos primos dela

¹¹⁹ A mesma dama da fantasia que o levou ao tratamento com Freud.

prontificou-se a permitir-lhe que, ao completar a sua educação, ele se casasse com uma das filhas.

Esse plano familiar desencadeou nele um conflito relacionado a saber se ele permaneceria fiel à sua amada, a despeito de sua pobreza, ou se seguiria os passos de seu pai e casaria com a linda, rica e bem relacionada jovem que lhe haviam predestinado (ibid, p. 201).

Ele resolveu esse conflito, ou melhor, evitou resolvê-lo ficando doente. Freud interpreta os acontecimentos a partir do Édipo e ressalta a ambivalência edipiana como a mola propulsora da neurose.

Lacan, no *Mito individual do neurótico*, aborda o caso do “Homem dos ratos” (HR), ressaltando que o valor do pai no real está degradado, desdobrando-se o pai simbólico no duplo negativo, o pai degradado do real, e seu duplo positivo encarnando todo o valor simbólico. Ele considera que há duas fases nesse mito individual do paciente de Freud, correspondendo cada uma a gerações diferentes: a primeira corresponde à constelação original que presidia ao nascimento do sujeito, ao seu destino, à sua pré-história, e a segunda, reproduzindo a estrutura da primeira, corresponde à geração do próprio Homem dos Ratos, só que marcada por uma transformação (LACAN, p. 39). Lacan, portanto, reafirma o que o Freud havia destacado: o desencadeamento da neurose ocorre no momento em que o paciente é incitado a desposar uma mulher rica. Assim, o conflito mulher rica/mulher pobre da primeira geração vem a ser reproduzido na segunda (ibid, p. 40). Lacan chama a atenção para a importância de a teoria analítica ser sustentada pelo conflito fundamental que, por intermédio da rivalidade com o pai, liga o sujeito a um valor simbólico essencial, mas sempre em função de uma degradação concreta (talvez ligada a circunstâncias sociais e específicas) da figura do pai.

Freud trata do Complexo de Édipo e da castração em seus artigos “O esclarecimento sexual das crianças” (1907) e “Sobre as teorias sexuais das crianças” (1908), que ilustram a sistematização das descobertas feitas na análise do pequeno Hans, no artigo “Análise de uma fobia em um menino de cinco anos” (1909). Este traz o relato de um tratamento psicanalítico aplicado pela primeira vez em uma criança. Freud entrava na cena como o “professor”, supervisor do pai, tendo atendido a criança, propriamente dita, apenas uma vez.

Quando Hans estava com cinco anos, passou a ter receio de que um cavalo pudesse mordê-lo na rua (1909, p. 33), o que dificultou as suas saídas de casa. Desde três anos e meio, a criança já demonstrava curiosidade em saber se os seres animados e inanimados, ou, mesmo, se os objetos também teriam ou não pipi, mas sua

curiosidade orientava-se em particular para seus pais. Quando sua mãe viu-o tocar em seu membro, o que nesse período passou a acontecer com certa freqüência, ela ameaçou-o com palavras: “Se você fizer isso de novo vou chamar o Dr. A para cortar fora seu pipi, aí como você vai fazer pipi?” (1909, p. 17). Essa foi a aquisição do complexo de castração, cuja freqüência com que aparecem na análise de neuróticos, que relutam em admiti-la, exige a interferência do psicanalista.

Freud fará questão de dizer que, apesar das sugestões de outros analistas para que possamos considerar a perda do seio, ou das fezes, como castração, a expressão “Complexo de Castração” deve restringir-se àquelas excitações e conseqüências decorrentes da perda do pênis.

Na mesma ocasião em que Hans estava nessa idade, ocorreu o nascimento de sua irmãzinha Hanna. As pessoas haviam dito a ele que a cegonha traria um menino ou uma menina, versão que Hans colocou em dúvida a partir dos sinais percebidos e vividos nesse período. Alguns dias depois, ao observar sua irmã tomar banho, ele fez a observação de que “o pipi dela ainda era bem pequenininho”, mas quando ela crescer ficará maior, movimento que podemos interpretar como a percepção da castração, mas sua negativa (1909, p. 21). No caso de Hans, esse fato se agravou quando a mãe negou a castração ao dizer que o bebê tinha pipi. Aos quatro anos e meio, ocasião em que viu sua irmã tomando banho, ele riu, sendo, na verdade, a primeira vez que Hans reconhecia a diferença entre os genitais masculinos e femininos, em vez de negar sua existência (ibid, p. 31).

Freud destaca o episódio em que Hans acorda após um sonho de ansiedade em que relata à mãe que pensou que ela havia ido embora e ele havia ficado sem ela para ele e o pai mimarem juntos (ibid, p. 34). Alguns dias depois, as reações de chorar, querer voltar para casa e ficar junto da mãe persistiram e se acentuaram até ele relatar o medo de que um cavalo o mordesse. Os estados ansiosos revelavam um temor pela perda da mãe. Paralelamente a esses episódios, a mãe de Hans continuava a adverti-lo de que não pusesse a mão no pipi.

Freud assinala que Hans se dera conta de que sua intimidade com a mãe dependia da ausência do pai. Ele era um “pequeno Édipo” que queria ter seu pai fora do caminho. Porém só posteriormente sua libido difusa pôde se ligar a um objeto, o que possibilitou o aparecimento da fobia de cavalos. O que Hans vai construindo sobre sua fobia é que por trás dela havia uma ambivalência; ou seja, além do desejo de ficar com a mãe, Hans vai revelar a Freud que seu amor por seu pai entrava em conflito com sua hostilidade para com ele. A ansiedade de Hans possuía dois componentes: o medo de

seu pai, derivado de sua hostilidade, e o medo por seu pai, derivado do conflito entre sua afeição por ele e sua hostilidade. Ele amava profundamente seu pai, contra quem, no entanto, nutria também desejos de morte (ibid, p. 120), conflito que não podia encontrar uma solução imediata (ibid, p. 140).

Um outro episódio importante que surgiu no decorrer do tratamento foi que o medo de ser mordido se relacionava com um acontecimento precedente em que Hans viu um cavalo, que puxava um veículo, cair e remexer as patas. Ele ficou aterrorizado, achando que o cavalo estava morto; daí por diante, passou a achar que todos os cavalos iriam cair e morrer. Para Freud, ele havia identificado seu pai com o cavalo, desejando que seu pai caísse e morresse, tal como ocorreu com o cavalo (SANTOS, 2005, p. 33). Ou seja, a queda dos cavalos ativava os desejos incestuosos e parricidas de Hans. O medo do cavalo que cai corresponderia ao medo de retaliação pelo desejo de morte do pai e pelo desejo pela mãe, que se manifestava, de forma deslocada, pelo medo de cavalos.

Apesar de as sensações do seu pênis o terem colocado no caminho de pressupor uma vagina, ele ainda não podia resolver o problema a castração e de onde vêm os bebês; ao contrário, sua convicção era de que sua mãe possuía um pênis, o que ficou no caminho de qualquer solução. Sua tentativa de descobrir o que tinha de ser feito com sua mãe para que ela pudesse ter filhos ficou inconsciente (ibid, p. 140). Por meio do trabalho com Freud, que lhe tornou possível desdobrar suas fantasias, falar de seus sonhos, bem como ouvir do pai esclarecimentos sobre a origem dos bebês e sobre o fato de as mulheres não terem um pipi, Hans deixou de ter medo de cavalos, chegando a aproximar-se mais de seu pai (ibid, 150). Para Lacan (1956-57), o pai de Hans era por demais gentil, e submisso aos caprichos da mãe de Hans, que era quem proferia as ameaças de castração (o que trouxe conseqüências na formação da fobia de Hans) (ibid, p. 73). A mãe de Hans fez de seu filho seu falo imaginário. Quanto ao pai simbólico não podemos dizer que esteja ausente em relação a sua função simbólica. Cuida de seu filho, ajuda-o a falar, a nomear, mas nem por isso transmitiu a castração a seu filho, porque ele mesmo, não se enfrentou com sua própria castração, não se aproximou de seu objeto de desejo, assim deixou o filho gozar de sua mãe (NOMINÉ, 1997, p. 33).

Santos (2005) considera que a reflexão de Freud acerca desses casos citados (Homem dos Ratos e Hans), assim como do caso do Homem dos Lobos (1918) e do caso de Dora converge para um ponto comum: o complexo nuclear das neuroses:

do ponto de vista dos impasses subjetivos, é o pai que aparece como elemento de maior importância no interior dessa teia; é a ambivalência

de sentimentos em relação ao complexo paterno que responde tanto pela eclosão da doença quanto pelas saídas possíveis para o impasse subjetivo (p. 40).

2 - A sexualidade e a ênfase no estágio fálico

Em “Três ensaios sobre a teoria da sexualidade”, de 1905, Freud desenvolve os princípios relativos aos estádios oral, anal e genital, sem referir-se especificamente ao Complexo de Édipo, como se a idéia dos estádios não pudesse articular-se com a descoberta dos desejos edipianos. As pulsões sexuais se apresentam de maneira anárquica e dispersiva, logo que a criança nasce e nos primeiros meses de vida, ela obtém satisfação auto-erótica de maneira perversa e polimorfa. Aos poucos, a libido vai se localizando nos citados pólos: oral, anal e genital, e o gozo do sujeito com seu corpo vai sendo interdito e localizado em um objeto exterior. Apesar de mencionado, o conceito do Complexo de Édipo só vem a ser elaborado quando Freud substitui o estágio genital dos “Três ensaios sobre a teoria da sexualidade” pela noção de estágio fálico. Ou seja, quando ele situa em primeiro plano a castração.

Paralelamente a essas elaborações, vemos em “Totem e Tabu”, como já citamos, a construção do mito da “horda primitiva”, e Freud assinala que os primeiros sistemas penais humanos remontam às formas prescritivas do tabu próprias das sociedades arcaicas, pois, antes mesmo das tábuas das leis, o mandamento “não matarás” já operava. Os impulsos proibidos encontram-se presentes tanto no criminoso como na comunidade que se vingava (FREUD, 1913, p. 20). O mito do assassinato do pai foi o modo como Freud pôde explicitar a natureza simbólica do exercício da paternidade. Essa natureza simbólica se revela pela função de interdição, na forma de uma lei que age na relação da criança com a mãe - objeto primordial do desejo. Esta retrata a passagem da natureza à cultura.

Nesse mesmo texto, designa o complexo de emoções, que surge da relação ambivalente amor/ódio da criança com o pai, de complexo paterno. A releitura de Lacan do mito da horda ajuda a compreender a importância desse mito em sua elaboração final. A castração torna-se o princípio organizador da diferença dos sexos e da diferença de gerações, e uma profunda dessimetria se institui entre os pólos materno e paterno do triângulo edipiano.

Assim teria nascido a lei edipiana que organiza a filiação masculina em torno da união do proibido e do desejo. O pai simbólico está relacionado com o pai morto do mito freudiano de *Totem e Tabu*, e é pela via do mito que Freud vai dar um tratamento à

questão do pai. O mito de Édipo, o do pai primevo e o de Moisés são os três grandes mitos que vão conferir uma fórmula discursiva ao real do pai, que não pode ser transmitido na dimensão de uma verdade objetiva. Freud ressalta a função paterna de inscrição simbólica, de agente de transmissão da castração, assim como seu papel estruturante no Édipo e no processo de identificação. As formas de o sujeito posicionar-se diante da Lei, podendo questioná-la, opor-se a ela, interpretá-la ou mesmo desobedecê-la dependem de sua estruturação edípica.

No artigo “Um tipo especial de escolha de objeto feita pelos homens” (1910) Freud descreve um tipo de amor cuja ordenação se vincula e se relaciona à fonte edipiana. Nesse tipo de escolha objetal, a mulher amada pertence a um terceiro, ficando o sujeito fixado na trama edipiana. Os desejos hostis que a criança teria nutrido pelo genitor do mesmo sexo seriam atualizados na puberdade, a partir da possibilidade real de concretização do incesto. É também nesse artigo que ele inaugura o uso da expressão¹²⁰ “Complexo de Édipo”, utilizada em função da problemática edipiana, descrita como um conjunto de sentimentos, de aptidões, de emoções e de idéias que existem nas crianças e orientam sua relação com os pais.

Para Bleichmar (1984), o Complexo de Édipo, em Freud, pode ser compreendido em três períodos, três formulações distintas, que se constituem como conceituações sucessivas ao longo dos textos teóricos e clínicos. A primeira formulação, já citadas, foi esboçada na “Carta 71” e retomada em “A interpretação dos sonhos”. A segunda formulação é exposta no capítulo VII da “Psicologia dos grupos e a análise do eu” (1921) e no capítulo III de “O eu e o id” (1923). A terceira formulação sobre o Édipo surge ainda em 1923, em “Organização genital infantil”, que culminará no texto da sexualidade feminina.

No texto “O eu e o id” (1923), o Complexo de Édipo surge quando os desejos sexuais se tornam mais intensos e o pai é percebido como obstáculo a eles. Sua identificação com o pai assume uma coloração hostil e transforma-se num desejo de livrar-se dele, a fim de ocupar o seu lugar junto à mãe. Daí por diante, sua relação com o pai é ambivalente, como se a ambivalência, inerente à identificação desde o início, se houvesse tornado manifesta. Uma atitude ambivalente para com o pai e uma relação objetal de tipo unicamente afetuosos com a mãe constituem o conteúdo do Complexo de Édipo positivo simples no menino (p. 46). Freud relaciona essa ambivalência ao desejo de ocupar o lugar do pai junto à mãe. Sua identificação com o pai assume uma “coloração hostil” e transforma-se no desejo de livrar-se dele. A hostilidade não pode ser

satisfeita, desenvolve-se uma identificação com o rival anterior, sendo que, assim como nos casos brandos de homossexualidade, a identificação constitui substituto de uma escolha afetuosa que ocupou o lugar da atitude hostil, agressiva (1923, p. 52). Ele refere-se, ainda, ao “complexo paterno” como o que possibilitaria ao “ego primitivo ou id” adquirir a religião e a moralidade.

Freud considera o supereu e o ideal do eu “gradações do eu” e, num certo momento, equivalentes. Sabemos que existe certa confusão entre esses termos, principalmente nesse texto. Um pouco mais à frente no texto, ele retoma a idéia de “caráter”, mas para ressaltar a importância das primeiras identificações:

...os efeitos das primeiras identificações efetuadas na mais primitiva infância serão gerais e duradouros. Isso nos conduz de volta à origem do ideal do eu; por trás dele jaz oculta a primeira e mais importante identificação de um indivíduo, a sua identificação com o pai em sua pré-história pessoal (ibid p. 45).

Em nota de rodapé, Freud ressalta que seria mais seguro dizer “os pais”, pois a criança não faz distinção de valor entre o pai e a mãe antes de ter chegado ao conhecimento definitivo da diferença entre os sexos. No texto, ele não considera essa primeira identificação resultado de uma catexia do objeto; trata-se de uma identificação direta e imediata, e se efetua mais primitivamente do que qualquer catexia de objeto. Mas as escolhas objetais pertencentes ao primeiro período sexual e relacionadas ao pai e à mãe parecem normalmente encontrar seu desfecho numa identificação desse tipo, que assim reforçaria a primária. A dificuldade do problema se deve a dois fatores: o caráter triangular da situação edipiana e a bissexualidade constitucional de cada indivíduo.

Refere-se ao ideal do eu como herdeiro do Complexo de Édipo, como uma expressão dos mais poderosos impulsos e das mais importantes vicissitudes libidinais do id. Erigindo esse ideal do eu o eu dominou o complexo de Édipo e, ao mesmo tempo, colocou-se em sujeição ao id. “O que pertencia à parte mais baixa da vida mental de cada um de nós é transformado, mediante a formação de um ideal, no que é mais elevado na mente humana pela nossa escala de valores” (p. 51), respondendo a tudo o que é esperado da mais alta natureza do homem.

Neto (1998) faz uma diferenciação entre supereu e ideal do eu: o primeiro seria o imperativo categórico, que, apesar de estar no registro da ordem, constitui-se como ordem impossível de ser respeitada, como lei irracional, terrível, que tem a ver com o

¹²⁰ Embora Freud já tivesse falado em complexo nuclear, em 1910, “Cinco lições em psicanálise”, articulando com o Édipo é utilizado pela primeira vez. O termo complexo foi utilizado por Yung, em seus estudos sobre associação de idéias.

automatismo de repetição em sua faceta de inadaptação do sujeito. O ideal do eu implicaria certas funções normatizantes do sexo, mas que só tem sua eficácia, embora preceda a vinda do sujeito ao mundo, na emergência do eu ideal. É algo do registro da morte, em ato, que está na origem tanto do ideal do eu quanto do eu ideal, que pode ser aproximado do conceito de recalque (ibid, p. 58).

3 - Dostoiévski e a pulsão de morte

Em 1926 Freud é convidado a escrever uma introdução a um volume suplementar às obras de Dostoiévski¹²¹, que continha *Os irmãos Karamázovi*. Ele retoma não só o texto do escritor russo, mas também sua biografia, o que culmina no artigo “Dostoiévski e o parricídio” (1928). Nele Freud afirma, de forma instigante, que “o destino não passa de uma projeção tardia do pai”, assinalando a morte do pai de Dostoiévski como o “trauma mais severo”. Ocorrem, na sua história, atos autopunitivos, que Freud acredita que tenham surgido em relação ao desejo de morte do pai. O assassinato do pai de Dostoiévski é colocado como uma experiência dilaceradora vivida por ele aos 18 anos de idade.

Seu pai costumava impor aos filhos a sua vontade. Ele exigia que Dostoiévski buscasse uma carreira segura em termos de retorno financeiro, levando o filho a ingressar na Academia de Engenharia Militar de São Petersburgo (GOMES, 2002, p.38). Quando ele morre, Dostoiévski poderia seguir a carreira de escritor, pela qual se interessava, mas o que ocorre é o começo de uma turbulenta rotina que se inicia com a condenação a quatro anos de trabalho forçados na Fortaleza de *Omsk*. Dostoiévski fora condenado por ter participado de reuniões em grupos de intelectuais que ganharam a reputação de politicamente subversivos (GOMES, 2003, p.23). Ele aceita a condenação, e confessa que era culpado por ter a intenção, ou seja, a prisão foi uma busca de expiação de sua culpa. Partindo do sentimento de culpa e do masoquismo em Dostoiévski, o qual se posiciona como objeto de gozo dos representantes paternos, Freud chega ao aspecto central: o tema do assassinato do pai, que põe em cena o ódio do neurótico pelo pai (GOMES, 2002, p.40).

Lecouer (1992) propõe pensarmos a epilepsia como servindo para resolver um enigma que coloca a violência do pai de Dostoiévski, dando-lhe um sentido numa história. A epilepsia mostra uma ausência do sujeito para com seu corpo, que seria a conseqüência de um encontro do pai e da morte, encontro assegurado pelos cuidados de uma identificação. Embora Freud chame a atenção para o fato de que as crises de

¹²¹ Fiódor Dostoiévski nasceu em Moscou, em 1821. Seu sofrimento serviu de material para uma obra ao mesmo tempo realista e mística, baseada em aguda percepção psicológica. Faleceu em 1881. Dostoiévski escreveu, ainda, Crime e

Dostoiévski remontavam à sua infância, constam que eram brandas e só adquiriram forma epiléptica após a morte de seu pai (1928, p. 210).

Freud identifica quatro facetas em Dostoiévski: o artista criador, o neurótico, o moralista e o pecador. A do artista, ressalta Freud que não se encontra muito aquém de Shakespeare. Ele considera *Os Irmãos Karamázovi* como o mais grandioso romance já escrito. Freud conclui ainda, que diante do problema do artista criador, a análise tem que depor suas armas. A neurose de Dostoiévski, se expressava para Freud, com o sintoma da epilepsia num quadro grave de histeria. A do moralista, ponto fraco do escritor, em relação ao qual Freud se decepciona, pois o escritor manteve-se subjugado ao Deus dos cristãos e ao Czar, numa posição de veneração (FREUD, 1928, p. 205). A do pecador pode ser identificada na irresistível atração de Dostoiévski pelo jogo. Freud articula essa paixão devoradora pelo jogo em torno das conseqüências materiais desastrosas que o jogo traz à vida cotidiana de Dostoiévski, o que viria a satisfazer, ao mesmo tempo, a procura de autopunição e a de auto-reprimenda. Ele nota que o escritor só podia criar após ter perdido tudo no jogo, após ter se consumido como sujeito em seu sacrifício à instância paterna, restando das mesas as dívidas intermináveis. Ao se deter frente à posição masoquista de Dostoiévski, Freud está interrogando o amor ao pai, pois ele considera que a união do amor à pulsão de morte determina a posição masoquista do filho. Não sendo somente o amor ao pai que se encontra em questão, mas também, a ambivalência.

A pulsão destrutiva de Dostoiévski, que poderia tê-lo transformado num criminoso, foi dirigida para fora em sua vida real, principalmente contra sua pessoa. Entretanto, nessa faceta “criminosa”, podemos incluir a paixão de Dostoiévski pelo jogo e sua possível confissão de um ataque sexual a uma garotinha (FREUD, 1928, p. 206)

Freud (1928) dirá, também, que há dois traços essenciais em um criminoso: um egoísmo sem limite e um forte impulso destrutivo. A condição necessária para sua expressão, que é comum a ambos, é a ausência de amor, a falta de uma apreciação emocional de objetos (humanos). O que impede de colocarmos Dostoiévski entre os criminosos é justamente a sua grande necessidade de amor (*Liebesdürftigkeit*) e sua enorme capacidade de amar (*Liebesfähigkeit*) (p. 206).

Esse aspecto interessa-nos particularmente, porque o “amor ao pai” parece estar comprometido em grande parte desses jovens delinqüentes. Na ausência desse amor, mais do que a ambivalência, haveria um ódio ao pai, que forçaria, ainda mais, a passagem ao ato infracional.

Castigo, Recordações da Casa dos Mortos, O Idiota, etc. É, portanto, um romancista famoso e, melhor, ligado à psicologia.

Dostoiévski e as possibilidades de articulações sobre o pai são interessantíssimas. No momento da qualificação, eu o havia colocado como um capítulo da dissertação, tarefa impossível. Porém, não poderíamos deixar de mencioná-lo buscando extrair apenas alguns elementos. Um deles é o tema do assassinato do pai, que Freud destaca, porém, também a dimensão de um pai que não cumpriu sua função como pai. Esses elementos ficam evidentes em *Os Irmãos Karamázovi*, publicado em 1880. O Livro trata do assassinato de um pai, cujos filhos, são suspeitos do crime. Na ocasião do julgamento, o promotor apela para a psicologia com o intuito de incriminar Dimítri. Seu discurso foi seguido pelo do advogado de defesa, que, por isso, elogia a psicologia como uma ciência notável, porém, uma faca de dois gumes. A defesa utilizou o lugar ocupado pelo velho Karamázovi junto aos filhos, o caráter não-natural do amor ao pai, razão pela qual, o velho Karamázovi não era digno de ser chamado de pai (GOMES, 2002, p. 36). O padre Zósima, personagem encontrado também no citado romance de Dostoiévski, pode ser apontada como o pai idealizado, e o velho Karamázovi como o pai degradado. O neurótico, ao colocar em questão o sistema pai, se depara com o desamparo e sua resposta é o masoquismo. A relação ao pai é ambivalente cuja ultrapassagem é complexa, como atesta Dostoiévski com sua vida e sua obra. Por um lado, o ódio pelo pai, não elaborado permanece como alimento da culpa, contribuindo também para sustentar essa posição; por outro, o pai, tomado na vertente do amor determina a posição masoquista do filho (ibid, p. 38). O estatuto do pai está degradado com a exposição de gozo situada do lado do pai.

A linha de avanço do recalçamento em que Freud situava as tragédias de *Édipo* e *Hamlet* se interrompe com esse texto de 1928. Por outro lado, ele identifica um desamparo do escritor russo frente às manifestações do amor, onde ele recorria a Deus (GOMES, 2002, p. 129). A via do gozo esteve sempre interdita por uma falha inerente do pai, não sendo aberta pelo assassinato do pai. O sujeito se empenha em recompor essa falha do pai, velando-a e respondendo com o seu masoquismo. Essa é a saída que o escritor “escolheu”, permitindo que o supereu comande seu destino, de certa forma também para o personagem do livro de Dostoiévski, que citamos.

A psicanálise pode propiciar uma mudança na relação do sujeito com seu excedente pulsional, que, “de forma muda, rege os seus impasses diante do pai, determinando a covardia de sua posição fantasmática” (ibid, 2002, p. 130).

4 - O Édipo em Lacan a partir do seminário *As formações do inconsciente*

O pai tem lugar central no Édipo revelado pelo inconsciente, que se mostra encoberto pela amnésia infantil, onde o que está em questão é a existência de desejos

infantis pela mãe. Lacan, no seminário 5, (1957) vai distinguir três pólos importantes da evolução do interesse de Freud em torno do Édipo. O primeiro é a transformação do Édipo em algo universal, não uma exclusividade da neurose, pela razão de ele ter uma função essencial de normalização. A idéia da neurose sem Édipo é correlata do conjunto das perguntas formuladas sobre o supereu materno e supereu paterno.

O segundo pólo refere-se ao campo pré-edipiano, em torno do qual se reúnem a perversão, de um lado, e a psicose, de outro. Em ambas, é tratada a importância da imagem da função imaginária, embora sob ângulos diferentes. Ele considera que esse pólo traz questões concernentes às perturbações que se produzem no campo da realidade (ibid, p. 168).

O terceiro pólo refere-se à relação do complexo de Édipo com a genitalização. O complexo de Édipo tem uma função normativa em relação à assunção de seu sexo pelo sujeito, não simplesmente na sua estrutura moral, nem nas suas relações com a realidade (ibid, p. 171). A função essencial do Édipo é a virilidade e a feminização, questões diretamente ligadas à função do ideal do eu. Portanto, relativamente ao tema do Édipo, tudo gira em torno de três pólos: o supereu, a realidade e o ideal do eu.

Nesse mesmo seminário, Lacan retoma a importância da dimensão do Outro como tesouro do significante, que “para exercer plenamente sua função de Outro comporta, que tenha, também, o significante do Outro como Outro” (1958, p. 162). Que esse Outro seja capaz de dar fundamento à lei, dimensão da ordem do significante, e que se encarne em pessoas que sustentam essa autoridade. Ressalta que, ainda “que essas pessoas falem, vez ou outra, ou que haja carência paterna, por exemplo, no sentido de o pai ser imbecil demais, não é o essencial. O essencial é que o sujeito seja por que lado for, tenha adquirido a dimensão do Nome-do-Pai” (1957, p. 162). É preciso ter o Nome-do-Pai, mas também é preciso que saibamos servir-nos dele, sendo disso que o destino e o resultado de toda a história podem depender muito (ibid, p. 163).

Especialmente na infância, existem palavras reais que acontecem em torno do sujeito, mas a essência da metáfora paterna consiste no triângulo: mãe, criança e pai. O quarto termo é o S, que está fora dos três vértices do triângulo edipiano e depende do que vai acontecer nessa partida onde ele é o morto. Nessa partida que o sujeito se institui como regra, ele se descobre dependente dos três pólos, que já citamos: Ideal do eu, supereu e realidade (ibid, p. 164). Lacan assinala, também, a importância da função unificadora da imagem total do corpo, que nos fornece a relação do eu com a imagem especular. Nesse processo de dialética subjetiva, o outro ponto que se institui com a entrada do terceiro na relação da mãe com o filho, processo de inscrição da metáfora

paterna, é o falo, que ocupa um lugar de objeto central na economia freudiana (ibid, p. 165).

Lacan faz uma distinção importante sobre o pai como normativo e o pai como normal, o que seria rejeitar a questão para o nível da estrutura, neurótica, psicótica do pai. A normalidade do pai é uma questão, e a de sua posição normal na família é outra, que não se confunde com uma definição exata de seu papel normatizador. Ele pode até ser muito desnordeador, na medida em que ele mesmo não seja normal, o que seria colocar a questão da estrutura do pai. Para falar de sua carência no complexo, é preciso introduzir uma outra dimensão que não a dimensão realista. Lacan vai retomar o “papel do pai”, seu lugar no complexo, o “pai terrível”. Antes de mais nada, ele interdita a mãe. Esse é o fundamento, o princípio do complexo de Édipo, sendo “aí que o pai se liga à lei primordial da proibição do incesto” (ibid, p. 174).

Mas é, para além disso, que o pai exerce esse papel sendo por toda sua presença, por seus efeitos no inconsciente, que ele realiza a interdição da mãe. A relação entre o menino e o pai é dominada pelo medo da castração. Uma agressão parte do filho, na medida em que seu objeto privilegiado é a mãe, e se dirige ao pai, retornando para ele em função da relação dual, uma vez que ele projeta imaginariamente no pai intenções agressivas equivalentes ou reforçadas em relação às suas, mas cujo ponto de partida são suas próprias tendências agressivas. “O medo experimentado diante do pai é nitidamente centrífugo, quer dizer, tem seu centro no sujeito” (ibid, p. 175).

Lacan esclarece que na família o pai é tudo o que quiser, uma sombra ou um banqueiro. No Édipo, o pai não é um objeto real, mesmo que tenha de intervir como objeto real para dar corpo à castração, tampouco é um objeto ideal. O pai é o pai simbólico, é uma metáfora, um significante que surge no lugar de outro significante (ibid, p. 180). É a mãe que vai e vem, instaurando a pergunta sobre o que ela quer, que é o x da questão, ou seja, o falo. É na medida em que o pai substitui a mãe como significante que vem a se produzir a metáfora. A metáfora paterna foi constituída pela colocação do pai como símbolo, ou significante, no lugar da mãe, sendo esse processo uma simbolização primordial da mãe. Lacan diz que a primeira relação de realidade desenha-se entre a mãe e o filho, sendo aí que a criança experimenta as primeiras realidades de seu contato com o meio vivo (ibid, p. 186). Ele acrescenta que o pai, para nós, é real, na medida em que as instituições lhe conferem seu “nome de pai”, sendo o mais importante sancionarem num significante que aquele com quem a mãe praticou o coito é o pai (ibid, p. 187). Ou seja, Lacan vai dizer no “plural”, sancionarem: a mãe, o próprio pai, as instituições, enfim, de qualquer maneira esse “sancionamento” do pai

tem sua importância. A posição do Nome-do-Pai como tal, a qualidade do pai como procriador, é uma questão que se situa a nível simbólico.

Através dessa simbolização, a criança desvincula sua dependência efetiva do desejo materno e alguma coisa se institui sendo subjetivada num nível primário ou primitivo. Essa simbolização consiste em instaurar a mãe como podendo faltar, e do surgimento do desejo do sujeito e todas as complicações posteriores, “na medida em que seu desejo é o desejo do desejo da mãe” (ibid, p. 188). Lacan esclarece que aí reside todo o drama que acontece nesse nível primitivo de entroncamento das perversões. É algo mais do que a simbolização primordial da mãe, sendo necessário que exista por trás dela “toda a ordem simbólica de que ela depende, e a qual permite um certo acesso ao seu objeto de desejo, que é o falo” (ibid, p. 189).

Porém, esse desejo do Outro, que é o desejo da mãe e que comporta um para-almém, necessita de uma mediação para atingi-lo, que é dada pela posição do pai na ordem simbólica. O pai é aquele que priva a mãe do objeto de seu desejo, objeto fálico que desempenha um papel essencial na neurose no desenrolar do Édipo (ibid, p. 190). A experiência analítica mostra que o sujeito posicionou-se de uma certa maneira, num momento de sua infância, que nunca é elidido “quanto ao papel desempenhado pelo pai no fato de a mãe não ter o falo” (ibid, p. 191). Em um determinado momento da evolução do Édipo, coloca-se para o sujeito a questão de aceitar, de simbolizar, de dar valor de significação a essa privação da qual a mãe revela-se o objeto. Esse é o ponto essencial que o sujeito infantil assume, aceita ou recusa, ponto nodal do Édipo, que não coincide com o declínio do complexo de Édipo, cujo fruto é a identificação.

No plano imaginário, trata-se, para o sujeito, de ser ou não ser o falo, sendo que a fase a ser atravessada coloca o sujeito na posição de “escolher”, porque o sujeito é tão passivo quanto ativo nisso. Não é ele quem manipula “as cordinhas do simbólico” (1958, ibid, p. 192). A frase foi começada por seus pais, antes dele, e Lacan ressalta a importância da posição recíproca de cada um desses pais com relação a essa frase. A criança como assujeitada ao capricho daquele de quem depende, mesmo que seja um capricho articulado (ibid, p. 196).

Lacan retoma o caso Hans para enfatizar que a grande importância é da mãe com a palavra do pai, na medida em que, se o pai diz não, isso não é igual a zero para a mãe. Ele vai dizer que a mãe de Hans achava-se numa posição ambígua: proibidora, num plano prático, mas deixava que o filho entrasse em sua privacidade, que é essa posição de assujeitado, fonte de sua angústia e sua fobia (ibid, p. 199).

o que importa é a função na qual intervêm, primeiro, o Nome-do-Pai, o único significante do pai, segundo a fala articulada do pai e terceiro a

lei, considerando que o pai está numa relação mais ou menos íntima com ela. O essencial é que a mãe funde o pai como mediador daquilo que está para além da lei dela e de seu capricho, ou seja, pura e simplesmente, a lei como tal (ibid, p. 197).

No primeiro tempo do Édipo, o sujeito se identifica especularmente com aquilo que é objeto de desejo da mãe, etapa fálica primitiva em que a metáfora paterna age por si (ibid, p. 198). A criança busca ser o falo da mãe, e nessa etapa muitas coisas se detêm e se fixam. Um certo número de distúrbios e satisfações, dentre elas as identificações perversas podem fundar-se conforme a maneira como a mensagem passa da mãe para a criança. No segundo tempo do Édipo, no plano imaginário, o pai intervém como privador da mãe. É nesse nível que se produz a lei do pai, cujo caráter decisivo deve ser isolado na relação com a palavra do pai (ibid, p. 199). Esse é o estágio que desvincula o sujeito de sua identificação e liga-o ao aparecimento da lei. A castração exercida pelo pai é sobre a mãe, e não sobre o filho (ibid, p. 200).

Lacan faz essa distinção em várias ocasiões, mas, no Seminário 5, onde elabora a metáfora paterna e detalha os três tempos do Édipo, assegura que “podemos ver claramente a distinção entre o supereu herdeiro do complexo de Édipo, pai proibidor, e o Ideal do eu, aquele que identifica o sujeito como homem ou como mulher” (ibid, p. 41), Lacan fala também do supereu materno, mais exigente, mais opressivo, ao qual estão ligados os efeitos do supereu primordial de Melanie Klein.

Miller (1999) esclarece esse seminário de Lacan destacando que no primeiro tempo há a identificação especular do sujeito com o objeto do desejo da mãe, ou seja, com o falo imaginário, considerado por Lacan como o “primeiro tempo normal, básico” que o sujeito terá que se desfazer (p. 49). No segundo tempo chega o pai que tem e que dá. O pai que interessa a Lacan é o pai que tem e dá, e que promete em relação ao futuro. É a “etapa que promete em relação ao futuro” (ibid, p. 50). Ele acentua também o caráter significante, metafórico, essencialmente simbólico do Ideal do eu, em cuja formação o sujeito se reveste com as insígnias do Outro, através de uma operação de introjeção; quando isso não funciona, o sujeito coloca o seu ideal do eu, conforme se observa nas seitas que se formam ao redor de um guru. Já o supereu é articulado ao mandamento e à culpa, conforme afirma Lacan no último capítulo do Seminário 5. Miller destaca ainda a importância do pai que diz “sim”, sendo seu “sim” mais importante e promissor que seu “não”. Ele explica que o “não” é necessário, já que sem ele não pode existir o “sim”, sendo precisamente o que permite o novo. O “sim” é o amável Nome-do-Pai.

5 - A dissolução do Complexo de Édipo

Freud explica que a catexia objetal da mãe, por parte do menino, deve ser abandonada juntamente com a demolição do complexo de Édipo e o seu lugar deve ser preenchido com duas coisas: uma identificação com a mãe ou uma intensificação de sua identificação com o pai. A dissolução do complexo de Édipo consolidaria a masculinidade no caráter de um menino.

Freud coloca como uma outra dificuldade no tema da identificação, conforme citamos anteriormente:

um menino não tem simplesmente uma atitude ambivalente para com o pai e uma escolha objetal afetuosa pela mãe, mas que, ao mesmo tempo, também se comporta como uma menina e apresenta uma atitude afetuosa feminina para com o pai e um ciúme e uma hostilidade correspondentes em relação à mãe (ibid, p. 48).

A bissexualidade torna difícil obter uma visão clara dos fatos em vinculação com as escolhas primitivas de objeto e identificações, podendo ser a ambivalência na relação com os pais atribuída à bissexualidade.

Na dissolução do Complexo de Édipo, as quatro tendências formadas a partir da conjugação das identificações e escolhas de objeto agrupar-se-ão de maneira a produzir uma identificação paterna e uma identificação materna. “A identificação paterna preservará a relação de objeto com a mãe, que pertencia ao complexo positivo e, ao mesmo tempo, substituirá a relação de objeto com o pai, que pertencia ao complexo invertido; o mesmo será verdade, *mutatis mutandis*, quanto à identificação materna” (1923, p. 48). Em função da complexidade do tema e densidade desse texto de Freud, destacaremos a ênfase no duplo aspecto do ideal do eu: Você deveria ser assim (como seu pai) compreende também a proibição: Você não pode ser assim como seu pai, não pode fazer tudo o que ele fez. O ideal do eu teria um duplo aspecto, cuja função é “reprimir o complexo de Édipo” (ibid, p. 49).

O supereu representa uma formação reativa enérgica contra essas escolhas, retém o caráter do pai e dominará o eu sob a forma de consciência ou de um sentimento de culpa inconsciente que se manifesta sob a forma de um imperativo categórico. Sua origem é o resultado de dois fatores importantes, um de natureza biológica e outro de natureza histórica: a duração prolongada, no homem, do desamparo e dependência de sua infância. A diferenciação do supereu a partir do eu não é uma questão de acaso; “ela representa as características mais importantes do desenvolvimento tanto do indivíduo quanto da espécie; em verdade dando expressão

permanente à influência dos pais, ela perpetua a existência dos fatores a que deve sua origem” (FREUD, 1923, p. 50).

O que importa é a primazia do falo que se reafirma a partir do texto “A organização genital infantil” (1923). Freud descreve dois tempos da relação da criança com o falo. Em um primeiro, a criança acredita que todos e tudo têm pênis, e o menino, em um segundo tempo, percebe que o pênis existe, e experimenta angústia por pela possibilidade de perdê-lo. Esse é um momento fundamental de dessimetria entre o Édipo no menino e na menina. Em “Algumas conseqüências psíquicas da distinção anatômica entre os sexos” (1925), Freud busca conciliar dois temas abordados indistintamente: a identificação e a castração (LANG, 2002, p. 205). A pré-história do complexo de Édipo, no menino, inclui um período inicial de identificação, do tipo afetoso com o pai e de intensa atividade masturbatória vinculada ao órgão genital, que será suprimida pela ameaça de castração, posteriormente (ameaça geralmente feita pela mãe em nome do pai). O pai ainda não aparece como um rival, porém, à medida que o investimento dirigido à mãe se intensifica, a identificação com o pai adquire um tom hostil, surgindo como um obstáculo aos desejos da criança. O momento subsequente é aquele em que o menino abandona o investimento materno e o substitui, de vez, pela intensificação do processo identificatório com o pai.

Podemos resumir a teoria do desenvolvimento psicosssexual do sexo masculino: a libido é de natureza masculina e tanto o menino quanto a menina têm, inicialmente, a mesma relação com a mãe, objeto privilegiado das pulsões genitais. Quando descobrem a diferença entre os sexos, a castração materna faz o menino ingressar no “declínio do complexo de Édipo”, confirmando sua angústia de castração (KAUFMANN, 1996, p. 138). O investimento narcísico do pênis impele o menino a renunciar aos investimentos parentais do Édipo. O amor pelo pai torna-se admiração, ao passo que o objeto materno é desvalorizado. O supereu é elaborado através de sucessivas identificações com figuras parentais e estruturado pela interiorização da proibição.

No terceiro tempo do Édipo, o pai pode dar à mãe o que ela deseja, é um pai potente. Miller (1999) ressalta a importância que tem, para Lacan, o terceiro tempo do Édipo, no qual se dá a formação do ideal do eu, que renova o sujeito, “é uma formação a partir da qual o sujeito sai novo” (ibid, p. 76). O supereu suporta funções de proibição, e o ideal do eu exerce sua função sobre o desejo e a normatividade sexual, tendo um caráter metafórico. “A metáfora tomada no Witz e na *Psicopatologia da vida cotidiana*, na primeira parte, a metáfora paterna na segunda e terceira partes e a metáfora do ideal do eu na segunda e na terceira partes” (ibid, p. 76).

Sobre a “carência paterna”, diz Lacan que as perguntas do que é a carência paterna são inúmeras: o pai estava ausente ou presente, será que um Édipo pode constituir-se normalmente quando não existe pai? Percebeu-se que sim, afirma Lacan (1958). Acrescenta, ainda, que, no começo, a questão que engendrava todos os dramas achava-se sempre que era algum excesso de presença paterna, ou excesso de pai (ibid, p. 172). Na neurose, logo se percebeu que isso era ainda mais grave quando ele era extremamente gentil, que existiam os pais fracos, submissos, castrados pela mulher, enfim, o que convém é percebermos o que se pode depreender de tal situação, e encontrar fórmulas mínimas que nos permitam progredir. Mesmo no caso em que o pai não está presente, o complexo de Édipo normal se estabelece (ibid, p. 173). Com relação à carência do pai, nunca se sabe em que o pai é carente. O importante acerca da carência é tomar o pai como aquele que tem que manter seu lugar como membro do trio fundamental da família.

A resolução do complexo de Édipo se faz não apenas em nome do temor, mas também em nome do amor. Lacan destaca a “carência paterna” como o que deve ser investigado nos casos de neurose nos homens, entendendo-se por carência paterna não uma insuficiência da presença do pai, mas “toda dificuldade do sujeito para substituir a mãe – seu primeiro objeto de amor - pelo pai” (SANTIAGO A., 2002, p. 30). Essa substituição, que promove o declínio do complexo de Édipo, corresponde à revalidação da metáfora paterna e é o que, em última instância, permite ao menino assumir a virilidade por meio da identificação com o pai. Não se pode conceber a saída dessa relação dual, nem o declínio do complexo de Édipo, sem levar em conta o componente do amor pelo pai. É no amor que se encontra a identificação terminal do complexo, pois o filho atinge o lugar do pai sem ter que aniquilá-lo.

Uma outra questão delicada é a do Édipo invertido, que “nunca está ausente da função do Édipo” (Lacan, 1958, p. 176), sendo ele que proporciona o término do complexo de Édipo, seu declínio, numa dialética, que se mantém muito ambígua, do amor e da identificação, da identificação como enraizada no amor, termos estritamente ligados e absolutamente indissociáveis. Lacan retoma Freud citando o texto *O Declínio do complexo de Édipo*, no qual a solução descrita por Freud de que é na medida em que o pai é amado que o sujeito se identifica com ele e que encontra a solução do Édipo numa composição do recalque amnésico com a aquisição, nele mesmo, do termo ideal graças ao qual ele se transforma no pai.

Lacan chama nossa atenção para o fato de não ser tão simples assim, pois é pelo caminho do amor que pode produzir-se a posição de inversão. Em vez de uma “identificação benéfica”, o sujeito se descobre afetado por uma posição passiva no

inconsciente, de se fazer amar por ele. Entretanto isso consistiria em passar, principalmente para a categoria de mulher, mas como cada um conserva seu amor-próprio viril, posição que comporta o perigo da castração,

onde aquela forma de homossexualidade inconsciente que coloca o sujeito numa situação conflitante, com múltiplas repercussões: por um lado, o retorno constante da posição homossexual em relação ao pai, e por outro, sua suspensão, isto é, seu recalque, em razão da ameaça da castração que essa posição comporta (ibid, p. 177) .

O pai aparece aqui na posição de incômodo, ficando claro que o incômodo do menino é da intervenção do pai em sua satisfação real, de ele proibi-lo de se servir de seu pênis no momento em que seu pênis começa a manifestar “veleidades” (ibid, p. 177). Lacan diz que, no plano da ameaça da castração trata-se da intervenção real do pai, mas uma ameaça imaginária. Ou seja, a castração é um ato simbólico cujo agente é alguém real, o pai ou a mãe, que lhe diz “Vamos mandar cortá-lo”, e cujo objeto é um objeto imaginário, o que não deixa de ser paradoxal.

O pai proíbe a mãe; como objeto ela é dele, não é do filho, sendo nesse plano que se estabelece, pelo menos numa certa etapa, tanto no menino quanto na menina, aquela rivalidade com o pai, que, por si mesma, gera uma agressão. “O pai efetivamente frustra o filho da posse da mãe” (ibid, p. 178), com o qual entramos no patamar da frustração. Nele o pai intervém como detentor de um direito. É o pai como simbólico que intervém numa frustração, ato imaginário concernente a um objeto muito real, que é a mãe, na medida em que a criança necessita dela.

No terceiro nível, o da privação, que intervém na articulação do complexo de Édipo, trata-se do pai como aquele que se faz preferir em lugar da mãe, aquela que leva à formação do ideal do eu. Lacan ressalta essa passagem, na medida em que o pai se torna um objeto preferível à mãe, seja pelo lado da força ou da fraqueza, que pode estabelecer-se a identificação final. A questão do complexo de Édipo invertido e de sua função se estabelece nesse nível, inclusive sendo onde se centra a questão da diferença do Édipo no menino e na menina. Ou seja, para o menino, o complexo de Édipo é sempre o que há de menos normatizador, mas é pela identificação com o pai que ele é normatizador (ibid, p. 179).

A função essencialmente proibidora do pai não conduz, no menino, à privação correlacionada com a identificação ideal, que tende a se produzir. Para Lacan, trata-se de, no momento da saída normatizadora do Édipo, o menino reconhecer que não tem aquilo que tem, o que acontece no nível em que o pai se faz preferir à mãe, nível da

identificação ideal e ponto de saída do Édipo. Ele percebe que na lógica edipiana, para o menino, algo necessitaria ocorrer, senão o menino deveria ser sempre castrado.

No seminário IV Lacan (1957) retoma os “três aspectos a função paterna” que ele distingue como pai simbólico, imaginário e real (p. 205) e esclarece que o que está em questão no Édipo para o menino é permitir a identificação do sujeito com seu próprio sexo, que se produz na relação ideal, imaginária com o pai (ibid, p. 308). O que ele vai ressaltar, a partir da pergunta freudiano *O que é um pai?*, é que esse é um problema para cada neurótico e não-neurótico no decorrer de sua experiência infantil. (ibid, p. 208)

Na entrada do complexo de Édipo no menino a rivalidade, quase fraterna com o pai é do tipo daquelas que entram em jogo na relação especular, onde “o eu ou o outro é sempre a mola fundamental” (ibid, p. 211). A fixação na mãe, tomada como objeto real depois das primeiras frustrações permanece inalterada, experiência do Édipo no plano imaginário que se expande em conseqüências neurotizantes encontradas na realidade analítica. É devido à esse apego permanente a mãe, que todo objeto feminino será para ele não mais que um objeto desvalorizado.

Lacan destaca o que Freud nos fala sobre o complexo de Édipo e sua resolução, sendo a superação da hostilidade ao pai legitimamente ligada a um recalque, que se aplica a uma articulação particular da história. Por volta de cinco anos existe crise, existe resolução do complexo de Édipo, mas que deixa trás de si o supereu (1957, p. 212). O fim do complexo de Édipo é correlativo da instauração da lei como recalçada no inconsciente, mas permanente, sendo nessa medida que existe algo que responde no simbólico. A lei, além de ser aquela em que uma comunidade é introduzida e implicada, e está baseada no real sob a forma desse núcleo permanente da consciência moral deixado atrás de si pelo Complexo de Édipo (ibid, p. 216).

Lacan, no *seminário 10, A angústia*, considera a castração uma forma de aparecimento da falta. A privação é algo real, enquanto a falta, por sua vez, é simbólica (1963, p. 151). Ele vê o desejo como sendo a lei, e o que constitui sua, a substância da lei é o desejo pela mãe e considera que, “inversamente, o que normatiza o próprio desejo, o que o situa como desejo, é a chamada lei da proibição do incesto” (p. 166).

6 - Conclusões parciais

Com esse capítulo concluímos o percurso proposto na dissertação sobre “a questão do pai”, que, na verdade, comporta um para além que coloca o pai como além do que se pode formular como questão (LACAN, 1967). O pai se apresenta na

subjetividade de inúmeras formas: como fundador da lei, como interditor da mãe para a criança, mas também como o pai que acolhe que nomeia o filho e transmite um desejo.

Destacamos, no caso do jovem que acusava a si mesmo dos assassinatos cometidos na cidade (FREUD, 1900), do Homem dos Ratos (1908) e mesmo em Dostoiévski (1928) o desejo de morte do pai. Ele estava na base da punição manifesta nos sintomas obsessivos nos dois primeiros casos e, no de Dostoiévski, na epilepsia¹²². Em Dostoiévski, podemos situar também o vício de jogo como uma forma de gozo, de punição, manifesta nessa “nova forma de sintoma”. Destacaremos também a repetição, nesses três casos, de uma acentuação dos sintomas após a morte do pai¹²³, e seu efeito de encontro com o real que a morte representa, com o inominável (principalmente no caso de Dostoiévski), além da relação com o masoquismo, com a culpa, que também se acentua após a morte do pai.

O amor ao pai é fundamental para se contrapor à agressividade do menino com o pai, já que, ao entrar no terceiro tempo do Édipo, o menino se separa da mãe e toma o pai como objeto de desejo, posição da qual ele sai (ou não) de diversas formas, sendo uma delas a identificação com o pai. Embora essa passagem introduza para o menino a posição feminina diante do pai, possibilita também a identificação. O complexo de castração é fundamental nesse processo de construção da subjetividade da criança, na relação do sujeito com a falta e na sua articulação com o complexo de Édipo.

A adolescência terá uma investigação vertical ao longo da dissertação, sendo contemplada no tema da Lei e no do Édipo, conforme proposto na introdução¹²⁴. Portanto, não se trata de um estudo sobre o tema da adolescência, mas de utilizar algumas elaborações freudianas sobre a puberdade, como citaremos a seguir. Embora a puberdade não seja equivalente à adolescência, é esse tempo de despertar que queremos destacar como um corte no tema da lei e do Édipo, visando a delimitar cada vez mais o objeto de trabalho.

Freud, em “Um estudo autobiográfico” (1925), chama nossa atenção para a reanimação, que ocorre na puberdade, dos impulsos e das relações de objeto dos primeiros anos de uma criança, e entre os quais os laços emocionais do complexo de Édipo. É nesse momento que Freud enfatiza o complexo de castração que o corpo da mulher encarna e evidencia para ambos os sexos, como sendo da mais “profunda

¹²² A epilepsia também trazia o desejo de ser amado pelo pai, posição da fantasia passiva frente ao pai que o menino tem que construir para o processo de dissolução do complexo de Édipo.

¹²³ Esse ponto merece destaque na medida em que em 17% dos jovens pesquisados o pai é falecido. Recentemente, em entrevista, a mãe de um jovem de 16 anos que o marido tivera uma doença, a *Síndrome de PIC*, e ficou 10 anos vivendo na cama. Com a evolução da doença, ele foi perdendo os movimentos. Ela colocou que “a voz do pai sumiu e os meninos cobravam a voz do pai”. Essa dimensão da doença é um outro aspecto da questão, que traz a ausência do pai, mas não da maneira como temos priorizado para teorizar nas nossas investigações.

¹²⁴ Ver p. 10.

importância na formação tanto do caráter quanto das neuroses” (p. 51). No texto publicado em 1926, “Inibições, sintomas e ansiedade”, ele continua a falar da puberdade como um “capítulo decisivo” na história de uma neurose obsessiva (p. 139). A organização genital interrompida na infância começa novamente com vigor, os impulsos genitais e agressivos serão despertados novamente em proporção maior e, nos “casos maus”, surgirá como tendências agressivas e destrutivas. Há todo um jogo de forças do ego, id e superego que entram em questão.

Em alguns desses adolescentes e no caso de B, que apresentaremos no capítulo IV, trata-se, principalmente, de impasses no segundo e no terceiro tempo do Édipo. O pai que diz “sim” pouco aparece para eles, e quando isso ocorre constatamos maiores possibilidades de não repetição do ato infracional para esses jovens. Durante a pesquisa teórica sobre o pai, a elaboração de Lacan sobre o tema, no texto *Nota sobre a criança* (1969), pareceu-nos aproximar-se muito do que podemos indicar como um impasse que esses jovens denunciam com seus atos. Passaremos ao quarto e último capítulo da dissertação, onde traremos de um caso acompanhado no cumprimento da medida de Liberdade Assistida e articularemos com essa elaboração de Lacan, ou seja, a transmissão de um desejo que não seja anônimo, do pai, na medida em que seu nome é vetor da encarnação da Lei no desejo (p. 369).

A lógica encontrada no “adolescente infrator” é a de que, na maioria dos casos, houve a inscrição simbólica do Nome-do-Pai, porém houve impasses na transmissão do desejo do pai. Em outras palavras, como operar com a falta do pai, se não houve “pai”, tal como se faz necessário, para que o menino possa dele se valer. A transmissão da lei só opera porque há uma falha no universal, porque se enxerta nele algo de uma singularidade (LACAN, 1998[1960]). O pai só pode operar na medida em que produz um vazio, ou seja, um lugar que pode ocupar no seio de uma família. Para que esse vazio se produza, é necessário que algo se inscreva como uma singularidade, como causa de seu desejo (GOMES, 2002, p.127).

CAPÍTULO IV - A TRANSMISSÃO DE UM DESEJO QUE NÃO SEJA ANÔNIMO

Nesse capítulo trabalhamos o caso de um adolescente que foi acompanhado no cumprimento da medida sócio educativa de Liberdade Assistida¹²⁵, ressaltando no caso, o ato homicida como resposta a essa exigüidade do pai. Buscaremos interrogar se a nomeação adquirida com o ato: homicida (infrator) seria uma saída onde a identificação ao pai (simbólica/real), não funcionou suficientemente para o jovem produzir um sintoma ao invés de um ato?

1 - O caso B

Um adolescente, que chamarei B, veio encaminhado para a SAASE¹²⁶ com determinação judicial para a elaboração de um “estudo” que fornecesse elementos a fim de auxiliar o juiz na aplicação da medida sócio-educativa mais indicada ao caso.

B estava com dezesseis anos nesse primeiro encontro. Estive com ele e sua mãe em dois momentos distintos: inicialmente, quatro meses após o ato infracional (homicídio), e um ano e meio depois, ocasião a partir da qual iniciei o acompanhamento do cumprimento da medida sócio-educativa de Liberdade Assistida. Esses encontros, quinzenais, ocorreram durante um ano e três meses.

Objetivando a construção do caso, optamos por fazer algumas considerações teóricas no decorrer do seu relato, assim como indicar algumas intervenções que foram realizadas durante o acompanhamento.

Nas primeiras entrevistas com B, a questão da paternidade logo se evidenciou: “Minha mãe fala que o meu pai morreu de acidente de avião, mas eu não acredito. Mas não fala com ela sobre isto não, eu não posso contrariar minha mãe”. O que se destaca aqui é a hesitação do sujeito em assumir a versão desse pai, transmitida por sua mãe, de cujo destino pouco se sabe, pois ele não deixou nenhum vestígio ou registro na sua história familiar.

Conforme relatado pela mãe, ela fora abandonada pela própria mãe¹²⁷ e criada por uma outra família. Envolveu-se com o “filho da patroa” (nessa família onde foi criada) e “fizeram coisa errada”; ela sentiu que “traiu a confiança deles e faltou com o

¹²⁵ Até 1998 os casos com medida de Liberdade Assistida eram acompanhados no Juizado da Infância e Juventude de Belo Horizonte. A partir do Programa da PBH, a 1ª entrevista é no JJJ, e eles são acompanhados a partir daí nas regionais pelos profissionais da PBH. Nesse caso, eu realizei o estudo técnico e acompanhei o cumprimento da medida determinada.

¹²⁶ Seção de Atendimento ao Adolescente em Situação Especial – já mencionada no capítulo I.

¹²⁷ “Minha mãe me deu para os outros” – fala da mãe de B.

respeito”. Dessa união “incestuosa” nasce B. Na ocasião, a mãe “fugiu com medo de tomarem a criança dela”. Eles a procuraram após o nascimento de B, querendo “que ela deixasse a criança com eles”, o que ela recusou veementemente. Vemos, portanto, que a mãe, ela mesma, foi uma criança objeto, foi “dada” para os outros; diante, da sua própria gravidez, ela retorna ao ponto onde foi uma filha abandonada e foge para outro estado. Depois, como foi relatado, essa família fez contato com ela uma vez, mas ela se recusou a permitir uma aproximação.

B foi uma criança que “fugia da escola para trabalhar” e que sempre procurou ajudar a mãe. Ela morou muitos anos com um companheiro, que, apesar de ter sido, em seus dizeres, um “bom marido”, quando bebia quebrava o fogão e outras coisas¹²⁸. B costumava consolar a mãe quando o padrasto, bêbado, destruía a casa. Desde criança, quando a via triste por ter perdido algo de que gostava (como os objetos que o padrasto quebrava em casa), dizia que quando crescesse lhe daria outro, ou seja, colocava-se como quem deveria suprir a falta da mãe.

A situação do homicídio foi relatada da seguinte maneira: B estava em um bar, e começou a brincar com um conhecido seu, de nome R, sendo que um chamava o outro por apelidos¹²⁹. A agressividade imaginária foi tomando a cena e a brincadeira foi se tornando uma briga. Logo após B ter tido seu boné amassado, os dois passaram a se agredir, com socos e pontapés. B foi até sua casa, pegou o revólver que havia comprado havia um mês¹³⁰ e voltou procurando R, que já estava em outro bar. B aproximou-se, falou que “homem não brincava daquela maneira”, e que ele parasse. R respondeu com desdém às suas palavras, de maneira que a reação de B foi a de tirar o revólver e bater na cabeça de R, dando umas “coronhadas¹³¹”. Em seguida, B saiu do bar onde estava com R e ficou na porta, do lado de fora do bar dizendo que R deveria sair “se fosse homem”. R não saiu. Um conhecido deles, de nome G, saiu e disse que B parasse com isso e que se fosse atirar em R, era para atirar nele também. Disse que B era “muito folgado”, que “só batia em quem não podia revidar”. B retrucou, lembrando-lhe que a briga não era com ele, e que não se intrometesse. G, então, ameaçou “pegar” B, e perguntou se ele duvidava. B disse que não duvidava de homem, entretanto, G falou que de B ele duvidava. Diante dessa insistência de G em dizer que duvidava dele e que ele era um “bostão”, B tirou o revólver e desferiu dois tiros fatais.

¹²⁸ O lugar do “pai” ocupado por alguém violento é comum entre os familiares dos jovens infratores. Existe mais de um caso em que o filho entra no meio para separar, para defender a mãe, e disso resulta um ato infracional.

¹²⁹ O de B era “mosquitinho”.

¹³⁰ No primeiro tempo dos nossos encontros, quando perguntei por que ele havia comprado o revólver, ele disse que era para “ganhar dinheiro, um colega falou que estava barato”. Perguntei novamente insistindo na questão e ele disse surpreso: “sabe, na verdade nem sei por que fiz isso, acho que para acabar com a minha vida.”

¹³¹ Em função do meu trabalho, tive acesso aos depoimentos dele e de outras pessoas, na delegacia e na promotoria. Esse aspecto, de que R não saiu de dentro do bar, foi relatado em depoimento de algumas outras pessoas.

Vale ressaltar, ainda, que G não era um estranho, pois protagonizara duas situações que antecederam ao crime. Numa primeira, B estava num churrasco e G “puxou a saia de sua mãe na frente de todos”. A mãe relatou na entrevista que, no dia desse episódio, disse a G que ele tivesse cuidado, pois poderia “morrer de repente”. B ficou muito nervoso, eles brigaram, mas a situação, naquele dia, foi contornada. Três meses depois aconteceu uma nova discussão de B com G, em um outro churrasco, quando falavam das mulheres e começaram a gozar G, dizendo que a “mulher dele era feia”. A discussão se agravou, G ameaçou furar B com um espeto. Após essa briga, eles não mais conversaram. O estranho nessa trama é que a fala da mãe acabou sendo um veredicto de morte: “Cuidado, você pode morrer de repente”.

Perguntamo-nos se haveria alguma relação entre não poder contrariar nem duvidar da mãe e sua posição como sujeito. Embora ele duvidasse da “verdade” transmitida pela mãe sobre o pai, as dúvidas de B se estendiam para a família do pai: “como pode uma família inteira ter desaparecido?”. Desde criança, pensava que seu pai poderia estar vivo, mas nunca pôde verbalizar isso, pois sua mãe não gostava de falar no assunto. Não podendo expressar suas dúvidas da versão transmitida sobre o pai, ele manteve em suspenso a construção simbólica sobre sua origem. Esse aspecto parece-nos dificultar a separação simbólica necessária do sujeito e seu Outro, da mãe, e sua ascensão como sujeito do desejo. Quando ele não quer que a mãe saiba de sua dúvida sobre o pai, B faz calar uma ficção necessária para ele se separar da mãe.

Durante as entrevistas, antes de a medida sócio-educativa ter sido determinada, ele estava angustiado, relatando que logo após o homicídio teve pesadelos com pessoas que iriam matá-lo. São sonhos onde a agressividade dirigida ao Outro se volta contra ele mesmo. O que é bem diferente de um caso¹³², citado por Fernando Cazula (CAZULA, 2005, p. 166), no qual, ao se aproximar o instante de responder à convocação do juiz para comparecer no exame pericial de cessação de periculosidade, o paciente apontou uma possível via delirante como solução. Para lidar com o “real sem lei”, começou a dizer que quando saísse dali iria ser morto pelos tios alcoólatras e doentes mentais que não seriam punidos se o matassem. No caso de B, não foi essa operação (delirante) que emergiu do sujeito e sim os sonhos de que iriam matá-lo e que não mais apareceram posteriormente, confirmando que não se tratava da forclusão do Nome-do-Pai. No caso B, surgiu a culpa, o arrependimento, de alguma forma, supomos ter havido alguma subjetivação do ato.

¹³² JC é adulto e comete um homicídio, estando relatado e trabalhado na dissertação de Fernando Cazula – Responsabilidade e Psicose.

Nessas primeiras entrevistas, ele disse também que “não entendeu o que havia ocorrido, não entendeu por que ficou tão nervoso”. Mostrava-se arrependido, decepcionado consigo mesmo, esboçando o sentimento de culpa. Acreditava que “se tivesse pensado, isso não teria ocorrido”. Ficou um período muito triste, “tudo ficou sem graça”. Nessa época, B estava morando numa cidade bem próxima, separado da mãe e dos irmãos e trabalhando num posto de gasolina como “frentista”.

Ao ser convocado, num segundo momento, a cumprir a medida de Liberdade Assistida, B estava morando com uma mulher e já era pai, tinha uma filha. Hoje, nossa suposição, pelo que recolhemos de elementos do caso, é que com esse ato ele se separou da mãe, pôde sair da captura imaginária de ocupar o lugar de falo da mãe, de encobrir a falta materna. G pagou com sua vida por ter desvelado a falta da mãe “por debaixo da saia”.

Durante o cumprimento da medida, ele falou de uma questão que o incomodava, sua dificuldade no relacionamento com a companheira: gostava dela, mas tinha dificuldades em manter-se fiel. Valorizava a família constituída, preocupava-se em não se separar por causa da filha e reafirmava seu compromisso com a paternidade: o pai deveria ser presente, para que a criança não sofresse o que ele havia sofrido com a ausência do pai. Disse que se empenharia em “dar à sua filha o que não teve”, ser um pai para ela, ou seja, buscando responder ao que é ser pai¹³³.

Várias perguntas sobre o pai o incomodavam e ele falou sobre isso durante o acompanhamento. Sentia falta do pai, “todo mundo tem direito de ter um pai, milionário ou marginal”. Sentia-se com seu “direito tomado por não ter tido um pai de verdade”. Sua construção é que a história do seu pai com sua mãe não foi um “casamento de sucesso”, “não foi nada”. O pai só existiu para fazê-lo, embora “possam até ter se amado”. Ele ficava na “escuridão”, “não acreditava nem desacreditava” na versão da mãe, achava que a “história estava mal contada, pois como uma família toda poderia desaparecer? O pai estaria vivo ou morto?”.

Nesse tempo de construção de seu romance, ele chega a uma proposição: “eles podem até ter se amado”, frase que fornece elementos para o sujeito se situar na parceria como amado ou como amante, e garantir um Dom na sua existência. Ele pode ter sido fruto do amor, e isso faz diferença, traz a marca de um desejo que não é anônimo. É claro que cada sujeito tem a sua fantasia, deverá construir na análise seu

¹³³ Consideramos importante registrar a significativa incidência de gravidez entre as adolescentes, e que para alguns ser pai é uma saída estabilizadora, um outro laço que não o infracional.

fantasma¹³⁴, sendo importante o esforço do jovem em sair desse lugar de ausência de significantes, para não ficar na “escuridão” com sua história.

Outro aspecto contido nessa frase é que a dúvida sobre o pai e sua família aponta para a ausência da fala do pai, da versão do pai sobre a história dele com sua mãe, e seu suposto lugar para o pai. A transmissão da castração ficou a cargo da mãe, cuja versão ele tomou como insólida, situação que o deixava ainda mais exposto a capturas imaginárias. Isso reafirma o entendimento de que a transmissão da castração feita pela mãe é diferente daquela feita pelo pai. Embora esse adolescente não pareça ser um psicótico, a ausência de elementos para a montagem do romance familiar parece ter trazido prejuízos ao processo de identificação. Poderíamos indagar se a exigüidade de elementos mínimos para a montagem do romance familiar produz efeitos no modo como a castração é transmitida, repercutindo de forma incisiva no próprio processo de identificação.

Retomo a passagem de Lacan, no texto “Nota sobre a criança” [2003(1969)], segundo a qual a transmissão não anônima de um desejo é da família, da função de “resíduo” exercida e, ao mesmo tempo mantida, pela família conjugal na evolução das sociedades. Lacan destaca a irredutibilidade de uma transmissão - “que é de uma outra ordem que não a da vida segundo a satisfação das necessidades, mas de uma constituição subjetiva, implicando a relação com um desejo que não seja anônimo” (p. 369). Lacan faz referência ao lugar e a função do pai e da mãe, diferenciando-os. Da mãe, na medida em que seus cuidados trazem a marca de um interesse particularizado, nem que seja por intermédio de suas próprias faltas, diferente da função do pai, na medida em que seu nome é o vetor de uma encarnação da Lei no desejo. (ibid, p. 369). Parece ter havido a transmissão de um desejo, da mãe, para quem B ocupou um lugar agalmático, de quem ela cuidou com muito carinho. Porém essa posição não favoreceu a conclusão do processo edípico. Nessas circunstâncias uma passagem ao ato se fez necessária para operar a separação. Lamentavelmente, nesse caso, foi um ato irreversível.

B disse ainda que nunca havia chamado o ex-padrasto (falecido) de pai, mas se fosse escolher gostaria que ele fosse seu pai, porque quando “não bebia ele era legal, conversava”. Entretanto, na ocasião em que B cometeu o homicídio, o padrasto havia falecido quatro anos antes e sua mãe tinha um companheiro que B considerava mais “como um irmão”. Ou seja, eles não ocuparam esse lugar de “pai de verdade”, não o

¹³⁴ A problemática da fantasia aparece em Freud, principalmente a partir do texto “Uma criança é espancada”. Ele passa a dar importância cada vez maior à pulsão de morte e às questões ligadas ao masoquismo e à importância da construção dessa fantasia no curso de uma análise. Lacan dirá que a fantasia constitui o enquadre da realidade, e que “o valor de

separaram da mãe, sendo o estatuto do pai ausente. Podem ter tido a função de um lugar junto à mãe, ou seja, ela não tinha B como objeto de seu fantasma, seu desejo estava direcionado também para outros lugares. Ela o amou, não o abandonou, fez dele um jovem “trabalhador”. Mas isso não foi suficiente para favorecer sua saída do Édipo. Sabemos ser o pai sempre insuficiente para ordenar todo o gozo, há algo que resta. Porém o que chamamos a atenção, é que não há revelação do pai, é o problema do terceiro tempo do Édipo e os impasses na transmissão do desejo do pai que desenvolveremos a seguir.

Outra questão tratada durante o acompanhamento é que B concluiu que foram determinantes, para que ele cometesse o homicídio, o peso e a preocupação com o que iriam falar dele, como se fosse ficar desmoralizado se não reagisse às ofensas de G. Ele disse para o colega não duvidar dele, e o colega duvidou chamando-o de “bostão”. Naquela ocasião, atirou “para mostrar para os outros que ele não era aquilo”. B ficou ofendido, pois, na verdade, se achava medroso e “não tinha coragem de fazer nada”. Durante as sessões, foi percebendo que era “nervoso”, que teria que aprender a cuidar disso. Inclusive, ocorreram situações no seu trabalho a partir das quais ele pôde tecer algumas construções sobre sua relação com as pessoas. Por exemplo, um homem que ele atendeu no posto de gasolina onde trabalhava, tratou-o mal, deixou-o muito “nervoso”, mas ele controlou-se, pois percebeu que não deveria responder e nem supervalorizar aquela situação.

No acompanhamento também surgiram questões relativas aos seus estudos. B estava trabalhando em turnos e, portanto, não poderia estudar em escola regular. Ele tentou fazer suplência, mas não foi possível prosseguir. A não conclusão do primeiro grau representava uma falha para ele, pois ficou evidente que estava se utilizando do horário de trabalho para não enfrentar a grande dificuldade que seria o retorno e a permanência na escola. Insistimos dizendo que o retorno para a escola, além de ser uma exigência formal da medida¹³⁵, era até muito pouco para alguém “pagar” por ter tirado a vida de um outro. B assustou-se, movimentou-se, conseguiu que o patrão o colocasse em horário fixo, e voltou para a escola. Com isso, pudemos trabalhar a dimensão do sintoma, que apareceu na dificuldade escolar e do pagamento pelo ato infracional. Ele concluiu que não era tão difícil e nem ruim estudar; passou a querer saber, e assim o recurso ao simbólico foi sendo ampliado. De alguma maneira, parece-

uma psicanálise está em operar sobre a fantasia. O grau de seu sucesso demonstrou que aí se julga a forma que as sujeita como neurose, perversão ou psicose” (1967, p. 367).

¹³⁵ Os critérios estabelecidos com relação ao cumprimento da medida de Liberdade Assistida são: comparecer às entrevistas durante no mínimo seis meses, voltar a estudar, chegar em casa até as 22:00 h, não se envolver com outros atos infracionais, construir um projeto de vida com estudo, cursos e o trabalho.

nos que o chamado para que ele falasse operou como uma autorização para ele saber; o sujeito se separa da verdade do saber do Outro para lidar com a falta de tudo saber.

Durante o acompanhamento, a intervenção para que ele retomasse o laço social com a escola e enfrentasse seu sintoma foi importante como um franqueamento ao saber, como também para que ele cumprisse a “lei”, além de reinstaurar a dimensão de “medida” – proporção, alcance, cálculo, norma, moderação, ordem. A cena montada pelo judiciário opera a separação entre o indivíduo e seu ato, além de, sob a égide de um juiz, tornar operante a imagem institucional de um pai genealógico. Esse processo instaura uma distância perante a onipotência, “o que permite ao sujeito uma nova convivência com o simbólico e, conseqüentemente, uma reapropriação de sua história”. A justiça penal se quer restauradora ao contribuir para a reconstrução de um laço social rompido pela infração. Nossa aposta é na orientação que se funda na função instauradora de um sujeito graças à intervenção do direito. (GARCIA, 2004, p. 66)

Se o adolescente adere a essa identificação - “delinqüente”, ao mesmo tempo em que o retira do anonimato, coloca-o num lugar comum. Conforme Machado (2005), o ato seria uma tentativa de dar nome à função paterna universal, que não pôde ser singularizada para esse sujeito¹³⁶. Seria uma tentativa paradoxal do sujeito inscrever a sua singularidade, porque ele adquire um nome, a partir de um ato no campo do Outro¹³⁷. Ao mesmo tempo em que ele recebe o nome – bandido –, ele também se torna mais um, perdendo a sua singularidade. Uma lei mediada diretamente pela mãe sem a intervenção paterna é uma lei completamente insensata, transmitindo um supereu sem a mediação do pai. A transmissão fica anônima porque ela não foi nomeada pelo pai, ela passa direto. Essa falha da solução edípica determinou a necessidade de um ato para fazer uma nomeação, para encobrir a falha paterna. Configuração que, embora possa se assemelhar à psicose, está no campo da neurose. Mas essa “Lei” só operou, fazendo surgir, a partir do ato, o sujeito dividido, o sujeito da dúvida e o sentimento de culpa.

Quando ele comete um ato, isso incide na mãe. Ele sai da casa dela, passando, algum tempo depois a morar com sua companheira, tornar-se pai. O Outro do qual ele se separa é o da verdade absoluta, sendo o ato a separação da certeza. Paradoxalmente, ele preserva a honra da mãe, sua legitimidade, a consolida numa posição ideal, mas se separam.

¹³⁶ Conforme comentários do Dr. Jefferson Machado Pinto durante o exame de qualificação desta dissertação.

¹³⁷ Percebemos uma questão interessante que diferenciaria, por exemplo, a nomeação de “toxicômano”, como no caso de uso de drogas, em que o uso está no campo do sujeito; na delinqüência o ato atinge o campo do Outro, mas são duas lógicas, duas nomeações diferentes.

Em relação a esse caso, vale considerar que essas situações de disputas para ver quem é ou não é “homem” são mais comuns do que imaginamos. G, no dia do churrasco, colocou-se como um “homem gozador”, como quem sabe gozar de uma mulher ao levantar a saia dela. Nesse sentido, parece-nos que B. ocupava uma posição passiva em relação à mãe, saindo dessa posição de identificação ao falo da mãe a partir do ato homicida¹³⁸. Confrontado com sua mãe tomada como “mulherzinha” ele sai do lugar de objeto e emerge como sujeito¹³⁹. Antes ele fazia um pai para essa mãe, buscava ocupar o lugar de pai provedor, como dissemos.

O lugar em que B é colocado como objeto da mãe parece dificultar toda significação que ele possa retirar de seu romance familiar e, por conseguinte, acarreta conseqüências para a transmissão da castração. Ele fica como um falo metonímico da mãe, tendo sido, de alguma forma, metaforizado a partir do ato. A solução dele de evitar se defrontar com a falta da mãe tem como saída o ato perverso, o homicídio, porém sua reação subjetiva é neurótica, ele não age, nem reage, identificado ao delinqüente, ele fala, mesmo que seja uma denegação, que ele não é um bandido¹⁴⁰.

Para concluir, parece-nos, então, que a ausência do pai que ama o filho, que cuida, que nomeia é também muito importante na constituição da subjetividade do menino. Retomando a frase de Lacan, sobre a transmissão de um desejo que não seja anônimo, ele vai dizer que é “do pai, na medida em que seu nome é o vetor de uma encarnação da lei no desejo” (ibid, p. 369). A Lei se transmite pela maneira como o pai trata a mãe desse filho; nesse caso, parece-me que houve uma transmissão de um desejo, embora impreciso, não nomeável. No relato da mãe, houve um desejo da família paterna de ficar com ele, B foi objeto precioso de uma disputa entre a mãe e a família paterna.

Em casos mais graves, percebemos que nem esse mínimo existe, como no documentário sobre a vida de Sandro, um jovem que manteve os passageiros do ônibus 174¹⁴¹, no Rio de Janeiro, sob suas ordens, transformando o que seria uma tentativa de assalto em um seqüestro. Ele não conhecia o pai, nem a família paterna. Viviu com a mãe, e aos seis anos ela foi morta por ladrões; “Mancha”, como era seu apelido, foi para a rua criança e “não teve tempo de amor¹⁴²”. Muito cedo usou drogas, tornou-se um

¹³⁸ Comentário do Dr. Antônio Beneti na ocasião de apresentação deste caso no Instituto de Psicanálise e Saúde Mental de MG em 2005.

¹³⁹ Lacan trabalha em vários momentos de sua obra, mas principalmente no seminário IV, a constituição do sujeito do desejo a partir da relação da criança, portanto o campo do sujeito, e o Outro, campo da mãe, da linguagem, do Outro. O objeto a, podemos dizer foi uma grande conceituação de Lacan, central em sua obra e que sofre modificações, mas o essencial que se mantém, e que foi citado no texto, é que esse objeto é que o sujeito perde ao entrar na linguagem. Nesse caso o sujeito emerge ao barrar o abuso do outro sobre ele, saindo desse lugar de objeto.

¹⁴⁰ Ele disse em maio de 1999: “eu não sou aquela pessoa ruim, como algumas outras”. Atendi-o há seis anos atrás, tendo recolhido as anotações e resgatado algumas lembranças para esse trabalho.

¹⁴¹ O filme chama-se *Ônibus 174*.

¹⁴² Fala dos colegas que conviveram e outras pessoas que o conheceram.

dependente químico grave. Presenciou cenas de violência como a chacina da Candelária, cometeu vários atos infracionais, e não conseguiu reconstruir seus laços afetivos e sociais. No dia do assalto, ele estava descontrolado, dizia que sua família havia morrido, e não tinha nada a perder¹⁴³.

2 - O romance familiar e a transmissão de um desejo que não seja anônimo

As primeiras aproximações do romance familiar surgiram nas cartas a Fliess associadas à paranóia. Na carta 72, ele vai chamar a atenção para as combinações existentes de megalomania com histórias fictícias de filiação legítima, e na carta 61, ele vai chamar de ficções protetoras (fantasias).

Freud escreve um trabalho com esse título, “Romances familiares” (1909)¹⁴⁴, onde destaca que, para a criança crescer e libertar-se da autoridade dos pais, é necessário todo um processo para que ela possa atingir a normalidade. Porém é necessário que os pais tenham se constituído como autoridade, fonte de conhecimento e de amor. No momento da puberdade, a criança entrega-se à tarefa de libertar-se dos seus pais, que desceram em sua auto-estima. Quando, finalmente, a criança vem a conhecer a diferença entre os papéis desempenhados pelos pais e pelas mães em relações sexuais, compreende que “*pater semper incertus est*”, enquanto a mãe é certíssima; o romance familiar sofre então uma restrição, em que o menino contenta-se em exaltar o pai, deixando de lançar dúvidas sobre sua origem materna (FREUD, 1908, p. 244). Destaca que o esforço do menino para substituir o pai verdadeiro por um que lhe é superior é a expressão da saudade dos dias felizes quando “o pai lhe parecia mais nobre e o mais forte dos homens, e a mãe a mais linda e amável das mulheres” (p. 246). Em “*Moisés e o Monoteísmo*” (1939), Freud retoma o tema do romance familiar dizendo que ele é a fonte de toda ficção poética, na qual “o filho reage a uma modificação em sua relação emocional com os genitores e, em especial, com o pai” (p. 25).

O romance familiar é, portanto, a forma como a criança se separa dos seus pais, inventando uma outra família. A criança cria uma versão imaginária dos laços que uniram seus pais, situando sua família como uma ficção, que, recalcada, é inconsciente

¹⁴³ Em uma discussão sobre o filme “Ônibus 174” realizada na Escola Brasileira de Psicanálise – EBP Seção MG. Atividade da biblioteca da EBP (2005). Lúcia Grossi comentou a dimensão traumática da morte da mãe de Sandro, e esse efeito de “desligamento do Outro”, que uma vida marcada pela errância, evidencia. Segundo Sérgio Laia, foi preciso que ele morresse para que sua história fosse recuperada; Sandro ficou sem lugar para o Outro, ele não teve alguém que o acolhesse no enfrentamento da terrível cena da morte de sua mãe, que lhe dissesse, ao menos, “sua mãe foi para o céu”, que o amasse nesse momento de desamparo.

(OLIVEIRA, p. 28). Pierre Naveau, em seu texto “A criança entre a mãe e a mulher”, retoma o texto de Freud “Romances familiares”, para assinalar que esse afastamento da criança dos seus pais se manifesta sob a forma do aparecimento do fantasma. A criança se divide, o que se manifesta através de sua imaginação (2001, p. 133). Uma família que se deixa articular como um “romance familiar” é uma em que a neurose se trama, pois, mesmo quando uma criança se acredita gerada em outro lugar e, então, se ficciona como filha de outro pai, o que persevera é a referência a Um pai transmissor de um Nome. Na montagem do romance familiar, são criados, portanto, impasses quando um pai não está presente para transmitir a função paterna e um desejo que não seja anônimo.

Lacan quando vai refletir sob a família, utiliza a expressão “Complexo familiar”. Para falar da família, Lacan se voltou para a etnologia, retirando o conceito de mito, e para a lingüística, retirando o conceito de metáfora (NAVEAU, 2001).

Miller, em *O osso de uma análise* (1998) ressalta que, se o sujeito foi desejado como menino e se nasce uma menina, isso tem conseqüências marcantes. “Se não foi desejado, se tem esse enunciado, é a marca mais dolorosa que existe” (p. 49). Argumenta que, embora não se possa generalizar a esse respeito, em uma análise vemos os efeitos surpreendentes e impressionantes da inscrição de uma palavra dita na história do sujeito.

Em seu artigo *Nota sobre a criança* (1969), já citado, Lacan assinala o valor determinante, no seu ensino, da transmissão do que ele vai nomear um desejo que não seja anônimo. A importância da inscrição do Nome-do-pai, da função do pai enquanto agente da castração, não está necessariamente ligada ao genitor, sendo a paternidade uma função exercida ou um lugar ocupado por alguém que não é necessariamente o pai biológico. A função da mãe será aquela do desejo e a do pai será a de nomear este desejo, particularizando-o e retirando-o do anonimato.

Miller (1998) retoma esse artigo de Lacan (Nota) para assinalar que a criança preenche ou divide a mãe, posições cujas conseqüências clínicas são patentes. Quanto mais a criança preenche a mãe, mais ela se angustia e não deseja, ou deseja mal ou pouco como mulher. Porém essa criança não deixa de dividir no sujeito feminino. Esclarece que a metáfora paterna com a qual Lacan transcreveu o Édipo freudiano deve, além de incidir sobre o desejo da mãe, impor que o objeto criança não seja tudo para o sujeito materno, que o desejo da mãe se dirija para um homem. Ele divide a sintomatologia infantil segundo sua emergência a partir do par familiar ou de sua

¹⁴⁴ Esse artigo foi publicado, inicialmente, no livro de Rank. Recebeu o título “Romance familiar” na sua primeira reimpressão em 1908.

inscrição na relação dual mãe/criança (ibid, p. 8). O amor do homem introduz uma divergência do desejo feminino sobre a criança, motivo de angústia para o pai que se pergunta: *O que sou eu para ela?* É nesse sentido que um homem “só se torna pai se aceitar o não-todo que constitui a estrutura do desejo feminino” (ibid, p. 10). A função viril apenas se realiza na paternidade quando esta significa um consentimento para que essa mulher seja outra, desejo fora de si mesmo. Para a psicanálise, a eficácia do pai se explica pela função de mediação entre as “exigências abstratas da ordem, o desejo anônimo do discurso universal, de um lado, e o que decorre, para a criança, do particular do desejo da mãe” (MILLER, 1998, p. 10). Isso se traduz no que o próprio Lacan designa como a função humanizadora do desejo.

No texto “Sintomas contemporâneos do masculino”, o relatório da EBP¹⁴⁵ diz que, a partir do ternário da paternidade - o pai simbólico, o pai imaginário e o pai real -, desenvolvido no seminário IV, a ênfase de Lacan recai no pai real, embora, como o estatuto do real mude ao longo da obra de Lacan, esse conceito de pai real também sofra modificações (1998, p. 137). A definição que permanece presente nas proposições relativas à pergunta freudiana sobre “o que é um pai” é aquela do pai real como agente da castração. Se o pai real aparece como agente da castração, a mãe simbólica é o agente da frustração e o pai imaginário, o da privação.

O que permite a Freud contrapor-se à ciência, que queria definir o pai no domínio estrito da ciência biológica, é a concepção mitológica, que também explica a necessária distinção entre registro paterno e a sua identificação com o provedor. O mito diz que, mesmo sendo representado por uma pessoa, “a função paterna concentra, em si mesma, relações imaginárias e reais mais ou menos inadequadas às suas relações simbólicas, relações que a constituem de forma primordial” (SANTIAGO, J., 1998, p. 138). O pai real constitui o ponto mais enigmático dessa elaboração; no terreno da biologia, o pai do espermatozóide é um pai indiscutível, mas a elaboração lacaniana forneceu outras elaborações em torno do caráter indiscutível do pai real.

Em seu texto “De uma questão preliminar a todo tratamento possível das psicoses” (1955) depreende-se que o pai real não equivale a essa figura do portador do espermatozóide. O Nome-do-Pai é uma condição da possibilidade de castração, não é o seu agente. O “pai já se encontra presente como uma matriz simbólica desde o momento em que o desenrolar da trama edípica se deflagra” (ibid, p. 138). O pai real seria aquele que intervém no momento da dissolução do complexo de Édipo, no momento da validação definitiva do complexo de castração no homem. Essa função

¹⁴⁵ Escola Brasileira de Psicanálise – relator: Jésus Santiago.

está ligada à efetuação de sua palavra e não à sua existência em carne e osso para operar como efetivo agente da castração (ibid, p. 139).

A generalização do mito do Édipo que ocorre ao longo do texto lacaniano está calcada na formulação de que o assassinato do pai se constitui na própria condição do gozo para o humano. Porém, é em sua elaboração mais tardia “que o operador estrutural que regula essa equivalência entre o pai morto e o gozo passa a ser o pai real” (1998, p. 140). É a ele que se deve atribuir o obstáculo do laço impossível entre o pai morto e o gozo. Essa dimensão real do pai só se capta na medida em que ele se torna agente, capaz de promover uma enunciação desse impossível, que é o complexo de castração.

O que se valoriza no exercício da paternidade é a presença estruturante desse efeito de linguagem considerado como uma “função residual”, cuja conseqüência é expressão, na criança, de um “elemento irreduzível de uma transmissão”. Para que a transmissão da lei paterna se efetue, é necessária a existência de um pai enquanto portador de um desejo que se qualifica como “não anônimo”. A constelação subjetiva, propriamente desejante da criança, resulta de uma transmissão que pressupõe a presença de um pai, que, por não saber, coloca em ação um desejo situado por um nome em algum lugar. A função paterna e a sexuação masculina convergem nesse ponto de desejo “não anônimo”, pois “um pai só sai do ostracismo, do anonimato, quando faz de uma mulher causa do desejo” (ibid, p. 141). É nesse momento que um pai deixa de ser uma incógnita para a criança, podendo obter para si respeito, admiração, apesar dos efeitos de degradação, cada vez mais crescentes, que sua figura acumula na contemporaneidade.

A única garantia de que esse pai possa agir como exceção, para Lacan, é o fato de que ele enfrentou de alguma maneira o gozo de uma mulher, “esse particular que se tornou para um pai causa de desejo” (ibid, p. 143). É o que se designa como “*père-version*”. Portanto, “a versão lacaniana da exceção paterna expressa no “pai não-anônimo” culmina com a “*père-version*”, ou seja, se há morte do pai no mito freudiano, não há, contudo, morte do gozo” (ibid, p. 143).

Lacan [1998](1958), no texto “Juventude de Gide ou a letra e o desejo”, referindo-se à André Gide, diz que o *ideal do eu* de Freud se forma “com o recalque de um desejo do sujeito, pela adoção inconsciente da imagem mesma do Outro que desse desejo detém o gozo, juntamente com o direito e os meios”. A morte do pai de Gide levou junto a fala que “humaniza o desejo”, razão pela qual o desejo fica, para ele, confinado no clandestino; ele só tem do amor “a fala que protege e a que interdita”

(LACAN, 1998, p. 764). Em “De uma questão preliminar a todo tratamento possível da psicose” (1955), Lacan considera que o fundamental na transmissão da Lei simbólica não é unicamente a maneira como a mãe se arranja com a pessoa do pai, o vínculo de amor e respeito pelo qual a mãe coloca ou não o pai no lugar de ideal. Além disso, vale destacar a importância que ela dá à palavra dele, à autoridade do pai, que lugar ela reserva ao Nome-do-Pai na promoção da lei (LACAN, 1955/1956, p. 585).

Desde 1938, Lacan se referia a uma sucessão das formas institucionais da família, que sofre as determinações de sua época. Porém o interesse do psicanalista pela família se explica pela “apreensão de um resíduo que se subtrai dessa variabilidade histórica do grupo familiar” (SANTIAGO, J., 1998, p. 24), resíduo que tem por função, em tese, sustentar a família conjugal e mantê-la no próprio curso da evolução social. Essa função residual se manifesta como “elemento irreduzível de uma transmissão” (LACAN, 2003[1969] p. 369).

Tudo indica que esse elemento irreduzível da família escapa às reflexões da ciência, é distinto da vida, pensada como pura satisfação das necessidades, é a significação fálica, “a encarnação da lei no - desejo, cujo sustentáculo é um pai colocado em lugar de agente da castração” (SANTIAGO, J., 1998, p. 25). Jésus esclarece, ainda, referindo-se ao texto de Lacan “Nota sobre a Criança” (1969), que o valor determinante do pai passa pela castração, na medida em que é portador de um desejo que se caracteriza como não anônimo. A constelação subjetiva desejante da criança resulta de uma transmissão que supõe a presença do pai que coloca em ação “um desejo situado em algum lugar por um nome” (SANTIAGO, J., 1998, p. 25). É nesse ponto do desejo não anônimo que a paternidade e a sexualidade masculina se convergem, pois um pai só sai do anonimato quando faz de uma mulher causa do desejo, sendo nesse momento que ele deixa de ser uma incógnita para a criança, podendo obter respeito e admiração.

Ao aceitar o lugar da mulher que orienta o desejo do pai, uma mulher enfrenta sua própria castração. O núcleo da estrutura edípica é o objeto *a*., agente da castração em ambos os sexos. Esse objeto, verdadeiro lugar do enlaçamento é o que falta para dizer o que uma mulher quer, é o que o pai converteu no seu lugar da verdade impossível de dizer, de seu desejo. Cabe ao pai dar-lhe esse valor de objeto *a*, que Lacan chama de função de resíduo. Na falta de um pai que se encarregue dessa “função de resíduo” que sustenta e mantém a família conjugal, a criança corre o perigo de considerar a si própria como um dejetivo, um desperdício que faz cair em falta o universo simbólico (NOMINÉ, B., 1997, p. 22).

Sérgio Laia, em “A infância revista” (2001, p. 17), argumenta que a ênfase contemporânea da criança como um bem muito valorizado é correlata de um processo de segregação dessa preciosidade. A criança aparece como um produto isolado só não sendo completamente segregada de qualquer referência à família, porque essa referência insiste em ser aquela da família provedora de necessidades vitais ou afetivas. Com os avanços na clonagem humana, e outros avanços nesse e em outros campos, reproduzida sem qualquer recurso direto a um pai e a uma mãe, a um homem e a uma mulher, a criança corre o risco de vir ao mundo como fruto de um desejo cujo anonimato já se anuncia em escala cultural na série de bancos de espermatozoides e de óvulos existentes.

O importante é que possamos privilegiar a trama familiar como articuladora do “nome de família” ou “sobrenome”, e que serviu a Lacan como um ponto de partida para o que ele designou como Nome-do-Pai. O “desejo anônimo”, efeito dos percalços vividos ao longo dessa transmissão simbólica de um Nome, torna-se característico, nos nossos tempos, dos poderosos investimentos que têm a infância como objeto de intervenção (LAIA, 2001, p. 17).

Segundo Philippe Lacadée (1996, p. 74), a partir dos anos 1956-1957, Lacan retifica o desvio da psicanálise dos pós-freudianos concernente à relação de objeto no seminário IV, sua primeira referência essencial sobre o sintoma da criança. A segunda é a já citada carta à Jenny Aubry em 1969, no qual ele anuncia sua concepção do sintoma da criança. O pai é aquele que doa o nome paterno, que por sua vez recebeu e pelo qual se inscreveu numa linhagem, se contou como geração. Na família, quem passa o nome à descendência é o pai, no entanto algo peculiar da função simbólica do pai é transmitido pelo sobrenome paterno (HASSAN, p. 92).

Os pais, os vizinhos, a estrutura inteira da comunidade são falas fundadoras que envolvem o sujeito, e que o constituem como símbolo e em seu ser. O sobrenome é essa “pequena etiqueta” (LACAN, 1955, p. 31), símbolo essencial recebido quando o ser humano vem ao mundo trazendo leis de nomenclatura que determinam e canalizam as alianças a partir das quais os seres humanos copulam entre si, e acabam criando seres reais. Se o sujeito se coloca a questão do que ele é como filho não é saber se ele é mais ou menos dependente, e sim, se tem o direito de usar seu nome de filho de fulano de tal, se ele é reconhecido ou não como filho. O problema se coloca no registro de sua autobiografia, no plano da assunção simbólica do seu destino (ibid, p. 60).

3 - Dez anos depois...

Finalizando essa dissertação, concluímos ser interessante, se possível, escutar o jovem B, citado no capítulo IV. Conseguimos localizá-lo e ele compareceu com sua atual companheira no Juizado da Infância e Juventude de Belo Horizonte. Ele mora no interior, trabalha em um armazém, tem um sócio e a esposa, que é “estudada”, o ajuda na organização e administração do negócio.

B relatou que trabalhou em alguns empregos após aquele do posto de gasolina (onde ficou alguns anos). Disse ter passado dificuldades financeiras, mas atualmente tem conseguido se manter, gosta de coisas boas, de “marca”. Conta que ele e sua primeira companheira se separaram, tiveram brigas por causa da pensão e do ciúme; hoje ele paga regularmente a pensão para a filha, mas tem pouco contato com a criança.

Com relação ao homicídio, disse que na época ficou muito ruim com o que ocorreu, hoje bem menos; fica triste quando “pensa no filho e na mulher de G”. Porém o curioso é que ele retomou, de início a cena dos dois episódios, que o levaram a cometer o ato: quando G “abusou” da sua mãe no churrasco, e após G ter “quase furado” B. Dez anos após, ele atribui à falta de respeito de G com ele, e com sua mãe, o motivo de tê-lo matado-o, ele “abusou”, “humilhou e bateu” e ele (B) tem “vergonha na cara”. Fez para “mostrar para os outros que ele tinha coragem”. Foi após a “briga com espetos”, da qual B se lembra bem, inclusive da “marca” de sua jaqueta que foi furada, que ele comprou o revólver.

Com relação ao pai, “isso ainda” o “corrói”, embora tenha desistido de perguntar à sua mãe sobre o ocorrido. Quando pensa em sua situação, ainda chora, quando vê um pai e um filho juntos fica se “espelhando”, “imaginando como o pai seria”. Com relação à mãe, desistiu também de “entendê-la”, ela age de uma forma com a qual ele não concorda e acaba fazendo maus negócios. Ajuda-a no que pode, mas não interfere mais. Relatou, ainda, que não se envolveu mais com a delinquência (...???)

B acrescentou que não havia voltado a estudar desde “aquela época” em que vinha ao Juizado. Hoje sente vontade e falta “do estudo”, principalmente quando tem que mexer com o computador. Nesses momentos, “falta conhecimento, faltam palavras...”.

CONCLUSÃO

A ausência do pai para jovens infratores é um fato grave que tem sérias repercussões em sua vida e subjetividade, sendo, mesmo, um fator de vulnerabilidade com relação à delinqüência juvenil, como se viu neste percurso sobre a função do pai para esses adolescentes. Conforme os dados da pesquisa¹⁴⁶, somente em 25% dos casos os pais são presentes e participativos na educação dos filhos. Além disso, continua sendo formada uma geração com um número grande de crianças cujos pais foram assassinados nessa “guerra” citada na introdução deste trabalho. Filhos sem pai, sem terem tido tempo de re-conhecerem seu pai.

Pesa sobre a subjetividade desses jovens o grave problema de já virem ao mundo pouco desejados. Isso dificulta ao bebê a tornar-se sujeito do desejo e de direito, haja vista a grave questão social também presente nesses casos. O pai é ausente como provedor, como doador, como pai, situação que é uma constante nessa clínica com esses jovens. Salvo exceções, eles não admiraram nem admiram o pai, ou um outro terceiro, além da mãe. Esse é mais um aspecto que compromete a separação da criança de sua mãe, pois, se ela contraria a mãe, fica no desamparo sem um outro além da mãe que lhe transmita um desejo que não seja anônimo. Como no caso de B, o sujeito tem mais dificuldades para enfrentar a vida sem a versão do pai que o situaria no desejo e, portanto, na lei. É como se a ausência do nome do pai no nome próprio do sujeito o deixasse envergonhado frente ao Outro, ainda mais em uma sociedade em que somos “convocados” a todo momento, desde que nascemos, a nos identificarmos, a dizermos quem somos.

Muitas vezes esses são atos de um tempo de passagem da puberdade, não se tornam uma identificação. Posteriormente, o sujeito se arranja na vida de outras formas, com outros significantes e não se torna um delinqüente - aliás, é o que ocorre em muitos casos. Afinal, quem nunca transgrediu a lei que atire a primeira pedra ...

No caso do adolescente infrator, a função do pai, em seu papel estruturante e intérprete da linguagem, não está sendo exercida. Existe um número significativo de casos bastante graves que demandam muito trabalho, apoio e significação de uma lei de respeito ao outro e a si mesmo. O que chega ao judiciário, na maioria das vezes, são casos cujas tentativas de intervenção falharam. Ou seja, não surge nos casos um sintoma, sintoma, aqui, significando aquilo que traria uma dimensão metafórica; esses

¹⁴⁶ Durante a elaboração desse trabalho, pesquisamos a relação de jovens que já cometeram ato infracional com o pai, conforme anexo 2.

jovens não apresentam nem mesmo “uma nova forma de sintoma¹⁴⁷”, mas sim um ato. Um agir que causa ao outro um problema, uma lesão. Talvez, posteriormente, um sujeito possa se constituir e vir a responsabilizar-se pelo seu ato. O encontro com os “operadores do direito” pode favorecer o franqueamento ao simbólico para que o sujeito possa se arranjar na vida com outros enlaçamentos não tão violentos ou segregatórios com a delinquência.

Como buscamos desenvolver, a função do pai fica prejudicada e, na relação do menino com o pai, no complexo de Édipo, em vez da ambivalência, existiria quase que somente ódio, que funciona para o sujeito como algo que impulsiona esse agir. O amor ao pai não exerceria a função de barreira ao ódio ao pai. A idade da puberdade é um “momento-limite complexual” (LACAN, 1962, p. 282), momento da maturação do objeto *a*, de reencontro com a castração. A ausência de elementos mínimos para a organização do romance familiar na infância deixa um problema que prejudica ao sujeito o situar-se perante o desejo do Outro. No momento da puberdade, o arranjo anterior é colocado em questão pela extração do objeto *a*, pelo encontro do sujeito com o gozo sexual. Esse ponto fica manco: embora ocorra a inscrição do Nome-do-pai, o sujeito responde em ato onde o romance familiar não pôde contê-lo, organizando uma ficção. B matou porque G abusou de sua mãe e dele, porque, conforme ele disse, tem vergonha na cara, pois o que iriam pensar dele se não o fizesse?

Phillippe Lacadée¹⁴⁸ esclarece, sobre o texto de Lacan, que podemos distinguir o Nome-do-Pai como nome, como significante do pai que nomeia os objetos. A missão do pai é articular um significante a um significado, devendo ajudar o filho a elocubrar uma linguagem e com isso ele introduz uma “rotina” ao filho. Lacan pluraliza o nome do pai, ao mesmo tempo em que evidencia o Nome-do-Pai como *semblant*. Porém uma das conseqüências da demissão do pai é a posição adotada pelos adolescentes que utilizam a língua para criticar, não para comunicar. Para ilustrar a atitude desses jovens, Philippe Lacadée cita um caso em que o pai era um desempregado e ele mesmo (pai) se dizia “fudido”, não levava o pão para casa, estava humilhado, o que causava vergonha ao filho. É a versão moderna da demissão do pai, um pai que se torna uma pessoa anônima, por sua derrota, humilha o filho, não lhe transmitindo o saber lidar com a vida, importante informação que um pai deveria transmitir para um filho. A família não tem mais posição de abrigo e, quando a família, ou quem cumpra essa função, não está aí, esses jovens se tornam puros significantes, dejetos.

¹⁴⁷ Nova forma de sintoma é o que Hugo Freda e outros psicanalistas vêm chamando as toxicomanias, bulimias contemporâneas.

¹⁴⁸ Anotações do seminário proferido na ocasião da XII Jornada da EBP-MG, “Ser pai hoje” em junho de 2006.

Sabemos que não se trata de salvar o pai, ou de fazê-lo existir. O drama do indivíduo neurótico deve-se ao fato de o pai estar sempre aquém da sua função, mas, nesses casos, o pai aparece nas palavras desses sujeitos como quem “não foi um pai”¹⁴⁹, a maioria não aparece nem como genitor, nem como provedor, muito menos fornecendo um lugar simbólico, um “nome de família”. A função do pai que dá um nome ao real fica prejudicada porque não há mais ninguém para introduzir o filho na dívida simbólica. Com isso, eles sentem não dever nada ao outro, vivem seu ser como se fossem humilhados e abandonados pela sociedade moderna (LACADÉE, 2006).

Quando uma mãe não diz o nome do pai ao filho, ela não sanciona o pai num significante, que é aquele com quem a mãe praticou o coito. No caso do pequeno Hans, houve um problema nessa transmissão, já que a mãe de Hans reduzia o pai a zero; entretanto havia um pai, por isso a fobia, e mesmo a cura de Hans. Mas para esses adolescentes há o pai que se inscreve como significante, como Nome-do-Pai descompletando o Outro, mas não há o pai que toma a mulher como objeto de desejo, dando, assim, um lugar ao filho. Não há o sancionamento das instituições ao nome do pai.

Aichhorn foi uma grande e rica descoberta neste percurso. A concepção de delinqüência latente elaborada pelo autor é como dissemos, elogiada por vários psicanalistas é fértil e importante, tendo sido um alento e apontando perspectivas no trabalho com esses jovens. Quando Aichhorn fala de problemas emocionais, ele se refere a uma desregulação libidinal. Nos casos citados por ele, parece haver uma relação problemática com o Outro que o leva a realizar atos transgressivos (TIZIO, 2006, p. 10). É necessária a função do Outro que possa acolher esses atos e transformá-los em mensagem para o sujeito. Consideramos a indicação de Aichhorn sobre o ideal do eu muito importante, assim como as possibilidades no trabalho com esses jovens, que se abrem pela transferência, já que constatamos uma ausência dessa identificação. O próprio título do livro de Aichhorn, as traduções e esforço de exprimir numa palavra de que juventude se trata: cheia de vontade e sem orientação, em suspenso ou em sofrimento ou juventude desamparada, como é o título da publicação recente em espanhol.

Os jovens não recebem uma herança que os sustente perante o desejo do Outro, ficando à mercê de marcas criadas pelo capitalismo para se sentirem incluídos. É preciso a marca do tênis, do boné, para sustentarem a posição fálica perante o outro. Não se trata, portanto, de um problema na estrutura (neurose ou psicose), mas de uma ausência do pai que resulta num impasse na identificação. O problema na transmissão

¹⁴⁹ Fala de adolescentes acompanhados no JIJ-BH

desse desejo do pai, em relação à mãe e em relação ao próprio sujeito, dificulta o surgimento de sintomas e favorece o saber lidar com a vida de forma agressiva e destrutiva. Começamos com a lei jurídica e terminamos na lei do desejo, que é o que fica desarticulado. Esse é o paradoxo dos adolescentes do mundo moderno – desrespeitam para serem respeitados. Aí onde há um defeito do Nome-do-pai ele inventa algo pior, uma língua que pode levá-lo à segregação.

Já que começamos esse trabalho com Carlos Drummond de Andrade, encontramos, para esse momento da conclusão, um soneto do mesmo autor que representa uma forma de apropriar-se do pai e servir-se dele. É uma das possibilidades e saídas interessantes para o sujeito: a arte, a escrita, além de outras invenções, como no caso do já citado Roberto Carlos, contador de histórias. Talvez possamos dizer que um pai seja isso: uma construção de um soneto, um traço que resta no sonho, como construiu nosso querido Drummond ...

Encontro

MEU PAI perdi no tempo e ganho no sonho
Se a noite me atribui poder de fuga,
Sinto logo meu pai e nele ponho
o olhar, lendo-lhe a face, ruga a ruga.

Está morto, que importa? Inda madrugada
e seu rosto, nem triste nem risonho,
é o rosto, antigo, o mesmo. E não enxuga
suor algum, na calma de meu sonho.

Oh meu pai arquiteto e fazendeiro!
Faz casas de silêncio, e suas roças
de cinza estão maduras, orvalhadas

por um rio que corre o tempo inteiro,
e corre além do tempo, enquanto as nossas
murcham num sopro fontes represadas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AFONSO, Lúcia. *Família das crianças e adolescentes: diversidade e movimento*. Belo Horizonte, 1995, AMAS, p. 120

AICHHORN, August (1925). *Jeunes en souffrance-psychanalyse et education spécialisée* - Editions du champ social, 1998, p. 7

_____. *Wayward Youth*. Northwestern University Press Paperback editora - USA. 1983.

_____. *Juventud desamparada*. 1ª ed. Barcelona - Espanha, Editora Gedisa, fev/2006

ALBERTI, Sônia. *Esse sujeito adolescente*. Rio de Janeiro: Relumé Dumará, 1995, p. 20/21.

ALVARENGA, Elisa. "O sujeito psicótico e a lei" In: *Revista Curinga*. Belo Horizonte, Escola Brasileira de psicanálise - MG, nov/2001, p. 62

_____. "Jovens em suspenso" In: *Opção Lacaniana nº 44*. Belo Horizonte, Escola Brasileira de psicanálise - MG, nov/2005, p. 38

ALVES, Abílio Luiz Ribeiro. "Adolescência Terminável e Interminável". In: *O adolescente e a modernidade*, Tomo I, Rio de Janeiro, Escola Lacaniana de Psicanálise-RJ, 1999, p. 79

ALVES, Francisco Rodrigues. "Do legado de Lacan: a arte do diagnóstico na segunda clínica" In: *Opção Lacaniana nº 39*. Belo Horizonte, Escola Brasileira de psicanálise - MG, mai/2004 -, p. 85

ALTOÉ, Sônia. "Apresentação". In: *Sujeito do direito, sujeito do desejo*. Rio de Janeiro, Livraria e Editora RevinteR, 1999

_____. "A Psicanálise Pode Ser de Algum Interesse no Trabalho Institucional com Crianças e Adolescentes" In: *Sujeito do direito, sujeito do desejo*. Rio de Janeiro, Livraria e Editora RevinteR, 1999, p. 55-64

BARBOSA, Heloisa Helena. "O Estatuto da Criança e do Adolescente e a disciplina da Filiação no Código Civil". In: *O melhor interesse da criança: um debate Interdisciplinar*, 1ª ed. Rio de Janeiro, Editora Renovar, 2000, p. 103

BARRATA, Alessandro. "A escola liberal clássica do direito penal e a criminologia positivista". In: *Criminologia Crítica e Crítica do Direito Penal*. 3ª ed. Rio de Janeiro, 1999, p. 29-40

BARRETO, Francisco Paes. “A lei simbólica e a lei insensata: uma introdução à teoria do supereu” In: *Revista Curinga*. Belo Horizonte, Escola Brasileira de psicanálise - MG, nov/2001, p. 10

BARROS, Fernanda Otoni de. *Do direito ao Pai*. Belo Horizonte. Vol. 2 (coleção Escritos em Psicanálise e Direito). Editora Del Rey. 2001

_____. “Psicologia Jurídica na reforma do direito de família-Legalidade da subjetividade?”. In: *Repensando o Direito de Família*. Belo Horizonte. Del Rey. 1998, p. 427- 453

BARROS, Romildo do Rego. “Eu ideal, ideal do eu e o resto”, In: *Revista Latusa*, Rio de Janeiro, 1997, Escola Brasileira de Psicanálise, Vol. 1, p. 19-33

BERNADINO, Leda Mariza Fischer. “Letra, identificação e estrutura na adolescência” *O adolescente e a modernidade*, Tomo I, Rio de Janeiro, Escola Lacaniana de Psicanálise-RJ, 1999, p. 93

BITTENCOURD, Lígia. “Aonde vai o pai?” *Novas incidências na clínica das Toxicomanias*. Publicação da XVI Jornada do Centro Mineiro de Toxicomania, 2003, p. 22

BOA MORTE, W. e NOGUEIRA, C. e outros. “Técnico Judiciário: um percurso em construção”, 2005. Texto elaborado pela equipe técnica da SAASE(JIJ-BH), será publicado no livro da PBH, coordenado por Cristiane Barreto e Mônica Drummond, sobre a medida de Liberdade Assistida.

BOVENS, Mark. *The Quest for Responsibility: accountability and Citizenship in Complex Organizations*, Cambridge University Press, United Kingdom, 1998, p. 45/72

BRANCHER, Naiara. “O Estatuto da Criança e do Adolescente e o novo Papel do Poder Judiciário”. In: *O melhor interesse da criança: um debate Interdisciplinar*, 1ª ed. Rio de Janeiro, Editora Renovar, 2000, p. 137

BRITO, Leila Maria Torraca de. “Sujeito de Direitos nas Varas de famílias?” In: *Sujeito do direito, sujeito do desejo*. Rio de Janeiro, Livraria e Editora RevinteR, 1999 p. 73

CAMPOS, Sérgio Passos Ribeiro de. *As vertentes conceituais do supereu na clínica da neurose obsessiva*. Dissertação de mestrado em Psicologia - FAFICH – UFMG. 2002

CÁRDENAS, Maria Hortência. “A prática lacaniana e a psicanálise aplicada” In: *Opção Lacaniana*. Belo Horizonte, Escola Brasileira de psicanálise - MG, dez/2003 – Nº 38, p. 73

CARVALHO, Maria do Carmo Brant. “A Priorização da Família na Agenda da Política Social”. São Paulo. 1994

CARVALHO, Pedro Caetano de. “A Família e o Município”. In: *O melhor interesse da criança: um debate Interdisciplinar*, 1ª ed. Rio de Janeiro, Editora Renovar, 1999, p. 155

CAZULA Ribeiro Pereira, Fernando. *Responsabilidade na Psicose*. Dissertação de mestrado em Psicologia da FAFICH – UFMG. 2003

CINTRA, Dyrceu. “O campo jurídico e a psicologia”. *Jornal do psicólogo do CRP 0: Nº51*, 1997, Belo Horizonte.

CIRINO, Oscar. *Psicanálise e psiquiatria com crianças - desenvolvimento ou estrutura*. Belo Horizonte, Autêntica, 2001

_____. “O descaminho daquele que conhece”. In: *Fascículo FHEMIG nº 7 - Da psiquiatria infantil à clínica da criança*. Belo Horizonte, 1992, p. 39-79

CHARLIER, J. P., “Psicanálise & Criminologia”, In: *Dicionário Enciclopédico de Psicanálise*. Rio de Janeiro. Editado por Pierre Kaulfann. Ed. Jorge Zahar

CLARET, Geraldo. A criança de objeto a sujeito de direito. In: texto mimeo.

COSTA, Antônio Carlos. *Curso de introdução à ação sócio-educativa* – Texto extraído dos elementos principais das reflexões de EMÍLIO Garcia Mendes - *Adolescentes em conflito com a Lei*. Texto inédito.

COSTA, Tarcísio. *O Fenômeno da Violência e as Medidas Sócio-Educativas do Estatuto da Criança e do Adolescente* - trabalho apresentado no I Encontro Regional de Juizes, Promotores e Defensores Públicos da Infância e juventude do Estado da Paraíba. Belo Horizonte, abril/1997

----- ., *Estatuto da Criança e do Adolescente Comentado*. Belo Horizonte. 1ª ed. Ed. Del Rey. 2004

CUR, Thereza Christina Gontijo Bruzzi. “Pai, não vêes que posso perder-te?”. In: *O adolescente e a modernidade*, Tomo I, Rio de Janeiro, Escola Lacaniana de Psicanálise-RJ, 1999, p. 126

DIAS, José de Aguiar. *Da Responsabilidade Civil*. 10ª ed. Rio de Janeiro. Revista Forense, 1997

DOSTOIÉVSKI, Fiodor. Ed. Ouro, 2000

DRUMMOND, Cristina. “Lacan e a lei: para além da transgressão” In: *Revista Curinga*. Belo Horizonte, Escola Brasileira de psicanálise - MG, nov/2001, p. 36

----- . “A palavra que humaniza o desejo” In: *Revista Curinga - A Criança entre a mãe e a mulher*. Belo Horizonte, Escola Brasileira de Psicanálise - MG, abr/2001, p. 54

DRUMMOND de Andrade, Carlos. *Poesia/ Claro Enigma e poesia*.

DURET, Maria Luiza. “O rosto de um pai” In: *Opção Lacaniana*. Belo Horizonte, Escola Brasileira de psicanálise - MG, ago/1998 – Nº 22, p. 96

EISSER, K. Prefacio a la edición inglesa, In: AICHHORN, A., *Juventud desamparada*, 2006, gedisa, Barcelona, 2006.

ESCOBAR, Daniela . *El concepto de iniciación y el mundo moderno*. Texto inédito.

FELIPPI, Maria Cristina Poli. “Exclusão e melancolia: a clínica com adolescentes da FEBEM”. In: *O adolescente e a modernidade*, Tomo I, Rio de Janeiro, Escola Lacaniana de Psicanálise-RJ, 1999, p. 133

FERREIRA, Lucia Maria Teixeira. “Tutela da filiação”. In: *O melhor interesse da criança: um debate Interdisciplinar*, 1ª ed. Rio de Janeiro, Editora Renovar, 2000, p. 253

FREDA, Hugo. “O adolescente Freudiano”. In: *Adolescência*, Kalimeros

FREUD, Sigmund (1894). “As neuropsicoses de defesa”. In: *Primeiras publicações psicanalíticas*. 1ª ed. Rio de Janeiro, Imago editora,1972, p. 53 (E. S. B. Vol. III)

----- (1895). “Projeto para uma psicologia científica”. In: *Publicações pré-psicanalíticas e esboços inéditos*. 1ª ed. Rio de Janeiro, Imago editora,1972, p. 314 (E. S. B. Vol. I)

_____ (1896). “Rascunho K. As neuroses de defesa”. In: *Publicações pré-psicanalíticas e esboços inéditos*. 1ª ed. Rio de Janeiro, Imago editora,1972, p. 241 (E. S. B. Vol. I)

----- (1896). “Carta 46”. In: *Publicações pré-psicanalíticas e esboços inéditos*. 1ª ed. Rio de Janeiro, Imago editora,1972, p. 241 (E. S. B. Vol. I)

----- (1896). “Carta 52”. In: *Publicações pré-psicanalíticas e esboços inéditos*. 1ª ed. Rio de Janeiro, Imago editora,1972, p. 254 (E. S. B. Vol. I)

----- (1897). “Carta 55”. In: *Publicações pré-psicanalíticas e esboços inéditos*. 1ª ed. Rio de Janeiro, Imago editora,1972, p. 259 (E. S. B. Vol. I)

----- (1897). “Carta 69”. In: *Publicações pré-psicanalíticas e esboços inéditos*. 1ª ed. Rio de Janeiro, Imago editora,1972, p. 279 (E. S. B. Vol. I)

----- (1897). “Carta 70”. In: *Publicações pré-psicanalíticas e esboços inéditos*. 1ª ed. Rio de Janeiro, Imago editora,1972 p. 281 (E. S. B. Vol. I)

----- (1897). “Carta 71”. In: *Publicações pré-psicanalíticas e esboços inéditos*. 1ª ed. Rio de Janeiro, Imago editora,1972, p. 283 (E. S. B. Vol. I)

_____ (1900). “Sonho Sobre a Morte de Pessoa Querida”. In: *A interpretação de sonhos*. 1ª ed. Rio de Janeiro, Imago editora,1972 p. 246 (E. S. B. Vol. IV)

_____ (1900). “A psicologia dos processos oníricos”. In: *A interpretação de sonhos (parte II) sobre os sonhos*. 1ª ed. Rio de Janeiro, Imago editora,1972, p. 468 (E. S. B. Vol. V)

_____ (1900). “Sonhos absurdos – atividade intelectual nos sonhos”. In: *A interpretação de sonhos (parte II) sobre os sonhos*. 1ª ed. Rio de Janeiro, Imago editora,1972, p. 398 (E. S. B. Vol. V)

----- (1905). “Três ensaios sobre a teoria da sexualidade”. In: *Um caso de histeria e três ensaios sobre a sexualidade*. 1ª ed. Rio de Janeiro, Imago editora,1972, p. 129-213 (E. S. B. Vol. VII)

_____ (1909). “Romances Familiares”. In: *Delírios e sonhos na “gradiva” de Jensen*. 1ª ed. Rio de Janeiro, Imago editora,1972, p. 243 (E. S. B. Vol. IX)

_____ (1910). “Um tipo especial de escolha de objeto feita pelos homens”. In *Cinco lições de psicanálise Leonardo da Vinci e outros trabalhos*. 1ª ed. Rio de Janeiro, Imago editora,1972, p. 147 (E. S. B. Vol. XI)

_____ (1911). “Formulações sobre os dois princípios do funcionamento mental”. In: *O caso de Schreber, artigos sobre técnica e outros trabalhos*. 1ª ed. Rio de Janeiro, Imago editora,1972, p. 277 (E. S. B. Vol. XII)

_____ (1912). “Sobre a tendência universal à depreciação na esfera do amor”. In: *Cinco lições de psicanálise Leonardo da Vinci e outros trabalhos*. 1ª ed. Rio de Janeiro, Imago editora,1972, p. 159 (E. S. B. Vol. XI)

_____ (1913). “Totem e tabu”. In: *Totem e o tabu e outros trabalhos*. 1ª ed. Rio de Janeiro, Imago editora,1972, p. 17 (E. S. B. Vol. XIII)

_____ (1914). “Algumas reflexões sobre a psicologia do escolar”. In: *Totem e o tabu e outros trabalhos*. 1ª ed. Rio de Janeiro, Imago editora,1972, p. 285 (E. S. B. Vol. XIII)

_____ (1914). “Sobre o narcisismo: uma introdução”. In: *A história do movimento psicanalítico, artigos sobre metapsicologia e outros trabalhos*. 1ª ed. Rio de Janeiro, Imago editora,1972, p. 85 (E. S. B. Vol. XIV)

_____ (1915). “Os instintos e suas vicissitudes”. In: *A história do movimento psicanalítico, artigos sobre metapsicologia e outros trabalhos*. 1ª ed. Rio de Janeiro, Imago editora,1972, p. 137 (E. S. B. Vol. XIV)

_____ (1915). “Repressão”. In: *A história do movimento psicanalítico, artigos sobre metapsicologia e outros trabalhos*. 1ª ed. Rio de Janeiro, Imago editora,1972, p. 169 (E. S. B. Vol. XIV)

_____ (1916). “Alguns tipos de caráter encontrados no trabalho psicanalítico”. In: *A história do movimento psicanalítico, artigos sobre metapsicologia e outros trabalhos*. 1ª ed. Rio de Janeiro, Imago editora,1972. p. 351 (E. S. B. Vol. XIV)

----- (1917). “Conferência XXVII Transferência”. In: *Conferências Introdutórias sobre Psicanálise Parte III. Teoria geral das neuroses*. 1ª ed. Rio de Janeiro, Imago editora,1972, p. 503 (E. S. B. Vol. XVI)

_____ (1918). “O tabu da virgindade”. In: *Cinco lições de psicanálise Leonardo da Vinci e outros trabalhos*. 1ª ed. Rio de Janeiro, Imago editora,1972, p. 175 (E. S. B. Vol. XI)

_____ (1919 [1918]). “Linhas de progresso na terapia psicanalítica”. In: *Uma neurose infantil e outros trabalhos*. 1ª ed. Rio de Janeiro, Imago editora,1972 p. 201 (E. S. B. Vol. XVII)

_____ (1919). “Uma criança é espancada uma contribuição ao estudo da origem das perversões sexuais”. In: *Uma neurose infantil e outros trabalhos*. 1ª ed. Rio de Janeiro, Imago editora,1972, p. 225 (E. S. B. Vol. XVII)

_____ (1919). “O estranho”. In: *Uma neurose infantil e outros trabalhos*. 1ª ed. Rio de Janeiro, Imago editora,1972, p. 275 (E. S. B. Vol. XVII)

_____ (1920). “Além do princípio de prazer”. In: *Além do princípio de prazer, psicologia em grupo e outros trabalhos*. 1ª ed. Rio de Janeiro, Imago editora,1972, p. 17 (E. S. B. Vol. XVII)

_____ (1921). "Psicologia de grupo e análise do eu". In: *Além do princípio de prazer*. 1ª ed. Rio de Janeiro, Imago editora,1972, p. 91 (E. S. B. Vol. XVIII)

_____ (1923[1922]). "Uma neurose demoníaca". In: *O eu e o id*. 1ª ed. Rio de Janeiro, Imago editora,1972, p. 91 (E. S. B. Vol. XIX)

_____ (1923). "O eu e o id". In: *O eu e o id*. 1ª ed. Rio de Janeiro, Imago editora,1972, p. 23 (E. S. B. Vol. XIX)

_____ (1923). "A organização genital infantil: uma interpolação na teoria da sexualidade". In: *O eu e o id*. 1ª ed. Rio de Janeiro, Imago editora,1972, p. 177 (E. S. B. Vol. XIX)

_____ (1924[1923]). "Neurose e psicose". In: *O eu e o id*. 1ª ed. Rio de Janeiro, Imago editora,1972, p. 187 (E. S. B. Vol. XIX)

_____ (1924). "O problema econômico do masoquismo". In: *O eu e o id*. 1ª ed. Rio de Janeiro, Imago editora,1972, p. 197 (E. S. B. Vol. XIX)

_____ (1924). "A dissolução do complexo de Édipo". In: *O eu e o id*. 1ª ed. Rio de Janeiro, Imago editora,1972, p. 217 (E. S. B. Vol. XIX)

_____ (1925 [1924]). "Um estudo autobiográfico". In: *Um estudo autobiográfico*. 1ª ed. Rio de Janeiro, Imago editora,1972, p. 13-92 (E. S. B. Vol. XX)

_____ (1926 [1925]). "Inibições, sintomas e ansiedade". In: *Um estudo autobiográfico*. 1ª ed. Rio de Janeiro, Imago editora,1972, p. 95-180 (E. S. B. Vol. XX)

_____ (1925 [1924]). "Questão da análise leiga". In: *Um estudo autobiográfico*. 1ª ed. Rio de Janeiro, Imago editora,1972, p. 205-293 (E. S. B. Vol. XX)

_____ (1925). "Algumas conseqüências psíquicas da distinção anatômica entre sexos". In: *O eu e o id*. 1ª ed. Rio de Janeiro, Imago editora,1972, p. 309 (E. S. B. Vol. XIX)

_____ (1925). "Prefacio a *Juventude Desorientada*, de Aichhorn". In: *O eu e o id uma neurose demoníaca do séc.XVII e outros trabalhos*. 1ª ed. Rio de Janeiro, Imago editora,1972, p. 341 (E. S. B. Vol. XIX)

_____ (1928). "Dostoiévski e o parricídio". In: *O futuro de uma ilusão*. 1ª ed. Rio de Janeiro, Imago editora,1972, p. 205 (E. S. B. Vol. XXI)

_____ (1939 [1934-1938]). "Moisés e o monoteísmo - três ensaios". In: *Moisés e o monoteísmo, esboços de psicanálise e outros trabalhos*. 1ª ed. Rio de Janeiro, Imago editora,1972, p. 13-161 (E. S. B. Vol. XXIII)

GARCIA, Célio. *Clínica do Social*. Publicação do mestrado em psicologia da UFMG. Belo Horizonte, 1997

_____. “Psicanálise: operadores do simbólico-clínica das transformações familiares”. In: *Repensando o Direito de Família*. Belo Horizonte: Del Rey, 1998, p. 285-303

----- . “Em conflito com a lei”. In: *Revista Curinga - A Criança entre a mãe e a mulher*. Belo Horizonte, Escola Brasileira de Psicanálise - MG, abril/2001, p. 122

_____. “A lei e a norma”. In: *Revista Curinga - Lacan e a lei*. Belo Horizonte, Escola Brasileira de Psicanálise - MG, nov/2001, p. 10

_____. “Lacan e companhia”. In: *Um limite tenso: Lacan entre a filosofia e a psicanálise*. São Paulo, UNESP, 2003, p. 305-329

_____. *Psicologia Jurídica - Operadores do simbólico*, Belo Horizonte, editora Del Rey, 2004

GANOZA, Élida. “Incidências da psicanálise no campo da saúde mental”. In: *Opção Lacaniana*. Belo Horizonte, Escola Brasileira de psicanálise - MG, mai/2004 – Nº 39, p. 79

GIDDENS, Anthony. *A transformação da intimidade*. São Paulo. UNESP. 1993

GOMES, Romina Moreira de Magalhães. *O amor que encobre a falha paterna: dos impasses na teoria freudiana do pai*. Belo Horizonte. Dissertação de mestrado em Psicologia da FAFICH - UFMG. 2002

GONÇALVES, Simone de Assis. *Traçando caminhos em uma sociedade violenta: a vida de jovens infratores e seus irmãos não – infratores*. Rio de Janeiro, 1999, Fiocruz. BRASIL. Lei n. 8.069/90. *Estatuto da Criança e do adolescente*.

GROENINGA, Giselle Câmara. “Os Conceitos de Família”. In: *Direito de Família e Psicanálise Rumo a uma Nova Epistemologia*. 1ª ed. Rio de Janeiro, Imago editora, 2003, p. 125-163

_____. “A Ordem da Filiação” In: *Sujeito do direito, sujeito do desejo*. Rio de Janeiro, Livraria e Editora RevinteR, 1999, p. 65

HURSTEL, Françoise. “A Função Paterna, Questões de Teoria ou: das Leis à Lei” In: *Sujeito do direito, sujeito do desejo*. Rio de Janeiro, Livraria e Editora RevinteR, 1999, p. 103

KLEIN, Melanie. *Inveja e Gratidão*. Rio de Janeiro. Ed.Imago, 4ª ed.

LACADÉE, Philippe. "Duas referências essenciais de J. Lacan sobre o sintoma da criança" In: *Opção Lacaniana*. Belo Horizonte, Escola Brasileira de Psicanálise - MG, nov/1996 – Nº 17, p. 74

LACAN, Jacques (1935). *Complexos Familiares*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1984

----- (1946). "Formulações sobre a causalidade psíquica". In: *Escritos*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar editor, 1998, p. 152-194

----- (1948). "A agressividade em psicanálise". In: *Escritos*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar editor, 1998, p. 104-126

----- (1950). "Introdução teórica à funções da psicanálise em criminologia". In: *Escritos*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar editor, 1998, p. 127-151

----- (1950). "Premissas a todo desenvolvimento possível da criminologia". In: *Outros Escritos*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar editor, 2003, p. 127-135

----- (1953). "Função e campo da fala e da linguagem em psicanálise". In: *Escritos*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar editor, 1998, p. 338-324

_____ (1954). *O Seminário. Livro 2: O eu na teoria de Freud e na técnica da psicanálise*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1987

_____ (1955). *O Seminário. Livro 3: As Psicoses*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1988

----- (1956). "De uma questão preliminar a todo tratamento possível da psicose". In: *Escritos*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar editor, 1998, p. 537-590

_____ (1956-1957). *O Seminário. Livro 4: A relação de objeto*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1995

_____ (1957-1958). *O Seminário. Livro 5: As formações do inconsciente*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar editor, 1999

_____ (1962-1963). *O Seminário. Livro 10: A angústia*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2005

_____ (1964). *O Seminário. Livro 11: Os quatro Conceitos Fundamentais da Psicanálise*. 2ª ed. Rio de Janeiro, Jorge Zahar. 1985

_____ (1967). "Alocação sobre as psicoses da criança". In: *Outros Escritos*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar editor, 2003, p. 359-368

_____ (1969). “Duas notas sobre a criança”. In: *Opção Lacaniana nº21* - revista psicanalítica brasileira internacional São Paulo, abril 1998, p. 5

_____ (1969). “Nota sobre a criança”. In: *Outros Escritos*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar editor, 2003, p. 369-370

_____. *O mito individual do neurótico*. Coleção Pelas bandas da Psicanálise – 2. Lisboa. Assírio e Alvin, 1980

LACOMBE, Helena. *Violencia, familia, sociedad*, Programa de seminários por Internet <http://psiconet.com/seminarios>

LAIA, Sérgio. “A prática analítica nas instituições”, In: *Os usos da psicanálise*, Primeiro encontro americano do Campo freudiano. Rio de Janeiro, 2003, p. 69-113

_____. “A infância revista” In: *Revista Curinga nº 15/16 - A Criança entre a mãe e a mulher*. Belo Horizonte, Escola Brasileira de Psicanálise - MG, abr/2001, p. 12

LANG, Charles Elias. *Um pai que não é lembrança: ensaios sobre a questão do pai em Freud*. Tese de doutorado. São Paulo. PUC – SP. 2002

LAURENT, Éric. “O analista cidadão” In: *Revista Curinga – Psicanálise e Saúde Mental*. Belo Horizonte, Escola Brasileira de Psicanálise - MG, set/1999, p. 12

_____. “O Nome-do-pai entre realismo e nominalismo” In: *Opção Lacaniana*. Belo Horizonte, Escola Brasileira de psicanálise - MG, nov/2005 – Nº 44, p. 92

_____. “Estado, sociedade, psicanálise”. Mimeo.

LECOEUR, Bernard. “O cálculo da embriaguez ou pensar a ausência” In: *O homem embriagado - Estudos psicanalíticos sobre toxicomania e alcoolismo*. Centro Mineiro de Toxicomania - FHEMIG - V Jornada. Belo Horizonte, out/1992, p. 49

LEGENDRE, Pierre. “Seriam os Fundamentos da Ordem Jurídica Razoáveis?” In: *Sujeito do direito, sujeito do desejo*. Rio de Janeiro, Livraria e Editora Revinter, 1999 p. 17

_____. “Poder Genealógico do Estado” In: *Sujeito do direito, Sujeito do Desejo*, Rio de Janeiro, Revinter, 1999, p. 85

_____. “Poder Genealógico do estado” In: *Sujeito do direito, sujeito do desejo*. Rio de Janeiro, Livraria e Editora Revinter, 1999, p. 85

LEMERLE, Régine. “Sujeito do Direito, Sujeito do Desejo”. In: *Sujeito do direito, Sujeito do Desejo*, Rio de Janeiro, Revinter, 1999, p. 1-15

LÉGUIL, François. “As crianças contumazes” In: *Revista Curinga*. Belo Horizonte, Escola Brasileira de psicanálise - MG, nov/2001, p. 138

MALEVAL, Jean-Claude. “Parricídio e forclusão do nome-do-pai” In: *Revista Curinga*. Belo Horizonte, Escola Brasileira de psicanálise - MG, nov/2001, p. 72

MANNONI, Maud. *A primeira entrevista em psicanálise*, 3ª edição, Rio de Janeiro: Campus, 1983

MARIN, Isabel da Silva Kahn. “Capítulo I O Outro como Referência: O Complexo de Édipo ou o Significado da Falta”, In: *FEBEM, Família e Identidade o lugar do Outro*, 2ª ed. Revisada, São Paulo, 1999, p. 31-37

MARTINS, Anísio Garcia. *Direito do Menor*. São Paulo, Leud,1988

MATHEUS, Tiago Corbisier. “O ideal na adolescência como formação de compromisso entre gerações”. In: *O adolescente e a modernidade*, Tomo I, Rio de Janeiro, Escola Lacaniana de Psicanálise-RJ, 1999, p. 146

MATTOS, Sérgio de. “Da lei ao Fora-da-lei” In: *Revista Curinga*. Belo Horizonte, Escola Brasileira de psicanálise - MG, nov/2001, p. 178

_____. “Patologia do desvario” In: *Revista Curinga - A Criança entre a mãe e a mulher*. Belo Horizonte, Escola Brasileira de Psicanálise - MG, abr/2001, p. 112

MAZZUCA, R., SCHEJTMAN, F. e ZLOTNIK, M. *Las dos Clínicas de Lacan – Introducción a la clínica de los nudos*. Buenos Aires. Editorial Três Haches. 2000

MENDES, Emílio Garcia. “Adolescentes Infratores Graves: Sistema de Justiça e Política de Atendimento”. In: *A criança no Brasil hoje – Desafio para o terceiro milênio*. Universidade Santa Úrsula. 1993

_____. *Infância e cidadania na América Latina*. São Paulo. Hucitec.1998

MELMAN, Charles. *Alcoolismo, delinquência, toxicomania: uma outra forma de gozar*. Editora escuta, São Paulo, 1992

MILLER, Jacques-Alain. *Perspectivas do seminário 5 de Lacan*.Rio de Janeiro, Jorge Zahar editor, 1999, p.28-50

_____. “Introdução á leitura do seminário da angústia de Jacques Lacan”, In: *Opção Lacaniana nº 43*. Revista Brasileira Internacional de Psicanálise. São Paulo, Edições Eólia. mai/2005, p. 7

_____. “Saúde Mental e Ordem Pública”. In: *Revista Curinga nº 13 – Psicanálise e Saúde Mental*. Belo Horizonte, Escola Brasileira de Psicanálise - MG, set/1999, p. 20

_____. “O Outro que não existe e seus comitês de ética”. In: *Revista Curinga nº12: A clínica psicanalítica em um mundo globalizado*. Escola Brasileira de Psicanálise-MG. Belo Horizonte. set/1998, p. 4

_____. “A criança entre a mãe e a mulher”. In: *Opção Lacaniana nº 21*. Revista Brasileira Internacional de Psicanálise. São Paulo. Edições Eolia. abr/1998, p. 7

_____. *O osso de uma análise*. VIII Encontro Brasileiro do Campo Freudiano e II Congresso da Escola Brasileira de Psicanálise. Salvador. 17 a 24/abr/1998.

MILLER, Jacques Alain e LAURENT, Eric. “Seminário proferido em 21/05/97 Introdução”, In: *O lugar da psicanálise nas instituições*, 1997

MOUGIN-LEMERLE, Régine. “Sujeito do Direto, Sujeito do Desejo” In: *Sujeito do direito, sujeito do desejo*. Rio de Janeiro, Livraria e Editora Revinter, 1999, p. 1

MORELLI, Antônio. “Responsabilidade: medida do homem; questão para o sujeito” In: *Revista Curinga Lacan e a lei nº 17*. Belo Horizonte, Escola Brasileira de Psicanálise - MG, nov/2001, p. 152

NAVEAU, Pierre. “Conferências de Pierre Naveau” In: *Revista Curinga - A Criança entre a mãe e a mulher*. Belo Horizonte, Escola Brasileira de Psicanálise - MG, abr/2001, p. 132-156

NETO, Oswaldo França, “A Consciência nos primeiros passos de Freud”, In: *Freud e a Consciência*, São Paulo, escuta editora, 1998

NOMINÉ, Bernard. “Três versões do sintoma: mulher, criança e pai” In: *Opção Lacaniana nº 22*. Belo Horizonte, Escola Brasileira de psicanálise - MG, ago/1998, p. 103

-----, *O sintoma e a família conferências belorizontinas*. Belo Horizonte. Escola Brasileira de Psicanálise-MG, out/1997

NOVAES, Maria Helena. “O maior interesse da criança e do adolescente face às suas necessidades biopsicossociais: uma questão psicológica”. In: *O melhor interesse da criança: um debate Interdisciplinar*, 1ª ed. Rio de Janeiro, Editora Renovar, 2000, p. 525

OLIVEIRA, Sandra Maria Espinha. Relatora: trabalho coletivo “O romance familiar e as suas exceções” In: *Revista Curinga nº15/16 - A Criança entre a mãe e a mulher*. Belo Horizonte, Escola Brasileira de Psicanálise - MG, abr/2001, p. 28-39

PATOUX-GUERBER, Catherine. “Juizes para salvar o pai?” In: *Revista Curinga*. Belo Horizonte, Escola Brasileira de psicanálise - MG, nov/2001, p. 96

PEREIRA, Rodrigo. “Pai, por que me abandonaste?” In: *O melhor interesse da criança: um debate Interdisciplinar*, 1ª ed. Rio de Janeiro, Editora Renovar, 2000, p. 575

_____. “A primeira lei é uma lei de Direito de Família: a lei do pai e o fundamento da lei”. In: *Direito de Família e Psicanálise Rumo a uma Nova Epistemologia*. 1ª ed. Rio de Janeiro, Imago editora, 2003, p. 17

PEREIRA, Tânia da Silva. “O Melhor interesse da criança”. In: *O melhor interesse da criança: um debate Interdisciplinar*, 1ª ed. Rio de Janeiro, Editora Renovar, 2000, p. 1

_____. “O Estatuto da Criança e do Adolescente - Inovando o Direito de Família”. In: *Repensando o Direito de Família*. Belo Horizonte. Del Rey, 1998, p. 227- 236.

PILOTTI, Francisco e RIZZINI, Irene. *A Arte de Governar Crianças – A História das Políticas Sociais, da Legislação e da Assistência à Infância no Brasil*. Rio de Janeiro. Editora Universitária Santa Úrsula, 1995

PINHEIRO, Maria de Lourdes Elias e MOURA, Maria Cristina Martins. “Adolescência: - sintoma da modernidade”. In: *O adolescente e a modernidade*, Tomo I, Rio de Janeiro, Escola Lacaniana de Psicanálise-RJ, 1999, p. 162

PORGE, Erick. “Introdução”, *Os nomes do pai em Jacques Lacan*, Rio de Janeiro, 1998, Companhia de Freud editora, p. 7-16

ROCHA, Inês Seabra de Abreu. “A rua e o tratamento” In: *Revista Curinga - A Criança entre a mãe e a mulher*. Belo Horizonte, Escola Brasileira de Psicanálise - MG, abr/2001, p. 106

RASSIAL, Jean-Jacques. *O adolescente e o psicanalista*. Rio de Janeiro, 1999 Companhia de Freud.

RAMOS, Magdalena. “Modificações da instituição família: Família uniparentais – produção independente” In: *Direito de Família e Psicanálise Rumo a uma Nova Epistemologia*. 1ª ed. Rio de Janeiro, Imago editora, 2003, p. 287-298

RIZZINI, Irene (Organizadora). *A Criança no Brasil Hoje – Desafio para o 3º Milênio*. Rio de Janeiro. Editora Universitária Santa Úrsula, 1993

ROSA, Elizabete Terezinha. "A Questão da Inimputabilidade Penal". In: *Revista: Serviço Social e Sociedade – nº 67*, 2001

ROSA, Márcia. "A filiação e seus impasses: a adoção" In: *Revista Curinga - A Criança entre a mãe e a mulher*. Belo Horizonte, Escola Brasileira de Psicanálise - MG, abr/2001, p. 84

ROSA, Miriam Debieux, texto extraído da internet
<http://www.pucsp.br/pos/pssocial/psoc/planeja/d03.htm>

ROUDINESCO, Elisabeth, *A Família em Desordem*, Rio de Janeiro, 2003, Jorge Zahar editor

ROUDINESCO, Elisabeth e PLON, Michel, *Dicionário de Psicanálise*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar editor, 1998, p. 123-169

SALUM, Maria José Gontijo. "Freud e a culpa: a culpabilidade antecede o crime" In: *Lacan e a lei*. Revista da Escola Brasileira de Psicanálise, Minas Gerais, Belo Horizonte, nov/2001, p.20-35

_____. "A violência e a civilização psicanalítica" In: *Opção Lacaniana*. Belo Horizonte, Escola Brasileira de psicanálise - MG, nov/2005 – Nº 44, p. 82

_____. *A psicanálise e a Lei: Uma abordagem das relações entre o crime e o castigo* – Dissertação (Mestrado em psicologia – psicanálise) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, UFMG, Belo Horizonte. 2001

SANTIAGO, Jésus e SANTIAGO, Ana Lydia Bezerra. "A psicanálise em fase da familiarização do mundo: pontos para uma investigação sobre a família". In: *Opção Lacaniana nº 17*, São Paulo. Revista Brasileira Internacional de Psicanálise, 1996, p. 83-88

SANTIAGO, Jésus. "E o homem existe na era do declínio do viril?" In: *Revista Curinga – nº 8 – O homem e o declínio do viril* - Periódico da Escola Brasileira de Psicanálise – MG. Belo Horizonte, 1996, p.14-16

_____. "O pai não nos surpreende mais". In: *Opção Lacaniana nº 21*, São Paulo, 1998. Revista Brasileira Internacional de Psicanálise. p. 24-27.

_____. Relator "Trabalho Coletivo da Escola Brasileira de Psicanálise" In: *Primeiro Congresso da Associação Mundial de Psicanálise*. Barcelona, publicado pela Escola Brasileira de Psicanálise-MG, 1998

_____. “Objetos Virtuais e a erótica cômica dos ideais”. In: *Adolescência*. Jornadas clínicas da seção do Rio de Janeiro. 1998, p. 73-84

SANTIAGO, Ana Lydia Bezerra. “A mulher, a mãe sua criança e outras ficções” In: *Revista Curinga - A Criança entre a mãe e a mulher*. Belo Horizonte, Escola Brasileira de Psicanálise - MG, abr/2001, p. 94

_____. “Pai odiado, pai sem lei...”, In: *Revista Curinga*. Periódico da Escola Brasileira de Psicanálise – EBP - Seção MG, nov/2002, p. 30

SANTOS, Adalberto Afonso Lima dos. *Édipo: o sonho de Freud*. Dissertação de mestrado - UFMG - Psicologia, 2005

SAUNIER, Roberto. “A Psicologia Forense em Argentina”. In: *Temas da Psicologia Jurídica*. (org.) BRITO, Leila. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1999, p. 19-43.

SENRA, Ana Heloísa. *Inimputabilidade: Conseqüências Clínicas sobre o Sujeito Psicótico*. 1ª ed. Belo Horizonte. FUMEC. ANNABLUME editora. jan/2004

SCHMIDEBERG, Melitta. “Atos de delinquência considerados como perversões e fetiches”. In: *Opção Lacaniana, nº15*. Revista Brasileira Internacional de Psicanálise. São Paulo. Edições Eolia, abr/1996, p. 39

SHOEMAKER, D.. *Theories of Delinquency: an examination of explanations of delinquent behavior*. New York. Oxford University Press. 1996

SILVA, Antonio Fernando do Amaral. “O Judiciário e os Novos Paradigmas Conceituais e Normativos da Infância e da Juventude”. In: *Sujeito do direito, sujeito do desejo*. Rio de Janeiro, Livraria e Editora RevinteR, 1999, p. 43

_____. *O mito da Inimputabilidade Penal e o Estatuto da Criança e do Adolescente*. <http://www.abmp.org.br>¹⁵⁰

SILVA, Cyro Marcos da. *Entre autos e mundos*. Belo Horizonte, Del Rey editora, Coleção Escritos em Psicanálise e Direito, Vol. 4, 2003

SILVA, Maria Cristina Carvalho da, “Ato Delinqüente e Adolescência, Vicissitudes de uma travessia”. In: *Adolescência: entre o passado e o futuro*. Porto Alegre. Artes e Ofícios Editora. 1997, p. 243

¹⁵⁰ Tendo acesso à esse endereço, selecionar na caixa “acesso rápido” a opção “Novas publicações” e, depois fazer pesquisa pelo nome do autor, para acesso dos documentos.

STEVENS, Alexandre. "Psicanálise e Saúde Mental" In: *Revista Curinga – Psicanálise e Saúde Mental*. Belo Horizonte, Escola Brasileira de Psicanálise - MG, set/1999, p. 42

SULLEROT, Evelyne. "Absences de père, absences du père, séparations, carences: images em négatif". In: *Quels peres? Quels fils?*. Paris, Editora Fayard, 1992 p. 211-241

STEVENS, Alexandre. *A renovação da clínica por Lacan*. Texto editado pela *Publicacion du Champ Freudien en Belgique* em out/1997. *O du feillets courttil* - Por uma clínica além do pai. Traduzido por Antônio Morelli, Belo Horizonte, ago/1998

_____. "Psicanálise e Saúde Mental". *Revista Curinga nº 13 – Psicanálise e Saúde Mental*. Escola Brasileira de Psicanálise – MG. Belo Horizonte, set/1999, p. 42

TEIXEIRA, Antônio M. R. "O Cristianismo e a ciência moderna", In: *Os topos éticos da psicanálise*, Porto Alegre, EDIPUCRS, 1999, p. 111-112 (coleção: FILOSOFIA - 98)

TEIXEIRA, Maria de Lourdes Trassi. *Liberdade Assistida: Uma Polêmica em Aberto*. São Paulo – UEE – PUC/SP. 1994

TIZIO, H. Prólogo. In: AICHHORN, A., *Juventud desamparada*, 2006, gedisa, Barcelona, 2006.

VERONESE, Josiane. *Interesses difusos da criança e do adolescente*, Del Rey, Belo Horizonte, 1996

VIEIRA, Marcus André. "Falhomundofálico" Texto fornecido pelo prof. Luís Flávio em 12/06/2003 na disciplina Teoria do Inconsciente do mestrado de psicologia da UFMG

VIGANÓ, Carlo. "A construção do caso clínico em Saúde Mental" In: *Revista Curinga nº 13 – Psicanálise e Saúde Mental*. Belo Horizonte, Escola Brasileira de Psicanálise - MG, set/1999, p. 50

_____. "A clínica psicanalítica na prática atual" In: *Opção Lacaniana nº 38*. Belo Horizonte, Escola Brasileira de psicanálise - MG, dez/2003, p. 73

VILARREAL, I. Prólogo. In: CARVAJAL, G. *Tornar-se Adolescente: a aventura de uma metamorfose uma visão psicanalítica da adolescência*. 2ª ed. São Paulo. Cortez. 2001

VILLELA, João Baptista. "Desbiologização da Paternidade". In: *Revista da faculdade de Direito da UFMG*. Belo Horizonte, mai/1979, p. 401-419

WINNICOTT, D. W. *Privação e Delinqüência*. 3ª ed. São Paulo, Martins Fontes editora, 1999, p.103-186

ZALUAR, Alba. "Crime, medo e política". In: *Um século de favela*. 3ª ed. Rio de Janeiro. 2003, p. 209-232

Estatuto da Criança e do Adolescente - Lei Federal 8069 – 1990

Textos diversos elaborados pela equipe técnica da SAASE – Seção de Atendimento ao Adolescente em Situação Especial – Juizado da Infância e Juventude de Belo Horizonte

ANEXOS

Anexo 1

TABELA 1 - Tipos de atos infracionais cometidos por adolescentes de 1999 a 2001 em Belo Horizonte

Ocorrência	1999				2000				2001			
	M	F	Tot	%	M	F	Tot	%	M	F	Tot	%
Ameaça	64	12	76	2,93	55	13	68	3,25	45	11	56	4,19
Atentado ao Pudor	5	0	5	0,19	2	2	4	0,19	4	0	4	0,30
Atos Libidinosos	0	0	0	0,00	0	0	0	0,00	0	0	0	0,00
Danos Materiais	147	12	160	6,18	130	19	149	7,13	45	8	53	3,96
Desacato	8	1	9	0,35	9	2	11	0,53	5	1	6	0,45
Estelionato	7	7	14	0,54	7	3	10	0,48	1	0	1	0,07
Estupro	8	0	8	0,31	2	0	2	0,10	3	0	3	0,22
Falsidade Ideológica	0	0	0	0,00	0	0	0	0,00	0	0	0	0,00
Falsificação	0	0	0	0,00	0	0	0	0,00	1	0	1	0,07
Furto	1036	146	1182	45,64	790	92	882	42,20	377	40	417	31,17
Homicídio	10	1	11	0,42	32	1	33	1,58	36	3	39	2,91
Infração Trânsito	15	0	15	0,58	3	0	3	0,14	14	0	14	1,05
Lesão Corporal	102	40	142	5,48	57	25	82	3,92	41	11	52	3,89
Maus Tratos	0	2	2	0,08	0	0	0	0,00	0	0	0	0,00
Perturbação	1	0	1	0,04	3	1	4	0,19	0	0	0	0,00
Porte de Arma	125	6	131	5,06	17	2	19	0,91	28	2	30	2,24
Quadrilha	3	0	3	0,12	2	2	4	0,19	8	0	8	0,60
Rixa	8	4	12	0,46	4	1	5	0,24	4	1	5	0,37
Roubo	475	86	561	21,66	493	92	585	27,99	422	40	462	34,53
Sedução	0	0	0	0,00	0	0	0	0,00	0	0	0	0,00
Seqüestro	1	0	1	0,04	0	0	0	0,00	0	0	0	0,00
Tentativa de Homicídio	6	0	6	0,23	0	0	0	0,00	18	1	19	1,42
Tráfico	80	16	96	3,71	69	12	81	3,88	64	7	71	5,31
Uso de Tóxico	126	16	142	5,48	117	15	132	6,32	87	4	91	6,80
Violação de domicílio	13	0	13	0,50	13	3	16	0,77	6	0	6	0,46
TOTAL	2240	350	2590	100,00	1805	285	2090	100,00	1209	129	1338	100,00

Fonte: Juizado da Infância e Juventude de Belo Horizonte (comissariado)

TABELA 2 - Tipos de atos infracionais cometidos por adolescentes em 2002, 2004 e 2005 em Belo Horizonte

Ocorrência	2002				2004				2005			
	M	F	Tot	%	M	F	Tot	%	M	F	Tot	%
Ameaça	52	18	70	4,74	59	8	67	3,26	109	23	132	3,71
Atentado ao Pudor	0	0	0	0,00	0	0	0	0,00	3	0	3	0,08
Atos Libidinosos	3	0	3	0,20	0	0	0	0,00	0	0	0	0,00
Danos Materiais	46	6	52	3,52	73	10	83	4,04	83	4	87	2,44
Desacato	4	1	5	0,34	1	0	1	0,05	7	5	12	0,34
Estelionato	4	2	6	0,41	0	0	0	0,00	6	2	8	0,22
Estupro	5	0	5	0,34	3	0	3	0,15	12	0	12	0,34
Falsidade Ideológica	0	0	0	0,00	1	0	1	0,05	1	0	1	0,03
Falsificação	0	0	0	0,00	1	0	1	0,05	1	0	1	0,03
Furto	356	41	397	26,90	565	47	612	29,77	969	111	1.080	30,34
Homicídio	17	0	17	1,15	53	10	63	2,63	58	7	65	1,83
Infração Trânsito	0	0	0	0,00	0	0	0	0,00	0	0	0	0,00
Lesão Corporal	58	19	77	5,22	46	17	63	3,06	144	34	178	5,00
Maus Tratos	0	0	0	0,00	0	0	0	0,00	0	0	0	0,00
Perturbação	0	1	1	0,07	0	0	0	0,00	0	0	0	0,00
Porte de Arma	73	0	73	4,95	100	3	103	5,01	447	16	463	13,01
Quadrilha	0	0	0	0,00	18	0	18	0,88	8	0	8	0,22
Rixa	0	0	0	0,00	0	0	0	0,00	3	1	4	0,11
Roubo	550	37	587	39,77	645	34	679	33,03	644	26	670	18,82
Sedução	0	0	0	0,00	0	0	0	0,00	0	0	0	0,00
Seqüestro	1	1	2	0,14	0	0	0	0,00	1	0	1	0,03
Tentativa de Homicídio	26	4	30	2,03	10	1	11	0,54	0	0	0	0,00
Tráfico	50	4	54	3,66	181	12	193	9,39	389	34	423	11,88
Uso de Tóxico	57	6	63	4,27	126	12	138	6,71	258	35	293	8,23
Violação de domicílio	1	1	2	0,14	25	4	29	1,41	2	0	2	0,06
Outros									96	21	117	3,29
TOTAL	1335	141	1476	100	1907	149	2056	100	3241	319	3560	100

Fonte: Juizado da Infância e Juventude de Belo Horizonte

TABELA 3 – Renda Mensal dos familiares dos adolescentes que receberam medida de Liberdade Assistida em Belo Horizonte

RENDA FAMILIAR	1997		2003	
	Freq.	%	Freq.	%
Menos de 01 salário mínimo	28	07,48	105	15,86
01 salário mínimo	77	20,59	302	45,61
02 a 03 salários mínimos	161	43,04	147	22,20
Acima de 03 salários mínimos	108	28,88	108	16,31
TOTAL	374	100	662	100

Fonte: Juizado da Infância e Juventude de Belo Horizonte

Anexo 2

Gráficos de infrações - janeiro/2006

Dados: 100 adolescentes

Dados obtidos no Juizado da infância e da Juventude de Belo Horizonte na SAASE, a pedido de Cristina Nogueira, para essa dissertação. Eles foram levantados pela assistente social Fabianne Marcelle de Souza Navais - CRESS 7856

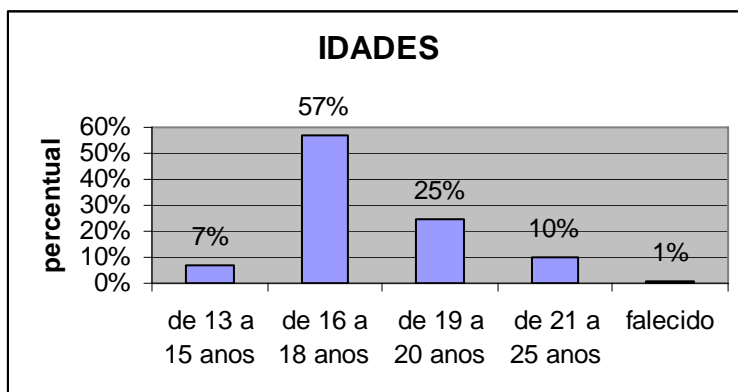


GRÁFICO 1 - Idades dos adolescentes infratores pesquisados

FORTE – JIJ-BH

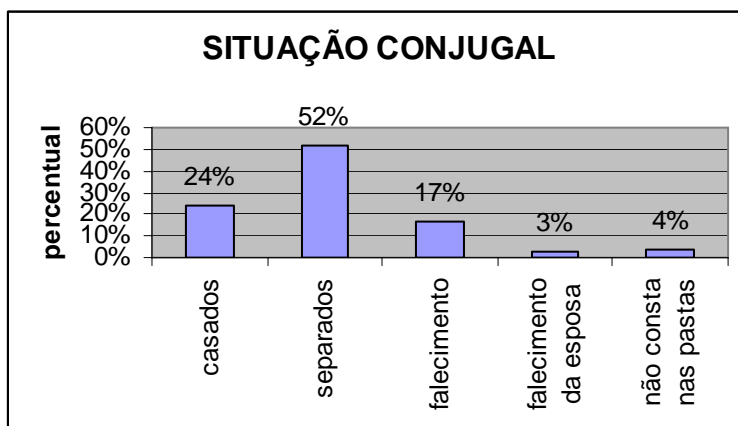


GRÁFICO 4 - Situação dos pais

FORTE – JIJ-BH

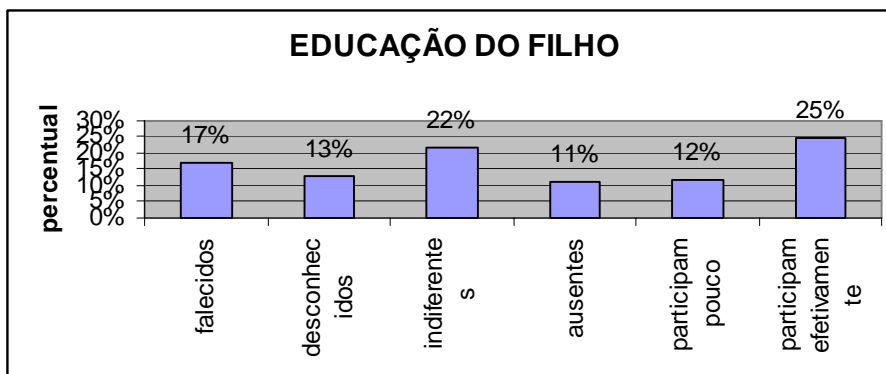


GRÁFICO 5 - A participação do pai na educação do filho

FONTES – JIJ-BH

Obs.: Indiferente significa que o pai não se importa nada com a educação do filho apesar de estar por perto.

Anexo 3

Gráficos de infrações - março/2006

Dados: 100 adolescentes

Dados obtidos no Juizado da infância e da Juventude de Belo Horizonte na SAASE, a pedido de Cristina Nogueira, para essa dissertação. Eles foram levantados pela assistente social Fabianne Marcelle de Souza Navais - CRESS 7856

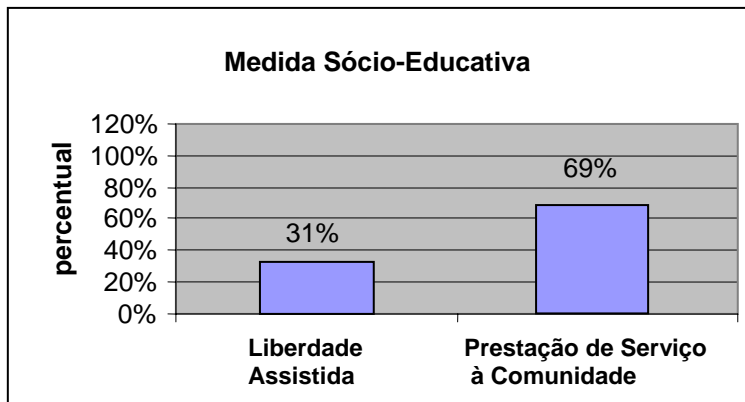


GRÁFICO 6 - Medida sócio-educativa aplicada

FONTES – JIJ-BH

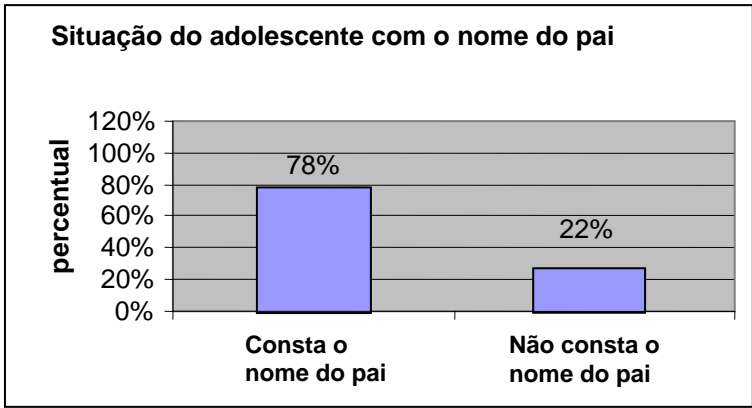


GRÁFICO 7 - A incidência de Processos na Justiça Comum

FONTE – JIJ-BH

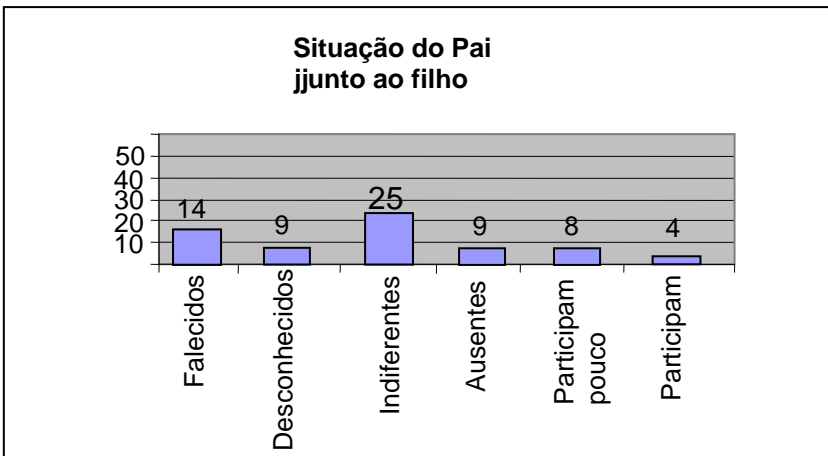


GRÁFICO 8 - A situação do pai junto ao filho

FONTE – JIJ-BH

Anexo 4

Unidades para cumprimento de medidas restritivas de liberdade em Belo Horizonte

INTERNAÇÃO

CEIP-Centro de Internação Provisória Dom Bosco

Capacidade: 60 adolescentes

Localização: Horto

Gerenciamento: SAME (Superintendência de Atendimento às Medidas Socioeducativas) - Sec. Defesa Social

CEIP - Centro de Internação Provisória São Benedito

Capacidade: 56 adolescentes

Localização: Horto

Gerenciamento- SAME- (Superintendência de Atendimento às Medidas Socioeducativas)

Característica: atende preferencialmente adolescentes em sua 10 passagem

CEAD- Centro de Atendimento ao Adolescente

Capacidade: 30 adolescentes

Localização: B. Lindéia- Barreiro

Gerenciamento: Inspetoria Dom Bosco/ Salesianos através de convênio com a SAME

Características: adolescentes com idade entre 12 anos e 15 anos e 07 meses

CIA- Centro de Integração do Adolescente

Capacidade: 28 adolescentes

Localização: Horto

Gerenciamento: SAME (Superintendência de Atendimento às Medidas Socioeducativas)

CEMMAC- Centro Educacional Marista Marcelino Champagnat

Capacidade: 30 adolescentes

Localização: B. Vale do Jatobá- Barreiro

Gerenciamento: Maristas através de convênio com a SAME

CRSSJ- Centro de Reeducação Social São Jerônimo

Capacidade: 15 vagas para internação provisória

15 vagas para medida socioeducativa de internação

Localização: B. Horto

Gerenciamento: SAME

Característica: única unidade do estado para adolescentes do sexo feminino

SEMILIBERDADE

Gerenciamento: Inspetoria Dom Bosco / Salesianos através de convênio com a SAME

- Unidade Santa Terezinha

Capacidade: 12 adolescentes

- Unidade Ouro Preto

Capacidade: 08 adolescentes
SOCIOEDUCATIVA

UNIDADE PARA CUMPRIMENTO DA MEDIDA DE INTERNAÇÃO

CSEDLAF- Centro Socioeducativo Dom Luis Amigó e Ferrer

Capacidade: 50 adolescentes

Localização: Ribeirão das Neves - MG

Gerenciamento: Congregação dos Terciários Capuchinhos através de convênio com a SAME

Característica: atende adolescentes da Região Metropolitana

Anexo 5

Número de adolescentes falecidos no período de 1998 a 2005

Dados registrados no Serviço de Execução de Medidas – SEM do Juizado da Infância e Juventude de Belo Horizonte.

Ano	Falecidos
1998	5
1999	25
2000	80
2001	91
2002	53
2003	100
2004	71
2005	29

Obs.: Esses dados foram colhidos no SEM a partir da cópia da certidão de óbito, portanto, poderá haver um número maior de adolescentes do que o já registrado no SEM. Durante o levantamento dos dados, constatou-se que, praticamente, todos os adolescentes morreram assassinados por arma de fogo, sendo que os motivos relatados em geral, são: tráfico, rixas de gangs, rivalidades, além de outros. O SEM vem separando as certidões de óbito desde 1998. Conforme informação da equipe do mesmo, essas são as cópias tiradas dos autos de execução, provavelmente não são todos os casos de jovens que foram assassinados que estão registrados, porém, esses no mínimo foram mortos. O SEM disponibilizou o material que foi computado por Cristina Nogueira.